

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA ATRAVÉS DA
IDENTIDADE SOCIOPROFISSIONAL DAS MULHERES
RURAS QUE PARTICIPAM EM PROGRAMAS DE
MICROFINANCIAMENTO**

Esteban Martínez Dajui

Porto Alegre, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA ATRAVÉS DA
IDENTIDADE SOCIOPROFISSIONAL DAS MULHERES
RURAS QUE PARTICIPAM EM PROGRAMAS DE
MICROFINANCIAMENTO**

Esteban Martínez Dajui

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH da UFRGS como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Sociologia.

Orientador: Professor Doutor Ivaldo Gehlen

Porto Alegre, 2006.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ivaldo Gehlen
Orientador- PPGSOC/UFRGS

Prof. Dr. Alberto Riella
Universidad de la Republica de Uruguay

Prof. Dr. Luis Ignacio Gaiger
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

Prof. Dr. Marcelo Kunrath Silva
PPGSOC/UFRGS

DEDICATÓRIA

Esta tese é dedicada para aquelas pessoas que sempre estão presentes na minha vida e que, sem medir esforços, deram-me confiança para concluir este trabalho.

A minha mãe Isabel e meus irmãos: Ângela, Alberto, Gonzalo, Natalia, Salvador, Venâncio, Tomasa e Silvia; pelo amor que nos liga a pesar da distancia sempre ficaram tão pertos na minha vida e me brindaram apoio.

A minha esposa Maricela por me ouvir, debater e cooperar no desenvolvimento de meu trabalho. As minhas filhas Briseyda e Gabriela, pelo apoio e compreensão pelo tempo que deixei de dedicar ao seu convívio.

AGRADECIMENTOS

Durante o desenvolvimento de minha formação acadêmica e durante a elaboração desta tese, muitos foram os sujeitos e atores que em momento oportuno, contribuíram com suas orientações, motivações e recursos para conseguir os objetivos e que se dispunha este trabalho. Neste sentido, agradeço ao Colégio de Postgraduados Campus Puebla, no México, por proporcionar-me oportunidade e recursos para continuar com minha formação acadêmica e à ANUEIES – Asociación Nacional de Universidades e Instituciones Superiores – por ter proporcionado auxílio financeiro, concedendo-me uma bolsa de estudos. Assim mesmo, agradeço ao Programa de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no Brasil, por ter aceitado formar parte deste Programa, no qual encontrei o espaço necessário para desenvolver inquietações e aprofundar os conhecimentos teóricos e práticos para obter o grau de doutor. Agradeço, também, as professoras Sonia Laranjeira e Clarissa Baeta Neves, membros do Programa, que me possibilitou participar do programa de doutorado.

Agradeço da mesma forma, ao Professor Dr. Miguel Sánchez Hernández, pelo apoio inicial ainda no México, pelo incentivo para continuar na carreira acadêmica e, principalmente, pela amizade.

Ao meu Orientador Dr. Ivaldo Gehlen, por ter aceitado o desafio da orientação desta tese, demonstrando sempre acreditar na minha capacidade. O apoio, estímulo e o compartilhamento de seus conhecimentos teóricos e práticos foram fundamentais para a construção e conclusão deste trabalho, assim como por compartilhar conhecimentos sobre a cultura, hábitos costumes do Brasil e por fazer partícipe de suas atividades acadêmicas e de lazeres.

A todos os professores do programa de Pós-graduação em Sociologia pela paciência ao compartilharem seus conhecimentos e orientações que foram de grande utilidade para que eu pudesse atingir meus objetivos. Ao mesmo tempo, agradeço aos colegas e amigos do

programa de doutorado os quais compartilharam momentos de trabalho, debate e lazer principalmente aos meus grandes amigos Edwin e Pedro.

Aos diretores do Cresol por me terem dado a oportunidade de conhecer o funcionamento da Cooperativa e, que em todo momento, estiveram disponíveis para proporcionar informação. Agradeço, também, às mulheres agricultoras sócias dos grupos e das cooperativas tanto no México como no Brasil, por se terem disponibilizado a responder aos questionários e, ainda, agradeço o seu interesse em acrescentar maiores e valiosas informações para enriquecer este trabalho. Também, agradeço às pessoas que me auxiliaram na realização das pesquisas de campo, no análise dos dados e a formatação do documento que contribuíram para a conclusão deste estudo.

À família Cavazzotto que abriram as portas do seu lar, fazendo-nos sentir parte da sua família, já que, estiveram presentes em minha vida e de minha família, auxiliando de diversas formas, através de pequenos e grandes gestos, com palavras de apoio, incentivo, confiança, tanto nos momentos de estudo como nos de lazer. Da mesma maneira, agradeço a todos nossos inúmeros amigos brasileiros que eu e minha família conhecemos e que, agora, já são parte de nosso círculo de amizade.

RESUMO

A tese analisa o processo de construção de cidadania através da (re)definição da identidade socioprofissional de mulheres rurais. Trata-se de mulheres envolvidas em atividades agropecuárias, agroindustriais e artesanais, que participam em dois programas de microfinanciamento – o Proyecto de Desarrollo Rural Integral Autosostenible (PDRIA), no México, e o Sistema de Cooperativa de Crédito com Integração Solidária (CRESOL), no Brasil – para o acesso aos instrumentos produtivos (crédito, capacitação e assistência técnica).

Neste sentido, a (re)definição da identidade profissional, as qualifica para o domínio dos instrumentos produtivos e dos processos decisórios que lhes atribui reconhecimento pela validação social dessas atividades, através do acesso ao mercado ao serviço de assistência técnica. Este processo de inclusão, através do microfinanciamento, agrega renda na família e dinamiza o desenvolvimento rural tanto na propriedade familiar quanto na localidade.

O acesso e usos do crédito possibilitam às mulheres agregarem atividades que contribuem para a reprodução social das famílias agricultora, porém, sem romper com as atividades tradicionais e em muitos casos, ampliando-as. Esta aquisição de identidades socioprofissional possui profunda inter-relação com o sentido e conceito do trabalho.

O desenvolvimento da cidadania está se materializando através do processo de profissionalização com apoio das políticas do microfinanciamento e, esta experiência estimula a participação em outras organizações na sociedade e mesmo na política. Este processo amplia suas necessidades simbólicas, além das materiais, estimulando a apropriação de conhecimentos e de acessos a bens culturais que facilitam a vinculação de sua cidadania ao processo de globalização, atribuindo maior competitividade às atividades produtivas.

Palavras-chave: Identidade Socioprofissional, Cidadania e Microfinanciamento.

ABSTRACT

This thesis deals with the process of construction of citizenship through the redefinition of professional identity of rural women. It concerns to women that are involved in farm, agro industrial and craftsmanship activities who participate in two programs of microfinance – Proyecto de Desarrollo Rural Integral Autosostenible (PDRIA), in Mexico, and Sistema de Cooperativa de Crédito com Integração Solidária (CRESOL), in Brazil – in order to access the productive instruments (credit, capacitation and technical assistance).

In this sense, the redefinition of the professional identity qualifies them to the domain of the productive instruments and the processes of decision which attribute them recognition for the validation of these activities through the access to the market and technical assistance services. This process of inclusion through microfinance adds economic resources in the family and becomes rural development more dynamic in the familiar property and also in the community.

However, the access and the uses of the credit become possible to the women to add activities that contribute to the social reproduction of the agricultural families without breaking traditional activities and, in many cases, wide them. This acquisition of socioprofessional identities has some deep interrelation with sense and concept of work.

The citizenship development is raising through the process of professionalization with some support of microfinance policies and this experience stimulates the participation in other organizations of the society and even so in politics. This process increases their symbolical necessities, besides material necessities, stimulating the appropriation of knowledge and the access of cultural possessions that facilitate the linkage of their citizenship to the globalization process, and become their productive activities more competitive.

Keywords: Socioprofessional Identity, Citizenship and Microfinance.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 IDENTIDADE SOCIOPROFISSIONAL E CIDADANIA DAS MULHERES RURAIS	32
1.1 Desenvolvimento da Identidade	33
1.1.1 Três enfoques teóricos	33
1.1.2 A identidade no contexto da modernidade	38
1.1.3 Conceitos da identidade profissional	42
1.2 O desenvolvimento da cidadania	45
1.2.1 A cidadania segundo Marshall	46
1.2.2 Elementos que definem a cidadania	47
1.2.3 A esfera pública e privada como espaços da cidadania	51
1.3 A unidade de produção familiar e o papel da mulher	53
1.3.1 Mulheres e atividades de desenvolvimento	56
2 FINANCIAMENTO RURAL: ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES	60
2.1 O crédito rural	60
2.1.1 O crédito rural dos anos 60 até o final dos anos 90	62
2.1.2 O crédito rural no México e no Brasil	64
2.2 O Microfinanciamento rural	74
2.2.1 Os fatores que afetam o desempenho do microfinanciamento	77
2.2.2 Formas de concessão do microcrédito	79
2.2.3 Origem dos recursos nos programas de microfinanciamento rural	83
2.2.4 Metodologia de funcionamento dos programas de microfinanciamento	84
2.2.5 Focalização das mulheres	87
2.3 O funcionamento do PDRIA e CRESOL	90
2.3.1 Os Grupos Comunitários de Caixa de Poupança no PDRIA	90
2.3.2 O Sistema de Cooperativa de Crédito Rural com Integração Solidária CRESOL ..	97
2.4 Situação social das mulheres no México e no Brasil	107
2.4.1 Participação social das mulheres no México	107
2.4.2 Participação social das mulheres no Brasil	108
2.4.3 Descrição da unidade de produção familiar nos dois programas	110

3 AS ATIVIDADES SOCIOECONÔMICAS E PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA DINÂMICA DO MICROFINANCIAMENTO	121
3.1 Perfil social, familiar e a vida local das mulheres	122
3.1.1 O perfil sociodemográfico	122
3.1.2 O papel na vida familiar e na vida local das mulheres	128
3.2 As mulheres nas atividades produtivas	136
3.2.1 A ocupação principal	137
3.2.2 Atividades agrícolas e não-agrícolas	138
3.2.3 A renda familiar e a contribuição das mulheres	145
3.2.4 O crédito para as atividades produtivas	150
3.2.5 A capacitação técnica e social	155
3.2.6 A assistência técnica nas atividades produtivas	158
3.2.7 O acesso ao mercado	162
3.3 Participação das mulheres nas organizações	164
3.3.1 Participação em organizações sociais e políticas	165
3.3.2 Participação nos dois programas de microfinanciamento	169
3.3.3 As mulheres e a dinâmica do PDRIA e do CRESOL	169
4 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SOCIOPROFISSIONAL E DA CIDADANIA	175
4.1 As atividades produtivas no processo de construção da identidade socioprofissional das mulheres do PDRIA	176
4.2 A participação social na reivindicação da cidadania das mulheres do PDRIA	182
4.3 As Atividades produtivas no processo de construção da identidade socioprofissional das mulheres do CRESOL	186
4.4 A participação social na reivindicação da cidadania das mulheres do CRESOL	196
5 REDEFINIÇÃO DA IDENTIDADE SOCIOPROFISSIONAL E DA CIDADANIA	201
5.1 Novo perfil socioeconômico define a identidade socioprofissional	206
5.1.1 Escolaridade e a posição na organização do PDRIA e O CRESOL	206
5.1.2 A identidade cultural na definição da participação nas organizações do PDRIA e CRESOL	209
5.1.3 O microfinanciamento como definidor da identidade socioprofissional.....	211
5.2 A validação social das atividades produtivas	222
5.2.1 O mercado como estratégia da afirmação identidade socioprofissional.....	222
5.2.2 A identidade socioprofissional potencializa as atividades tradicionais das mulheres	225
5.2.3 Desierarquização da divisão social do trabalho na unidade de produção	228

5.3 O exercício da cidadania: perspectivas e desafios	231
5.3.1 “Novas formas” de organização e de participação	233
5.3.2 A identidade socioprofissional como oportunidade na ampliação da cidadania.....	235
CONCLUSÃO	238
BIBLIOGRAFIA	241
APÊNDICE	251
A – Questionário	252
B - Roteiro de entrevistas a diretivos do CRESOL-BASER	260
C - Roteiro de entrevistas a representantes dos grupos de Caixa de Poupança e Cooperativas de Crédito	261
D - Tabelas de cruzamentos	262

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMUCSS – Asociación Mexicana de Uniones de Crédito del Sector Social

ASSESOAR - Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural

BANRURAL – Banco Rural

BASER – Base Regional de Serviço

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD – Banco Mundial

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAPA – Centro de Apoio aos Pequenos Agricultores

CNC – Central Nacional Campesina

COPAAL – Cooperativa de Produção de Agricultura Familiar de Aratiba

COPAR – Cooperativa Mista dos pequenos Agricultores da Região Sul

CRESOL – Sistema de Cooperativas de Crédito com Interação Solidária

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DESER – Departamento Sindical de Estudos Rurais

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FCO – Fundos Constitucionais do Centro-Oeste

FIBGE – Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

FIFONAFE – Fondos de Amparo y Fomento Ejidal

FIRA – Fideicomiso Instituído en Relación con la Agricultura

FNE – Fundos Constitucionais do Nordeste

FOMMUR – Fondo de Microfinanciamiento a Mujeres Rurales

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INEGI – Instituto Nacional de Geografia Estatística e Informática

INI – Instituto Nacional Indigenista
MMC – Movimento de Mulheres Camponesas
MMTR – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
ONG – Organização Não-Governamental
PATMIR – Programa de Assistência Técnica al Microfinanciamiento Rural
PDRIA – Proyecto de Desarrollo Rural Integral Autosostenible
PMDR- Plano Municipal de Desenvolvimento Rural
PIB - Produto Interno Bruto
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PRI – Partido Revolucionario Institucional
PROCAMPO – Alianza para el Campo
PROCEDE – Programa de Derechos Ejidales e Titulación
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimiento da Agricultura Familiar
PROVAP – Programa de Valorização da Pequena Propriedade Rural
PT - Partido dos Trabalhadores
ROSCAS – Rotating Service and Credit Associations
SAGARPA – Secretaria da Agricultura, Ganadería, Desarrollo Rural, Pesca y Alimentación
SEDESOL- Secretaria de Desarrollo Social
SICD – Servicio de Información sobre la Cooperación al Desarrollo
SSS – Sociedades de Solidariedad Social
TLCAN – Tratado de Libre Comércio para América do Norte
UAIM – Unidades Agrícolas Industriales para la Mujer
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
USAID – United States Agency of International Development

LISTA DE TABELAS, QUADROS E FIGURAS

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 Situação fundiária das unidades de produção familiar das participantes das Caixas de Poupanças	111
TABELA 2 Situação fundiária das unidades de produção familiar das participantes das duas cooperativas do CRESOL	112
TABELA 3 Possuidor da Propriedade no PDRIA e no CRESOL	112
TABELA 4 Principais cultivos encontrados na unidade de produção familiar do das participantes nas Caixas de Poupança	113
TABELA 5 Principais cultivos encontrados na unidade de produção familiar do nas duas cooperativas do CRESOL	114
TABELA 6 Principais espécies animais que possuem em nas unidades de produção familiar das participantes nas Caixas de Poupança	114
TABELA 7 Principais espécies animais que possuem nas unidades de produção familiar das que participam nas duas cooperativas do CRESOL	115
TABELA 8 Bens materiais encontrados nas residências das mulheres do PDRIA e do CRESOL	117
TABELA 9 Percepção sobre mudanças socioeconômicos e ambientais nos últimos cinco anos	118
TABELA 10 Faixa etária das mulheres	123
TABELA 11 Estado Civil das mulheres	123
TABELA 12 Escolaridade das mulheres	124
TABELA 13 Religião que as mulheres praticam	125
TABELA 14 Origem étnica das mulheres	126
TABELA 15 Tempo de residência na localidade	128
TABELA 16 Dificuldades para transmitir aos filhos os valores (éticos) e hábitos por participarem no programa de microfinanciamento	129
TABELA 17 Elementos que as mulheres transmitem para os filhos	130

TABELA 18 A percepção das mulheres sobre tipo de direitos	130
TABELA 19 Participação nas instituições sociais	131
TABELA 20 Confiança das instituições sociais e governamentais	132
TABELA 21 Fontes de informação eletrônica e documental	133
TABELA 22 Preferência de atividades de lazer das mulheres rurais nos dias feriados e domingos	134
TABELA 23 Tempo aproximado por semana nas diversas atividades das mulheres	133
TABELA 24 Ocupação principal	137
TABELA 25 Atividades que desenvolvem as mulheres	139
TABELA 26 Anos em que se dedica profissionalmente às atividades produtivas	142
TABELA 27 Pessoas que influenciam para iniciar essa atividade	143
TABELA 28 Elementos importantes para o desenvolvimento de suas atividades produtivas	144
TABELA 29 Perspectivas na sua unidade de produção	145
TABELA 30 Fontes de renda familiar das mulheres	146
TABELA 31 Renda familiar mensal em dólares	147
TABELA 32 Participação da mulher na renda familiar	148
TABELA 33 O destino e distribuição da renda familiar	149
TABELA 34 Uso do crédito	150
TABELA 35 Destino do crédito	151
TABELA 36 Solicitação do crédito	152
TABELA 37 Instituições onde foram solicitados os créditos	152
TABELA 38 As perspectivas de usar crédito no futuro	153
TABELA 39 Destino dos investimentos no futuro	154
TABELA 40 Mulheres que realizaram algum curso de capacitação das suas atividades produtivas	155
TABELA 41 Temas de capacitação recebida pelas mulheres	156
TABELA 42 Instituição que forneceu a capacitação	157
TABELA 43 Aplicação dos conhecimentos adquiridos na capacitação	158
TABELA 44 Mulheres que recebem assistência técnica na suas atividades produtivas	158
TABELA 45 Atividades produtivas que recebeu assistência técnica	160
TABELA 46 Instituições que forneceram a assistência técnica	161
TABELA 47 Destino de seus produtos	162
TABELA 48 Participação nas instituições sociais e políticas	168
TABELA 49 Participação nas reuniões nos programas de microfinanciamento	170

TABELA 50 Outras Atividades que realizam as mulheres nos programas de microfinanciamento	172
TABELA 51 Benefícios obtidos por participar no programa	173
TABELA 52 Mudanças socioeconômicas após a participação no programa de microfinanciamento	1742

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 Variáveis utilizados para a análise das dimensões e os eixos	29
QUADRO 2 Principais atividades produtivas que desenvolvem as mulheres que participam no PDRIA e a CRESOL em ordem de importância	141

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 Mapa de localização geográfica do Estado de Puebla e Oaxaca onde opera Projeto de Desenvolvimento Rural Integral Auto-sustentável operado através de Grupos Comunitários das Caixas de Poupança	91
FIGURA 2 Mapa dos Municípios onde se localizam os grupos comunitários de caixas de poupança	94
FIGURA 3 Mapa de localização geográfica dos Estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná onde opera o sistema Cresol	98
FIGURA 4 Mapa de localização geográfica dos municípios de Aratiba e São Lourenço do Sul do Rio Grande do Sul onde operam as duas cooperativas	105
FIGURA 5 Fontes de renda das mulheres	149

INTRODUÇÃO

A presente tese analisa o processo de construção da cidadania através da (re)definição da identidade socioprofissional de mulheres rurais. Trata-se de mulheres envolvidas em atividades agropecuárias, agroindustriais e artesanais, que participam em dois programas de microfinanciamento – o Proyecto de Desarrollo Rural Integral Autosostenible (PDRIA), no México, e o Sistema de Cooperativa de Crédito com Integração Solidária (CRESOL), no Brasil – para o acesso aos instrumentos produtivos (crédito, capacitação e assistência técnica).

A questão da identidade socioprofissional como oportunidade para o desenvolvimento da cidadania tem recuperado nas Ciências Sociais e, em particular, na Sociologia, uma presença fundamental para categorizar os novos significados materiais e simbólicos que desenvolvem os sujeitos sociais nas sociedades modernas.

A identidade socioprofissional, as qualifica como agentes econômicos (agricultoras e microempresárias) socialmente reconhecidos e lhes permite incorporarem-se na vida social, econômica e política, desenvolvendo um novo *status* social frente à sociedade global, o qual lhes afirma uma nova cidadania social e econômica.

A tese, portanto, busca mostrar esse novo significado material e simbólico que promove a identidade socioprofissional como uma oportunidade para o desenvolvimento da cidadania das mulheres, o que veremos através das preocupações que levaram a definir o âmbito temático e o problema desse estudo, bem como de seus objetivos e das hipóteses. Abaixo, descrevem-se a metodologia do trabalho e as estratégias de pesquisa que foram utilizadas para responder as interrogações colocadas. E, por fim, é apresentada a estrutura da tese.

a) Problemática do estudo

Nas últimas três décadas, as zonas rurais da América Latina têm sido marcadas por transformações sociais, econômicas e políticas ocasionadas principalmente pelas alterações produtivas na agricultura. Essas alterações têm ocorrido através da introdução de padrões tecnológicos, da abertura de mercados internacionais e do abandono de políticas agrícolas para setores menos favorecidos. Isso tem gerado um processo de desigualdade social nas sociedades rurais, fazendo emergir novas formas de produção e de ocupação.

Neste contexto, é importante observar que, tanto no México como no Brasil, o rápido desenvolvimento das tecnologias agropecuárias nos anos 70 e 80 (época denominada como “Revolução Verde”), apoiado com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco Mundial (BIRD), teve como resultado um aumento substancial da produção agropecuária; porém, não conseguiu diminuir as desigualdades sociais, como vemos na concentração de renda e no aumento da pobreza rural, o que vem provocando mudanças significativas na organização social e no meio ambiente (WENNER, 2001).

No México, na década de 90, realizou-se a Reforma Constitucional do art. 27¹, dando por concluída a reforma agrária. Isso, na prática, legalizou os latifúndios existentes e colocou as bases para a privatização do *ejido*², com medidas encaminhadas para estabelecer as condições propícias para o Tratado de Livre Comércio para América do Norte (TLCAN), estabelecido em 1994 entre o México, os Estados Unidos e o Canadá. Essa situação trouxe como conseqüências mudanças nas políticas agrícolas, já que, por ter todas as propriedades sob a modalidade “privada”, os agentes financeiros e o mercado de crédito foram focalizados em suas ações para realizar investimentos na infra-estrutura agrícola, financiar bens de capital assim como crédito para estimular as atividades agropecuárias, beneficiando com esta nova modalidade principalmente a agricultura patronal. As políticas agrícolas encaminhadas a fortalecer aos *ejidatarios* e aos agricultores familiares apenas foram materializadas em alguns programas assistenciais (YUNES Y TAYLOR, 2003).

¹ Para maior discussão sobre a Reforma Constitucional do Art. 27, ver “La Ruta del Procede: los 10 Pasos Básicos de la Secretaria de la Reforma Agraria” (1993) e “Nova Democracia: La constitución de México y el nuevo proyecto de nación con libertad, justicia y democracia” (2005), e site; <http://www.sra.gob.mx>

² *Ejido* é uma porção de terra para usos agropecuários e sua posse é de forma individual ou coletiva. Não tem condições de ser vendida por ser considerada como propriedade do Estado.

A abertura comercial dos produtos agropecuários, através do TLCAN, não foi vantajosa para os produtos agrícolas mexicanos, principalmente aqueles produzidos na agricultura familiar, devido à falta de políticas agrícolas para elevar as condições de competitividade. Os altos subsídios agrícolas outorgados, principalmente pelo governo de Estados Unidos aos seus agricultores, causaram desequilíbrios nas trocas comerciais, pois, desse modo, os agricultores deste país conseguiram produzir a um custo relativamente baixo, diminuindo, conseqüentemente, o preço de seus produtos no mercado e podendo concorrer em melhores condições que os agricultores mexicanos.

O desequilíbrio comercial tem provocado um aumento progressivo da pobreza das famílias rurais mexicanas. Na região sul do México, particularmente no estado de Oaxaca, onde se localizam as Caixas de Poupanças, os agricultores familiares têm começado a abandonar gradativamente algumas atividades agrícolas. Um exemplo concreto desse processo é representado pela produção de milho (um dos principais produtos da dieta alimentar da população mexicana). Com a abertura dos mercados, passou a ser sistematicamente importado, principalmente dos Estados Unidos (YUNES y TAYLOR, 2003).

Esse processo também se intensificou na década de 90 no Brasil. O uso intensivo de insumos químicos na agricultura e sementes melhoradas, associado a um forte aporte de financiamento subsidiado, criou um setor altamente “modernizado” para responder aos mercados internacionais. No entanto, os setores mais empobrecidos entre os agricultores familiares ficaram marginalizados desses benefícios, sem poder competir ante um novo cenário comercial apesar de ser um dos setores com maior presença no meio rural. Segundo dados da FAO/INCRA (1996), a agricultura familiar abrange mais de 4,3 milhões de estabelecimentos e 41 milhões de pessoas, gera mais de 40% da produção agrícola e só recebe 10% do financiamento oficial e de outros benefícios como capacitação e assistência técnica. A falta de políticas agrícolas adequadas para o setor tem causado uma baixa competitividade de seus produtos para conquistar novos mercados.

O processo acima mencionado vem tendo um impacto significativo nos papéis dos membros da unidade de produção familiar. As poucas perspectivas de produção agrícola – devido à desvalorização dos produtos e à falta de instrumentos produtivos, principalmente o crédito e assistência técnica para obter uma maior competitividade na abertura dos novos mercados – têm determinado o surgimento de um novo cenário no mundo rural no México e no Brasil.

Esse processo tem provocado, por um lado, um aumento da migração rural para as grandes cidades, principalmente dos chefes de família e dos jovens, procurando oportunidades de emprego; por outro lado, a população rural vem se inserindo em outras atividades produtivas e de serviços como uma forma alternativa de manter a renda familiar.

Como apontam Yunes e Taylos (2003), a partir dos anos 90, a emigração rural no México para os Estados Unidos aumentou consideravelmente. De 1994 a 2003, aumentou 352% com relação nos anos 80. Já no Brasil, a migração vem acontecendo dentro de suas fronteiras nacionais. Calcula-se que durante a década de 1990 a 2000 emigraram cerca de 28% da população rural para as zonas urbanas. Na região sul do país a emigração rural nos anos 80 foi de 40% motivados pela abertura de indústrias nas zonas urbanas, no entanto na década dos 90 e os primeiros anos de 2000 este fenômeno teve uma queda de 10%. Atualmente estima-se que a emigração rural na região sul do Brasil é de aproximadamente 30% principalmente jovens e mulheres, procurando outras fontes de renda alternativas³.

As transformações sociais, econômicas e políticas que estão ocorrendo no mundo rural vêm marcando mudanças significativas nos aspectos ocupacionais dos integrantes da unidade de produção familiar. As mulheres são as que mais têm sido atingidas por estes processos. De acordo com estudos desenvolvidos por Kergoat (2003), Carneiro (1996), Heredia (1984) e Martinez-Alier (1995), as mulheres sempre têm estado excluídas de políticas agrícolas devido à divisão social do trabalho historicamente construída nas unidades de produção familiar, a qual as coloca na esfera reprodutiva, associada ao desenvolvimento de atividades domésticas como o cuidado das crianças, a manutenção do lar, cuidado dos animais domésticos e o cultivo da horta – atividades que não geram uma renda permanente na família. Quando as mulheres realizam alguma atividade produtiva, esta é considerada secundária. Portanto, as políticas agrícolas - em especial, o crédito e assistência técnica para financiar e desenvolver atividades produtivas - são quase inexistentes para as mulheres, devido à posição social que ocupam na família.

Como argumenta Gehlen (2004), as políticas públicas têm sido orientadas para os chefes de família. Tais políticas tendem a fortalecer os que apresentam uma racionalidade “moderna”, centrada na ética do trabalho e da competitividade, excluindo atores sociais como as mulheres, as quais tendem a se conduzir por uma racionalidade centrada em valores éticos

³ Para maior discussão sobre o êxodo rural no Brasil, consultar Camarano & Abramovay (1999) “Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos”.

da reprodução sócio-econômica e das relações sociais e com o meio natural, priorizando os valores de convívio e de sustentabilidade aos de competitividade.

A oferta das políticas agrícolas e a oferta bancária de serviços financeiros não estão conectadas ao cotidiano de vida e às atividades das mulheres rurais, por desenvolver atividades em escala reduzida e assumem diversas estratégias para contribuir com a reprodução social da família, pois sua posição social na família não lhes permite possuir garantias patrimoniais para acessar o mercado financeiro.

O sistema financeiro não possui metodologia para incluir aos pequenos tomadores de crédito, como explica Schroder (2005, p. 291), “os pequenos tomadores de crédito são um público com alto risco em potencial e baixa reciprocidade”, ou seja, o mercado de crédito convencional está orientado a uma racionalidade econômica através do lucro, o qual exclui as atividades dos pequenos agricultores familiares e as mulheres. Como argumenta Rogaly (1999, p. 07), a exclusão das mulheres nas políticas agrícolas e no mercado de crédito cria duas situações: por um lado, uma maior exclusão da vida social e econômica e das redes e normas sociais de consumo e, por outro lado, uma falta de participação e desenvolvimento em seus interesses práticos e estratégicos⁴, ou seja, não contribui para o desenvolvimento de cidadania.

Contudo, na década de 90, tanto no México quanto no Brasil, o mercado financeiro para os pequenos tomadores de crédito especificamente os agricultores familiares é ocupado gradualmente por diferentes formatos de organização social para a solução de problemas de crédito e outros serviços produtivos para este setor da população rural. As estratégias mais visíveis para manifestar suas demandas de crédito e outros serviços produtivos têm sido através de ações coletivas (caixas populares de poupança e crédito, crédito solidário, cooperativas de crédito, bancos comunais, entre outros), apoiadas principalmente por ONG's (Organizações Não Governamentais) e instituições filantrópicas. Ações estas motivadas principalmente pela experiência mais conhecida no mundo, que é a organização do Grameen Bank, em Bangladesh, organizada através de grupos solidários⁵ que permitiram incluir as necessidades de financiamento das mulheres.

⁴Os interesses práticos são os que estão diretamente relacionados com as condições de subsistência (terra, crédito, capacitação, moradia, saúde e alimentação) e os interesses estratégicos são as mudanças orientadas a superar as desigualdades e a exclusão social (tomada de decisão, autonomia, reconhecimento da suas atividades etc.), conforme Molyneux (1986).

⁵ O Grupo Solidário está conformado por uma média de cinco pessoas por comunidade. Cada integrante é a garantia moral dos empréstimos dos demais membros do grupo de maneira que, se um integrante não cumpre com suas obrigações, deve enfrentar uma pressão social no resto do grupo.

Esta metodologia de funcionamento tem permitido incorporar as mulheres pela facilidade de construir vínculos sociais para o trabalho coletivo. Como acrescenta Conde (2001), as mulheres estão acostumadas a desenvolver atividades coletivas, através de vínculos sociais construídos nos espaços de convivência em suas localidades, ou seja, através de redes de parentesco, amizade e vizinhança realizam atividades de cooperação e ajuda mútua. Trata-se de relações de reciprocidade tais como o intercâmbio de alimentos, empréstimo de dinheiro, celebração de eventos religiosos e de festas. Estes vínculos permitem gerar relações de reciprocidade, confiança e responsabilidade, o que facilita a formação de grupos de trabalho com responsabilidade compartilhada.

Os vínculos sociais das mulheres têm permitido uma melhor organização dos programas de microfinanciamento⁶ para outorgar o crédito e outros serviços produtivos, pois, a partir da integração das mulheres em grupos solidários, criam-se condições peculiares para realizar uma melhor “seleção” de participantes potenciais, o que garante a recuperação dos créditos e a funcionalidade do sistema. Neste sentido, os programas de microfinanciamento constituem oportunidades para acessar o crédito, assistência técnica, capacitação e para realizar poupança. Como discute Daley-Harris (2004, p. 07-08) “os programas de microfinanciamento estão proporcionando uma maior visibilidade e reconhecimento das atividades produtivas das mulheres através do acesso ao microcrédito com maior oportunidade e flexibilidade e outros serviços como poupança e a procura de mercados para seus produtos”.

No México, foram as Caixas de Poupança e Crédito que ganharam importância nos anos 90 com uma participação progressiva das mulheres e, no Brasil, foram as Cooperativas de Crédito Rural no financiamento da agricultura familiar. Estas possibilitaram às mulheres o acesso a crédito, poupança e contas correntes, dos quais até então elas não se haviam beneficiado Schroder, (2005). Os programas de microfinanciamento, além de fornecerem microcrédito para o auto-emprego e reduzir a pobreza das mulheres, estão concentrados no treinamento através de eventos de capacitação para promover o desenvolvimento de novas atividades produtivas e de serviço, acompanhado com assessoria técnica e intercâmbio de experiências com o propósito elevar sua qualificação nas atividades que desenvolvem,

⁶ Os programas de microfinanciamento são organizações sociais, administrados e integrados pelos próprios beneficiários que fornecem pequenos empréstimos (microcrédito) e serviços de poupança sem requisito mínimo (ou muito baixo), também fornecem serviços financeiros como seguro, transferências de dinheiro ou pagamento de contas, junto com capacitação e assistência técnica traçadas para pessoas de baixos recursos ou excluídas do acesso aos produtos financeiros tradicionais. O funcionamento é realizado através do cooperativismo, da ajuda mútua e de solidariedade entre os participantes (Rogaly, 1999).

racionalizar seus recursos e buscar novos mercados, além de gerar oportunidades para a inclusão social, procurando liderança nos espaços públicos através de práticas de participação e de maior autonomia nas tomadas de decisões no uso de seus recursos (DALEY-HARRIS, 2004; FAO, 2000).

A participação das mulheres nos programas de microfinanciamento representa uma oportunidade na redefinição de sua identidade socioprofissional através das novas relações sociais de produção e da participação social nas organizações de microfinanciamento. Já que, como evidencia a literatura, as mulheres são identificadas como sujeitos ligados numa dupla posição social na unidade de produção familiar: no campo da produção de bens econômicos e da reprodução familiar. Esta situação outorga uma peculiaridade que resulta a abordagem desta tese, a qual pretende mostrar o novo significado material e simbólico que a dinâmica do microfinanciamento rural está gerando.

A identidade social, que contemple a dimensão profissional como uma dimensão fundamental que qualifica as mulheres nas suas atividades para a existência social de elas e sua família, implica múltiplos e complexos processos, como se abordará no primeiro capítulo. Para analisar as questões empíricas que proporcionam o sustento desta dimensão, se delimitam dois âmbitos problemáticos: a) os elementos que proporcionam os programas de microfinanciamento rural para fortalecer as atividades produtivas que desenvolvem as mulheres nas suas unidades produção familiar, isto é, os diferentes níveis de acesso ao crédito, de capacitação técnica e serviço de assistência técnica, e b) o processo de validação social de suas atividades econômicas através das relações com o mercado e a sociedade e a participação social e política na sua localidade. Em outras palavras, a tese discute o reconhecimento social nas diversas atividades produtivas através da participação social da mulher rural nas organizações de microfinanciamento como oportunidade na redefinição de sua identidade socioprofissional para o desenvolvimento da cidadania.

De acordo com as características que envolvem o processo de construção de identidade socioprofissional para o desenvolvimento da cidadania das mulheres rurais que participam nos programas de microfinanciamento, surgem as seguintes questões:

1. Qual a natureza das relações da dinâmica do microfinanciamento na (re)definição da identidade socioprofissional, para o desenvolvimento da cidadania das mulheres rurais que participam do *Proyecto de Desarrollo Rural Integral Autosostenible de los Valles Centrales de Puebla y Oaxaca* (PDRIA), no México, e do Sistema de Cooperativa de Crédito com Integração Solidária (CRESOL), no Brasil?

2. Quais os elementos que constituem e sustentam a (re)definição da identidade socioprofissional para o desenvolvimento da cidadania das mulheres rurais que participam do PDRIA e do CRESOL?

3. Quais as perspectivas que as mulheres estão desenvolvendo a partir da (re)definição da identidade socioprofissional?

Com base no exposto, o presente estudo têm por objetivos: a) analisar o processo de redefinição de identidade socioprofissional para o desenvolvimento da cidadania, como dimensão que lhe permite realizar transformações nas atividades sócio-econômicas e participação social e política das mulheres rurais que participam nos programas de microfinanciamento rural (PDRIA e CRESOL), b) identificar os fatores sociais e econômicos que constituem e sustentam o processo de redefinição da identidade socioprofissional para o desenvolvimento da cidadania das mulheres que participam nos dois programas de microfinanciamento rural e c) analisar as perspectivas das mulheres a partir da profissionalização das atividades produtivas e sua participação em organizações sociais e políticas como espaços de desenvolvimento da cidadania.

Neste estudo, a (re)definição da identidade socioprofissional para o desenvolvimento da cidadania está fundamentada no pressuposto teórico e na análise dos dados empíricos a partir das seguintes hipóteses:

i) A participação em programas de microfinanciamento, como os do PDRIA e do CRESOL pelo seu condicionamento à organização, à capacitação e pela assistência técnica induzem à (re)definição da identidade socioprofissional das mulheres rurais.

ii) A (re)definição da identidade socioprofissional das mulheres rurais possibilita a revalorização das atividades produtivas e reprodutivas domésticas através da validação social do trabalho no mercado e do processo de desierarquização da divisão social do trabalho na unidade familiar.

iii) A (re)definição da identidade socioprofissional induz à participação e a autonomia nos processos decisórios dos grupos de Caixa de Poupança do PDRIA e das Cooperativas de Crédito do CRESOL e de outras organizações sociais e políticas, favorecendo a ampliação da cidadania das mulheres rurais.

Desta forma, a perspectiva na (re)definição da identidade socioprofissional das mulheres rurais que participam nos programas de microfinanciamento pode ser visualizada através de dois fatores: diminuição da vulnerabilidade do papel social das mulheres na

unidade de produção, ou seja, a obtenção de reconhecimento social das atividades produtivas e a atuação nos processos decisórios nas atividades produtivas e fora da unidade doméstica. Neste sentido, através destes fatores torna-se possível a ampliação da cidadania das mulheres rurais.

Para reafirmar as hipóteses acima mencionadas, procedeu-se a uma reflexão, a qual utilizou recursos metodológicos quantitativos e qualitativos no sentido de comprovar a redefinição da identidade socioprofissional para o desenvolvimento da cidadania das mulheres rurais, conforme é explicado a seguir.

b) Metodologia

O estudo da identidade socioprofissional e da cidadania representa uma abordagem sociológica quase individual e particular sobre objeto, distinguindo os significados e atributos que sustentam esta realidade social (GIDDENS, 1990). A busca destes significados implica uma análise minuciosa para compreender e interpretar os fenômenos sociais, levando em conta as experiências do pesquisador, já que o choque cultural faz parte da arte de construção de pesquisas sociológicas, especialmente quando estas envolvem trabalhos de campo com grupos de culturas diferentes da do pesquisador. Neste contexto, o desenvolvimento do estudo foi adequando-se a um marco teórico, dando sustento aos conteúdos objetivos e subjetivos da identidade socioprofissional e à questão da cidadania através dos autores Dubar, Habermas, Berger e Luckman, Dubet, Bonelli e Donatoni, Marshall, Turner, Stuart e Held entre outros.

Para materializar o conteúdo empírico acerca da identidade socioprofissional e cidadania, das mulheres rurais, foi estudado o universo do funcionamento dos programas de microfinanciamento o qual, oportunizam o acesso ao crédito, à assistência técnica, capacitação e o mercado através da análise quantitativo e qualitativo, tendo em vista que as regras e procedimentos operacionais, implícitos nestes programas, segundo a FAO, favorecem a inclusão das mulheres para o acesso aos instrumentos produtivos. Tais regras e procedimentos privilegiam o trabalho produtivo, proporcionando às mulheres instrumentos que conduzam a profissionalizar suas atividades com o propósito de gerar renda, reduzir a pobreza e exclusão social. Para fins deste estudo, se considerou a participação de mulheres em dois programas de microfinanciamento.

Os programas de microfinanciamento estudados foram: o “*Proyecto de Desarrollo Rural Integral Autosostenible de los Valles Centrales de Puebla e Oaxaca*” (PDRIA)

organizados em 56 grupos de caixas de poupança com aproximadamente 1.326 participantes em dois estados no México (PDRIA, 2003), e o Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL) organizados através de cooperativas de crédito, integrado por agricultores familiares com sede em São Francisco Beltrão, Paraná, formado por sete bases regionais, 71 cooperativas singulares, com aproximadamente 450 participantes em cada cooperativa singular, distribuídos em 208 municípios, nos três estados do Sul do Brasil: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (CRESOL, 2003). Os critérios contemplados para a eleição dos dois programas foram: a) autonomia na condução e funcionamento tanto nos grupos de caixas de Poupança como nas Cooperativas; b) atenção das necessidades diversas dos associados; c) participação dos sócios nos processos decisórios na administração e organização dos grupos de caixas de poupança e das cooperativas, expressando suas idéias, inquietações e colocando propostas. Outros critérios considerados foram: experiência do autor no processo de formação e operação nos grupos de caixas de poupança do PDRIA na região de Oaxaca durante os anos de 1998 a 2002 e, no caso do CRESOL, foi selecionada duas cooperativas do Rio Grande do Sul pelo número de mulheres que participam em cada uma das cooperativas e pela proximidade na obtenção da informação empírica.

Os dados empíricos analisados neste estudo correspondem aos grupos comunitários de caixas de poupança do PDRIA que funcionam na região dos vales centrais do estado de Oaxaca e duas cooperativas de crédito no Rio Grande do Sul. No caso das Caixas de poupança, na data que foi realizado o trabalho de campo (Abril de 2004), o programa nesta região estava constituído por 22 grupos comunitários de caixa de poupança, com aproximadamente 400 sócios. Destes sócios, 364 eram mulheres (91%) e 36 eram homens (9%), distribuídos em 19 localidades (PDRIA, 2003). Do número de mulheres participantes, se aplicaram 44 questionários o que contemplou 12%, do total das mulheres participantes neste programa, distribuídas em sete grupos comunitários de Caixas de Poupança nas localidades da *Lachixolana*, *San Isidro*, *San Lázaro*, *Reyes*, *Mazaltepec*, *La Cienega*, *La Tejabana*⁷.

⁷ Consideraram-se sete grupos deste processo pelos seguintes critérios: três grupos (*San Isidro*, *San Lázaro* e *Reyes*) com maior tempo de funcionamento no programa (sete anos), dois grupos (*Lachixolana* e *La Cienega*) de tempo intermediário (quatro anos) e dois grupos (*Mazaltepec* e *La Tejabana*) de funcionamento mais recente (dois anos). Estes grupos são compostos de aproximadamente 20 a 25 membros. Neste sentido, se aplicou seis questionários em *San Isidro*, sete em *San Lázaro*, seis em *Reyes*, sete em *Lachixolana*, seis em *La Cienega*, sete em *Mazaltepec* e seis em *La Tejabana*. Para os fins da entrevista aberta aos representantes destes grupos, foi realizada uma entrevista coletiva onde se reuniram as sete presidentes, estando algumas acompanhadas da tesoureira e secretária, as quais também intervinham, contribuindo com informações.

No caso das cooperativas singulares do CRESOL, foram estudadas duas cooperativas localizadas no estado do Rio Grande do Sul, mais especificamente nos municípios de Aratiba e de São Lourenço do Sul (Vila Boa Vista). Com relação à Cooperativa de Aratiba, no momento da pesquisa (julho de 2004) se encontrou aproximadamente 700 sócios, dos quais aproximadamente 90 eram mulheres, o que corresponde a 13% do total. Deste número, foram entrevistadas 20 mulheres o que contemplou 22%, do total das participantes nesta cooperativa pertencente em três grupos de mulheres nas localidades de Sarandi, Barra do Engeitado e Pio X. Sobre a cooperativa de São Lourenço, no momento da pesquisa (setembro de 2004) estava integrada de aproximadamente 700 sócios, dos quais aproximadamente 70 eram mulheres, o que equivale a 10% do total. Deste número de mulheres foram entrevistadas 19, o que contemplou 27% das participantes nesta cooperativa, pertencentes a seis localidades (Monte alegre, Coxilha Negra, Boa Vista, Picadas Quebedos, São João da Reserva e Boqueirão Velho)⁸. O total de mulheres participantes na pesquisa foi de 44 nas caixas de poupanças e 39 nas duas cooperativas de crédito com um total de 83 mulheres participantes.

Durante o processo da pesquisa de campo, foi construindo uma amostra não probabilística. Como explicam Cohen & Manion (1989, p.103) “a amostragem não probabilística permite o pesquisador definir os critérios de acordo a disponibilidade dos inquiridos”. Neste sentido, os critérios considerados para a construção da amostra foram: a partir da acessibilidade do pesquisador nas localidades das caixas de poupança e das cooperativas e a disponibilidade das mulheres na participação na entrevista. Desta maneira, foi construindo uma amostra que contemplou mais de 12% da população de mulheres participantes em cada caso selecionado. Os resultados e as conclusões desta pesquisa podem ser considerados exclusivamente das sete caixas de poupança pertencentes ao PDRIA localizadas na região central no estado de Oaxaca e as duas cooperativas de crédito pertencentes ao CRESOL localizados no município de Aratiba e de São Lourenço do Sul no estado de Rio Grande do Sul.

⁸ Para o caso da seleção das mulheres, nas duas cooperativas às quais foi aplicado o questionário, considerou-se o seguinte: na cooperativa de Aratiba, foram considerados três grupos que estiveram disponibilizados para a realização da pesquisa. Estes grupos estavam integrados de aproximadamente 15 a 20 sócias, das quais 8 foram entrevistadas em Sarandi, sete em Barra do Engeitado e cinco mulheres em Pio X. Para o caso da cooperativa de São Lourenço do Sul, foram consideradas 19 mulheres pertencentes a seis localidades e que não estavam integradas em grupos. Neste sentido, se aplicou o questionário de acordo com a disponibilidade de tempo e localização das mulheres. Para analisar a dinâmica destas duas cooperativas, foram realizadas duas entrevistas coletivas: uma entrevista coletiva com membros da diretoria da cooperativa de Aratiba (na qual estavam presentes o diretor, o agente comunitário e um funcionário) e outra entrevista aberta e coletiva à Diretoria da cooperativa de São Lourenço (na qual se encontrava o diretor, um membro do comitê de crédito, um funcionário e um representante da cooperativa de produção e comercialização).

Em relação aos procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, foram divididos em dois aspectos: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica foi acessada em fontes primárias e secundárias de documentos institucionais produzidos pelo CRESOL e pela teoria, tais como: relatórios anuais, revistas, textos e outros materiais produzidos pelas cooperativas singulares. Obviamente, as visitas realizadas diretamente nas cooperativas e o percurso pelas unidades de produção de algumas sócias das duas cooperativas de crédito do município de Aratiba e do município de São Lourenço do Sul e das sete grupos de caixa de poupança acabaram sendo cruciais para compreender as suas dinâmicas. Em algumas situações foram entrevistados também representantes de cooperativas de produção que realizam parceria com o CRESOL e técnicos que atuam no âmbito municipal para compreender a dinâmica do CRESOL e do PDRIA.

A respeito das informações teóricas e políticas, estas foram coletadas através de pesquisas em fontes secundárias na biblioteca universitária, principalmente livros, banco de teses, revistas científicas, jornais e sites na internet, além de participações em seminários, palestras e encontros em diferentes fóruns, relacionados ao tema.

Os procedimentos seguidos para a pesquisa de campo foram obtidos mediante a aplicação de um questionário estruturado as sócias dos grupos e das cooperativas, organizados em cinco blocos, compreendendo as seguintes questões: a) características identitárias, b) atividades econômicas, c) situação nos programas de microfinanciamento (a Cooperativa de Aratiba e de São Lourenço do Sul pertencentes à CRESOL e sete Caixas de Poupança pertencentes ao PDRIA), d) patrimônio sócio-econômico e, e) indicadores sociais e participação em organizações sociais e políticas⁹ com o objetivo de coletar informações empíricas sobre as variáveis indicadas no Quadro 1. Em um segundo grupo social, foram realizadas duas entrevistas coletivas abertas a três diretores da CRESOL-BASER em Francisco Beltrão, Paraná, e uma entrevista com o diretor da Cooperativa Singular de Pranchita, também no estado do Paraná, para conhecer a formação e a dinâmica do CRESOL¹⁰. Num terceiro grupo, foi realizada uma entrevista coletiva aberta aos membros da diretoria da Cooperativa do município de Aratiba e outra entrevista coletiva aos membros da

⁹ Para coleta de dados empíricos, utilizou-se o questionário que constitui o Apêndice A. Os dados foram processados e analisados com o auxílio de programas computacionais e da Estatística – Statistical Pedkage for Social Sciences (SPSS) e o Programa do Excel. Esta informação esta apresentando em tabelas de freqüências e tabelas de cruzamento. As tabelas de freqüências analisa-se no Capítulo 3 e as tabelas de cruzamentos analisa-se no Capítulo 4, as tabelas de cruzamento constitui o Apêndice D.

¹⁰ Guia de entrevista – Apêndice B.

diretoria da Cooperativa de Boa Vista, no município de São Lourenço do Sul no estado do Rio Grande do Sul.

Quadros 1 - Variáveis empíricas utilizadas para a análise das dimensões e os eixos

Eixos	Dimensões	Variáveis
Identidade socioprofissional	Práticas socioeconômicas	- Perfil sócio-demográfico. -Reprodução social (familiar/comunitária). -Patrimônio familiar. -Atividades produtivas.
	Dinâmica dos programas de microfinanciamento	-Acesso ao crédito. -Acesso de assistência técnica. -Cursos de capacitação técnica e social. -Acesso ao mercado. -Participação (grupo e cooperativa).
Cidadania	Trajétoria de participação em organizações sociais e políticas	-Participação em organizações sociais e políticas.
	Percepção de direitos cidadãos	- Direitos políticos, sociais e civis.

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

O trabalho de campo foi desenvolvido em duas etapas. Na primeira etapa, foram efetuadas duas viagens exploratórias, durante o ano de 2003, à Central do Sistema CRESOL, onde se realizaram duas entrevistas coletivas com os três diretores do CRESOL-BASER para conhecer a dinâmica da cooperativa e uma visita à cooperativa singular do município de Pranchita, no estado do Paraná, para ampliar a informação sobre a dinâmica do CRESOL. Nesta etapa, foram selecionadas as cooperativas singulares que se usaram como objeto de estudo empírico. Na segunda etapa, em 2004, se realizou a visita aos grupos comunitários de Caixa de Poupança no estado de Oaxaca, no México, onde se aplicaram os questionários e, ao mesmo tempo, se realizou uma entrevista coletiva com as presidentas de sete grupos sobre as seguintes questões: origem e formação dos grupos, dinâmica dos grupos, problemas e perspectivas¹¹.

No mesmo ano, se aplicaram os questionários às mulheres participantes na Cooperativa Singular de Aratiba e de Boa Vista (São Lourenço do Sul), e se realizaram as entrevistas dos membros da diretoria das duas cooperativas selecionadas para obter dados específicos sobre a origem e formação, dinâmica da cooperativa, problemas e perspectivas.

¹¹ Para as entrevistas se utilizou um roteiro de entrevista que constitui o Apêndice C, no qual constam os conteúdos das entrevistas analisadas através da verificação de conteúdo para sua interpretação.

A apresentação dos dados empíricos do questionário foi através de tabelas e reforçada com os depoimentos das entrevistas através da análise do discurso, o que permitiu interpretar os significados, privilegiando os elementos que determinaram a (re)definição da identidade socioprofissional para o desenvolvimento da cidadania das mulheres rurais participantes nos sete grupos comunitários de caixa de poupança do PDRIA do estado de Oaxaca e das duas cooperativas de crédito localizadas no estado de Rio Grande do Sul pertencentes ao CRESOL. Durante a interpretação dos dados empíricos, foi desenvolvida uma análise comparativa dos dois programas estudados, caracterizando os elementos diferenciados de cada caso, ressaltando as características peculiares de cada programa.

Esses resultados encontrados na pesquisa se sustentam e se evidenciam nos capítulos que estruturam este estudo. No primeiro capítulo, são desenvolvidas as idéias e as referências teóricas sobre a questão da identidade profissional, baseadas na teoria estabelecida por Dubar (1997), Berger e Luckmann (1995). Além disso, é feita, uma reflexão sobre a identidade na era da modernidade como uma condição própria da identidade profissional, apoiada em autores como Larrain (1996) e Habermas (1990), retomando as idéias para analisar a redefinição da identidade profissional de mulheres rurais com referências teóricas de Bonelli e Donatoni (1996), Gohier (2002) e Giuliani (1997). Da mesma forma se desenvolve o conteúdo da cidadania à luz das discussões de Marshall (1965), Turner (1993) e Stuart e Held (1990), ressaltando as características e os elementos que definem o conteúdo da cidadania. A parte final é dedicada às considerações sobre o papel da mulher nas unidades de produção familiar, enfatizando as transformações e limitações.

No segundo capítulo, reflete-se sobre as políticas agrícolas, mais especificamente sobre o emprego do crédito na agricultura familiar, principalmente das mulheres. Além disso, são analisados os princípios de funcionamento operacionais, dos programas de microfinanciamento: seus limitantes, características, recursos e a focalização das mulheres no acesso aos instrumentos produtivos (crédito, capacitação e assistência técnica), ao mesmo tempo se analisam os dois programas de microfinanciamento organizados através de grupos de caixas de poupança do PDRIA e de cooperativas de créditos do CRESOL, que são objeto empírico deste estudo. Finalmente, se descrevem as condições sócio-econômicas nas unidades de produção familiar das mulheres.

No terceiro capítulo, são abordadas as atividades sócio-econômicas e a participação das mulheres de sete grupos comunitários de caixas de poupança do PDRIA – que funciona na região dos Vales Centrais de Oaxaca, no México – e das mulheres que participam em duas

cooperativas singulares de crédito do CRESOL – que funciona no estado do Rio Grande do Sul. Neste capítulo, identificam-se as atividades sociais e produtivas assim como sua contribuição econômica na família, enfatizando as atividades que materializam tais contribuições o que conduz a (re)definição da identidade socioprofissional como oportunidade para o desenvolvimento da cidadania.

No quarto capítulo, identificam-se as variáveis que determinam a redefinição da identidade profissional e o desenvolvimento da cidadania através de um exercício de relação das variáveis, que tiveram respostas tanto favoráveis como desfavoráveis por parte das mulheres através de uma análise quantitativa.

No quinto capítulo, são analisados os dados empíricos e as evidências teóricas na redefinição de suas atividades produtivas, realizando um confronto entre o discurso de identidade e cidadania e o discurso sobre os princípios e funcionamento operacionais dos programas de microfinanciamento com as evidências empíricas encontradas no trabalho de campo, o qual redefine a identidade socioprofissional para o desenvolvimento da cidadania.

1 IDENTIDADE SOCIOPROFISSIONAL E CIDADANIA DAS MULHERES RURAIS

Neste capítulo, desenvolvem-se os conceitos teóricos sobre a construção da identidade profissional e da cidadania. A discussão da identidade se realiza a partir de uma revisão sobre o conceito, considerando que a construção da identidade do sujeito está relacionada com os fenômenos que ocorrem em um nível macroestrutural, vinculados às experiências e vivências dos sujeitos, ou seja, com o conjunto de relações sociais, econômicas, políticas e culturais que se desenvolvem nas diversas etapas de sua vida, os quais definem e redefinem a identidade do sujeito.

Neste sentido, a discussão que se desenvolve na primeira seção deste capítulo está orientada a entender a identidade como um processo em construção ao longo da vida do sujeito nas diferentes experiências do sujeito, nos diversos espaços da organização social e as relações que estabelece com as instituições sociais (família, escola, lugar de trabalho). A análise da identidade se dá a partir de três enfoques teóricos: o funcionalismo, a interação simbólica e a fenomenologia. A partir destas idéias, aborda-se a questão da identidade socioprofissional como uma questão fundamental nas sociedades modernas, já que, como discutem Berger e Luckmann, a identidade profissional está no centro das sociedades modernas, sustentadas na centralidade do trabalho que desenvolvem os atores através do reconhecimento social de sua atividade e a partir da validação social do trabalho no mercado. Esse processo de validação social do trabalho dos indivíduos possibilita um processo de desenvolvimento da cidadania, o que é discutido também nesta seção.

Na segunda seção deste capítulo, se discutem os conceitos teóricos que definem o envolvimento das mulheres rurais nas atividades produtivas: seus alcances e limitações na contribuição para o desenvolvimento da sociedade rural.

1.1 Desenvolvimento da Identidade

O estudo da identidade tem estado presente nas análises da Filosofia, Psicologia, Literatura História e Biologia. Mas, desde os anos sessenta, tem sido estudado pela Sociologia. Dubar (1997) defende uma abordagem na qual assinala que a identidade individual é um processo que se inicia a partir do nascimento do sujeito. Ela é construída na infância e pode ser reconstruída ao longo da vida, sob sucessivas socializações em múltiplas e complexas relações nos processos de transformações em nível macroestrutural e microestrutural. Este último parte da suposição de que os fenômenos sociais que ocorrem no nível macroestrutural não se encontram separados das experiências dos indivíduos que atuam no conjunto de relações sociais, econômicas, políticas e culturais. Deste modo, existe uma relação dinâmica entre o sujeito e a estrutura que determina a construção da identidade do sujeito, considerando que tanto a estrutura social como as vivências e experiências do sujeito estão em constante mudança. Por tanto, a identidade é um processo que nunca termina, em outras palavras, está sempre em construção, já que é o resultado de um processo complexo que adquire distintas características.

No entanto, existem estudos que concebem a identidade como um elemento estável da personalidade ou da comunidade e como uma essência. Em relação a essas diferenças do processo da construção da identidade, podem-se colocar como assinala Sciolla (*apud* ARTEAGA, 2000, p. 49), três correntes principais que discutem esta orientação: o funcionalismo, o interacionismo simbólico e a fenomenologia.

1.1.1 Os três enfoques teóricos

a) A primeira corrente é o funcionalismo: nela destaca-se Parsons, que define a identidade como um sistema central de significados que orienta normativamente o indivíduo e dá sentido à sua ação. Esse sistema seria o resultado da interiorização de normas, valores e códigos culturais, altamente partilhado e mediado por um sistema social. Neste sentido, a identidade se apresenta como um componente estável da personalidade.

O modelo de Parsons vê a ação como um sistema, no qual os elementos externos ao indivíduo têm forte presença, ainda que Parsons afirme que a ação do indivíduo tenha componentes tanto objetivos como subjetivos. As condições e os meios da ação se referem aos primeiros, enquanto os fins, o esforço e as normas, aos segundos. Para o autor, toda ação

supõe uma tensão entre ambos os elementos. Sua teoria estrutural-funcionalista se baseia num delineamento sistêmico da vida social, em que o conceito de papel social é fundamental. Assim mesmo, destaca que o processo de socialização definida como aquisição das normas de orientação de valor, apresenta um elemento estratégico na definição de normas de expectativas de papéis sociais do indivíduo, assim como na estrutura da personalidade. Desta maneira, Parsons acrescenta:

é a interiorização das pautas de orientação de valor (através do processo de socialização), que se incorporam às expectativas do rol pelo ego dos agentes socializadores significativos, o que constitui o elemento estratégico desta estrutura básica da personalidade” (Parsons, 1976, p. 217).

A partir desses conceitos da teoria de Parsons, é possível ver como se colocam os elementos estáveis do subsistema da personalidade em íntima relação com o subsistema social e cultural no qual o processo de socialização cumpre uma função importante na hora de integrar o indivíduo a esse mundo social, dotando-o de um papel que dependerá de *status*. Pode-se, então, entender a identidade como um elemento que varia pouco através da vida do indivíduo e que está estreitamente vinculada ao subsistema social e ao aprendizado dos papéis sociais. Nesta linha, levando em consideração o modelo estável de identidade, podemos resgatar o vínculo que se estabelece entre estrutura social e identidade pessoal, embora, para esse enfoque, a primeira condicione a última.

b) A segunda corrente é o interacionismo simbólico: esta corrente concebe uma identidade que não seja estável, mas que esteja em permanente construção, sendo produto das interações cotidianas dos indivíduos. Dentro desse esquema, os valores e os códigos sociais representariam o contexto geral, mas não seriam determinantes.

Esta questão é discutida pela teoria desenvolvida por George H. Mead (*apud* HABERMAS, 1990, p. 169). O autor assinala que o indivíduo é sujeito e objeto num mesmo sistema interpessoal. A personalidade se desenvolve num processo de socialização que resulta da ação de aspectos objetivos e subjetivos, dando-se uma estreita relação entre a personalidade e o sistema social. Para Mead, a conduta de cada indivíduo se constrói a partir de uma série de ajustes, pelo qual uma pessoa responde tanto para si mesma como para o resto. A linha de conduta de um indivíduo se constrói à medida que se ajusta a uma série de estados orgânicos, objetos perceptivos, imagens e reações previstas de outras pessoas, sendo importante o papel das múltiplas interações do indivíduo. Ainda, cada pessoa, embora seja

produto da sociedade, conserva suas características peculiares já que incorpora ao outro generalizado desde um ponto de vista único.

O conceito de “outro generalizado”, ressaltado por Mead, refere-se ao caráter social dos gestos, isto é, cada pessoa atua em referência não só ao outro imediato, como a um outro mais generalizado. Este outro generalizado está imerso no ator, devido à sua larga trajetória e integração na vida social. Ao mesmo tempo, Mead assevera que “os sistemas simbólicos supra-individuais são os mais importantes criadores de significado dos objetos de um indivíduo. Em oposição às teorias individualistas, assinala que o sistema simbólico mais comum, a linguagem, precede a ação” (HABERMAS, 1990, p. 169).

Segundo Habermas, a interação é uma “interação de gestos”, referindo-se aos múltiplos movimentos e expressões que os indivíduos realizam, incluindo a linguagem. Estes mais se baseiam em atitudes individuais, dependem de marcos simbólicos mais gerais. Desse modo Habermas (1990), assinala:

A identidade se forma sob o aspecto de uma relação entre Me e I, onde Me designa a perspectiva desde a qual a criança constrói um sistema de controles internos de comportamento. Através da internalização de papéis sociais, se forma uma estrutura de superego cada vez mais integrada, que permite ao agente orientar-se por pretensões normativas de validade. Ao mesmo tempo se forma o I, que alude ao eu, ao mundo subjetivo das vivências, onde cada um tem um acesso privilegiado. Enquanto que o Me parece estável, Mead não parece tão seguro da estabilidade do I, enquanto o concebe como um elemento que separa da instância representada por normas sociais e que vá mais além do indivíduo institucionalizado. (p. 62-63).

Dessa forma, a criança desenvolve a identidade na medida em que se forma para um mundo social ao qual pertence e, complementarmente, para um mundo subjetivo distinto e separado do mundo externo das normas e dos fatos, e ao qual só ela tem acesso. Neste sentido, é interessante a contribuição do subjetivo, como um elemento central da identidade, resgatando sua dimensão individual.

c) A corrente fenomenológica: discute que a construção da identidade é um produto de sucessivas socializações. A socialização define-se, como a imersão dos indivíduos naquilo que chama “mundo vivido”: o qual é, simultaneamente, um universo simbólico e cultural e um saber objetivo sobre este mundo. Entre os autores que discutem esta corrente encontramos Berger e Luckmann (1995). Ambos destacam que a identidade individual é adquirida a partir da socialização primária, iniciada com a incorporação da linguagem (falar) e depois com as formas de comunicação (ler e escrever) de uma criança; o que constitui o processo

fundamental da primeira identidade do sujeito. O desenvolvimento destes saberes depende, essencialmente, das relações que se estabelecem entre o mundo social da família e o universo institucional da escola. Os autores afirmam que a escola assegura a legitimação de certos saberes sociais que não se adquire na família, mas também existe uma influência de sua própria relação com os adultos que assegura sua identidade, passando a ser um componente estável da personalidade, embora possa mudar no momento posterior, da socialização secundária.

Na socialização primária, o indivíduo é induzido ampla e coerentemente no mundo objetivo da sociedade ou num setor dele, convertendo-se, através dela, em um membro da sociedade. Assim, todo indivíduo nasce dentro de uma estrutura social objetiva, onde se lhe impõem os significantes encarregados de sua trajetória. A criança nasce dentro de um mundo social objetivo que aparece pelos outros significantes que mediatizam o mundo para ele, segundo a situação que ocupam na estrutura social e as idiosincrasias individuais.

A socialização secundária é um processo posterior que induz o indivíduo a novos setores do mundo objetivo da sua sociedade. Nesta, ocorre a internalização de submundos institucionais ou baseados em instituições. Seu alcance e seu caráter são determinados pela complexidade da divisão do trabalho e pela distribuição social do conhecimento especializado. Essa socialização leva à aquisição de conhecimento específico de papéis que estão direta ou indiretamente arraigados na divisão do trabalho, neste processo, o indivíduo adquire conteúdos e conhecimentos específicos que definem a identidade profissional. Neste processo, a identidade subjetiva é precária, já que depende das relações do indivíduo com outros significantes que podem variar ou desaparecer. A identidade se legitima definitivamente no contexto de um universo simbólico que o protege das contingências da sociedade e das autotransformações. Essa legitimação integra todas as transformações concebíveis da identidade. Assim, o universo simbólico estabelece uma hierarquia que dá certa segurança ao indivíduo de ser o que ele é, como, por exemplo, quando desempenha papéis sociais (agricultor, pai, esportista, fumante).

Desta forma, os autores realizam uma reflexão acerca da trajetória do indivíduo e da estrutura social, acentuando que sempre a primeira se desenvolve no contexto da segunda. Para eles:

A identidade é um elemento chave da realidade subjetiva e se encontra em relação dialética com a sociedade, enquanto se forma por processos sociais e pode manter-se, modificar-se ou reformar-se por meio das relações sociais. Assim, “as identidades produzidas pelo interjogo do organismo, consciência individual e estrutura social, reagindo sobre a estrutura social estabelecida, mantendo-a, modificando-a ou ainda reformando-a” (Berger y Luckmann, 1995, p. 216).

A proposta de Berger e Luckmann concebe a possibilidade de mudança na identidade, a partir das noções de socialização primária e secundária. Desse modo, marca a inter-relação dinâmica entre indivíduo, estrutura social e organismo, o que é imprescindível para abordar o problema da identidade em contextos de mudanças estruturais.

Sobre a base dos autores e correntes teóricas analisadas, resgatam-se elementos centrais do processo geral de construção de identidades. Neste sentido, postula-se que a identidade não é estática nem fixa, sendo que se constrói em um processo complexo, na qual a subjetividade interage tanto com elementos macro como microssociais.

Ao mesmo tempo, conserva-se a idéia de que é possível que a identidade do sujeito mude de acordo com as experiências que vai adquirindo ao longo de sua vida. Essa mudança geralmente ocorre em algumas facetas da identidade, sendo difícil que um indivíduo altere totalmente sua personalidade. Também se estabelece que essas mudanças podem ter lugar em diferentes tempos.

De outra forma, vinculada à anterior, apóia-se à idéia de que a identidade é relativamente modificável de acordo com os contextos de interação em que o sujeito se encontra o que implica a existência de diversas facetas da identidade, as quais, por sua vez, podem ser diferenciadas em termos analíticos.

Finalmente, os processos que caracterizam a construção da identidade variam consideravelmente, tanto na intensidade como na complexidade das dimensões envolvidas, de acordo com o tipo de fenômeno em questão. Assim, a construção da identidade se relaciona com as épocas e espaços nos quais se desenvolve, já que, numa identidade desenvolvida no setor rural, estão imersos conteúdos relacionados com o mundo natural, bem como os vínculos sociais influenciados pelos saberes tradicionais e modernos diferentes, como o que acontece em outros setores da sociedade.

1.1.2 A identidade no contexto da modernidade

A identidade é um fenômeno próprio da modernidade. Desde uma perspectiva filosófica, colocou o ser humano no centro do mundo, em contraposição à concepção teocêntrica medieval. As concepções filosóficas modernas de identidade se baseiam na crença de um centro interno que emerge com o nascimento como uma essência ou alma. Essas concepções foram criticadas por pensadores como Hume (*apud* LARRAIN, 1996), que assinalava não ser esta idéia compatível com a possibilidade de troca. Mais tarde, desde a perspectiva da psicanálise, postulava-se a presença de elementos inconscientes na constituição do sujeito. Por sua vez, Foucault destacou o descentramento do sujeito, mostrando que este se constitui a partir de relações de poder que atuam sobre seu corpo (LARRAIN, 1996).

Neste sentido, Stuart Hall (*apud* LARRAIN, 1996) distingue três etapas, nas quais três tipos de identidade correspondem a três tipos de sujeitos: o sujeito da ilustração, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno, dando-se uma progressão desde uma noção de sujeito como substância imutável até um entendido como uma construção social e, finalmente, um sujeito dividido, no qual sua identidade se encontra em crise. A respeito disto, Dubet assinala:

(...) a época clássica deu forma ao sujeito da modernidade, da razão, da cidadania e do interesse individual. Assim, as sociedades tradicionais determinaram uma concepção de sujeito vinculado à organização social, à integração, à fusão do grupo e ao diálogo de honra. Por sua vez, a sociedade industrial, não rompeu de todo com essa idéia, ainda que, a razão se converta em capacidade de transformar o mundo. (Dubet, 1989, p. 519).

Por sua vez, Giménez (1992) indica que se poderia falar de uma distinta maneira de construção de identidades nas sociedades arcaicas, tradicionais ou modernas. Nas primeiras, poderiam assinalar-se referentes míticos e práticas rituais, como elementos que sustentam e dão forma à identidade individual e coletiva. Nas sociedades tradicionais, a identidade teria uma abordagem coletiva, sendo chave o elemento étnico, fundado nos mitos de origem e nas tradições religiosas. Conforme Habermas:

A crescente dissociação e desarticulação entre os distintos subsistemas na sociedade moderna produz um aumento da complexidade do sistema, junto a uma racionalização progressiva do mundo da vida, o que implica perturbações nos processos de reprodução material e simbólica. Nas sociedades arcaicas havia pouca distância e separação entre o sistema e o mundo da vida, diferente do que ocorre nas sociedades modernas, onde se produz uma separação de ambas as esferas. Neste sentido, nas sociedades arcaicas se daria uma estreita relação e harmonia entre instituição, visão de mundo e indivíduo. Assim, a visão de mundo integra a ordem institucional, conferindo-lhe unidade de sentido e dotando de sentido a vida individual (Habermas, 1990, p. 224).

Habermas sustenta que a crescente dissociação entre o sistema e o mundo da vida implicaria trocas nas bases materiais e simbólicas de construção da identidade. A total integração nas sociedades arcaicas é ideal, se bem foi, as mesmas se aproximariam a esse modelo, assinalando que “as imagens míticas do mundo apagam as diferenças categoriais entre o mundo objetivo, mundo social e mundo subjetivo” (HABERMAS, 1990, p. 224). Em suma, nessas sociedades se produz a integração sistêmica e social. Nas sociedades cada vez mais diferenciadas, os sistemas sociais também se tornam mais complexos, o mundo da vida escolhe e se transforma em um subsistema a mais. Esta evolução implica também uma diferenciação estrutural do mundo da vida, portanto, uma autonomização do sistema institucional ante a cultura e a personalidade.

Geralmente, existem coincidências entre os autores ao estabelecer que a identidade em sociedades tradicionais é construída num contexto social lógico e unitário, diferente da dispersão, complexidade e indeterminação que apresenta a construção da identidade nas sociedades modernas. Aqui se centra o debate teórico acerca da identidade, observando que se intensificam os processos de complexificação e diferenciação das sociedades. Melucci discute esse processo, indicando que:

Nos sistemas altamente diferenciados é cada vez mais necessário um nível de autonomia dos distintos componentes, para seu funcionamento, devido a que cada elemento do sistema é dirigido por recursos específicos, o que leva os processos de individualização de acordo com o funcionamento dos sistemas. Assim mesmo, enquanto mais trocam, requerem mais flexibilidade e previsibilidade para controlar a troca. (Melucci apud Arteaga, 2000, p. 46)

A diferenciação implica tanto diferenciação em subsistemas como multiplicação de categorias sociais e critérios de classificação. Além disso, a diferenciação se refere também ao âmbito simbólico, no qual contribui com uma ausência de pontos de referência unitários e de um sistema de símbolos sociais partilhados, dando passo a uma pluralidade de alternativas, assim como a uma pluralidade de mundos da vida. Isso à diferença das sociedades tradicionais, quando o ser humano habitava em mundos de vida relativamente unificados, com altos graus de interação, em torno de ordens aglutinadoras de significado, geralmente o religioso.

Na sociedade moderna, os distintos setores da vida cotidiana colocam em relação a mundos de experiências e significados distintos e, geralmente, discrepantes, que aludem a uma sociedade segmentada, afetando não só a conduta como também a consciência. Referindo-se à pluralização, Berger, Berger e Kellner assinalam que:

É inerente às duas experiências na sociedade moderna: a vida urbana e a comunicação de massas. Isto afeta a consciência individual, na medida em que o indivíduo é bombardeado por múltiplas informações e comunicações, o que amplia a mente, mas debilita a possibilidade do mundo doméstico. Devido a isso, os indivíduos tentam construir e manter um mundo doméstico significativo que lhes sirva de centro, tentam construir um mundo privado que lhes proporcione uma ordem de significações integradoras e que sustentem, onde caibam experiências como a aproximação e as seitas religiosas (Berger, Berger e Kellner, 1979, p. 63).

Vale dizer, ante a crescente complexidade que se apresenta ao indivíduo nas sociedades modernas, que o mesmo constitui estruturas de redução de complexidade, como o estilo de vida que lhe permite construir e expressar a própria identidade, dotando de coerência a própria vida e orientando as ações cotidianas.

Nesse contexto, aparece cada vez mais relevante para os indivíduos o sentido de pertencimento e identificação. A este respeito, Natale (1994) assinala, em primeiro lugar, uma necessidade-valor, que funciona como ponto de referência simbólico no sistema de expectativas do sujeito, especialmente no atual contexto de crise das instituições de socialização primária e secundária. Por sua vez, a identificação com a coletividade permite reforçar a consciência do pertencimento. As conseqüências desses processos de pluralização se refletem, por exemplo, na vida cotidiana dos indivíduos, na indeterminação de seus cursos da vida e na diversidade de alternativas, o que por sua vez aumenta a possibilidade de frustração.

Como coloca Melucci (1997), hoje em dia a identidade deve conviver com a complexidade dos sistemas sociais, o que supõe que cada um é participante de distintas “regiões de sentido”; quer dizer que, ao passar de uma região à outra, deve-se ser capaz de redefinir quem se é. Assim mesmo, essa complexidade social implica que as possibilidades disponíveis em termos simbólicos excedem as possibilidades em termos de ação, o que produz um excedente cultural: que as possibilidades que se apresentam são mais amplas das que realmente é possível realizar, produzindo-se uma defasagem entre ambas. Assim, o processo de construção da identidade remete à realização de eleições constantes.

Neste sentido, Melucci apresenta duas respostas polares: a) eliminar as fronteiras entre grupos sociais, o que implica suprimir as fronteiras simbólicas onde tudo é possível; b) fechá-las, que seria uma resposta fundamentalista. Ambas as respostas se encontram tanto na vida cotidiana individual, como nas coletividades. Estas características fazem com que os

processos de construção da identidade sejam altamente arriscados, no sentido de que não haja garantias e que os mesmos dependam da realização de eleições. Por outra parte, o projeto vital - que é convertido num valor em si mesmo nas sociedades modernas - está sujeito à revisão contínua, ou seja, supõe uma contínua reinterpretação examinada ao ser, por sua vez, a fonte de identidade.

Esses fenômenos relevantes que acontecem na sociedade moderna levam Berger, Berger e Kellner a definirem a identidade como “a experiência real do eu numa situação social determinada, à maneira como os sujeitos definem a si mesmos” (BERGER, BERGER e KELLNER, 1979, p. 75). Esta situação pode ser vista a partir de algumas características atribuídas à identidade moderna, como explica ARTEAGA (2000). Em princípio, referem-se à identidade moderna como especialmente aberta, embora assinalem que existam elementos mais ou menos estáveis desde a socialização primária. A identidade se caracterizaria por uma grande abertura em que a biografia do sujeito se percebe como uma migração entre distintos mundos sociais e como a possibilidade de realização de distintas identidades.

Deste modo, um de seus riscos é ser especialmente diferenciado o que implica uma grande profundidade na subjetividade individual. Estes elementos levam os autores Berger, Berger e Kellner, (1979) a destacar que a identidade moderna é indeterminada, transitória e propensa a mudanças, o que geraria uma crise permanente do indivíduo. Ainda que, como indica Sciolla, mais que crise de identidade, dever-se-ia falar de crise de uma determinada concepção de identidade, que a vê como estável, essencial, dotada de lógica e unidade.

Outro aspecto que caracteriza a identidade moderna é sua flexibilidade, por estar o indivíduo exposto permanentemente à necessidade de tomar decisões, planejar e, portanto, refletir sobre o mundo e sobre si mesmo. Por isso, a identidade moderna se caracteriza por uma especial individualização, traduzida em liberdade, autonomia e direitos individuais. Pode materializar-se a partir de uma identidade profissional que lhe permite, entre outras coisas, controlar os recursos, planejar, construir a própria vida de maneira mais racionalizada, o que permite reorganizar o tempo e o espaço nos quais universalizam riscos institucionais e transformam o conteúdo e a natureza da vida social cotidiana. Neste sentido, perde-se como centro a referência grupal e comunitária, num contexto onde se conformam as condições e mecanismos de uma crescente individualização na atribuição e geração da identidade. (ARTEAGA, 2000, p. 48).

1.1.3 Conceitos da identidade profissional

A partir dos elementos teóricos discutidos, a identidade profissional se desenvolve como capacidade estratégica, vinculada à modernidade. Essa identidade questiona os princípios tradicionais de permanência e de definição de si. Além disso, essa nova concepção remete a interesses racionais em competência no mercado. A identidade social (profissional) já não está definida pela internalização de normas e regras, mas sim pela capacidade estratégica de alcançar certos fins, com o que se transforma, então, num recurso para a ação.

Paralelamente com essa concepção, se cria uma valoração da autonomia pessoal contra identidades atribuídas (DUBET, 1989, p.526). A construção, a permanência e as mudanças da identidade, como se mencionou antes pode dar-se em relação com processos macroestruturais – como na inserção dos indivíduos em num novo tipo de relação profissional –, bem como podem construir-se e modificar-se com base em interações da vida cotidiana – como nas relações familiares ou em influências decisivas de algumas dessas interações na biografia de cada sujeito.

Retomando as idéias de Berger e Luckmann, a identidade profissional se constrói a partir da trajetória de uma atividade, o que implica a valorização e o significado que lhe outorga essa atividade. Para a maioria das pessoas nas sociedades modernas o princípio regente do projeto vital é o trabalho, o qual aporta um centro mais estável, coerente e permanente. Nas sociedades modernas, as atividades econômicas são fundamentais enquanto representam um referente de prestígio social e proporcionam privilégios¹².

Neste sentido, os elementos que definem a configuração da identidade profissional de acordo com Bonelli & Donatoni, (1996), estão relacionados com: a) disponibilidade de um conjunto de conhecimentos específicos e especializados (processo de qualificação), b) habilidades inerentes do indivíduo para dominar os conhecimentos e as técnicas e saberes necessários para o desenvolvimento da atividade profissional (processo de qualificação), c) as relações sociais onde o indivíduo está inserido, através de redes e grupos sociais que compõe seu círculo social que, em determinado momento, pode reafirmar o reconhecimento de sua atividade profissional (processo de validação); e d) as relações institucionais às quais está vinculado (família, igreja, escola, lugar de trabalho), as quais são elementos que configuram a identidade profissional.

¹² Para maior discussão ver Weber, Max. *The Theory of Social and Economic Organization*. Ed. de A. M. Henderson e Talcott Parson. Nova York: Free Press, 1964 e Wilson William J. *Power, racism and privilege*. Nova York: Macmillan, 1973.

Estes elementos que definem a identidade profissional permitem construir três dimensões, como acrescenta Gohier (2002): 1) a competitividade e o desempenho da atividade produtiva, validados pelo mercado; 2) o desenvolvimento da auto-estima e da identidade pessoal e 3) a dimensão institucional, vinculada com o contexto cultural. Constatase, por tanto, que a construção da identidade profissional implica, em primeiro lugar, um processo de apropriação sobre os elementos que se envolvem nos processos produtivos, o que permite acessar uma qualificação. Em segundo lugar, implica um processo de reconhecimento social de sua atividade, ou seja, a validação social do trabalho vinculado às redes sociais e econômicas onde o sujeito está envolvido, por tanto esta validação pode ser sancionada pelo grupo social ao qual pertence e pelo mercado.

A profissão e a ocupação limitam-se às atividades que requerem um título superior para o seu desempenho, na acepção, portanto, de que “profissionais” são tão somente os detentores de um diploma de curso superior, utilizado por estes para a conquista de postos no mercado de trabalho. A Sociologia das Profissões discute que os que não portam um título superior possuem apenas uma ocupação. Embora tenha havido essa distinção, Bonelli e Donatoni asseveram não terem “a pretensão de ignorar as disputas em torno da classificação, bem como as lutas pela inclusão ou exclusão desta ou daquela atividade do universo profissional” (BONELLI & DONATONI, 1996, p.111). Por outro lado, as autoras mencionam na sua resenha os trabalhos de Pereira e Kawamura, os quais apresentam uma visão dicotômica do mundo profissional, no contexto de “uma concepção sociológica que vinculava as profissões com uma tendência a virem aderir a um dos blocos polares da sociedade: a burguesia ou o proletariado”. (BONELLI & DONATONI, 1996, p.125)

No entanto, a profissão de um agricultor acontece de acordo com a dinâmica do território rural¹³, tendo por base as estratégias de reprodução que envolve a organização do trabalho na unidade de produção e sua relação com o mercado, e não pela obtenção de um diploma onde esteja creditado o título de agricultor. A profissionalização é uma qualificação das competências do agricultor, uma hibridização de valores e novas atitudes que definem a profissão. Assim, as representações inseridas, produzidas e emitidas sobre o vivido e a realidade social, na qual a família está inserida, transformam-se. A identidade do agricultor diz respeito a uma sabedoria implícita ao domínio das informações sociais e mentais, que são

¹³ O território rural é uma construção social delimitado por um conjunto complexo de variáveis e indicadores: fauna, flora, modo de vida, identidades, política, etc., que no conjunto atribuem especificidades. Maior discussão ver: Políticas públicas e desenvolvimento local (GEHLEN, 2004).

adquiridas ao longo da experiência da vida e da trajetória do seu trabalho, e é neste modo de viver e entender seu meio produtivo que o agricultor define seu comportamento.

Em função da crescente relação com o mercado, observam-se diversas mudanças técnico-produtivas que envolvem um processo de transformação sócio-cultural das famílias rurais e, principalmente, das práticas alternativas. Com isso, torna-se cada dia mais evidente que o processo de modernização da agricultura não produz a uniformização, mas sim a diferenciação entre os produtores rurais. Como acrescenta Giuliani (1997), há a tendência à formação de dimensões novas da profissionalização, como a chamada agricultura alternativa – incorporação progressiva das mulheres em atividades produtivas, vinculadas ao mercado, as quais incorporam habilidades tecnológico-financeiras -, abrindo espaço para que se possam desenvolver e criar novos saberes, valorizando os diferentes aspectos do trabalho rural.

A sociologia das profissões sustenta que a atividade de produtor rural tem aspectos que permitem considerá-la uma profissão. Conforme diz Giuliani (1997):

(...) o exercício dessa atividade requer conhecimentos e habilidades específicas, fornece à sociedade produtos indispensáveis e os produtores têm suas próprias associações. Entretanto, as características que identificam empírica e historicamente os indivíduos que se dedicam à produção agrícola não expressam nenhum reconhecimento social no sentido da profissionalização, nem os agricultores têm demonstrado uma clara identidade profissional. (Giuliani, 1997, p.106-107).

Neste sentido, o processo de construção da identidade profissional das mulheres rurais está determinado, por um lado, pelo processo de socialização primária e secundária que vivenciam ao longo de sua vida e, por outro lado, pelas relações sociais, mantidas dentro da organização social, as quais lhes permitem validar ou sancionar as atividades tanto produtivas como aquelas relacionadas ao âmbito doméstico. Como explica Buttiglione (1999), a *profissão* não é apenas um conceito relacionado à Economia e ao Direito, senão tem conotações mais funcionais e integradoras. De acordo com o significado etimológico, o conceito da palavra profissão vem de *profiteor*, que significa declarar-se, oferecer-se, dispor-se, definindo nesta conceituação sua vocação social e não apenas econômica. Por tanto, o elemento chave que define este conceito é a *função social de cada atividade*, sua aptidão para transcender o âmbito privado e configurar de um modo determinado.

Neste sentido, destaca-se a envergadura profissional das atividades tanto produtiva como domésticas que desenvolvem as mulheres na família. Este enfoque integral, como acrescenta Corazón (1999), apresenta uma dupla vantagem: de uma parte, evita a redução

simplista do profissional ao empresarial - o qual conduz a pensar o lar exclusivamente como uma empresa, quando deveria ser ao contrário - e, de outra, só definindo a profissão por sua projeção social e não pelos ganhos, poderemos reconhecer que o trabalho produtivo e doméstico que desenvolvem as mulheres nas unidades de produção possui um verdadeiro sentido profissional – pois, estas atividades permitem a reprodução social das famílias e os mesmos membros sempre estão em processo de validação.

A construção da identidade profissional do indivíduo permite obter o reconhecimento social de suas atividades como parte fundamental nas sociedades modernas para a cidadania, já que, as mudanças que ocorrem não apenas afeta na sua personalidade, mas também na sua vida e na de sua família, resolvendo questões materiais, de auto-realização e de desenvolvimento. Essas questões propiciariam ao indivíduo o desenvolvimento da cidadania, a qual se discute a seguir o seu conceito e suas implicações, e o modo pelo qual é conseguida.

1.2 O desenvolvimento da cidadania

O tema da cidadania é uma questão que está relacionada com a existência social e as relações com a sociedade global. Significa a realização democrática de uma sociedade que comporta todos os indivíduos, a ponto de garantir o acesso a um espaço para desenvolver um trabalho valorizado como fonte de inclusão e participação social e política na sociedade à qual pertence. Isto significa o acesso aos direitos que decorrem desta cidadania. Nesse sentido, o debate sobre a cidadania se centrará em explicar as causas e elementos que compõem este conceito, com o propósito de analisar e responder sobre a ampliação da cidadania das mulheres a partir das atividades produtivas que vêm desenvolvendo em suas unidade de produção familiar e as práticas de participação que realizam na dinâmica dos programas de microfinanciamento rural.

Os direitos de cidadania tomaram a cena política a partir do século XVIII, tendo como marco a Revolução Francesa e a conjuntura histórica que iniciou o que os historiadores denominaram “modernidade”. A liberdade do homem se afirma quando ele se coloca como cidadão, e é a República que garante seus direitos individuais. A análise histórica sobre os direitos de cidadania é marcada por T. H. Marshall (1967), cujo estudo consolidou os debates sobre os três direitos cidadãos dos indivíduos - civil, político e social-, os quais se analisa a seguir.

1.2.1 A cidadania segundo Marshall

Várias das questões mais importantes sobre cidadania são estabelecidas pelo sociólogo inglês Thomas H. Marshall (1967) no final da década de quarenta, questionando e apontando o surgimento e o desenvolvimento da concepção moderna de cidadania. Marshall estudou a incidência que ela tem sobre o fenômeno da desigualdade social. Para este autor, enquanto o desenvolvimento da cidadania constitui-se na igualdade, as classes sociais constituem-se em um sistema desigual. A relação entre o princípio da igualdade inerente à cidadania e o da desigualdade inerente às classes sociais deve ser entendida em termos históricos. Nas suas primeiras formas, a cidadania continha um princípio de igualdade, partindo da base de que todos os homens devem ser livres para, teoricamente, serem capazes de gozar de seus direitos. Entretanto, Marshall indica que isso não significa que, durante todo o tempo, a incidência da cidadania estivera contra a desigualdade.

A existência de um tipo de igualdade humana básica associada à noção de completa pertença de um indivíduo à sua comunidade não é inconsistente com as desigualdades econômicas. A desigualdade do sistema de classes sociais pode ser aceita, cuidando que a igualdade da cidadania seja reconhecida. Portanto, Marshall define a cidadania como “status conferido aos membros de pleno direito de uma comunidade. Todos aqueles que possuem este status são iguais com respeito aos direitos e deveres pertinentes ao status por meio dos quais estes são conferidos” (MARSHALL, 1967, p.92).

Todavia, a identificação do conceito de cidadania como um *status* não deve induzir a uma consideração meramente estática. Pelo contrário, o princípio de igualdade humana inscrito na cidadania foi enriquecido com uma nova substância e investido com uma formidável ordem de direitos, muito além do previsto (MARSHALL, 1967). Disso podemos ver que, para o autor, cada momento constitui a cidadania, ainda em sua consideração mais formal, a cidadania é resultado de um processo.

Um dos aspectos propostos por Marshall é o debate sobre a cidadania moderna em seus estabelecimentos, nos quais esta contém três elementos distintos, tanto no reconhecimento de direitos, quanto das instituições criadas: civil, política e social. O primeiro elemento é o que constitui uma “cidadania civil”, que estabelece os direitos necessários para a liberdade individual: direitos de propriedade e liberdade pessoal, liberdade de expressão, pensamento e culto, mas particularmente o direito à justiça e acesso aos tribunais. Um segundo elemento é a característica da “cidadania política”, construída durante o século XIX,

que inclui o direito de participar do exercício do poder político, mediante o voto ou o acesso a cargos públicos. Com isso, faz-se referência a um aspecto de igualdade na participação na esfera de tomada de decisões. O terceiro elemento é o “social”, surgido, no século XX, das instituições do “estado de bem-estar”. É uma “cidadania social”, que enfatiza os direitos do cidadão à seguridade econômica e social, ou seja, o direito de participar da herança social e viver uma vida civilizada de acordo com os padrões que prevalecem em cada sociedade. Com o advento e consolidação da cidadania social, cumprem-se os ideais do cidadão, de garantir a participação num sentido de colaborar, compartilhar, comunicar, tomar decisões e contribuir nos assuntos centrais de sua comunidade. (MARSHALL, 1967, p.79).

A cidadania social outorga aos indivíduos, além do *status* formal de cidadania, os fundamentos materiais para fazer valer seus direitos sociais. Além disso, a noção e tipo de forma estatal variam, tendo em vista que se trata de uma sociedade liberal democrática, na qual os direitos sociais se expressam em “estado de bem-estar” com maior intervenção da sociedade. Esse terceiro elemento, com suas bases materiais de suporte, permitem à cidadania exercitar seus direitos para a plena participação da localidade.

1.2.2. Elementos que definem a cidadania

Para Turner (1993), a cidadania representa a participação na vida pública, não apenas no campo da política, mas também na vida local. Portanto, isso implica compreender o conceito de cidadania não só no sentido estrito da política, mas também em um sentido sociológico amplo, enfatizando suas relações com a sociedade como um todo. Do mesmo modo, a cidadania está relacionada com direitos e com obrigações, por um lado, ante o Estado e, por outro, frente à sua localidade. Este conceito inclui um conjunto de práticas que constituem os indivíduos como membros competentes de uma localidade, expressando esse conjunto que é de caráter social, legal, político e cultural. Por sua vez, essas práticas constituem mais do que definem o cidadão e, com o tempo, chegam a institucionalizarem-se como ordens sociais normativas da pertença à localidade (TURNER, 1993). A cidadania envolve a idéia de um *status* comum e uma estrutura nacional da política. Mas também “em termos culturais, inclui a noção de uma cultura comum onde os cidadãos podem participar de forma igualitária” TURNER (1993, p.165). Desse modo, o cidadão é ativo na vida pública e pode submeter seus interesses particulares aos interesses gerais da sociedade.

Por sua vez, Stuart e Held afirmam que:

(...) os direitos dos cidadãos têm uma concessão pública e de caráter social porque a cidadania é um estado social, ainda que suas prerrogativas sejam concedidas aos indivíduos. Estes gozam de todos os direitos com base na 'igualdade' de condições e na sua 'pertença' à localidade de referência, e esses direitos só podem ser suprimidos pelo Estado, mas em circunstâncias delimitadas (Stuart e Held, 1990, p. 177).

O conjunto dos direitos cidadãos estabelece uma esfera legítima para todos os indivíduos, para que desenvolvam seus atos sem risco nem interferência política injusta ou arbitrária. Esse desdobramento de direitos pode ser visto como uma medida de autonomia de que desfrutam os cidadãos pelo *status* de pertencer à sociedade.

Nas sociedades contemporâneas, essa liberdade é relativa e está mediatizada por corporações. A mera formalização dos direitos pelo Estado nunca será garantia para os indivíduos, porque não assegura a capacidade real para exercer sua opção de ação (por limitação de recursos, meios, etc). Existe igualdade face à lei, mas persiste a desigualdade no acesso e na disponibilidade dos recursos. Para Stuart e Held (1990) “podem ser livres e iguais os indivíduos apenas na retórica do discurso da política cidadã, ao não ser outorgado um conteúdo prático e concreto” (p. 174). Assim mesmo, os autores enfatizam que, diante de novas realidades macrossociais, a gestão de novos direitos deverá corresponder a novas responsabilidades, porque a política cidadã demandará novos meios e recursos institucionais, com a finalidade de que novos direitos cidadãos possam ter as condições para a sua realização e de que reduza a exclusão social. No entanto, nas palavras desses autores, “à medida que as novas realidades macrossociais sejam mais complexas a inclusão social estaria cada vez mais em ameaça, criando uma sociedade cidadã de primeira e de segunda categoria” (p.174), situação que estaria em constante ameaça ao acesso aos direitos e no exercício da cidadania.

O problema da inclusão/exclusão discutida por Stuart e Held (1990), nas últimas décadas, tem ganhado importância pela emergência de novos grupos sócio-econômicos na luta emancipadora contra o Estado de bem-estar e, em geral, nos assuntos que concedam à participação cidadã e nos processos de marginalização da sociedade moderna do final do século XX. Em virtude disso, a maioria da população pertence às classes baixas. Tanto pelas condições de vida e de existência, como pelo escasso poder econômico e político que possuem, essas classes estão excluídas da participação cidadã plena, o que evidencia um desafio enorme dos valores básicos que estabelecem a cidadania moderna e os fundamentos morais de tal sociedade.

Isso resulta num elaborado discurso do Estado sobre a cidadania civil, com uma ausência quase total da cidadania social, na qual se enfatizam os direitos civis e políticos; mas, há negligência e abandono para considerar as obrigações e as responsabilidades sociais. É preocupante não só que se estenda a pobreza pelo mundo todo, mas que, também, os setores da periferia estejam isolados e marginalizados socialmente. Quando o Estado garante um sistema de seguridade social, como acrescentam Stuart e Held, é possível fazer com que os membros dos setores baixos tenham maior autonomia e confiança na vida individual e familiar e maior participação nos assuntos da localidade, aumentando a capacidade de sobreviver materialmente e garantindo maior qualidade de vida e um exercício da cidadania “ativa”.

Para essa qualidade de vida, o Estado tem que abrir espaços e condições para que a prática de participação seja exercida com liberdade de pensar, de expressar e de agir como um sujeito individual numa situação de grupo, por um lado, num sentido de colaboração, de comunicação e de tomada de decisões; e, por outro lado, aumente o nível de participação do trabalho produtivo socialmente reconhecido, já que o trabalho produtivo é mostrado como o fator mais importante de integração social. Desta maneira, para lograr a qualidade de vida se requer, por tanto, uma participação em termos de intervenção social familiar e local, desenvolvendo suas capacidades em termos de participação na vida social, econômica e política. De qualquer modo, o cidadão tem que se adequar às formas de poder em sua relação com o Estado.

O cidadão, portanto, é definido de diversas maneiras, e não há uma caracterização única. Para Stuart e Held (1990), “o conceito de cidadania não pertence exclusivamente à política, já que pode ser apropriado, usado e articulado politicamente por posições distintas e, em todo discurso, tanto na vida social, econômica, cultural. Neste sentido, não existe um conteúdo essencial para a cidadania” (p.174). É por isso que os direitos devem ser enunciados e definidos, especificamente, para poderem ser identificados sua ausência, suas ameaças e seu desaparecimento. Mas não é suficiente a mera formalidade, visto que, para preservá-los, é preciso a participação na vida pública. A cidadania, por conseguinte, gira em torno de três elementos chaves, como identificam Stuart e Held (1990, p. 174): a pertença, a formulação de direitos e as obrigações recíprocas e a participação real na prática.

A pertença é a questão mais discutida pelos autores, já que aqui aparecem os processos de seleção, exclusão, restrição, condicionamentos, discriminação, segregação, distinção e outros, o que coloca no debate sobre os direitos de propriedade, riqueza, privilégios, educação

e saúde (entre outros), questões que são de “classe”. Mas, a cidadania não pode reduzir-se ao problema da política de classe ou exclusivamente à sociedade capitalista. A “política cidadã” contemporânea, deveria ser mais “inclusiva” com respeito aos movimentos sociais, já que eles têm “expandido” a demanda por direitos e reclamos em novos campos e áreas de interesse social. A “política cidadã” deveria considerar questões não só de classe e desigualdade, mas também das pertenças surgidas nos diferentes movimentos sociais como o feminismo, o étnico e o ecológico. O que deveria resultar, evidentemente, é a diversidade de campos, nos quais a cidadania é requerida e confrontada.

Como estabelecem os autores, a cidadania não só se remete a questões civis, políticas e sociais, como foi proposta por Marshall, ela tem relações mais estreitas com o Estado e suas políticas e com todas as instituições formadoras de cidadania, como as instituições educativas e as instituições sociais (família, Igreja, centro de trabalho e outros).

Por sua vez, Bryan S. Turner reforça o tema da cidadania num sentido sociológico, considerando que “a cidadania é um conjunto de práticas (jurídicas, sociais políticas, econômicas e culturais), que definem uma pessoa como um membro competente na sua sociedade, e que são conseqüências do fluxo de recursos, de pessoas e grupos sociais na sociedade” (TURNER, 1993, p. 02). Este conceito de cidadania enfatiza a idéia da prática em ordem, para evitar uma definição claramente jurídica como uma mera coleção de direitos. Essa definição situa o conceito adequadamente em torno da desigualdade, das diferenças de poder e de classe social, porque a cidadania está ligada ao problema de uma falta de distribuição de recursos na sociedade.

Desse modo, retomando os conceitos teóricos dos autores acima discutidos, a cidadania se consegue mediante processos de formações e práticas que forjam novas identidades e estratégias na organização da sua localidade, permitindo aos indivíduos reclamar seus direitos públicos e privados, conduzindo, assim, a formas renovadas de relações sociais, obrigações e estratégias de pertencimento e aquisições de capacidades sociais. A noção construída de cidadania permite, conseqüentemente, entender e articular o processo social dos indivíduos, através da participação social nos diferentes espaços da sociedade: o acesso aos serviços básicos de existência social e material (saúde, educação, moradia e emprego) e o acesso aos recursos de desenvolvimento na profissionalização de suas atividades (informação, financiamento e tecnologia), junto a práxis diária onde se estabelece vínculos entre suas experiências pessoais e o que se percebe no todo social. A dinâmica destes elementos define o desenvolvimento da cidadania como um processo sempre aberto, em

constante mudança, como bem apontava Marshall, é uma noção que requer ser concebida de maneira “dinâmica” e em conexão sempre com a vida e o fluxo da “participação” dos indivíduos na sua sociedade.

No caso do estudo desta tese, as mulheres rurais lutam para entrar na sociedade como cidadãs completas, mas, ao mesmo tempo, conservando a diferença, sua particularidade. Buscam ser novas cidadãs, mas em uma sociedade nova, mais igualitária. Para fazê-lo, devem ser mudadas as relações de poder que estruturam a sociedade, desenvolver uma cidadania em sentido mais amplo. Neste contexto, será feita a análise de construção da cidadania das mulheres rurais através de dois eixos: a) a partir da identidade profissional que desenvolvem dentro do contexto dos programas de microfinanciamento, como oportunidade no qual elas adquirem recursos, serviços e conhecimento para desenvolver atividades produtivas mais qualificadas – já que, como foi proposto por Stuart e Held, o que legitima a cidadania é o trabalho produtivo – e b) a partir da participação e integração social nos diferentes níveis da localidade e no âmbito público (partido político, associações, cooperativas, etc), procurando manifestar suas inquietações para a tomada de decisões no sentido de desenvolver a cidadania política e social, como foi explicado por Marshall.

A análise destes dois eixos leva a discutir o papel da mulher na unidade de produção familiar, lugar onde são desenvolvidas suas atividades produtivas e de participação nos espaços públicos, levando em consideração os fatores que limitam a situação delas.

1.2.3. A esfera pública e privada como espaços de cidadania

De acordo com o *Dicionário de Ciências Sociais* (1986, p. 457), pode-se definir o espaço público como um espaço comum, que é de todo notório, que não é segredo e o espaço privado se define como espaço pessoal relativo à intimidade de uma pessoa. Estas definições encontram sérias contradições, sobretudo, quando as relacionamos com as condições e tarefas que desempenham os membros da unidade de produção familiar. Para avaliar os espaços público e privado das localidades rurais é necessário partir do reconhecimento das superposições do cenário nas unidades de produção, principalmente quando se costumam vincular as atividades que desenvolvem no âmbito doméstico com o espaço privado; o espaço público fica sujeito a tudo aquilo que se realiza fora do lar, “no doméstico”.

De acordo com Bonfil (1996), “dentro desta divisão social, praticada no mundo rural, o público se define como parte dos afazeres e interesses masculinos, como extensão das ocupações domésticas que aos homens competem e tanto o lar e o mundo pequeno em seu interior transcorre ficam como parte privada, invisível e feminino”. Portanto, o doméstico é considerado o espaço natural das mulheres rurais e os espaços reconhecidos como públicos como natural para os homens. Fora das atividades domésticas, resultam muito reduzidos os espaços públicos das mulheres, por exemplo, na igreja, nas feiras, nas festas familiares. O que reafirma que, para as mulheres, não existem espaços públicos para atividades produtivas, como menciona Bonfil (1996, p. 43), o qual ressalta que as discussões e decisões nos assuntos políticos e cargos de representação só são ocupados pelos homens. Isso independentemente da lei do direito positivo a que as mulheres incorporam formalmente uma condição de cidadãs com igualdade de direitos¹⁴; esta igualdade, contudo, não chega a materializar-se. De fato, muito poucas evidências há sobre mulheres originárias do meio rural que tenham se sobressaído socialmente. Assim, um dos poucos direitos legais exercidos pela mulher, na prática, é o direito ao voto.

O autor reafirma que a falta de acesso aos espaços públicos das mulheres está determinada pela divisão social do trabalho, o que limita o desenvolvimento da participação na sua localidade. No entanto, esta divisão social do trabalho não exclui o potencial do âmbito doméstico como espaço onde se discutem assuntos públicos, pois como afirma Rodríguez e Quintana:

(...) neste espaço, as mulheres influem nas decisões tomadas pelos homens para resolver problemas da reprodução cotidiana e, por sua vez, este diálogo permite manter a dinâmica da unidade de produção familiar, pois, neste espaço, se discutem os problemas da organização da produção, o que acontece na sua localidade e no mercado, conhecidos estes como âmbito público. (Rodríguez e Quintana, 2002, p. 07)

Esta situação evidencia que o âmbito doméstico é um espaço onde se geram as idéias que provocam mudanças, as quais repercutem nas ações de homens e mulheres e nos seus comportamentos sociais.

A possibilidade de participar diretamente em condições de igualdade em assuntos públicos ainda é limitada, mas, nas condições atuais, a incidência das mulheres nas decisões

¹⁴ O artigo 34 da Constituição Política dos Estados Unidos Mexicanos estabelece que “são cidadãos da República os homens e mulheres que, tendo a qualidade de mexicanos, reúnam, ademais, os seguintes requisitos: a) ter completado 18 anos e b) possuir um modo honesto de vida”.

coletivas está abrindo oportunidades na participação pública. Como explica Espinosa (1999, p. 05), a condição doméstica ou privada das mulheres no mundo rural está sendo superada nos cenários atuais, partindo das estruturas existentes e retomando as diferentes práticas sociais que, durante muito tempo, foram desenvolvidas de maneira invisível e têm sido meios para acessar a outros níveis de participação. Com efeito, estas práticas constituem, hoje, justamente aquilo que tem impulsionado as mulheres a alcançar espaços públicos cada vez mais salientes. O mesmo autor salienta que a ascensão da mulher perante a sociedade pelo caminho das suas próprias práticas ajuda, inclusive, a que políticas mais favoráveis às mulheres sejam estabelecidas no sentido de fazer com que o seu trabalho, antes imposto pela tradição e pelos costumes, seja mais amplamente reconhecido, o que implicará uma condição à mulher de possuir voz mais ativa para ter acesso ao âmbito público com uma participação mais efetiva e relevante nas decisões sociais.

Apesar de todas as limitações que a mulher vive no meio rural, as mulheres que participam dos programas de microfinanciamento podem chegar a ter condições para superar as adversidades e obter benefício econômico, espaço de participação e tomada de decisões que lhes permitam realizar qualquer outra atividade fora da esfera doméstica. As mulheres que têm a oportunidade de participar nesses esquemas de microfinanciamento podem gerar autoconfiança, sociabilidade e organização para atuar no espaço público com o propósito de atingir uma ampliação da sua cidadania.

Como se analisou anteriormente, a dinâmica do microfinanciamento proporciona, por um lado, elementos econômicos, técnicos e de capacitação para desenvolver atividades produtivas e, por outro, pode representar espaços para que os participantes desenvolvam suas capacidades de tomada de decisões que levam novas atividades. Isso implica que as mulheres entram em um novo contexto de relações sociais, de experiências, de obtenção de conhecimentos técnicos diferentes dos tradicionais, o que pode gerar uma nova condição como sujeitos sociais, desenvolvendo uma nova identidade que contempla a dimensão profissional.

1.3 Unidade de produção familiar e o papel da mulher

A unidade de produção familiar é uma organização social e econômica que se orienta à produção e consecução de bens para satisfazer as necessidades dos membros. A unidade de

produção é integrada pelos membros da família e sustentada pelos bens materiais e simbólicos que possuem. Portanto, a integração da unidade de produção familiar não se limita somente aos membros da família e aos meios de produção que possuem para seu desenvolvimento e reprodução, senão, toda uma tradição sócio-cultural como os valores, as normas, os hábitos, as experiências, os modos de vida e de trabalho (CHAYANOV, 1974; BERTRA, 1979, 1986; SANTIAGO, 1987; DÍAZ, 1977; THORNER, 1979; BENGUA, 1979).

Sustentada na economia camponesa desenvolvida por Chayanov, Díaz (1977) acrescenta que as unidades de produção familiar possuem uma organização social em função da produção para satisfazer as necessidades da família e da própria unidade, tomando por base o equilíbrio entre a necessidade de consumo e a capacidade de produção na agricultura familiar: a família trabalha o necessário para suprir suas necessidades. Elas se movimentam no sentido da reprodução simples, ou seja, a produção de mercadorias que permite repor os meios de produção consumidos e a reprodução da força de trabalho da família, o qual não procura a acumulação do capital.

Porém, Coello (1979) afirma que as unidades de produção familiar não necessariamente produzem somente para a reprodução da família, na medida em que desenvolvem e adotam novas estratégias de produção (tecnologia, investimento e novas formas de organização na produção). Com isso, permitem-se criar condições de desenvolver atividades produtivas mais competitivas com maior valor no mercado, permitindo aumentar os rendimentos da família, já que o produtor é dono dos meios de produção, o qual permite organizar o processo produtivo e realizar as melhores decisões sobre o que produzir, como produzir e quanto vender, sem perder os modos sociais de produção que as caracteriza.

A principal atividade econômica que se sustenta nas unidades de produção familiar, como acrescenta Chayanov (1974), relaciona-se diretamente com a agricultura. No entanto, como afirma o autor, a agricultura não é uma ocupação específica, é uma combinação de tarefas: agricultor, artesã, carpinteiro, couteiro, entre outros, o que Chayanov chama de multiplicidade de modos de produção interdependentes. Isso difere da maioria das ocupações do tipo industrial, nas quais os indivíduos são treinados para desempenhar uma tarefa específica. Da mesma maneira, a reprodução social dos conhecimentos para o desenvolvimento das atividades dos membros da unidade de produção surge na socialização das bases familiares, tendo em vista que as diferentes tarefas são ensinadas quase sempre pelos pais: a menina aprende com a mãe e o menino aprende com o pai. Já os conhecimentos técnicos e o treinamento especializado se aprendem na escola. Neste sentido, como afirma

Díaz (1977), dentro da unidade de produção familiar se constrói uma divisão social do trabalho que designa aos homens as tarefas produtivas e o envolvimento na vida pública, e às mulheres as atividades reprodutivas e o âmbito doméstico¹⁵, na qual ambas se complementam para a existência da unidade de produção familiar.

No entanto, como afirma Kergoat (2003, p. 56), na divisão social do trabalho que se desenvolvem nas unidades de produção familiar, muitas vezes não existe essa complementaridade, pois o que existe é uma divisão fundamentada em dois princípios: o princípio da “separação” – existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres – e o princípio da hierarquização – o trabalho dos homens vale mais de que o trabalho das mulheres –, ambos aplicados graças a um processo específico de legitimação através das relações sociais que se desenvolvem com os membros da família. Esta divisão social do trabalho nas unidades de produção coloca as mulheres numa situação secundária nas atividades produtivas. Isso dificulta seu acesso aos meios produtivos para desenvolver uma atividade mais competitiva, já que regularmente as políticas públicas e, principalmente, as agrícolas são orientadas para os chefes da família, desconhecendo as atividades produtivas que desenvolvem as mulheres mesmo que sejam desenvolvidas nas mesmas condições sociais, situação que as coloca com menos possibilidades de desenvolvimento.

Desta maneira, podemos afirmar que, em um mesmo espaço, os homens e as mulheres desenvolvem diversas atividades (multiplicidade nos modos de produção) e os espaços podem parecer iguais, mas estão divididos por gênero e hierarquizados. Igualmente, o espaço físico e seus recursos para os homens podem implicar uma apropriação do espaço produtivo, onde representa uma maior renda econômica. No entanto, para as mulheres, o mesmo espaço é usado para atividades não necessariamente produtivas. Como explica Espinosa:

a unidade de produção familiar é o espaço constituído geralmente por um grupo familiar que desenvolve uma atividade econômica diversificada, tendo como eixo principal a agricultura sobre a base de uma pequena terra, o que organiza sua atividade em função do tipo de força de trabalho familiar que dispõe (sexo e idade), e os meios de produção que possuem (Espinosa, 1999, p. 05)

A reprodução da unidade de produção está condicionada por fatores de caráter sócio-econômico, mas, na sua dinâmica, também incide a cultura e as relações de poder. As tarefas que se realizam na unidade de produção familiar combinam os diferentes tipos de atividades difíceis de separar e de distinguir por realizarem-se em um mesmo espaço: por exemplo, a

¹⁵ Entendemos domésticos, aqui, como aqueles trabalhos que têm relação com a preparação de alimentos, limpeza da casa, criação dos filhos, reprodução de normas e valores, entre outros.

horta e o lar, sendo precisamente este o lugar designado para as mulheres, segundo a tradição e os costumes. O papel que desenvolve a mulher na unidade de produção familiar está relacionado com as atividades domésticas e as de tipo produtivo (artesanais, agrícolas, pecuárias e mercantis), as quais são necessárias para a existência da unidade familiar mesmo que sejam destinadas, principalmente, para o autoconsumo (ESPINOSA, 1999).

1.3.1 Mulheres e atividades de desenvolvimento

A participação da mulher nos programas de desenvolvimento é quase nula, apesar das evidências empíricas colocadas por vários estudos, nos quais mostram que a mulher rural participa de maneira importante na contribuição da renda familiar derivada de atividades produtivas desenvolvidas, tanto na unidade de produção, como em outros âmbitos da economia. A responsabilidade que as mulheres têm no sustento da família implica o acesso às fontes de existência, ou, pelo menos, a possibilidade de novas rendas. No entanto, nas áreas rurais, a possibilidade de trabalhar fora do setor agrícola é limitada. Segundo Boesveld:

A forma em que as mulheres ganham dinheiro é no pequeno comércio; a venda de comida e produtos que elas mesmas preparam ou cultivam; algumas obtêm renda com a venda de arte manual (artesanato) etc. Muitas vezes essas atividades não constituem um trabalho permanente nem uma tarefa diária completa, porque as mulheres têm uma liberdade de movimento limitado e, além disso, têm suas responsabilidades na família. (Boesveld, 1986, p. 03)

No setor rural, existe uma série de limitações para desenvolver uma atividade econômica. Alguns desses fatores são a falta de tempo, o capital e as possibilidades de obter créditos. É difícil para a mulher aumentarem as suas atividades, aprender técnicas novas, entre outras. Os homens estão menos sujeitos a essas limitações, porque recebem mais ensino e dispõem de meios de produção e acesso a créditos, de modo que podem participar do comércio tradicional e de outras atividades. Os poucos projetos de desenvolvimento que existem para as mulheres no meio rural estão baseados, na sua maioria, nas tarefas de âmbito doméstico. Por isso, em geral, não partem das tarefas existentes e reais nem de suas necessidades. As mulheres continuam fazendo as suas tarefas agrícolas tradicionais. Contudo, precisam, também, desenvolver as atividades domésticas; deste modo, a situação das mulheres dificulta a obtenção de uma renda e a entrada num processo de mudança, no qual

teriam maior oportunidade de igualdade frente aos homens e, sobretudo, de incorporar-se aos processos de desenvolvimento na sociedade (BOESVELD, 1986).

Os programas de desenvolvimento regularmente estão orientados a fomentar as atividades produtivas. O DESER (Departamento Sindical de Estudos Rurais) e a Comissão da Mulher Trabalhadora Rural da CUT (Central Única dos Trabalhadores), do Paraná, realizaram, em 1996, um estudo sobre a participação das mulheres na produção de leite, cujo resultado evidenciou que elas são responsáveis pela maioria das etapas de produção. (DESER e CEMTR-PR, 1996) Mas, à medida que a produção de leite se desenvolve e passa a contribuir com maior peso para a renda das famílias, as tarefas passam progressivamente a ser desenvolvidas pelos filhos mais velhos e, depois, pelos maridos. O resultado de uma produção que complementa a venda de leite contribui para o pagamento de despesas de energia elétrica e para comprar produtos de consumo doméstico, o que é essencial para a manutenção das famílias.

Heredia et al. (1984), estudando pequenos produtores açucareiros do nordeste do Brasil, apontam a relação entre “roçado e casa” como definidora das áreas de trabalho e de não-trabalho. No roçado se produz farinha, feijão e milho, considerados pelos produtores fundamentais para a sobrevivência, de modo que as atividades realizadas são avaliadas como trabalho. O pai encarna essas atividades, logo o trabalho é dele. As tarefas desempenhadas pelos filhos e pela esposa no roçado são consideradas como “ajuda”. Por oposição ao roçado, a casa é o lugar da mulher, e as atividades aí desenvolvidas são consideradas um não-trabalho.

Conforme este estudo, essas rendas não são facilmente reconhecidas e somente são consideradas como “ajuda” porque são recebidas diariamente e não são acumuláveis. Quando a produção agrícola é vendida, entra o “dinheiro grande”, com o qual são compradas novas roupas para toda a família, eletrodomésticos de maior custo e investimento na produção. Este último é um assunto que somente é considerado renda pelo trabalho do homem e, nesta matéria, não é considerado “de mulher”. Isso traz consigo que a condição social da mulher segue sendo a de dona da casa, quer dizer, que o trabalho que realiza fora da esfera doméstica não é reconhecido e continua sendo um trabalho desvalorizado pelo grupo familiar e pela sociedade. Além dessas atividades produtivas que as mulheres desenvolvem também se vinculam diretamente as atividades reprodutivas domésticas nos seguintes aspectos:

- a) A reprodução biológica, ou seja, a reprodução física, humana.

b) A reprodução da força de trabalho, que inclui não somente o desenvolvimento físico dos filhos, mas também o processo de formação deles como operários, camponeses, profissionais, etc. É a conservação do processo reprodutivo.

c) A reprodução social, que abarca aqueles aspectos que mantêm o sistema ideológico. Neste contexto, a mulher e a família são importantes com respeito à transmissão das normas, valores, costumes e atitudes que fazem com que os filhos continuem os sistemas de relações sociais e modos de produção dos pais. (Ooijens, 1990, p. 06)

No geral, as tarefas reprodutivas domésticas são realizadas diariamente, já que abarcam a alimentação e o cuidado dos filhos, as tarefas associadas ao cuidado dos animais domésticos e a horta familiar. Todo este trabalho não é remunerado. As atividades reprodutivas são aquelas que não geram rendas no sentido direto, exceto as que apóiam a geração de renda. Em geral, não somente os homens, mas também as mulheres mesmas lhe atribuem pouca importância. A estimativa social do trabalho das mulheres se une aos valores e normas culturais existentes na sociedade. O papel da mulher na sociedade é atribuído, em geral, como de menos importância do que o do homem.

O homem é considerado o chefe da família e o representante com relação ao mundo exterior. É ele que tem acesso ao crédito e que se dirige às atividades de desenvolvimento, aspecto que não está vigente na vida econômica e na vida social. Entretanto, a mulher possui o papel central na família, ainda que não seja ela que determine a posição social desta última. Muitas vezes, a própria mulher sustenta essas idéias, como afirma Helleman “as tarefas diferentes que exercem as mulheres convêm com as obrigações evidentes delas. Estas abarcam, antes de tudo: ser uma boa esposa, servir ao seu esposo e ter os seus filhos” (*apud* Ooijens, 1990, p. 06).

A partir do dito anterior, constata-se que o desenvolvimento da cidadania possibilita uma nova visão que assinala às mulheres um papel na sociedade como sujeitos independentes, com responsabilidades, com tomada de decisões próprias, um papel produtivo na economia e na sociedade. Para lograr que as mulheres do meio rural possam contribuir e que, na prática, tenham uma participação no desenvolvimento e na economia familiar, é necessário ter e contar com certos elementos necessários como estabelece Boesveld: a) acesso aos meios de produção (terra, insumos, capital, tecnologia, etc.), b) defender seus interesses e atuar com igualdade nos processos decisórios de todo tipo c) intervenção sobre seu próprio corpo e sexualidade e d) o respeito dado a ela e a estima própria. (1986, p.17).

A demanda de uma maior intervenção da mulher em sua própria vida cresce nos países em desenvolvimento, embora as possibilidades neste aspecto estejam limitadas pela situação em que elas vivem. Em primeiro lugar, falta maior organização nas localidades onde elas se desenvolvem; nas organizações existentes no meio rural regularmente, os que mais participam em reuniões são os homens e em segundo lugar, pela falta de reconhecimento social de suas atividades produtivas o que provoca a exclusão dos serviços produtivos. Esta situação aumenta a dificuldade para obter elementos e conteúdos materiais e simbólicos que fortaleçam a construção da sua cidadania, como esclarece Rogers:

Nas mulheres, muitas vezes, reforça a imagem de um ser passivo e inferior. Assim, a ocupação e ofício que elas aprendem é o tradicional e não-reconhecido; ao mesmo tempo, elas recebem menos ensino em práticas e técnicas de produção. Isso influi no tipo de trabalho que realizam, assim como em suas possibilidades de ocupar postos de representação, de direção e de participação na esfera política (Rogers apud Ooijens, 1990, p. 8).

Como explica Boesveld (1986), as mulheres necessitam acessar a meios e recursos de desenvolvimento que sejam aplicáveis à sua própria situação e que lhes possibilitem aprender e usar seus próprios direitos e possibilidades para incorporar-se na vida social, econômica e política com maiores elementos para o exercício da cidadania.

2 FINANCIAMENTO RURAL: ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES

Na primeira parte deste capítulo, se discute o contexto do financiamento rural, fazendo uma análise das políticas de crédito rural e do desempenho dos programas de microfinanciamento, abordando sua metodologia de funcionamento; os fatores que afetam o desempenho e a sustentabilidade destes programas, tais como gestão, garantias, seleção, operação, formas de agrupamento, subsídios; e o papel do Estado. Discute-se também a importância dos produtos que fornecem os seus associados, isto é, os componentes que sustentam os programas de microfinanciamento rural, tais como o crédito, a capacitação, a poupança e a assistência técnica. Da mesma forma, se apresentam os dois programas de microfinanciamento rural, considerados nesta tese (PDRIA e CRESOL), identificando os fatores que permitem a qualificação e o reconhecimento das atividades produtivas que as mulheres desenvolvem na unidade de produção familiar.

Na segunda parte, apresenta-se a formação social e econômica da região, ressaltando a importância da participação das mulheres na localidade à qual pertencem, bem como a importância das instituições sociais e políticas, que afetam a vida das mulheres, além das características das unidades de produção familiar. As questões expostas neste capítulo provêm de diversas fontes de informação conforme já foi colocado na parte introdutória desta tese.

2.1 O crédito rural

O crédito não é em si algo novo. Ele surgiu com a desintegração da sociedade primitiva, na qual a desigualdade material determinou o surgimento da forma de empréstimo em espécie. Posteriormente, com o desenvolvimento das relações monetárias mercantis, surgiu o empréstimo monetário e, junto com este, o interesse e os usurários. Isto ocorreu de tal forma que o crédito se converteu em parte das relações econômicas, com a característica

destas, ainda que sua forma e essência tenham sofrido mudanças substanciais através dos diferentes modos de produção.

Com o surgimento do feudalismo, o crédito foi desenvolvido de maneira importante pela intervenção da Igreja e acabou sendo fonte de financiamento durante vários séculos. Dada a sua influência social, condenou a usura do dinheiro, considerando apenas seu valor, isto é, os “juros”. No México, este fato sucedeu na época colonial, segundo (CHAMOUX 1993:19).

Como acrescenta Saulnier (1971:255), o crédito oficial na América Latina aplicou-se primeiro para a agricultura e, posteriormente, em outros setores (vivenda, empresas coloniais e industriais, comércio internacional e desenvolvimento regional), Atualmente, a maioria dos países desenvolvidos e não-desenvolvidos conta com uma estrutura institucional dedicada ao crédito oficial¹⁶.

Por sua vez, as caixas de poupança e crédito surgem com as mudanças sociais, ocorridas depois da queda do sistema feudal, na Europa Ocidental, e o desenvolvimento do capitalismo industrial. As classes sociais mais baixas, como os camponeses, ainda que já tivessem as suas próprias terras, não dispunham de recursos monetários para torná-las produtivas, motivo pelo qual caíram nas mãos dos agiotas¹⁷ que cobravam quantias exorbitantes, apoderando-se de suas terras e de outros bens, caso os camponeses não pagassem suas dívidas. Em meados do século XIX, quando as caixas de poupança e crédito surgem na Alemanha, e se tornam uma modalidade do movimento cooperativo de Rochdale, na Inglaterra, o consumo foi orientado através do crédito e não da poupança. Os primeiros teóricos do movimento cooperativo da poupança e do crédito, como acrescenta Cardona, (1995) foram os alemães Schulze-Delitzch e Raiffensen, os quais, preocupados com a situação antes descrita, e tratando de oferecer aos camponeses outras fontes de crédito diferentes dos prestamistas locais, criam as primeiras cooperativas. Registra-se que, na primeira cooperativa de crédito, para ser sócio, se pagava uma quota de ingresso e tinha-se que comprar uma ação, ainda que fosse a prazo. Esta ação serviria para o consumo de farinha a baixo preço, o que desencadeou um processo no qual se estabeleceram muitas cooperativas que ficaram conhecidas como “Bancos do Povo” (CARDONA, 1995:8).

¹⁶ O crédito oficial se relaciona com todos os empréstimos proporcionados pelos bancos do Estado e de programas governamentais. Para uma maior discussão deste tema, ver MYHRE, David: “Créditos Agrícolas Adequados: pieza faltante de la reforma agraria mexicana. In: Financiamiento Rural, 1997.

¹⁷ Agiotas são pessoas que moram na mesma localidade dos solicitadores de crédito, emprestando dinheiro de maneira oportuna e flexível, porém com juros altos e exigindo como garantia os próprios bens dos solicitadores, principalmente a terra.

O auge do crédito rural na América Latina ocorreu com a chamada Revolução Verde, a partir da década de 60, motivada pelo alto índice de insumos agrícolas que lhes obrigou a criar sistemas de crédito apropriados às necessidades dos pacotes tecnológicos gerados pelas novas pesquisas, com a introdução de sementes melhoradas e o alto uso de produtos químicos (inseticidas, herbicidas, adubos químicos, maquinaria, etc.). Estas questões são expostas a seguir.

2.1.1 O crédito rural, dos anos 60 até o final dos anos 90

A partir do rápido desenvolvimento de tecnologias agropecuárias (Revolução Verde), nos anos 60, muitos países da América Latina, seguindo as recomendações do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e do BIRD (Banco Mundial), desenvolveram políticas de crédito rural subsidiadas que duraram até o final dos anos 80. Estas políticas visavam ao aumento da produção agropecuária e à redução das desigualdades sociais, no entanto, os resultados destas políticas somente beneficiaram aos agricultores que praticam uma agricultura capitalista, deixando à margem os pequenos agricultores, o que provocou uma maior concentração de renda e o aumento da pobreza rural (YARON & BENJAMIN, 1997; WENNER, 2001). O crédito rural ficou concentrado na agricultura patronal, sendo que a média para diversos países da América Latina é de 5% dos tomadores receberam 80% dos créditos (BRAVERMAN & GUASCH, 1989:4).

As características das principais políticas de crédito rural adotadas no período (1960 à 1980) foram: a concessão de crédito com taxas de juros subsidiadas (em muitos casos negativos, em termos reais), o apoio exclusivo para atividades agrícolas (aquisição de insumos, maquinaria agrícola e estabelecimento de agroindústrias processadoras, estimulando via crédito incentivos para a exportação), a pouca preocupação em relação à capitalização e sustentabilidade das instituições financeiras rurais e o estabelecimento de serviços financeiros caros e deficientes (ACEVEDO & DELGADO, 2002: 1-2). Estas políticas foram direcionadas para uma agricultura patronal, excluindo uma diversidade social dos produtores rurais e, sobretudo, dos distintos papéis da pequena produção na organização agrária (SILVA, 1999: 128).

A concessão de crédito rural subsidiado baseava-se na avaliação de que as inovações tecnológicas tinham alto custo para sua adoção e, como o mercado de crédito rural é um

mercado imperfeito, especialmente para os pequenos agricultores, o acesso a ele é limitado, necessitando uma intervenção governamental para reduzir o custo do capital. Além disso, considerava-se que, devido às distorções nas taxas de câmbio e dos preços dos alimentos e das importações baratas, os agricultores recebiam baixos preços por seus produtos, prejudicando suas condições para acessar o crédito (BRAVERMAN & GUASCH, 1989:3).

Os mercados de crédito rural em países em desenvolvimento são considerados como mercados imperfeitos, caracterizados pela falta de interesse para atender aos mais pobres, e pela falta de garantias colaterais. As instituições financeiras carecem de conhecimentos sobre os tomadores de crédito (tomadores potenciais), além disso, consideram que a população rural é numerosa e que faltam mercados seguros (BESLEY, 1994; WENNER, 2001). Operar o crédito neste setor representa riscos, pelos altos custos de transação e pelo longo período de gestação dos projetos. Como explica Boltvinik (2000)¹⁸, o mercado de crédito apresenta problemas de “seleção e recuperação”¹⁹ para os pequenos agricultores, como a agricultura familiar. O problema do crédito subsidiado é que ele procurava resolver as conseqüências do mercado imperfeito do crédito rural, mas pouco fez, visando solucionar as suas causas.

No final dos anos 80, a crise econômica da maioria dos países na América Latina e a redução dos financiamentos externos destinados a esse fim, levaram a reduzir ou reformular completamente suas políticas de crédito rural. Além da falta de recursos, as avaliações dos programas apontavam para um aumento da pobreza rural, concentração da terra e da renda, baixa taxa de recuperação dos empréstimos, serviços financeiros ineficientes e com custos operacionais relativamente altos (FAO, 1998: 2). Os créditos subsidiados compensatórios não cobriram os danos causados pelas políticas equivocadas ou com forte apelo urbano em contraposição adotada pelos diversos países em desenvolvimento (YARON, 2002).

O sistema financeiro passou por grandes transformações, a partir do final dos anos 80 e começo dos anos 90, provocados pela liberação de taxas de juros, a liquidação de muitos bancos estatais (e privados) e a reabilitação de outros, o melhoramento das supervisões das normas, a eliminação (redução) de créditos focalizados e a abertura para bancos estrangeiros. Estas transformações aumentaram a eficiência e a concorrência, ampliando a oferta de

¹⁸BOLTVINIK, Júlio. “¿Es viable la banca social?”. *Jonal La Jornada*. 11 de agosto de 2000, p. 25.

¹⁹O problema da *seleção* se refere que os bancos privados e o mercado de crédito não conhecem aos agricultores familiares de sua potencialidade de produção, seus planos de negócios, além disso, eles solicitam créditos muito pequenos o qual incremento o custo de operação dos créditos. O problema de *recuperação* esta relacionado com as garantias materiais, o agricultor familiar não pode oferecer garantias colaterais, o que torna difícil a recuperação do crédito.

produtos e serviços financeiros, mas foi a população urbana e a agricultura patronal quem mais se beneficiaram (WENNER, 2002).

Neste continente, apesar dos residentes rurais representarem cerca de 30% da população, o acesso a serviços financeiros formais restritos (os quais atendem a menos de 15% da população rural, com serviços caros e escassos e a extinção de vários programas de crédito rural subsidiado) não foi necessariamente acompanhado da criação de outros mecanismos, que viabilizassem o acesso ao crédito agrícola para os agricultores familiares, especialmente os mais pobres (WENNER & PROENZA, 2000).

Em muitos países em desenvolvimento, paralelo às ações governamentais, inúmeras Organizações Não-Governamentais (ONGs), contando com apoio de organizações de cooperação internacional, desenvolveram alternativas de crédito destinadas aos pequenos agricultores. Muitas dessas iniciativas sociais também tiveram problemas de sustentabilidade e continuidade, principalmente porque a maioria dos projetos de crédito vinculados a fundos de cooperação internacional foi criada desconsiderando as estruturas técnicas existentes, e em função da fraca preparação para a constituição deste tipo de identidade, o que as levou a desenvolverem um trabalho não-profissional, uma organização e administração deficientes e uma política de juros e de cobrança ineficientes. Com o fim da ajuda externa, a maioria destas organizações foi desaparecendo, a exemplo das experiências suportadas pelos doadores bilaterais (SICD, 1995: 5).

Note-se que, durante este período, as políticas de crédito rural foram direcionadas principalmente para financiar a agricultura patronal, permanecendo com isto uma concentração destes benefícios na categoria capitalista no mundo rural, ficando excluída a diversidade social dos produtores rurais (agricultura familiar), nesta região.

2.1.2 O Crédito rural no México e no Brasil

Atualmente, o crédito rural continua sendo um instrumento fundamental para o desenvolvimento de qualquer atividade produtiva. A falta deste instrumento, ou as poucas possibilidades de acesso para os agricultores familiares, condiciona o crescimento da produção agrícola e dificulta a formação de novas atividades produtivas provocando um déficit da produção e aumentando com isso a pobreza rural. As poucas ofertas de crédito

institucional que existem desenhadas para os agricultores familiares não são suficientes para atender à demanda de necessidades de financiamento neste setor.

No México, nos últimos dez anos, apenas 19,4% das unidades de produção familiar receberam crédito para fins produtivos, através do BANRURAL (banco de desenvolvimento) ou por algum programa especial por parte de Governo Federal ou Estatal (INEGI 2002). Da mesma maneira acontece no Brasil, como afirma Abramovay (2003)²⁰, somente 17% dos agricultores familiares têm acesso ao microcrédito, apesar do país ter um dos maiores programas de microcrédito rural do mundo que é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), desenhado em 1996.

A falta de acesso ao crédito formal por parte dos agricultores é conseqüência de vários fatores como afirma Myhre (1997): a alta burocracia para tramitar um crédito, a demora por parte dos agentes financeiros para aprovar e liberar os recursos, a falta de linhas de créditos para atividades específicas, sobretudo atividades desenvolvidas pelas mulheres, por considerarem-se suas atividades produtivas como trabalho secundário, a pouca flexibilidade dos Bancos para outorgar os recursos financeiros. Sobre esta última questão, as linhas de créditos são destinadas para certa finalidade, ou para culturas específicas, excluindo os agricultores que costumam realizar associação de culturas²¹ ou culturas intercaladas, o que leva os agricultores a deixar de procurar o crédito por estas vias, por considerá-las extremamente regulamentadas. Outro fator que dificulta o acesso ao crédito formal dos agricultores familiares é a distância entre a unidade de produção e as instituições financeiras. Neste sentido, cada país, nos quais se localizam os dois programas estudados, apresenta características diferenciadas sobre as Políticas Agrícolas e o mercado de crédito para a agricultura familiar, como se analisa a seguir.

a) Caso do México

Apesar da baixa cobertura do crédito no setor rural, no caso do México, nos últimos 10 anos, têm crescido os programas de financiamento rural para atender a agricultura familiar, tanto no âmbito governamental, como da sociedade civil (ONGs). As diversas formas de financiamento rural existentes no campo mexicano estão classificadas em quatro setores, de

²⁰ ABRAMOVAY, R. "Os Custos da Intermediação Financeira Estatal". *Jornal Folha de São Paulo*. 15/ 09/ 2003.

²¹ Por exemplo, numa mesma superfície é plantada: milho e feijão, milho e abóbora, milho, ervilha e fava; alfafa com milho e feijão.

acordo com a classificação realizada pela *Asociación Mexicana de Uniones de Crédito del Sector Social* AMUCSS (2000:24-26): a) o setor bancário e fundo semibancários, b) o setor de intermediação financeira, c) os múltiplos programas de crédito dos governos federal e estadual e d) o setor autônomo de financiamento. Muitas destas formas agem de maneira combinada, complementar ou substitutiva segundo as regiões onde estão estabelecidas. Tais setores funcionam da seguinte maneira:

a) Setor Bancário: compreende aquelas instituições que pelas regras, procedimentos e práticas, estão mais próximos na operação de instituições privadas, que de programas de desenvolvimento. Aqui se encontra o Banco de Desenvolvimento, onde se destaca a presença do FIRA, (*Fideicomiso Instituido en Relación con la Agricultura*), que promove a participação do Banco Rural (Banrural) para atender os agricultores classificados como médios e os agricultores familiares. Neste setor também o FIRA promove a participação de bancos privados para créditos na comercialização de produtos agropecuários dos médios e agricultores familiares.

b) Setor de intermediação financeira: esse setor é o de maior cobertura e diversidade de serviços financeiros, pois incluem os intermediários financeiros, os *Fondos de Autoseguramiento* e os programas de crédito para organizações de agricultores. Este setor fornece programas de poupança, crédito e seguros aos agricultores. As características deste setor se classificam em três tipos: 1) as instituições de poupança e crédito, com uma clara orientação à intermediação financeira, 2) as instituições financeiras fomentadas para facilitar a canalização do crédito do Banco de Desenvolvimento ou de cooperação e 3) programas de desenvolvimento que estão em transição para firmas financeiras. No setor encontram-se as *Uniones de Crédito*, *Cajas Solidárias*, *Coperativas de Ahorro y Crédito*, *Sociedades de Ahorro y Préstamo* e *Fondos de Aseguramiento*.

As *Uniones de Crédito* se desenvolveram no setor tradicional do crédito agrícola, transitando nos últimos anos para uma diversificação de seus produtos financeiros. Representam o setor “clássico” rural, com fortes vínculos nas estratégias de organização econômica e comercial de produtores agrícolas, mas, devido a restrições de caráter legal, não são ser uma alternativa de financiamento para a agricultura familiar, já que regularmente os sócios são agricultores médios caracterizados como granjeiros e agricultores empresariais.

As *Cajas Solidarias* trabalham fundamentalmente com o crédito rural e diversos produtos de poupança. As *Cajas Solidárias* trabalham com agricultores médios e uma baixa proporção com os agricultores familiares.

Em relação às cooperativas de crédito e às *Sociedades de Ahorro y Préstamo*, elas atendem a setores que estão envolvidos em outras atividades econômicas, atuando principalmente em municípios com uma população entre 5.000 e 15.000 habitantes. Neste setor, se encontram as ONGs dedicadas fundamentalmente a atividades financeiras para diversas modalidades econômicas (agrícolas, agroindústria, artesanato, comércio, entre outros). Neste setor, também se incluem os programas de desenvolvimento nas zonas indígenas, controlados pelo *Instituto Nacional Indigenista* (INI), através dos *Fondos Regionales de solidaridad*, desenhados para proporcionar crédito agrícola e financiar projetos produtivos.

c) Programas de Subsídios ao Crédito e Fomento Financeiro: estes compreendem os programas governamentais com componentes de crédito ou de subsídio à produção e com intervenção bancária. Estes programas não têm uma lógica ou disciplina financeira e, ao combinarem-se com agentes financeiros, tendem a distorcer o mercado e a erodir a cultura financeira dos pobres rurais. Dentro dos programas que contempla este setor estão: o *Crédito a la Palabra*, os *Fondos de Apoyo y Fomento Ejidal* (FIFONAFE), *Alianza Para el Campo*, (PROCAMPO) o *Fondo de microfinanciamiento a Mujeres Rurales* (FOMMUR), o *Programa de Asistencia Técnica al Microfinanciamiento Rural* (PATMIR).

Por sua cobertura, os programas mais importantes deste setor são: o *Crédito a la Palabra*, operado pela Secretaria Desenvolvimento Social (SEDESOL), o PROCAMPO operado pela SAGARPA e o FOMMUR, operado pela Secretaria de Economia, que financia atividades produtivas para os agricultores familiares (agrícolas, pecuárias, artesanato e agroindústria). Assim mesmo, este setor está estruturado junto a um programa de capacitação e assistência técnica, fornecido pelos técnicos agropecuários da SAGARPA, ou em parceria como técnicos de outros programas dos governos estaduais. Uma das características deste setor é o acompanhamento da capacitação e a assessoria técnica.

d) Setor Autônomo: trata-se de um setor com maior amplitude e cobertura no meio rural, pois, estima-se, que participam com 90% das operações individuais do crédito, enfocando créditos de menor valor (PALACIO 2002, p. 29). Tal setor está integrado por múltiplos elementos econômicos, organizativos, sociais e culturais, com lógica própria, os quais não são regulados pelo Estado, nem pelas regras de oferta e procura financeira. Daí alguns o denominarem como financiamento invisível ou informal.

O setor autônomo surge nos locais onde se apresentam relações de desigualdade, submissão e descapitalização, como é o caso das compras antecipadas de colheitas, de

insumos e previsão de abastecimento local ou formas usuárias. Entretanto, também se encontram formas tradicionais de ajuda mútua nas comunidades como a *mano vuelta*²², *mediería*²³, empréstimos familiares e “*guezas*” (entrega com reciprocidade) que solucionam necessidades de financiamento. Dentro destas formas se localizam também as formas de poupança e crédito, que têm procurado, ao longo do tempo, os grupos sociais para resolverem algumas das necessidades de serviços financeiros (PALACIO, 2002, p.29).

Desta classificação de financiamento rural, as mulheres participam apenas de alguns programas do setor de intermediação financeira, principalmente nas *cajas solidários e nas sociedades de ahorro y crédito*, e nos programas de subsidio ao crédito e fomento financeiro principalmente nos programas de *Crédito a la Palabra*, operado pela Secretaria Desenvolvimento Social, o PROCAMPO, operado pela *Subsecretaria de Desarrollo Rural* da *Secretaria de Agricultura, Ganaderia, Desarrollo Rural, pesca y Alimentación* (SAGARPA) e o FOMMUR, operado pela *Secretaria de Economia*. Já no setor autônomo, a grande maioria das operações é realizada pelas mulheres, como afirma Palácios (2002), no entanto, pela complexidade destas operações é difícil medir seus alcances e os números de operações que se realizam em cada região. Regularmente, são formas tradicionais de empréstimos e de poupança que se realizam neste setor que é considerado como invisível.

b) O caso do Brasil

No Brasil, o sistema financeiro fornece um contexto amplo, com um sofisticado sistema financeiro que oferece uma ampla gama de serviços. Por um lado, se encontra o sistema financeiro que funciona através de agentes privados e do setor social as quais estão constituídos pelos bancos (privados), instituições microfinanceiras (cooperativas), empresas de crédito e outras fontes informais de crédito desenvolvidas por um povo de baixa renda. Por um outro lado, se encontram os programas do governo federal, através de políticas públicas desenhadas para diferentes setores da economia (NICTER *et al.*, 2002).

Nesta seção, se analisam os programas de crédito rural. Como discute Nichter *et al.*, (2002) o crédito rural é oferecido basicamente por dois setores: a) os programas do governo

²² Mano vuelta – sistema de intercâmbio de força de trabalho, restrito ao trabalho, onde existe ajuda mútua.

²³ Mediería – forma de produção de terra na qual o proprietário da terra cede a terra a outro agricultor que possui os meios de produção para fazê-la produzir. Ao final da produção, a colheita é dividida entre o proprietário da terra e o agricultor para o qual a terra foi cedida.

federal, através da intervenção dos bancos e b) os sistemas alternativos de financiamento, estabelecidos pela sociedade civil, os quais são representados principalmente pelo sistema de cooperativas de crédito rural, administradas pelos agricultores.

Analisando vários autores e relatórios, como Abramovay (1998), Ravera (1998), Brasil-MAA (1998) e documentos do Banco do Brasil, se constatam que, até o início da década de noventa não existia nenhum tipo de política agrícola para o segmento da agricultura familiar, sendo esta atividade, inclusive, uma definição conceitual bastante imprecisa, uma vez que a mesma era tratada de distintas formas (pequena produção, produção familiar, produção de subsistência, etc.).

Na década de noventa, entretanto, dois fatores foram decisivos para mudar o curso da história. Por um lado, as reivindicações dos trabalhadores rurais, que começaram a ter voz já na Constituição de 1988 e ganharam destaques nas famosas “Jornadas Nacionais de Luta” na primeira metade da década de 90, ocupando definitivamente a agenda pública para o meio rural. Por outro, os estudos realizados conjuntamente pela FAO e INCRA, definiram com maior precisão a conceitualização da agricultura familiar e, mais ainda, estabeleceram um conjunto de diretrizes que deveriam nortear a formulação de políticas para esse segmento específico. Desta maneira, se estabelecem agendas para reorientar as políticas agrícolas, assim como, os agentes de crédito privado (bancos) passam a fornecer novos esquemas de financiamento, através do microcrédito, atingindo os setores historicamente excluídos dos serviços financeiros²⁴. Neste sentido, se analisa o processo de desenvolvimento do crédito rural com atenção ao acesso dos membros da unidade de produção familiar.

a) Programas do governo federal: o processo de mudanças na política agrícola começou a partir de 1994, quando o Governo criou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), que tinha como objetivo destinar um volume de crédito com taxas de juros mais acessíveis aos agricultores familiares²⁵ (RAVERA, 1998). No ano de 1995, com o Governo Fernando Henrique Cardoso, o PROVAP foi totalmente reformulado, tanto em termos de concepção, como em sua área de abrangência. Essas modificações deram origem, em 1996, ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). A partir deste ano, o programa tem se firmado como a principal política pública

²⁴ Sobre uma discussão detalhada da abertura de novos esquemas de serviços nos bancos privados e o desenvolvimento do microcrédito nas instituições microfinanciamento, ver o trabalho sobre “Entendendo das Microfinanças no Contexto Brasileiro” de Nichter, S., Lara Goltmark e Anita Fiori (2002).

²⁵ Os recursos do PROVAP eram concedidos pelo BNDES. Porém, os resultados do programa foram bastante restritos, sobretudo em função das dificuldades que os agricultores familiares enfrentaram para atender às exigências do sistema financeiro.

de apoio aos agricultores familiares. São registrados ainda, dois fatos importantes: no ano 1995, apenas as ações relativas ao crédito de custeio foram implementadas; e em 1996 foi ampliado o programa para as áreas de infra-estrutura e de capacitação, ganhando maior dimensão, passando a operar em todo o território nacional.

O Manual Operacional do PRONAF define como objetivo geral do programa, propiciar condições para aumentar a capacidade produtiva, a geração de emprego e de renda, de tal forma a melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares. Para isso, foram definidos como objetivos específicos: a) ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares; b) viabilizar a infra-estrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares; c) elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social; e d) estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos.

Do ponto de vista do público-alvo, o programa atende especificamente os agricultores familiares, que são caracterizados a partir dos seguintes critérios: possuir 80% da renda familiar originária da atividade agropecuária; deter ou explorar estabelecimentos com área de até quatro módulos fiscais; explorar a terra na condição de proprietário, meeiro, parceiro ou arrendatário; utilizar mão-de-obra exclusivamente familiar, podendo manter até dois empregados permanentes; residir no imóvel ou em aglomerado rural ou urbano próximo e possuir uma renda anual máxima de até R\$ 27.500,00.

O PRONAF se divide em três modalidades, de acordo com o Manual Operacional: Crédito Rural (Custeio e de Investimento); Infra-estrutura e Serviços Municipais e Capacitação. A modalidade do Crédito Rural está voltada para o apoio financeiro aos agricultores familiares e compreende diversas linhas de crédito específicas: custeio e investimento normais; crédito rural rápido; crédito especial, investimento especial e crédito agroindústria. Já a modalidade de Infra-estrutura e Serviço está voltada para a melhoria da rede de infra-estrutura dos municípios, através do financiamento de obras e serviços necessários ao fortalecimento da agricultura familiar. Para participar dessa modalidade, cada município selecionado precisa elaborar um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR), que é analisado e aprovado pelas instâncias deliberativas do programa. Finalmente, o PRONAF Capacitação visa proporcionar novos conhecimentos aos agricultores familiares e às suas organizações sobre processos de produção e gestão das propriedades. Quanto à origem dos recursos, observa-se que as fontes básicas de financiamento do PRONAF são as seguintes: Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT); recursos do Tesouro Nacional e das

Exigibilidades Bancárias MCR do Banco Central e Fundos Constitucionais do Centro-Oeste (FCO) e do Nordeste (FNE).

A partir do ano 2003, foram criadas novas linhas de crédito (PRONAF Mulher, PRONAF Jovem, PRONAF Custeio de Agroindústrias Familiares) e de outros programas especiais da rede bancária, tanto pública como privada (Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia e Cooperativas de crédito que trabalham com o PRONAF). A linha de crédito para mulheres foi estabelecida com o objetivo de reconhecer e estimular o trabalho das mulheres rurais na agricultura familiar, e nos assentamentos da reforma agrária. Além de poder acessar a outras linhas de crédito do PRONAF enquanto parte da família. As atividades que podem ser financiadas são agrícolas e não agrícolas como plantações de hortaliças, criação de pequenos animais, produção de pães, bolachas, queijos, doces, artesanato e turismo rural. Em geral, as mulheres que podem ter acesso ao PRONAF têm que comprovar que são produtoras rurais, agricultoras familiares, assentadas da reforma agrária inseridas nas unidades de produção familiar enquadradas nos grupos A, B, C, D ou E²⁶. Cada família terá direito a uma operação da linha especial PRONAF mulher. No entanto, para acessar os créditos nas diferentes modalidades dos grupos, é necessário em primeiro lugar elaborar um projeto e apresentá-lo no Banco. E em segundo lugar, proporcionar garantias ou aval de acordo com as políticas dos bancos, onde se realize a solicitação do crédito, assim como no caso em que o contrato seja proporcionado como aval, o marido terá que assinar.

De acordo com as normas e políticas do PRONAF, é possível constatar que as mesmas ainda são orientadas por regras dos órgãos oficiais e pelos procedimentos operacionais adotados pelos diversos atores financeiros (bancos), ignorando as condições sociais e econômicas dos agricultores familiares. Todas as famílias que não se enquadram à classificação das linhas de crédito proposta pelo PRONAF continuam excluídas ao acesso do crédito, e a outros instrumentos de desenvolvimento. Na ampliação do PRONAF para as

²⁶ Em relação à classificação dos grupos A, B, C, D ou E do PRONAF se caracteriza de acordo com o tamanho do crédito: Grupo A, A/ ou B o financiamento é de até R\$1mil; com uma taxa de juros de 1% ao ano e o prazo de pagamento de até dois anos e ainda com um desconto de 25% sobre cada parcela paga até a data do vencimento. Grupo C, o financiamento equivale a um mínimo de R\$ 1,5 mil e um máximo de R\$6 mil, com uma taxa de juros de 3% ao ano, o prazo de pagamento é de 8 anos, incluída uma duração máxima de 5 anos de carência quando a atividade requerer esse prazo e o projeto técnico comprove a sua necessidade, ou até 3 anos de carência nos demais casos. Mesmo assim, ainda tem um benefício que consiste em um desconto de R\$700,00 para pagamentos feitos até a data de vencimento. Grupo D, o máximo de financiamento alcança R\$18 mil, a uma taxa de juros de 3% ao ano e o prazo de pagamento é até 8 anos, incluído uma duração máxima de 5 anos de carência quando o projeto técnico comprove a sua necessidade, ou até 3 anos de carência nos demais casos. Grupo E, o financiamento equivale a um máximo de R\$36 mil, a uma taxa de juros de 7,25% ao ano e um prazo de pagamento até 8 anos, incluída uma duração máxima de 5 anos de carência quando o projeto técnico comprove a sua necessidade ou até 3 anos de carência nos demais casos. A classificação dos Grupos ver site <http://www.mda.gov.br/aegre/index.php?sccid=592>.

mulheres, este procedimento não apresenta mudanças para acessar ao crédito, já que as mesmas linhas de crédito são colocadas também para financiar as atividades das mulheres. Neste caso, o PRONAF desconhece o trabalho específico que desenvolve a mulher dentro da unidade de produção familiar, como consequência da divisão sexual do trabalho socialmente construído, como afirma a dirigente do Movimento de Mulheres Camponesas no Brasil (MMC)

“[...] o Movimento de Mulheres Camponesas está lutando para conquistar um crédito especial para nossas condições sociais como mulheres, já que na realidade, nós mulheres do meio rural desenvolvemos uma diversidade de atividades que se sobrepõem ao trabalho agrícola. Nós lidamos tanto na agricultura, no lar, no artesanato e na conservação de alimentos. Somos as responsáveis por levar todos os dias os alimentos para a mesa, então não estamos somente trabalhando na monocultura, para a qual o PRONAF proporciona crédito, a gente está em uma diversidade de atividades e para isso não tem crédito”[...] “Hoje sabemos que o que é preciso é uma política pública. Seria necessário um incentivo que realmente pudesse subsidiar as atividades das mulheres, seja como agricultora, camponesa, dona-de-casa. As atividades das mulheres estão muito marginalizadas, pela questão do agronegócio que é no que o PRONAF está interessado”. (entrevista com a representante do MMC-Região Sul do Brasil, agosto de 2005).

Ainda que o PRONAF mulher apresente restrições, no ano 2005, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou no Assentamento Milagre, localizado no município de Apodi, Rio Grande do Norte, a campanha Crédito para a Igualdade das Mulheres Rurais, ampliando recursos do PRONAF Mulher, que pode ser utilizado na aquisição de equipamentos, na montagem de agroindústrias caseiras, atividades artesanais e até para o turismo rural. O programa é destinado às agricultoras familiares, assentadas, arrendatárias, parceiras, meeiras, pescadoras artesanais, extrativistas e quebradeiras de coco, que possuam renda anual bruta entre R\$ 2 mil e R\$ 60 mil (grupos C, D e E do Pronaf).

Entretanto, à medida que a participação das mulheres se consolida nos movimentos sociais e que se coloquem suas demandas, o PRONAF mulher estará abrindo e colocando novas linhas de crédito mais apropriadas às condições sociais das mulheres rurais.

b) Alternativas de financiamento rural: as alternativas de financiamento no meio rural no Brasil existem desde o século passado, mediante formas diferenciadas, de acordo com a situação social econômica e políticas de cada região. Os agentes envolvidos neste processo têm sido a sociedade civil, (ONG's) a igreja e os agricultores. De acordo como um estudo do Banco do Brasil (2004) as alternativas mais desenvolvidas no país têm sido as cooperativas de crédito. A primeira experiência no Brasil, que teve início em 1902 no Rio Grande do Sul, foi

tomando sua própria dinâmica, incorporando metodologias de funcionamento que até na atualidade continuam funcionando. Nos anos 60, e durante toda a década de 70, o cooperativismo de crédito buscou ocupar seu espaço na legislação brasileira para superar as dificuldades existentes, no entanto, nem todas as cooperativas lograram seus objetivos. Atualmente, existem diversas cooperativas classificadas de acordo com o ramo de atividade, Segundo Búrigo (2006, p.17), “em 2005 o Brasil contava com uma confederação de crédito, 38 centrais e 1.397 cooperativas de crédito singulares, de diferentes tipos e ramos de atividades” destas cooperativas, 443 (31,7%) eram de crédito rural, orientadas principalmente para a agricultura familiar. Como acrescenta Búrigo, (2006) existem quatro grandes sistemas de cooperativas, (Sicoob, Sicredi, Unicredi e Cresol)²⁷ destes, três possuem uma estrutura próxima de uma cultura bancária (Sicoob, Sicredi, e Unicredi). Portanto, a estrutura das cooperativas, próxima dos bancos, dificulta o acesso aos agricultores já que, os recursos econômicos tendem a concentrar-se. Dificultam-se as operações e, sobretudo as centrais ficam longe dos lares dos agricultores, deixando de ser uma alternativa de crédito para os agricultores. Já o funcionamento do Cresol representa um novo modelo de cooperativa de crédito rural por sua origem e estrutura próxima das localidades rurais.

A origem e o desenvolvimento das cooperativas de crédito rural sempre foram de acordo com as necessidades e atividades dos associados. No entanto, a presença das mulheres nestes espaços coletivos ainda é precária, já que não se encontrou alguma cooperativa com uma participação importante de mulheres. Recentemente, o CRESOL está começando a incluir esta grupo social, o que o torna um sistema de cooperativa de crédito diferenciado das outras cooperativas que funcionam no meio rural. Esta peculiaridade do CRESOL se torna um programa de microfinanciamento rural, já que, na medida em que o processo de controle dos recursos financeiros seja realizado por parte dos beneficiários, as possibilidades de acesso ao crédito para os agricultores e agricultoras serão maiores, possibilitando desenvolver outras demandas tais como capacitação, assistência técnica, novas tecnologias, como vem acontecendo nos programas de microfinanciamento, organizados por grupos solidários e bancos comunais dirigidos por agricultores e agricultoras.

Tanto no México como no Brasil, as políticas de crédito para atender à diversidade social dos produtores rurais, estabelecidas nestes países, são recentes. No entanto, a inclusão das mulheres nestas políticas ainda se dá de maneira incipiente, já que, como se evidenciou,

²⁷ Para maior discussão sobre o desenvolvimento de cooperativas de crédito no Brasil, ver trabalho sobre “Finanças e Solidariedade: Uma Análise do Cooperativismo de Crédito Rural Solidário no Brasil” Búrigo, L. Fabio (2006), e “Evolução Histórica do crédito Rural”. Banco do Brasil (2004).

são poucos os programas governamentais que proporcionam condições para acessar ao crédito e outros elementos produtivos.

2.2 O microfinanciamento rural

Os Programas de Microfinanciamento Rural têm ganhado força, na medida em que estes programas vêm superando os problemas de seleção e recuperação que o mercado de crédito convencional identificou como obstáculo para operar o crédito nos setores mais vulneráveis. No início da década dos 80, na América Latina, surgiram vários programas de microfinanciamento, apoiados pelo Banco Mundial e pelo Banco Interamericano, motivados a partir de algumas experiências consideradas positivas na Ásia, com serviços financeiros ofertados para as populações rurais mais vulneráveis, os quais oferecem serviços adequados para este setor da população rural. Como mencionam Nichter *et al.* (2002 p. 15), os programas de microfinanciamento têm sido uma alternativa importante para proporcionar microcrédito à população rural, excluída do sistema financeiro tradicional e de outros serviços como, capacitações, assistência técnica, seguro, conta corrente entre outros.

O conceito de microfinanciamento rural, portanto compreende o fornecimento de serviços financeiros para toda a população rural, exercendo ou não atividades agrícolas. Estes serviços financeiros podem ser os próprios créditos, além de poupança, do depósito à vista, do fornecimento de talão de cheques, do recebimento e do pagamento de contas, seguros, das transferências de recursos, do fundo de investimento, dos serviços de capacitação e de assessoria técnica. (BUCHENAU & HIDALGO, 2002).

O microcrédito é um dos principais serviços financeiros prestados pela maioria dos programas de microfinanciamento que, normalmente, têm mecanismos e instrumentos operacionais mais adequados para outorgar um microcrédito do que os grandes bancos. Isto porque estes programas tendem a ter menores custos operacionais, maior experiência na atuação com o público alvo do microcrédito e melhores condições para realizar o acompanhamento necessário. Existem programas que atuam exclusivamente com microcrédito, e programas de microfinanciamento que atuam com outros serviços financeiros e de assessoria produtiva.

Para que os programas de microfinanciamento sejam considerados como de microcrédito, Barone *et al.* (2002) sugere que adotem algumas metodologias específicas:

- a) O crédito deve ser produtivo, isto é, não pode ser destinado ao consumo.
- b) A concessão do crédito deve ser assistida e orientada: os agentes de crédito vão até o cliente em seu local de trabalho.
- c) Os sistemas de garantia são diferenciados: baseados nas relações de confiança, na reciprocidade, na participação, no valor da palavra do solicitante e no mecanismo de poupança.
- d) O crédito deve ser adequado ao ciclo da atividade produtiva: empréstimos pequenos, prazos de pagamento curtos (semanais, quinzenais ou mensais, para atividades de ciclo curto, normalmente não-agrícola), empréstimos com valores crescentes e caracterização como linha de crédito (possibilidade de renovação).
- e) Baixo custo de transação para o cliente e elevado custo operacional: proximidade do cliente, mínimo de burocracia e agilidade na entrega do crédito.
- f) Ação econômica: deve ter um forte impacto social.

No entanto, as características que se colocam podem variar segundo as condições sociais e econômicas dos clientes ou sócios. Diferente do que defende Barone *et al.*, o crédito de consumo não deve ser excluído totalmente do microcrédito, pois, nos programas de microfinanciamento, é praticamente impossível separar o crédito produtivo do crédito para o consumo. Normalmente, os microempreendedores não separam suas atividades produtivas de seus lares, fazendo com que os efeitos da desregulação financeira da atividade produtiva afetem as finanças pessoais e vice-versa (BRUSKI & FORTUNA, 2002: 8). Portanto, é preciso ampliar o conceito de crédito produtivo, porque um problema pessoal que demanda algum capital pode inviabilizar um empreendimento produtivo.

Normalmente, os agricultores familiares que demandam o microcrédito necessitam de acesso rápido aos recursos, com o mínimo de exigências em termos de garantia e documentação, além de estar em local de fácil acesso. Bruski & Fortuna (2002), afirmam que os agricultores familiares, pela situação social em que desenvolvem suas atividades, e as condições econômicas de sua unidade de produção, além de demandar crédito para atividades produtivas, também necessitam de recursos para suprir emergências que se apresentam durante períodos que não recebem renda, as principais necessidades que apresenta são: a) emergenciais: doenças e gastos com médicos, b) eventos sazonais: final de ano, impostos e material escolar, c) eventos do ciclo da vida: morte, casamento e outras festas, e d)

oportunidades: reforma da casa, instrumentos domésticos, educação, iniciar ou ampliar um negócio.

Outra característica destes programas, como acrescenta Schuetz (1998), é a legalidade de funcionamento, podendo ser formais ou informais. No primeiro caso estão as cooperativas de crédito rural, uniões de crédito e as sociedades de crédito, além de outras instituições pertencentes ao sistema financeiro, reguladas pela autoridade monetária. Entre as instituições informais regularmente estão, as caixas de poupança e crédito (*Cajas de Ahorro y Crédito*), os fundos rotativos e as associações de crédito e poupança, também conhecidas como ROSCAS (Rotating Saving and Credit Associations) e as instituições de intermediação financeira que utilizam recursos próprios e normalmente cobram altas taxas de juros.

Em sua análise sobre a cobertura dos programas de microfinanciamento Nichter *et al* (2002, p.19), acrescenta que, estes programas apresentam restrições, já que, por sua natureza são fechados, pois seus serviços são oferecidos apenas aos associados e não ao público em geral, os programas estão constituídos para atender somente os associados. As cooperativas de crédito rural é um exemplo típico destes programas. No entanto, existem outros programas que são mais abertos ao público geral, com algum tipo de vínculo ou responsabilidade de seus membros, como poupança, crédito restrito a grupos solidários, residência na área de atuação do programa e obrigatoriedade da participação em eventos, pode-se afirmar que também tem restrições ao atendimento ao público em geral.

O papel do Estado no funcionamento dos programas de microfinanciamento tem sido em função da operação do crédito. Como assinalam Yaron & Benjamin (1997), o Estado tem proporcionado microcrédito através da poupança, evitando as taxas de juros subsidiadas. Esta visão é contrária à tradicional, que justifica a intervenção do governo, garantindo créditos baratos porque considera que os habitantes rurais são muito pobres para poupar. Na nova proposta, o papel central do governo é procurar identificar as causas das falhas no mercado, tentando corrigi-las, aumentando também a eficiência do mercado financeiro através de sua liberalização (desregulamentação da taxa de juros, redução de exigências em relação às altas reservas e relaxamento do controle sobre o crédito), além de fortalecer a supervisão e regularização das instituições financeiras intermediárias. De acordo com a FAO (1998), o governo poderia intervir no mercado financeiro rural, onde o crédito é ainda o mecanismo melhor e mais barato para reduzir a pobreza. Assim como proporcionar políticas que auxiliem o crédito, como assistência técnica, seguro agrícola, capacitação profissional e geração de tecnologia. O importante é que os programas de microfinanciamento operem com seus custos

cobertos pela própria operação de crédito. Os subsídios podem ser usados para eliminar barreiras, para a intermediação financeira e para acelerar o desenvolvimento institucional (BESLEY, 1994: 24).

Apesar da criação de inúmeros programas de microfinanciamento e da reformulação de outros, as deficiências ainda persistem em muitos mercados financeiros rurais. Estes problemas abrangem principalmente a escassa oferta de crédito agrícola formal para os agricultores familiares, a insuficiência de crédito de médio e longo prazo e a falta de mecanismos de poupança nas zonas rurais.

2.2.1 Os fatores que afetam o desempenho do Microfinanciamento rural

Existe um conjunto de fatores que podem, ao mesmo tempo, contribuir ou dificultar o desenvolvimento dos programas de microfinanciamento, dependendo de como forem executados. Alguns são oriundos de políticas mais gerais, adotadas pelos governos e dependem da situação econômica dos países. Entre estes fatores estão o marco legal e regulatório, o papel do Estado no crédito rural, a taxa de juros básica do país, a taxa de inflação, a política de câmbio e de importação e exportação, a densidade populacional e a infra-estrutura disponível no meio rural. Outros, porém, estão relacionados mais diretamente com o processo de gestão das instituições, tais como as garantias, o acesso à informação e suas implicações (risco moral e seleção dos clientes), o processo de seleção dos clientes, a metodologia dos empréstimos (individual, grupal ou coletivo), a existência de crédito, poupança, subsídios e diversificação dos riscos. Alguns destes fatores sofrem influência tanto das ações mais gerais do governo, quanto dos próprios programas, com a criação de centrais de risco de crédito, taxas de juros cobradas ou permitidas, fontes de recursos para os financiamentos, possibilidades de diversificação e seleção dos tomadores de crédito.

Existem elementos institucionais e do entorno que influenciam diretamente o êxito da prestação de serviços financeiros no meio rural. Os elementos do entorno dos programas de microfinanciamento envolvem a realidade local²⁸, a regulação do sistema financeiro e a situação econômica. Os elementos institucionais são compostos pela orientação institucional, pela estratégia rural das instituições e pela gestão de atividades financeiras rurais. Os

²⁸ É composta pela demanda de crédito existente, além da densidade populacional e da qualidade da infra-estrutura.

elementos institucionais estão diretamente relacionados com a perspectiva econômica das instituições. Isto indica que, mesmo com o apoio de incentivos institucionais, torna-se muito difícil que as entidades privadas possam proporcionar, de forma sustentável e com fins lucrativos, atenção a grupos marginalizados do meio rural. A maioria dessas entidades abandona a atenção aos segmentos marginais em momentos de crise. A gestão das atividades financeiras rurais pode ser dividida em custos de administração (volume total dos serviços disponibilizados, características do entorno e da capacidade de gestão dos recursos humanos), gestão dos custos dos riscos com os créditos (tecnologia para concepção de créditos) e a gestão de receitas, que está relacionada diretamente com as taxas de juros cobradas pelos empréstimos (BUCHENAU & HIDALGO, 2002).

A legislação de regulação bancária e de crédito também pode ser um grande limitador para o desenvolvimento das finanças rurais. Buchenau & Hidalgo dividem esta regulação em três grandes grupos:

- a) Normas relacionadas à documentação dos créditos: pessoas que não têm documentos de identidade acabam excluídas do crédito formal, em função deste tipo de exigência definida por entidades de regulação do crédito.
- b) Normas de operação das filiais e de capital mínimo para funcionamento: alguns países dificultam ou impedem a abertura de filiais ou postos de serviços, exigindo horário mínimo de funcionamento. A exigência de um elevado capital mínimo para o funcionamento também impede a criação de entidades menores, muitas vezes adaptadas à realidade das comunidades com baixa densidade populacional.
- c) Normas de qualificação das carteiras e seu provisionamento: dependendo das exigências de provisionamento, os custos do crédito podem aumentar, reduzindo o alcance dos mais pobres.

A legislação também pode dificultar o desenvolvimento das finanças rurais através de leis que dificultam a utilização da propriedade rural como garantia, ou impedindo a sua execução e, por proibições relacionadas às Leis de Usura, que limitam as taxas de juros que podem ser aplicadas no país. Os constantes refinanciamentos ou perdões de dívidas praticados por alguns países também criaram um ambiente desfavorável ao crédito rural, transformando-o em tema político e não de tipo econômico e social.

2.2.2 Formas de concessão do microcrédito

Não existe uma forma única ou ideal para acessar ao microcrédito rural, pois a escolha depende muito do tipo de crédito, da sua finalidade, da atividade a ser financiada, do valor a ser emprestado, das garantias exigidas, dos encargos financeiros e subsídios, de questões sócio-culturais da região onde vai ser concedido e, principalmente, do tipo de instituição financeira que vai concedê-lo e de quais são os seus mecanismos de controle e monitoramento. Dependendo de cada caso, uma forma pode ser melhor do que outra, não devendo existir uma regra geral para todos os financiamentos (GUERRERO *et al*, 1999: 18).

Com base nesses elementos, o crédito pode ser feito de forma individual, grupal ou coletiva. No financiamento grupal, o crédito e o risco são assumidos por todos os membros do grupo, mas a utilização dos recursos é realizada de forma individual por seus membros. No crédito coletivo, a utilização do crédito é feita em obras ou atividades coletivas do grupo.

a) Crédito grupal ou coletivo

No crédito grupal, parte das responsabilidades das instituições financeiras é repassada aos membros do grupo, que devem se autofiscalizarem. As iniciativas de maior sucesso têm sido constituídas por aproximadamente cinco pessoas, que residem próximas e desenvolvem atividades similares. Os integrantes do grupo podem estabelecer garantias entre si, assumindo a dívida conjuntamente. Em diversas experiências, no caso de inadimplência de um dos membros, além dos demais membros assumirem a dívida, nenhum membro do grupo pode voltar a beneficiar-se de crédito na instituição.

Huppi & Feder (1989, p.21), estudando créditos concedidos a agricultores de forma grupal em Bangladesh, constataram que os grupos formados anteriormente à concessão do crédito, e com outras funções que não a obtenção do crédito, tendem a apresentar um melhor desempenho do que os criados exclusivamente para acessar o crédito.

A seleção grupal é bastante eficiente quando os empréstimos são pequenos. Na medida em que o valor dos empréstimos aumenta, esta forma organizacional perde a sua eficácia. Para empréstimos de alto valor, quando ocorre a inadimplência de um dos membros do grupo, os demais tendem a não pagar, pois a dívida total pode ultrapassar a sua capacidade de

pagamento. Além disso, um empréstimo grupal de grande valor pode incentivar o conluio entre os membros com vistas à inadimplência (GUERRERO, 2000; SICD, 1995).

É preciso considerar que os agricultores acessam o crédito de maneira individual, mas aceitam o crédito grupal ou solidário por ser condição necessária para aceitá-lo. Portanto, necessita haver muita atenção e controle por parte das instituições para que possa ser um instrumento facilitador e não limitador do acesso ao crédito. A técnica de seleção grupal está intimamente ligada à prática do gradualismo nos montantes emprestados e à livre disponibilidade do uso dos créditos. Portanto, o montante deve ser muito pequeno no início e ir crescendo na medida em que os pagamentos são realizados pontualmente, além da importância das instituições fornecerem créditos para todos os fins, inclusive para o consumo familiar.

Em relação aos custos, o crédito grupal nem sempre apresenta um menor custo de transação quando comparado com o crédito individual. Considerando o conjunto dos custos de transação, inclusive os dispendidos pelos tomadores de crédito, o crédito grupal pode exigir maiores gastos que o crédito individual, bem como um grande número de reuniões necessárias para a organização do grupo e da documentação necessária. Além disso, dependendo dos valores do crédito e da tradição cultural de cada localidade, a inadimplência também pode ser mais alta nos créditos grupais.

b) Crédito individual

A partir de um determinado valor do financiamento ou do próprio conhecimento do histórico de cada indivíduo, é possível que créditos individuais sejam preferíveis em relação aos grupais. Nestes casos, Guerrero (2000) apresenta duas maneiras²⁹ creditícias que podem ser muito úteis para o financiamento individual: agente comunitário e *Leasing*. Os agentes comunitários são pessoas que atuam como intermediárias entre o agente financeiro e o agricultor e, conhecendo as realidades das comunidades onde atuam, contribuem para a seleção dos créditos, acompanhamento dos projetos, e a cobrança dos devedores. O *Leasing* é um sistema pelo qual o objeto financiado fica em nome do credor por um tempo e os agricultores pagam uma espécie de aluguel, tendo ao final de, no máximo 2/3 da vida útil do

²⁹ O que não impede a utilização destas técnicas para os créditos grupais ou coletivos.

equipamento, o direito a compra por um valor mínimo. Esta prática reduz custos e pode ser muito utilizada, especialmente para o financiamento de máquinas agrícolas.

c) Papel da poupança no acesso ou crédito

A poupança é uma prática antiga e comum entre os agricultores, mesmo entre os mais pobres, mas é uma atividade recente entre os programas de microfinanciamento. A visão tradicional dos agentes financeiros era de que os pobres não tinham condições de poupar. No entanto, Morduch, (1999) e Conde (2001) discutem exatamente o contrário, evidenciando que existem diferentes maneiras de poupança, as quais as famílias rurais vêm praticando: poupanças monetárias, poupança através da aquisição de bens, a qual gera um juro por si mesmo, no caso, por exemplo, da aquisição de uma propriedade ou de qualquer outro bem imóvel, e a poupança na aquisição de outros tipos de bens como animais benéficos (gado, aves, ovelhas, cabras) as árvores benéficas (que produzem frutas e madeira), estas espécies podem vender-se com certa facilidade, o que os converte em artigos quase líquidos.

A poupança monetária pode ser feita mediante dois mecanismos: a) formais que se realizam através de depósitos monetários em instituições financeiras em sistemas financeiros e b) informais, que se realizam através de mecanismos prevaletentes nas localidades, envolvendo a família ou vizinhos, como é o caso das caixas de poupança e ROSCAS (Rotating Saving and Credit Associations).

A utilização de animais (bovinos, ovinos e caprinos) como poupança e como reserva para consumo pode resultar em problemas, quando os agricultores são obrigados a se desfazerem dos mesmos para suportar uma situação de emergência. Quando isso ocorre com os animais que são destinados para a produção, existe uma grande dificuldade de recuperá-los e voltar a manter a renda anterior, pois é impossível vender apenas uma parte do animal (Bardhan & Udry, 1999). A poupança na forma de animais está sujeita a doenças ou perdas, podendo deixar o agricultor sem recursos exatamente no momento em que mais precisa deles. Entretanto, é preciso considerar os desvios ou falências de instituições financeiras, que provocam perdas para os agricultores. Por isso, nem sempre a poupança em moeda ou em depósitos nas instituições financeiras (apesar de terem grande liquidez) são opções melhores do que a poupança em *bens*, mesmo que estes também tenham riscos e um menor grau de recuperação da poupança (Zoetelief, 1999: 3-4).

Apesar de ser consenso que as famílias rurais também podem efetuar poupanças e necessitam deste tipo de serviço, são poucos os bancos que fornecem acesso para os agricultores mais pobres, restringindo-o através da exigência de valores mínimos para depósito. Muitos agricultores não precisariam solicitar um empréstimo em uma situação de emergência ou de imprevisto se tivessem acesso fácil e confiável a mecanismos de poupança e/ou seguros apropriados (GIEHLER, 2001: 26).

Morduch (1999) defende a poupança do ponto de vista institucional, porque ela pode prover uma fonte barata de capital para os empréstimos. Os poupadores de hoje podem se tornar os beneficiários do crédito de amanhã e o estímulo à poupança pode criar vantagens diretas para setores mais pobres, pois esta pode servir como garantia para empréstimos, e pode servir de capital para futuros investimentos. Por sua vez, é preciso considerar que um grande número de poupanças de baixo valor pode ser muito oneroso e proibitivo para os programas de microfinanciamento, caso não sejam criadas técnicas específicas para este tipo de poupança.

A poupança como serviço é utilizado nos programas de microfinanciamento, dentre outros fins, como fonte ou meio de garantia de se ter direito ao crédito. Sendo a poupança, desta forma um instrumento para o acesso ao crédito, o tamanho deste, geralmente, está ligado ao tamanho da poupança. Como se constatou nos programas de microfinanciamento analisados tanto do México como no Brasil, as poupanças possuem um papel importante à medida em que elas se apresentam como uma garantia para o crédito, além de funcionar como uma pressão para que o credor pague o crédito, pois, se o credor não paga, o pagamento pode ser descontado da sua própria poupança, o que evita prejuízos com relação à inadimplência.

Todo aquele que pratica o hábito de poupança, gera uma confiança por parte dos associados, o que se torna uma garantia de que a pessoa, pelo contínuo hábito de poupar, tem capacidade de pagamento do crédito que precisar tomar. Assim sendo, é possível dizer que a poupança tem um papel social muito importante dentro dos programas de microfinanciamento, já que a sua prática não é apenas um instrumento para acessar o crédito, mas é também uma forma de se consolidar uma relação de confiança junto aos associados, o que facilita o acesso aos outros serviços, que proporcionam os programas de microfinanciamento.

d) Mediadores de crédito

Por mais próximo que um programa de microfinanciamento esteja de seus clientes, ele dificilmente tem condições de acompanhar e monitorar, de forma efetiva, os projetos financiados ou mesmo ter acesso às informações sobre os pretendentes ao crédito. Para reduzir a assimetria de informações, muitos programas de microfinanciamento estão trabalhando com “mediadores de crédito”, em alguns casos também são chamados de agentes comunitários, selecionados geralmente na própria localidade onde vivem os seus clientes. Os mediadores de crédito são fundamentais para o bom desempenho do programa de microfinanciamento, porque podem manter o contato direto com o público alvo e serem responsáveis por grande parte da seleção e monitoramento dos clientes (TONETO & GREMAUD, 2000; GUERRERO *et al.*, 1999).

Segundo Farrington (2000), os mediadores de crédito precisam de capacitação, treinamento e motivação para desenvolver esta função de maneira mais qualificada, já que da capacidade destes mediadores, depende o êxito ou o fracasso dos empréstimos. A documentação e as garantias passam a ser menos importantes do que a experiência dos mediadores de crédito para julgar os pedidos de empréstimos.

2.2.3 Origem dos recursos dos programas de microfinanciamento rural

As fontes de recursos públicos e os recursos controlados pela autoridade monetária sempre foram os mais importantes no financiamento agrícola. Somente nos últimos dez anos, com a crise econômica instalada em muitos países em desenvolvimento e a criação de inúmeros programas de microfinanciamento, é que foram ampliadas as fontes de financiamento rural. A participação de recursos privados tem ganhado força. Mesmo assim, tem sido destinada muito mais às atividades não-agrícolas no meio rural, e para grandes produtores do que para a produção agrícola desenvolvida nas unidades de produção familiar.

Giehler (2001) apresenta dois tipos de fontes de recursos nos programas de microfinanciamento: o primeiro é representado por recursos outorgados em condições especiais, provenientes de doadores internacionais, de recursos orçamentários e de fundos públicos (empréstimos, equalização de juros, subvenções ao patrimônio e pagamento de custos bancários), recursos de bancos centrais e depósitos obrigatórios. No segundo tipo,

estão os recursos outorgados em condições comerciais ou de mercado, representado por depósitos à vista e a prazo, empréstimos comerciais e instrumentos de dívida, além do patrimônio das instituições financeiras e do autofinanciamento, principalmente das poupanças dos sócios e clientes.

Os programas de microfinanciamento que operam através de ONG's normalmente têm como fonte os doadores nacionais e internacionais, e uma pequena parte de fontes comerciais. Os bancos comunitários rurais utilizam os depósitos e poupanças locais e, em menor grau, seu capital acionário como fonte de recursos para os financiamentos. As cooperativas de crédito utilizam principalmente recursos formados por depósitos (à vista e a prazo) e pelas cotas-parte de seus associados para realizar os financiamentos (GIEHLER, 2001).

Para Coffey (1998), a fonte de recursos na nova concepção de microfinanciamento rural provém basicamente dos depósitos locais para todos os tipos de programas de microfinanciamento. Para este autor, as forças de mercado podem mobilizar fundos de poupadores, o que reforçaria os intermediários financeiros, para que possam melhorar a liberação e recuperação dos empréstimos. Com isso, seria possível eliminar os subsídios no financiamento rural, especialmente nas taxas de juros e os destinados a cobrir os custos financeiros da intermediação e da cobertura de inadimplências.

2.2.4 Metodologia de funcionamento dos programas de microfinanciamento

O funcionamento dos programas de microfinanciamento está baseado principalmente nos vínculos sociais dos participantes. Conforme analisa Conde (2001), os elementos que determinam o funcionamento dos programas de microfinanciamento estão relacionados com a confiança dos membros, a reciprocidade, a cooperação e a ajuda mútua, o que favorece a formação de pequenos grupos e associações, como os Grupos Solidários, os Bancos Comunitários, as Caixas de Poupança e as Cooperativas de Crédito.

a) Grupos Solidários: são grupos formados por cinco pessoas; cada grupo junto com outros cinco Grupos Solidários em sua localidade ou município forma um "centro" de trinta membros. Cada integrante de um Grupo Solidário garante moralmente o empréstimo de todos os demais, de maneira que, se um integrante não cumpre com seu pagamento, ou com os prazos estipulados, enfrenta a pressão social dos membros do grupo. Portanto, em essência, se

emprega um “aval social” em lugar de uma garantia física e o programa de microfinanciamento não necessita gastar recursos em avaliações, supervisão e cumprimento do crédito³⁰.

Os valores e prazos de vencimento dos créditos são fixados conforme a capacidade dos membros e sua experiência com o manejo do dinheiro. Os empréstimos são pequenos e se amortizam mediante pagamentos semanais, durante um ano. No caso das mulheres, o crédito é usado para investir em atividades geradoras de recursos, que permitem não apenas pagar os empréstimos e os juros, mas também melhorar suas condições de vida. Algumas iniciativas típicas como as criações de galinhas, o cultivo de verduras, a apicultura, a fabricação de produtos artesanais, microempresas e a venda de comida e doces.

Os integrantes estão obrigados a poupar mediante a compra de um capital inicial do programa de microfinanciamento e a contribuir regularmente com pequenas quantidades de dinheiro para um fundo de poupança grupal e um fundo de emergência. O fundo da poupança grupal é administrado pelos integrantes e costuma ser utilizado em investimentos e atividades geradoras de renda e de emergências. Ademais, os membros devem “poupar” 5% do valor de seus empréstimos. Este aspecto ajuda a acumular ativos pessoais e suas poupanças no programa de microfinanciamento, o que proporciona um sentido de propriedade e fortes incentivos para manterem os índices de inadimplência e morosidade a níveis mínimos.

b) Os bancos comunitários: são grupos formados por 20 a 50 membros, predominantemente mulheres, que utilizam seus empréstimos para comprar grandes quantidades de mercadoria e vender, de acordo com as necessidades dos integrantes dos grupos. As mercadorias são: comestíveis, meios de produção, gado menor, matérias-primas para produzir artigos locais, como artesanato ou doces regionais e para estabelecer microempresas familiares. Os membros dos bancos comunitários são participativos, se reúnem semanal ou quinzenalmente para discutir problemas, tomar decisões, eleger seus representantes, estabelecem estatutos, registram suas atividades, administram os fundos, são completamente responsáveis pela supervisão dos créditos e da imposição de penalizações em caso de não-cumprimento.

Os membros de um grupo garantem os empréstimos dos outros, já que normalmente não possuem garantia materiais. As atividades que desenvolvem os bancos comunais estão

³⁰ Os membros dos Grupos Solidários respondem pelos outros integrantes de seu grupo já que, em caso de não cumprimento de um deles, o resto não tem direito de solicitar créditos; são eles mesmos que exerçam a maior pressão para que cada um deles esteja em dia com seus pagamentos.

relacionadas com: *a)* fornecimento de pequenos empréstimos de capital de trabalho para iniciar ou expandir atividades que gerem auto-emprego *b)* atividades de poupança e *c)* um sistema baseado na localidade, que proporciona apoio mútuo e incentiva os valores sociais e culturais, através de cursos e oficinas. A fonte dos recursos dos bancos comunitários provém principalmente da Agência para o Desenvolvimento Internacional do Governo federal dos Estados Unidos (USAID) e, em menor proporção, provém de fundações privadas, organizações religiosas e doadores individuais, complementadas com as poupanças dos associados.

c) Caixas Comunitárias de Poupança: são grupos mistos, integrados por 10 a 30 membros em média; entretanto, predomina a participação da mulher. Este sistema se assemelha às características dos grupos solidários. A dinâmica de funcionamento das caixas de poupança é estabelecida pelos próprios integrantes e contém um alto conteúdo social, sobretudo das relações que vêm sendo construídas através dos vínculos sociais e culturais nas localidades (organização, reciprocidade e cooperação), o que permite gerar confiança e responsabilidade. As normas operacionais e administrativas são estabelecidas pelos próprios integrantes dos grupos, o que permite atender suas principais demandas sociais e econômicas, tornando este sistema de microfinanciamento flexível, oportuno e sem burocracia. A fonte principal dos recursos provém das poupanças dos associados e, como segunda fonte, recursos que provém de programas e instituições públicas e privadas e de fundações. Entretanto, esta última fonte de recurso não estabelece a diretriz sobre como o recurso será usado. O grupo tem igualmente autonomia de decisão sobre o destino dos recursos provenientes das instituições públicas e privadas, o que garante uma autonomia de funcionamento destas Caixas Comunitárias de Poupança.

O funcionamento das Caixas Comunitárias de Poupança apresenta certas limitações pois, muitas vezes, a demanda de crédito é maior do que o valor líquido que possuem os grupos para emprestar. Assim, muitas vezes as caixas de poupança se vêm limitadas em atender a todos os sócios que precisam de crédito. Quando os sócios dos grupos não fazem muita poupança, torna-se difícil que os empréstimos atinjam todos os associados do grupo. No entanto, o sistema de trabalho empregado pelas Caixas Comunitárias de Poupança, é vantajoso, no sentido de que os grupos possuem autonomia sobre os seus recursos, o que garante uma sustentabilidade no funcionamento.

d) Cooperativas de Crédito: a cooperativa de crédito é uma associação que fornece basicamente os mesmos serviços prestados pelos bancos: financia a produção, cobra contas,

fornece talão de cheques e cheque especial, outorga opções de aplicação para seus associados (semelhante à poupança) e adianta recursos econômicos para fazer investimentos (microcrédito). Por outro lado, se diferencia de um banco pelo fato de seus proprietários serem os associados e não precisarem ter lucro para funcionar, bastando ser auto-suficiente para saldar suas contas. Seu custo é rateado entre o quadro social na forma de juros e pequenas taxas, isto é, quando menor for o custo da cooperativa, menores podem ser os juros e as taxas cobradas.

Os recursos que as cooperativas administram provêm de diferentes fontes, segundo seus objetivos e fins. No caso das cooperativas de crédito rural, regularmente elas repassam o dinheiro dos programas agrícolas do governo federal, através de bancos comerciais, para atividades agrícolas de maior importância. No entanto, também possuem recursos próprios, através das contas correntes de seus associados, as quais são utilizadas para outras necessidades, não necessariamente agrícolas.

Esta forma alternativa de acessar crédito, desenhada pela própria sociedade civil, tem se esforçado por uma maior inclusão de todas as categorias sociais, inclusive das mulheres, o que é analisado a seguir.

2.2.5 Focalização das mulheres

Uma dimensão que têm caracterizado os programas de microfinanciamento é a focalização nas mulheres. Esta preocupação surgiu desde os princípios dos anos setenta, quando colocaram o debate e a discussão sobre *Mulheres no Desenvolvimento*, a partir da publicação do trabalho de Ester Boserup, *Women's Role in Economic Development*³¹, onde foram ressaltadas as condições sociais das mulheres, e a falta de acesso aos elementos produtivos, principalmente o crédito, para desenvolver atividades fundamentais nas tarefas agrícolas. De acordo com a FAO (2000: p. 46), a primeira experiência a respeito da incorporação de mulheres em programas de microfinanciamento foi o Grameen Bank, em Bangladesh, uma das instituições que proporcionou microcrédito às mulheres no mundo. Desde o surgimento desta experiência, e de outras experiências no mundo, a presença das

³¹ O estudo de Boserup (1970) considerava os papéis reprodutivos das mulheres em sistemas agrícolas e as variações dos papéis sexuais nas diferentes culturas. Este estudo mostrou como os planejadores de projetos de desenvolvimento tinham excluído sistematicamente as mulheres dos projetos, apesar de que elas desempenhavam atividades fundamentais na produção agrícola.

mulheres nestes espaços tem crescido substancialmente. De acordo com Daley-Harris (2004, p. 3), até dezembro de 2003, das 2.931 instituições microfinanceiras das regiões da África, América Latina e Ásia, que estavam registradas, 82,5% eram mulheres participando como sócias dos grupos, envolvidas em atividades administrativas de fornecimento de empréstimos, realizando a cobrança de juros, em geral participando em todas as atividades dos grupos nas instituições microfinanceiras.

Atualmente, os programas de microfinanciamento, principalmente o microcrédito, têm sido considerados uma das estratégias para o desenvolvimento rural e para a diminuição da pobreza³². Em relação a isto, criou-se um movimento de caráter internacional como a Conferência do Microcrédito, organizado em 1997 a qual teve como objetivo reunir as instituições e programas microfinanceiras para lançar uma campanha, com o propósito de proporcionar microcrédito a mais de cem milhões de famílias pobres do mundo, para o ano de 2005, principalmente às mulheres pobres e suas famílias para criar e fomentar o auto-emprego, fortalecendo as atividades produtivas que desenvolvem em suas unidades de produção familiar, para reduzir a pobreza e melhorar suas condições de vida (Druschel *et al.*, 2001: p. 1).

A partir do surgimento da Conferência de Microcrédito, surgiram vários debates para incorporar outros elementos, além de reduzir a pobreza das mulheres. De acordo com a FAO (2000: P. 65-68), algumas das questões debatidas foram: a) auto-sustentabilidade financeira, b) avaliação dos efeitos dos programas e c) atenção às mulheres para reduzir a exclusão da vida social³³, o que contemplou elementos de desenvolvimento como assessoria técnica e capacitação para profissionalizá-las em suas diversas atividades produtivas, no sentido de serem mais competitivas seus produtos no mercado e, ao mesmo tempo, fornecer o microcrédito para outras necessidades que fortaleçam as condições de vida social e reduzir a jornada de trabalho doméstico (consumo, educação, moradia, saúde, entre outros). Entretanto, segundo análise da FAO, reduzir a pobreza e aumentar a renda não garante a inclusão social, o que garante a inclusão social é a incorporação das mulheres a uma cidadania social e

³² Definida a pobreza relativa em termos de riqueza e renda, tanto renda anual baixo como vulnerabilidade do mesmo durante o ano. A riqueza é percebida como determinante principal da capacidade das pessoas para suportar períodos de rendas baixas, assim como acessar aos serviços básicos (educação, saúde de qualidade) e redes que permita vincular a outros benefícios. Reduzir a pobreza significa não somente incrementar a renda, senão diminuir a desigualdade social e propiciar as pessoas acumulação de riqueza para transferir para outras gerações (Rogaly 1999).

³³ A exclusão social se relaciona com a não-cidadania social, e econômica, ou seja, a falta de acesso aos meios de produção, capital de trabalho, os meios para o desenvolvimento de suas atividades : assessoria informação e tecnologia, (Rogaly 1999).

política no sentido de abrir espaços para acessar outros recursos no âmbito público, como a participação social na sua localidade em organizações sociais e no acesso a espaços da vida política, onde tenham condições para a tomada de decisões no sentido de efetuar mudanças na vida individual e familiar, o que levaria a um processo de empoderamento³⁴ das mulheres participantes dos programas de microfinanciamento.

A partir do debate colocado pela FAO, as ações dos programas de microfinanciamento estariam orientadas, por um lado, a proporcionar elementos financeiros e técnicos (crédito, capacitação, assessoria técnica, informação e outros) para elevar a qualificação das mulheres e criar condições para desenvolver atividades produtivas mais competitivas e assim, poder acessar os mercados, gerando maiores recursos econômicos para incorporar nas redes e das normas sociais de consumo. Por outro lado, os programas de microfinanciamento estariam construindo oportunidades para desenvolver maior autonomia na tomada de decisões sobre o controle de seus recursos materiais e simbólicos, buscando um maior acesso a outros níveis de participação para intervir nas mudanças sociais, políticos e econômicos na sociedade, o que significa entrar num processo de inclusão social, conquistando novas fronteiras da cidadania.

Sobre esta discussão, a tese analisa e evidencia a dinâmica dos dois programas de microfinanciamento sobre a materialização dos elementos, a partir das questões colocadas pela Conferência de Microcrédito (1997), e pela FAO, sobre as questões debatidas pela profissionalização em suas atividades produtivas e a sua inclusão social em espaços públicos, nos dois programas de microfinanciamento apresentados neste trabalho. A esse respeito se analisa o envolvimento das mulheres rurais no Projeto de Desenvolvimento Rural Integral Auto-Sustentável (PDRIA), que funciona através de grupos comunitários de caixas de poupança na região dos vales centrais do estado de Oaxaca no México e em duas cooperativas singulares do Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL), localizadas no estado de Rio Grande do Sul no Brasil.

³⁴ Empoderamento pode considerar-se como o desenvolvimento de capacidades, incluindo a tomada de decisões, sobre os fatores que determinam a qualidade de vida (Weinmann, 1999). Mais especificamente, sobre o empoderamento das mulheres, Young, (1995: 158-159) afirma que o empoderamento é um processo em que as mulheres logram assumir o controle sobre suas próprias vidas para elaborar suas próprias ações, organizar-se para ajudarem-se umas às outras e elevar demandas de apoio ao Estado e de mudanças na sociedade. Para lograr tais dimensões, Rowlands (1997: p. 105) analisa o empoderamento através de três dimensões: dimensão pessoal, coletiva, e de relações próximas, maior discussão sobre este tema ver Rowlands (1997).

2.3 O funcionamento do PDRIA e do CRESOL

Nesta seção, se analisam os processos de formação dos dois programas de microfinanciamento rural, fundamentando-se nas diferentes informações publicadas e através das entrevistas realizadas com as representantes dos grupos comunitários de caixa de poupança, que funcionam no PDRIA, no estado de Oaxaca, e as entrevistas realizadas com os diretores do CRESOL - BASER, em Francisco Beltrão, no estado do Paraná. Assim mesmo, o trabalho se complementa com experiências vivenciadas durante quatro anos de funcionamento dos grupos comunitários de caixa de poupança no PDRIA, no estado de Oaxaca, e as visitas a duas cooperativas Singulares, no estado do Paraná, e as duas cooperativas singulares, estudadas no Rio Grande do Sul.

2.3.1 Os grupos comunitários de caixa de poupança no PDRIA

Este programa inicia a partir das mudanças da reforma *ejidal* em 1992, o qual marcou o fim da distribuição da terra e as mudanças dos tipos de posse da terra, que passou de terras *ejidales* para propriedade privada. Esta situação trouxe como consequência mudanças nas políticas agrícolas, já que, por ter todas as propriedades sob a modalidade “privada”, os programas de desenvolvimento agrícolas foram focalizados a essa modalidade, incentivando a participação da iniciativa privada para realizar investimentos na infra-estrutura agrícola, financiar bens de capital, assim como crédito para estimular as atividades agropecuárias, beneficiando com esta nova modalidade principalmente aos agricultores empresariais e deixando excluídos aos *ejidatarios* (YUNES Y TAYLOR, 2003).

Motivado por estas mudanças, um grupo de acadêmicos e investigadores do Colégio de Postgraduados no México, desenhou o *Proyecto de Desarrollo Rural Integral Autosostenible* (PDRIA), em 1998, aproveitando a infra-estrutura e a experiência gerada por mais de treita anos em programas de geração e transferência de tecnologia, em programas de desenvolvimento rural nos dois estados do sul da República Mexicana, como indicado no mapa n° 1.

Figura 1-Mapa de localização geográfica do Estado de Puebla e Oaxaca, onde opera o Projeto de Desenvolvimento Rural Integral Auto-sustentável, através de Grupos Comunitários das Caixas de Poupança



Dentro do funcionamento do Programa, se considerou o crédito como estratégia principal para o desenvolvimento das atividades produtivas, acompanhadas com atividades de capacitação e assistência técnica para assegurar o êxito das atividades produtivas dos agricultores familiares. Para facilitar a execução dos créditos, foi considerado o mecanismo de operação dos “grupos comunitários de caixa de poupança”, adaptando algumas características próprias das localidades para facilitar o acesso aos recursos dos participantes. Durante o processo de formação dos grupos, a participação das mulheres foi crescendo de maneira significativa. Hoje, a porcentagem de mulheres que participa, nos dois estados onde opera o programa, chega a 69%. No entanto, o maior número de mulheres se concentra no programa do estado de Oaxaca, chegando a mais de 91% (PDRIA 2003).

O Colégio de Postgraduados, sendo uma instituição que fornece pós-graduação em ciências agrícolas e participam em atividades de investigação agropecuária e de serviços principalmente em problemas da agricultura familiar, tem permitido gerar experiências em desenho, execução e avaliação de programas de desenvolvimento rural. Esta experiência permitiu desenhar o PDRIA, o qual vinculou as atividades de investigação agropecuária, assistência técnica e capacitação junto como um programa de financiamento, retomando as práticas tradicionais de organização e os vínculos sociais construídos nas localidades, o que lhe facilitou formar os grupos comunitários de caixas de poupança para executar as atividades de investigação, assistência técnica e capacitação, e financiar as atividades produtivas. No início, este processo foi apoiado com recursos financeiros da fundação W.K. Kellogg³⁵, para executar os primeiros créditos e financiar as atividades de capacitação e assistência técnica. Na medida em que os grupos foram adquirindo recursos financeiros por outras fontes tanto internos como externos, através de poupança dos associados e de alguns recursos dos programas governamentais - principalmente o *crédito a la palabra*, e *Alianza Para el Campo*,(PROCAMPO) - se foram tornando mais autônomos, consolidando uma dinâmica peculiar a suas necessidades de financiamento, capacitação e assistência técnica para solucionar os problemas na produção agropecuárias e de outras atividades.

No funcionamento deste programa, esteve a cargo de um grupo de acadêmicos do Colégio do Postgraduados, junto com um grupo de técnicos agropecuários para desenvolvimento de atividades de organização dos grupos de caixa de poupança, capacitação em administração dos recursos financeiros, além de desenhar e executar um programa de assistência técnica em atividades produtiva. Já as atividades dos agricultores foram enfocadas na tomada de decisões para usar os recursos financeiros, assim como a administração das caixas de poupança. Para isso, a equipe técnica realizou atividades de campo orientadas à promoção do projeto entre os produtores. Esta promoção enfatizou a questão da sustentabilidade; da organização dos agricultores; da difusão de tecnologias agropecuárias; da capacitação dos agricultores; da promoção de serviços institucionais e da relação das atividades do programa em campo com as atividades de pesquisa e de ensino. O processo de funcionamento do Programa permitiu assegurar e desenvolver as seguintes questões: 1) juntar o dinheiro de suas próprias poupanças e o apoio externo; 2) a condução e administração de suas caixas de poupança; e 3) a adoção de um modelo de organização que os mantêm como grupo o que facilitou o funcionamento do programa.

³⁵ A Fundação Kellogg é uma instituição filantrópica que, entre as atividades que apóia, se encontra o projeto sobre *Seguridad Alimentaria e Desarrollo*. Para maior discussão sobre este projeto, ver o site www.wkkf-lac.org.

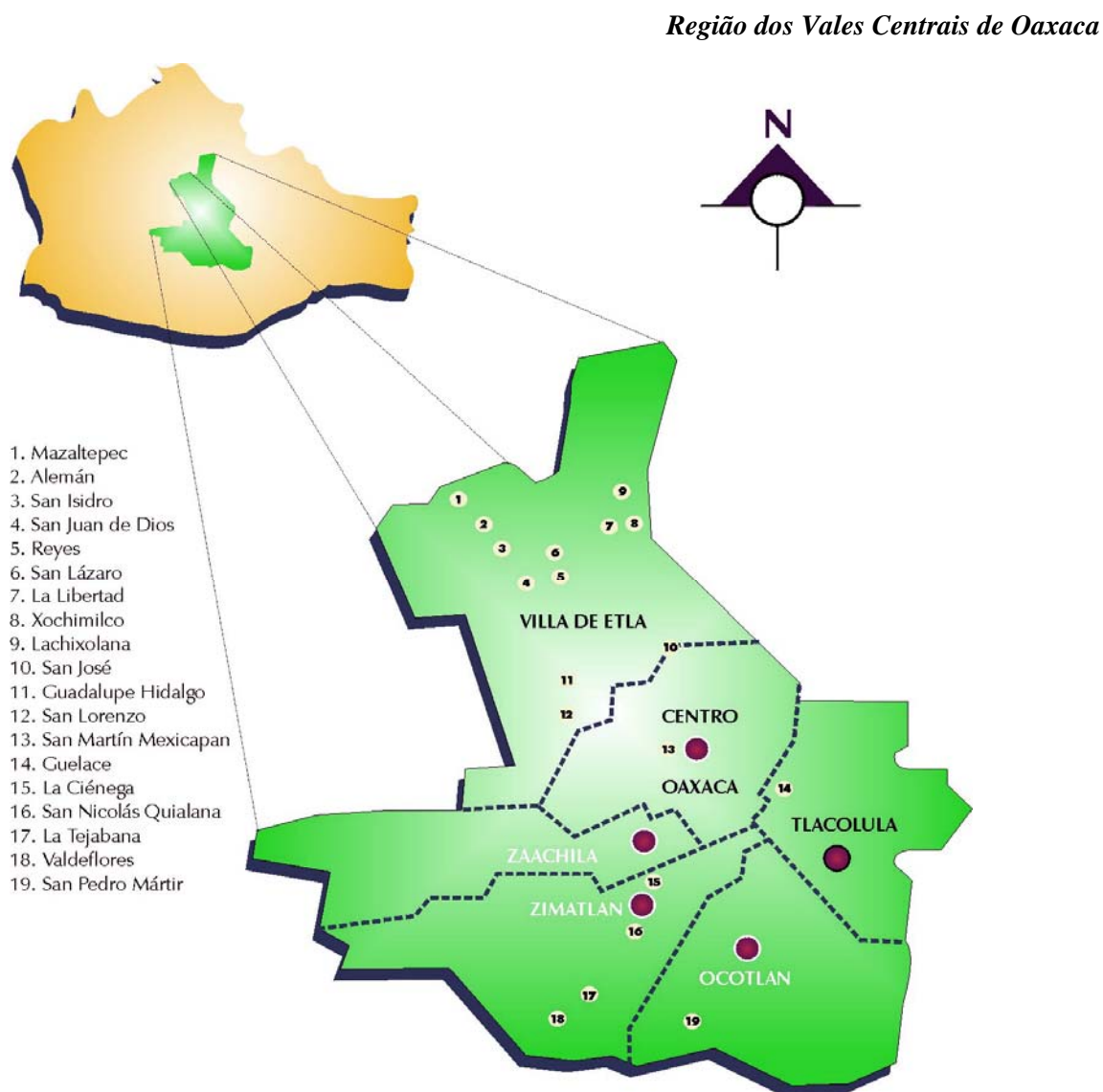
Atualmente o programa tem conseguido uma dinâmica própria que, para seu funcionamento, não necessita mais do Colégio de Pós-graduados, já que os participantes têm desenvolvido conhecimentos e estratégias para administrar e controlar os grupos de caixa de poupança. Além disso, têm encontrado espaços institucionais para gerenciar e conseguir recursos financeiros para aumentar seu capital e conseguir outros recursos como assistência técnica e capacitação procurando uma dinâmica própria e buscando a sustentabilidade do programa.

Para o estudo de campo desta tese se considerou as características do programa na região dos vales centrais de Oaxaca, o qual está estruturado por uma organização de mulheres camponesas e grupos de mulheres que foram se formando no processo de desenvolvimento do programa. Segundo dados do Relatório do PDRIA (2003), no ano de 2003 o número de participantes era de 400 sócios, principalmente mulheres (91%), orientando suas atividades principalmente para a transformação de produtos agrícolas e artesanato.

Os municípios onde se localizam os grupos comunitários de caixa de poupança coincidem com a região dos Vales Centrais de Oaxaca como mostra o mapa 2. A região onde funciona o programa, de acordo com Pérez (1992), tem uma superfície total de aproximadamente 500,084 ha, dos quais 16% são de uso agrícola, 20% são usados para criação de gado e 64% de uso florestal. Das terras de uso agrícola, só 6% têm infra-estrutura e condições de haver uma agricultura comercial. A maioria dessas terras se concentra nos municípios de Etlá e Ocotlán. Em 94% da superfície agrícola pratica-se uma agricultura tradicional, na qual é envolvida a mão de obra familiar. A produção se destina basicamente ao consumo familiar. A maioria dessas famílias tem aproximadamente entre 1,5 e 5 ha de terra destinados à agricultura

De acordo como os dados de INEGI (2001), no ano 2000, a população desta região era de 418,943 habitantes, dos quais 37% constituíam a população economicamente ativa. Dessa população economicamente ativa; a) 42% se dedicavam às atividades agrícola e pecuária, principalmente na produção de milho, feijões, alfafa, abóbora, pimenta, grão-de-bico e flores e a criação de gado de leite, de ovelhas e aves em pequena escala; b) 21% em atividades de serviços, c) 16% na produção de artesanato, d) 12% em atividades agroindustriais e f) 9% em outras atividades. Os principais problemas se relacionam com a pouca disponibilidade de terra agrícola, a falta de instrumentos produtivos e pela reforma *ejidal*, a qual possibilitou a venda de terras *ejidales*, já que, muitos agricultores preferem vender suas terras e emigrar para as grandes cidades, ou para os Estados Unidos procurando outras fontes de sobrevivência.

Figura 2-Mapa dos Municípios onde se localizam os grupos comunitários de caixas de poupança



Segundo dados de INEGI (2001), a taxa de migração temporária que se registra nesta região (as que emigram por um período de tempo durante o ano) nos últimos cinco anos foi de 35% dos homens chefes de família, sendo que a migração permanente (as que emigram por mais de um ano) alcança 17% dos homens chefes de família, não considerando os filhos das famílias que também migram. O fenômeno migratório dos chefes das famílias tem permitido às mulheres uma maior presença em atividades produtivas e a assumirem a responsabilidade na unidade de produção familiar, procurando outras estratégias de trabalho. Este fenômeno, explica, em grande medida, a participação majoritária das mulheres nos grupos de caixas de poupança do PDRIA.

As características peculiares deste Programa direcionam-se de acordo com os interesses das mulheres, ou seja, de acordo com sua necessidade de financiamento e de suas capacidades de pagamento. Além disso, o programa é orientado segundo as capacidades cognitivas das mulheres e de acordo com a maneira como elas percebem seus problemas.

Sintetizando as principais idéias que foram captadas pelas sete presidentas dos grupos comunitários de caixa de poupança, que foram entrevistadas, é possível afirmar as seguintes características:

a) o capital para o crédito deve vir das suas próprias poupanças, complementando com recursos de outras fontes (recursos federais, doações de instituições filantrópicas, entre outras). A maneira como são utilizados os recursos econômicos que provêm de fora é de responsabilidade das mulheres e sua utilização não segue nenhuma norma por parte de quem os fornece. Cada grupo comunitário de caixa de poupança possui suas próprias normas funcionamento de como usar o dinheiro com relação ao crédito, às taxas de juros, os prazos, e outros. Isso é efetuado segundo os interesses das mulheres e de cada grupo comunitário de caixa de poupança.

b) os recursos econômicos são administrados por um comitê (presidente, tesoureira e secretária) eleito no grupo que mora no local, o que contribui para a diminuição do tempo de liberação do crédito (podendo ser emitido na hora, e em qualquer dia da semana).

c) os créditos são fornecidos para qualquer atividade que as mulheres desejem realizar, seja produtiva, para consumo, para necessidade de emergência como doença, educação, etc.

d) os empréstimos são proporcionados num período máximo de doze meses, o que permite uma maior circulação do dinheiro dentro do grupo, isso favorece a maior capitalização, e um maior número de mulheres se beneficiam do crédito.

e) as taxas de juros do crédito são decididas pelas próprias mulheres, independentemente das políticas monetárias do país.

f) os juros cobrados se transformam em recursos para os grupos comunitários de Caixa de Poupança, o que ajuda a aumentar o valor monetário circulante dos grupos.

g) a condição de garantia é a própria palavra da pessoa, respaldada por suas poupanças e pelos integrantes do grupo.

Este último aspecto está relacionado aos vínculos sociais que mantém cada grupo (confiança e reciprocidade), o que garante o pagamento do crédito, já que, neste programa de

microfinanciamento não existem normas jurídicas para o cumprimento das obrigações e pagamentos. Como aponta Coleman (1990), a confiança e a reciprocidade geram uma obrigatoriedade e responsabilidade do indivíduo, o qual favorece a cooperação e intercâmbio para cumprir como suas metas e interesses ao menor custo.

A partir da execução dos créditos, formulam-se programas de capacitação e da assistência técnica realizados em correspondência com as atividades produtivas empreendidas. Assim, a assistência técnica surge quando já se efetivou o crédito, prestando acompanhamento às atividades produtivas das mulheres para que possam ter êxito. Cabe ressaltar que de três técnicos agropecuários que proporcionava o serviço de assistência técnica das atividades produtivas das mulheres, dois deles era contratado pelos caixas de poupança e o outro fornecia o serviço através de um convenio com a Secretaria de Agricultura do governo estadual. Esta evidencia, mostra a o programa pode contratar seus próprios técnicos o que viabiliza a sustentabilidade do programa.

Como já foi assinalado, o funcionamento deste Programa de microfinanciamento está estruturado por grupos comunitários de caixas de poupança, sustentada através dos vínculos sociais como: parentesco, vizinhança ou de trabalho na localidade. As características específicas destes grupos se fundamentam em duas questões: em primeiro lugar, o tipo de organização, tamanho e tipos de pessoas que participam³⁶, a estrutura organizativa³⁷, as normas³⁸ e o programa de trabalho³⁹. Em segundo lugar, o processo de funcionamento: a administração dos recursos econômicos pelos sócios, a combinação dos recursos econômicos que recebem dos programas do governo e das instituições filantrópicas, através de doações e os recursos financeiros fornecido pelos participantes através de poupança⁴⁰ e pela flexibilidade para o uso dos mesmos, relacionada com a autonomia da tomada de decisões dos integrantes para executar os créditos dirigidos à solução de problemas de produção e consumo.

Segundo o relatório do PDRIA (2003), durante o período de setembro de 2000 a março de 2002, os 22 grupos comunitários de caixas de poupança que integram o programa, haviam executado 1838 microcréditos, distribuídos da seguinte maneira: 47% para atividades

³⁶ O número aproximado de integrantes é de 25 mulheres e são pessoas que se relacionam através dos vínculos sociais que se estabelecem entre elas (parentesco, trabalho, religião e preferência política).

³⁷ Estruturam-se mediante um conselho de mulheres que é nomeado numa assembléia, de maneira democrática.

³⁸ O regulamento no qual se indicam os direitos e obrigações dos integrantes do grupo.

³⁹ As tarefas que se assinalam a cada comissão para lograr os objetivos do grupo.

⁴⁰ Os integrantes do grupo aportam uma taxa mínima de U\$1.00 cada semana, e depois decidem quando serão utilizados. Assim mesmo, são colocados como instrumento de garantia para obtenção de empréstimos.

agropecuárias, principalmente para o financiamento na produção de leite (alimentação e cuidados das vacas e ordenhadoras), suínos (reprodução, cuidado e alimentação), produção de frango, material industrial para a industrialização da carne de suíno e compra de milho para *tortillas*; 37% créditos para consumo e outras necessidades como: moradia, saúde, educação, instrumentos domésticos (máquina de lavar roupa, fogão, refrigerador), vestuário e para pagar dívidas contraídas, e 16% em outras atividades sem especificar. A porcentagem de recuperação dos créditos chega a 98% o que mostra que o sistema de financiamento está atingindo seus objetivos.

Segundo o relatório, o funcionamento desses grupos apresenta diferente grau de avanço. Por um lado, se está construindo uma autonomia na tomada de decisões ao diversificar o destino do crédito mediante a escolha de atividades definidas pelos participantes. Por outro, o caráter autônomo dos grupos está motivando mais pessoas a integrarem estes tipos de caixas de poupança, as quais percebem que estes esquemas de microfinanciamento além de outorgar benefícios econômicos, proporcionam condições e oportunidades de participação e de expressão de suas capacidades organizativas, de aprender novas atividades ou de reafirmar suas atividades produtivas.

2.3.2 O sistema de cooperativa de crédito rural com integração solidária “CRESOL”

O CRESOL se originou a partir da experiência de administração de “fundos Rotativos” com recursos de instituições européias (Misereor, organização católica alemã e a Pão para a Vida, de luteranos) e administradas pela Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR), organismo vinculado à igreja católica, em Francisco Beltrão, no estado de Paraná, o Sindicato de Trabalhadores Rurais e o Movimento Sem Terra, na segunda metade da década dos 80. Mas foi até 1995 que se constituíram as primeiras cinco cooperativas singulares no estado de Paraná, partir da experiência dos fundos rotativos. Estas se integram a uma base regional de serviço (BASER) que hoje é a central de crédito que atende ao sistema. Atualmente, a CRESOL está constituída e administrada por agricultores familiares, formada por sete bases regionais e integrada por 71 cooperativas singulares distribuídas em 200 municípios, nos três Estados do sul do Brasil: Paraná, Santa Catarina e

Rio Grande do Sul, como mostra o mapa 3. O número de participantes em cada cooperativa singular é aproximadamente 450 sócios.

Os serviços que fornece esta cooperativa são orientados às necessidades dos associados, o que inclui: financiamento à produção e aos investimentos, cobra contas, fornecimento de talão de cheques, opções de aplicação para seus associados (semelhante a poupança) e adiantamento de recursos financeiros para atividades produtivas (microcrédito). No entanto, se diferencia de um banco, pois não precisa haver lucro para funcionar, bastando ser remunerada, ou suficiente para saldar suas próprias contas. Seu custo é dividido entre o quadro social, na forma de juros e pequenas taxas. Assim, quanto menor for o custo da cooperativa, menores serão os juros e as taxas cobradas. O sistema de financiamento da cooperativa de crédito depende das pessoas que a integram, mas esta operação deve ser uma associação autônoma, de pessoas unidas voluntariamente para atender suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns através de formação de grupos nas localidades.

Figura 3. Mapa de localização geográfica dos Estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná onde opera o sistema Cresol.



De acordo com a entrevista de uns dos representantes da CRESOL-BASER, “os valores que se promovem são a auto-ajuda, a responsabilidade própria, a democracia, a igualdade, a equidade e a solidariedade. Com base na tradição de seus fundadores, os membros da cooperativa acreditam nos valores éticos de honestidade, sinceridade, responsabilidade social e preocupação com os outros”. A administração, a articulação e as ações são realizadas pelos próprios sócios, mediante a eleição de representantes que demonstrem conhecimento, responsabilidade e dedicação para realizarem um trabalho com eficiência. Por isso, a cooperativa CRESOL, além de ser uma associação, é também uma empresa a serviço de seus membros.

O CRESOL é uma associação de agricultores familiares, que fornece serviço de crédito para a produção, com contas nas quais os sócios depositam poupança, o que a caracteriza como um programa de microfinanciamento. Os proprietários da cooperativa são os próprios associados e não é exigido ter lucro para fazê-la funcionar. Seu custo é rateado entre o quadro social, na forma de juros e pequenas taxas, o que a identifica como uma instituição financeira não convencional. O sistema de funcionamento que sustenta o CRESOL, se distingue pelas seguintes características⁴¹:

a) A inserção comunitária das cooperativas garante uma relação horizontal de confiança e credibilidade com os sujeitos do crédito, facilitando a seleção dos tomadores do crédito e reduzindo os custos relativos à obtenção de informações sobre os mesmos. Essa foi conquistada a partir da mobilização de várias entidades de representação e apoio aos agricultores familiares, e de vários outros segmentos da sociedade local no processo de constituição dessas cooperativas. A mobilização conferiu às cooperativas a legitimidade para atender às demandas dos seus associados, mesmo porque a definição dos objetivos de funcionamento das cooperativas foi realizada com os agricultores familiares que integram a base das entidades, reforçando laços comunitários e de coesão social já existente entre eles. Mais do que isso, a mobilização das entidades estabeleceu, entre essas e aquelas cooperativas, vínculos orgânicos que reforçam um mesmo projeto mais amplo de permanência da agricultura familiar e de desenvolvimento local. Cabe destacar que o crédito cooperativo é utilizado como um elemento-chave na viabilização do projeto mencionado.

⁴¹ Informação obtida através da entrevista realizada com Adam Carlos do Santos, um dos diretores da Cooperativa Cresol, em Abril de 2003.

A inserção comunitária das cooperativas de crédito também foi conquistada por intermédio da atuação dos dirigentes, nas mais diferentes esferas da vida política e social da comunidade em que se inserem. Trata-se de uma atuação múltipla que ocorre no sindicato, nos grupos coletivos, nas associações, em movimentos sociais, em atividades comunitárias e religiosas. Outra característica da inserção comunitária dessas cooperativas é constituir uma estrutura descentralizada e próxima dos agricultores, ou seja, além da proximidade social já existente entre os agricultores e suas lideranças, tem-se a proximidade geográfica entre a organização de crédito e os agricultores. No local em que vivem os agricultores, é mais fácil realizar ações para acessar o crédito mais adequado as suas características e necessidades, e fazer a seleção dos solicitadores do crédito. Alguns mecanismos adotados por essas cooperativas traduzem sua constante preocupação em reforçar sua inserção social e comunitária. Destacou-se um desses mecanismos, que são os agentes comunitários de desenvolvimento e crédito, por se tratar de um instrumento concreto que tem por objetivo a preservação de um dos eixos estratégicos do Sistema CRESOL, o controle social da cooperativa e, conseqüentemente, da sua própria identidade enquanto organização constituída e dirigida por agricultores familiares.

b) A maior flexibilidade dos critérios de liberação e dos prazos de entrega dos créditos, conquistada com a maior captação de recursos próprios e via convênios, sem ou com menor custo. Isso permite disponibilizar recursos para financiar uma parcela maior das demandas financeiras, inclusive relativas ao consumo, e não só à produção e à transformação, mas também créditos para qualquer época do ano, o que garante, por exemplo, que o agricultor possa aproveitar melhores oportunidades de investimento produtivo. Essa flexibilidade favorece os agricultores, na medida em que amplia as possibilidades da aplicação do crédito, pois essas não ficam restritas a um “pacote fechado” e permite uma maior liberdade nas suas decisões na execução dos créditos com relação a suas necessidades.

c) Uma tramitação simplificada dos financiamentos, o que diminui os custos de transação para a liberação dos créditos, tanto para o agricultor quanto para a cooperativa, possibilitando a liberação mais oportuna do crédito.

d) A preocupação da cooperativa CRESOL é financiar outras atividades produtivas, que não aquelas tradicionais na região em que atuam, como forma de buscar diferentes possibilidades de geração de renda e de reprodução para os agricultores familiares. A maior preocupação é garantir a manutenção do agricultor no meio rural com alternativas viáveis técnica e economicamente, mas respeitando suas origens e vocação.

e) A participação dos agricultores na gestão do processo decisório das cooperativas, potencializada pela criação de instrumentos alternativos de controle social, como são os agentes comunitários, e pela representatividade política dos que assumem os cargos de direção.

f) Quanto à garantia para a Cooperativa, existe o chamado aval solidário. Os empréstimos são concedidos a grupos de no mínimo três pessoas. Dessa forma, uns tornam-se avalistas dos outros e cria-se uma co-responsabilidade de se honrar a dívida. Isso porque, na maioria dos casos, os agricultores são vizinhos e conhecidos e já tem uma relação pessoal estabelecida, o que ajuda no momento de pagar a dívida.

g) A estrutura de funcionamento do Sistema CRESOL é composta pelas cooperativas singulares, com um núcleo que opera o crédito para os agricultores. Este é integrado por bases microrregionais de serviços e por uma cooperativa central de crédito, que é o órgão de serviços e de representação política das cooperativas filiadas. Esta estrutura de funcionamento permite aos sócios uma maior dinâmica na obtenção dos serviços da cooperativa, os quais se traduzem em maior flexibilidade, oportunidade e menor custo de operação.

São essas características que garantem que as cooperativas de crédito representem importantes soluções institucionais para antigos problemas do financiamento rural, resultantes da difícil relação estabelecida entre instituições financeiras convencionais e agricultores familiares. Todavia, muito mais do que se contrapõem à lógica de atuação dos bancos convencionais, as cooperativas representam importantes avanços na consolidação de experiências com fortes laços com o espaço local e com os atores que nele atuam.

Entre os agricultores familiares associados ao Sistema CRESOL, 79% exploram áreas aproximadamente vinte ha, a maioria com relevo acidentado e solos de baixa fertilidade. Para 71% desses agricultores, a renda agrícola anual não supera R\$ 4.000,00. São agricultores historicamente excluídos do sistema convencional de crédito e que até então não tinham acesso ao crédito rural. Dos associados do Sistema CRESOL, mais de 60% nunca tinha tido conta corrente ou talão de cheques. O crédito rural cooperativo vem contribuindo para a mudança desse perfil, reduzindo a exclusão social e transformando os sistemas de produção rumo à sustentabilidade social e econômica da agricultura familiar.

O crédito que outorga a seus associados varia entre R\$ 150,00 e R\$ 1.500,00, sendo destinado à contratação de mão-de-obra para a colheita, aquisição de embalagens, frete, armazenagem, retenção de estoque, custeio agrícola, pecuário ou artesanal em atividade de

difícil acesso ao PRONAF. Cada unidade de produção familiar pode financiar de R\$ 150,00 a R\$ 1000,00. Entre os itens financiáveis estão as matérias-primas ou contratação de serviços de máquinas e equipamentos, objetivando a produção vegetal, animal e/ou artesanal.

O investimento agrícola, pecuário ou artesanal varia de R\$ 300,00 a R\$ 1.500,00, sendo destinado à correção de solo, máquinas, equipamentos, implantação de culturas permanentes e matrizes de produção animal. Nos últimos dois anos, segundo dados do sistema Cresol (2003), o número total de créditos que a cooperativa forneceu neste conceito foi de 45% para os conceitos da agricultura agroecológica, e o restante para a compra coletiva de insumos agrícolas e para a comercialização de verduras, frutas, doces, queijo, salame, leite, ovos, galinha caipira, vinho, guarapa, licores, cachaça, pães, bolachas, cucas, batata doce, mandioca, chás e amendoim.

Com recursos próprios (poupanças), o Sistema CRESOL também disponibiliza uma linha de microcrédito chamada de “Bem-Estar Familiar” para atender necessidades domésticas de agricultores que vivem em condições precárias no campo. Esse recurso permite a aquisição de instrumentos domésticos (móveis e eletrodomésticos), oferecendo melhores condições de vida para a família. O Sistema também disponibiliza crédito para a agroecologia com o objetivo de incentivar a mudança da base tecnológica e de produção. O Sistema pode oferecer ainda outras linhas de crédito que atendam à diversidade do público que integra as cooperativas.

Para os financiamentos destinados à aquisição de máquinas, equipamentos, matéria-prima, ingredientes, utensílios, combustível, bem como despesas com energia elétrica e transporte, o valor varia de R\$ 150,00 a R\$ 1500,00 por unidade de produção familiar, com até 60 dias de carência. O pagamento pode ser mensal ou bimestral de acordo com o fluxo de produção. A antecipação de recursos para produção agrícola, pecuária ou artesanal ocorre nos mesmos moldes do modelo anterior, sendo que o recurso é destinado à aquisição de produtos compatíveis com a produção de agroecológicos, serviços de horas/máquina mecânica ou de tração animal. A metodologia de funcionamento permite aos agricultores cumprir com os pagamentos nos prazos estabelecidos, pois como se constatou, a recuperação dos créditos chega a 96%. A diversificação de serviços que proporciona o Sistema CRESOL e a forma de funcionamento demonstra que os agricultores familiares estão abrindo novas oportunidades para acessar os meios produtivos, visando desenvolver suas atividades produtivas. Este processo permite novas atividades e reafirma aquelas que já vem sendo desenvolvidas. É

possível ainda melhorar a renda familiar através destes espaços que estão sendo construídos pelos agricultores familiares.

As características de cada cooperativa singular variam de acordo como as características sociais, econômicas e políticas de cada localidade onde está funcionando, e de acordo como o tempo de iniciação.

As cooperativas singulares de Aratiba e de São Lourenço do Sul do sistema CRESOL, tomadas como objeto empírico deste estudo, funciona através de uma estrutura estabelecida pelos próprios sócios, sustentada por pequenos grupos de agricultores em suas localidades e representados por um agente comunitário. Este é o responsável por organizar e levar as demandas de crédito para a cooperativa singular, que se localiza no município. Existe uma diferença entre os grupos de caixas de poupança do PDRIA (analisado anteriormente) e as cooperativas d CRESOL, com relação à localização do dinheiro. Nas caixas de poupança, o dinheiro está disponível no grupo da localidade e a tesoureira é quem diretamente proporciona os recursos. No caso das cooperativas do CRESOL, ele está disponível na cooperativa do município e precisa ser levado para a localidade. Contudo, nos dois casos analisados, o crédito encontra-se mais próximo dos sócios das cooperativas, situação que faz muita diferença em relação aos bancos comerciais, isto é, as cooperativas têm a vantagem de estarem mais perto dos agricultores e de conhecer melhor suas dificuldades, pelo fato de serem administradas no seio da própria localidade. Os bancos não oferecem esta possibilidade de financiamento, pois estão mais comprometidos com o mercado financeiro e, para eles, os agricultores familiares não são sujeitos sociais de crédito.

No início, estas duas cooperativas analisadas eram formadas basicamente por homens. No entanto, durante o processo de funcionamento, foi gradualmente, incorporada a participação das mulheres, chegando a quase 12%, na época da pesquisa (2004). Sua participação nas cooperativas tem representado um papel importante, ainda que seja pequeno, em termos de número de sócias. No entanto, as mulheres estão assumindo importantes funções de responsabilidade, como de agentes comunitárias, em vários grupos nas comunidades (em Aratiba, por exemplo, foram encontradas quatro mulheres que ocupavam funções como agentes comunitárias de crédito na cooperativa e três em São Lourenço do Sul) e muitas delas são responsáveis pelas contas correntes que estão no nome de seus maridos. Na prática, são elas que controlam essas questões, como afirma o representante da cooperativa de São Lourenço do Sul (2004). *“desde o ano de 2003, tem crescido a participação das mulheres na cooperativa, em aspectos bastante relevantes (agentes comunitárias, controle das contas*

delas e dos maridos, constante participação nas reuniões da cooperativa)”. Isto significa que as mulheres estão encontrando oportunidades para colocar suas demandas econômicas, o que permite afirmar que a participação das mulheres está em processo de crescimento.

Em ambas as cooperativas (Aratiba e São Lourenço), a incorporação das mulheres ocorreu através dos diferentes grupos que já vinham trabalhando, principalmente nos Clubes de Mães, na Igreja Luterana e no Sindicato de Trabalhadoras Rurais. No entanto, na integração das cooperativas, foram se reformulando como um grupo com uma estrutura mais definida, já que as cooperativas têm a sua dinâmica de funcionamento estruturada em grupos de associados formados em cada localidade. Nestes mesmos grupos, é eleito um agente comunitário, o qual cumpre várias funções como afirma o diretor da Cooperativa de Aratiba, onde também participam as mulheres.

Nós temos hoje em torno de vinte e dois grupos. Eles têm basicamente um coordenador, um agente. Agora nós chamamos de agente comunitário de desenvolvimento de crédito, que é a pessoa que faz relação do CRESOL com o grupo, busca informações aqui no CRESOL e leva para o grupo e do grupo para o CRESOL, e também ele tem a tarefa de promover um pouco a discussão, o debate em torno do desenvolvimento local sustentável. (...) Nós trabalhamos aqui com um número mínimo para ter um agente na comunidade, número mínimo de sete a doze sócios por grupo. Para o grupo se organizar bem, se a comunidade é uma comunidade grande, ela pode ter dois grupos, lá. Um grupo tem de dez a quinze sócios, outro grupo tem oito, nove sócios (...). Aqui na cooperativa temos quatro mulheres como agentes de crédito, e elas são as que representam o grupo, promovem a discussão sobre os problemas do grupo e da comunidade, também promove discussão sobre os problemas do financiamento e problemas da agricultura”.(entrevista com o representante da cooperativa de Aratiba, 2004).

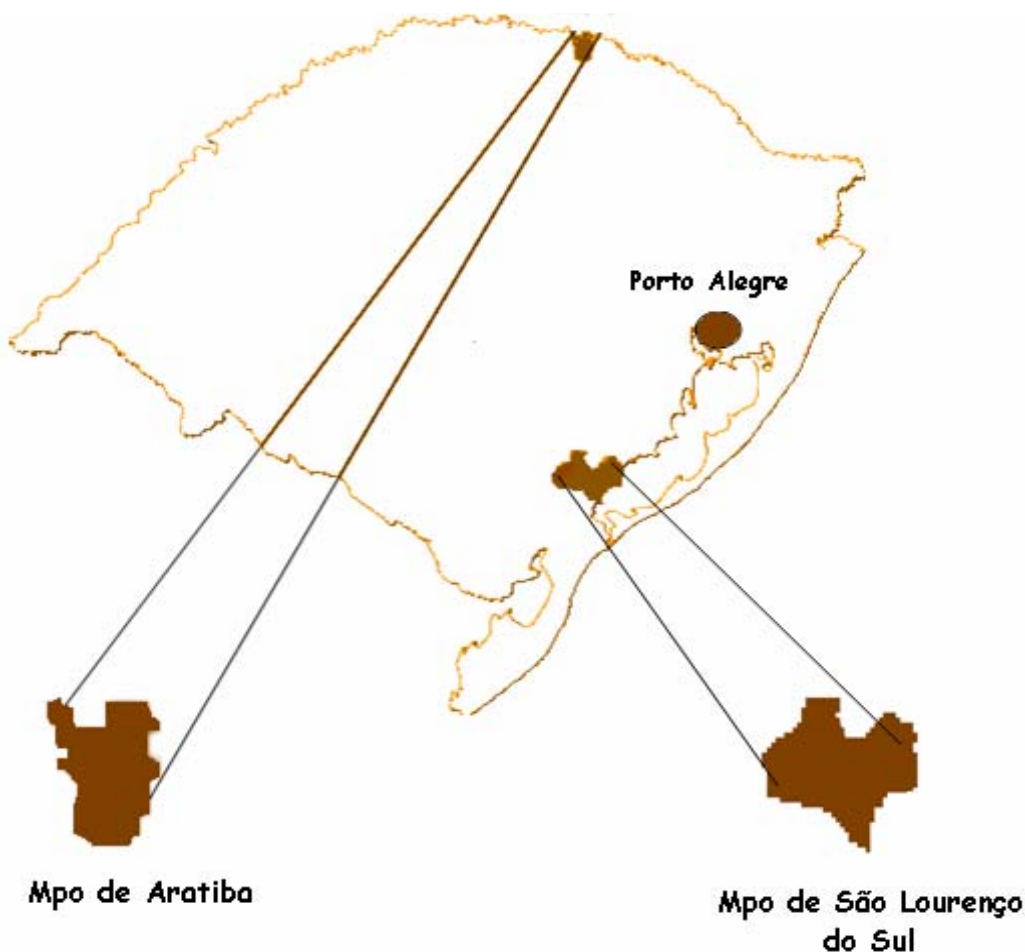
Atualmente, as mulheres estão abrindo oportunidades para integrar-se na dinâmica das cooperativas. Neste sentido, apresentam as características peculiares da cooperativa do Município de Aratiba e de São Lourenço do Sul no Estado de Rio Grande do Sul como se ilustra no mapa 4.

A cooperativa de Aratiba começou a promover a formação no mês de abril de 2001, apoiada pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais e pela Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar de Aratiba (COPAAL). Esta cooperativa faz a intermediação na comercialização dos produtos dos agricultores na região, incluindo os sócios do CRESOL. Os produtos comercializados são basicamente: frango, feijão, arroz, batata, chás, bolachas, massas, leite, noz, farinha e queijo. A cooperativa começou a integrar-se com uma média de cinquenta associados e um capital social de R\$ 3.000.00, originado pelas poupanças dos

associados. Atualmente, a cooperativa possui recursos próprios dos associados e repassa dinheiro do Banco do Brasil e executa recursos do PRONAF. O contingente da cooperativa é integrada aproximadamente 700 sócios, sendo destes, 90 mulheres, o que equivale 13%.

A cooperativa de São Lourenço foi promovida no final de 2001 e constituída no início de 2002, com o apoio da COPAR (Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul), da CAPA (Centro de Apoio aos Pequenos Agricultores) e de uma ONG ligada à Igreja Luterana. A COPAR e a CAPA, principalmente esta última, já vinham trabalhando como organizações de agricultores familiares desde 1992, prestando serviços de assistência técnica e capacitação, o que facilitou a formação da cooperativa de crédito. Atualmente, tanto a COPAR quanto a CAPA trabalham em parceria para o fornecimento do serviço de assistência técnica e de capacitação e na comercialização de seus produtos agrícolas como leite, feijão, batata, arroz e queijo, produtos estes provenientes dos agricultores, e que são vendidos nos mercados por intermédio da cooperativa.

Figura 4- Mapa de localização geográfica dos municípios de Aratiba e São Lourenço do Sul do Rio Grande do Sul, onde operam as duas Cooperativas



A cooperativa de São Lourenço começou com trinta associados e com um capital social de R\$ 3.000.00. Atualmente, conta com um capital de R\$ 250.000.00, com aproximadamente 700 associados, dos quais 70 são mulheres, o que equivale a 10% do contingente total.

Os recursos para a organização do sistema de crédito das cooperativas provêm de várias fontes, as quais podem ser identificadas como coloca o representante da cooperativa singular:

“O Banco do Brasil acessa o dinheiro do governo federal e, assim como ele repassa, nós também repassamos. Só que a gente procura repassar de uma forma. No fundo, tanto o Banco do Brasil quanto nós temos o crédito do PRONAF, que é o programa do governo federal e que não tem muita diferença, não. (...) E nós temos, também, um recurso do BNDES, que vem direto para o CRESOL. O CRESOL recebe e repassa para as comunidades. Não passa pelo Banco do Brasil porque, no fundo, também é PRONAF investimentos. Assim, a CRESOL não é apenas um repassador de dinheiro do Banco do Brasil, mas também acessa lá no BNDES” (entrevista com o representante da cooperativa de São Lourenço do Sul).

O recurso do crédito é emprestado de acordo com uma taxa de juros variável, de acordo com o depoimento do representante da cooperativa de São Lourenço do Sul:

“O PRONAF Custeio e o PRONAF Investimento são separados em PRONAF C e D. Todos eles com 4% de juros com 2% de bônus. (...) Esse (o juro de poupança) chega a 2 ou 2,75% e varia conforme o investimento. Se o agricultor quer comprar um carro, quer fazer uma lavoura, quer comprar um animal, melhorar a estrutura da sua propriedade, aí chega a 2% ao ano. Por isso existe o comitê de crédito, que avalia para onde vai o dinheiro. Não é um dinheiro assim que qualquer pessoa pode acessar por que senão pode acabar endividando a pessoa” (entrevista com o representante da cooperativa de São Lourenço do Sul)

Apesar de ter pouco tempo de funcionamento, nas duas cooperativas analisadas se contata que estão gerando espaços de participação das mulheres de maneira importante, esta situação pode gerar em um futuro próximo uma maior integração das atividades produtivas e de serviço que se desenvolvem nas unidades de produção familiar pelo acesso ao crédito e outros serviços.

2.4 Situação social das mulheres no México e no Brasil

Em primeiro lugar se realiza uma leitura sobre as condições sociais e sua contribuição na vida econômica da mulher na vida rural tanto no México como no Brasil. Em segundo lugar, se colocam as características específicas das unidades de produção familiar das mulheres que participaram no PDRIA e no CRESOL.

2.4.1 Participação social das mulheres no México

Ante a crescente migração dos homens para outras regiões do país e para os Estados Unidos, as mulheres estão se tornando cada vez mais responsáveis na condução das unidades de produção familiar. A mulher camponesa vive na marginalidade e, por seu trabalho na terra, obtém baixos salários, pois, de acordo com cifras da Confederação Nacional Campesina, pouco mais de 800.000 mulheres *ejidatarias*⁴², *posesionarias* no meio rural obtêm menos de um salário mínimo geral, o qual consiste em U\$4.68 por dia⁴³.

A Secretaria da Reforma Agrária revela que este conjunto de mulheres desfruta de 5 milhões de ha *ejidales*, nas diferentes modalidades que a lei prevê. Informações do Programa de *Derechos Ejidales y Titulación de Solares Urbanos* (PROCEDE) assinalam que a maioria das *ejidatarias* é de idade avançada, e que mais da metade reconhece como dona-de-casa sua ocupação principal, enquanto apenas uma quarta parte se reconhece como agricultora. Da mesma forma, 61% ultrapassam os 50 anos de idade e 27% têm mais de 65 anos, o que contrasta com 46% e 16,8% para as mesmas idades para homens⁴⁴.

Uma pesquisa realizada pela *Confederación Nacional Campesina*, revela que 81% das mulheres entrevistadas com atividade econômica, se dedicam aos trabalhos agropecuários, ainda que costumem completar seus rendimentos com atividades não relacionadas com a terra. Somente 19% realizam uma ou mais atividades, desligadas por completo das agrícolas. Assim mesmo, registram-se dois milhões de mulheres que enfrentam a pobreza e o

⁴² São mulheres que possuem e trabalham uma porção de terra em atividades agropecuários de forma individual ou coletivo e que não tem condições de ser vendidos as terras por ser consideradas como propriedades do estado.

⁴³ “Para las Campesinas es Un Día Más de Trabajo”. Jornal El Universal. 10 / 05 / 2005. México D. F. p. 6.

⁴⁴ “Para Las campesinas es Un Día Más de Trabajo”. Jornal El Universal. 10/ 05 / 2005. México D.F. p. 6

desemprego no meio rural. Metade destas se ocupa com atividades agropecuárias com menos de um salário mínimo, e as 50% restantes não possuem renda⁴⁵.

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística, Geografia e Informática (2002), a população feminina rural representa 50% do total e vive até 77 anos. De cada 100 mulheres maiores de 15 anos, somente 18 concluíram o segundo grau do ensino fundamental, registrando 9% de analfabetismo para este setor da populacional rural.

Cifras da CNC asseguram que novecentas mil camponesas se vêem obrigadas a se tornar chefes de família, devido, principalmente, ao fato que, a cada ano, aproximadamente duzentos mil chefes de famílias emigram em busca de oportunidades de trabalho. O Censo Geral de População do INEGI (2002), estabelece que, na década de 90, o número de famílias rurais com chefia feminina aumentou de 618.546 em 1990 para 885.721 no ano de 2000.

Além de receberem baixos salários, as mulheres camponesas enfrentam marginalização para acessar os diferentes programas de crédito governamental. A CNC mostra que, no último ano, foram destinados apenas 5% dos recursos governamentais para impulsionar as atividades produtivas no campo, encabeçada pelo setor feminino.

A marginalidade para este setor também está presente, como explica o relatório da CNC. De um universo de 300.000 unidades *ejidales* de produção rural e localidades camponesas, apenas uma quarta parte, com superfícies de exploração exclusivas corresponde, às mulheres, o que evidencia que as políticas públicas com uma visão de gênero, a marginalização e a pobreza das mulheres do campo consideram insuficientes os cem milhões de pesos que contempla o Acordo Nacional para o Campo do governo federal para ampliar seus projetos produtivos (CNC, 2000).

2.4.2 Participação social das mulheres no Brasil

No caso do Brasil, o número de famílias chefiadas por mulheres cresceu quase 30%, entre 1993 e 2003, conforme informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2004). Segundo a Síntese dos Indicadores Sociais, feita a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), para 2003, os casos de famílias com mulheres chefes de famílias passaram de 22,3% para 28, 8%, de 1993 a 2003. A Região Sul foi a que registrou o maior crescimento de mulheres chefes de família, em mais de 40%, entre 1993 e 2003, destes,

⁴⁵ “Para las Campesinas es Un Día Más de Trabajo”. Jornal El Universal. 10/ 05/ 2005. México D.F. p. 7

2% são residentes no meio rural. Para o IBGE, o aumento da responsabilidade feminina nas famílias está relacionado com o crescimento da importância sócio-econômica das mulheres, e como elas se inserem no contexto familiar. O instituto considera que a indicação de uma pessoa como responsável, ou de referência na família, é feita com base na autoridade moral ou financeira.

Junto ao aumento da liderança feminina no núcleo familiar, a pesquisa também mostrou que as mulheres já possuem mais estudo superior a dos homens (sete anos para mulheres e 6,8 para homens, em 2003). Os pesquisadores consideram que isso vem ocorrendo devido ao abandono e à defasagem escolar, registrada entre os meninos, decorrente do ingresso anterior no mercado de trabalho.

Esse aumento na escolaridade entre elas, também seria decorrente de transformações sócio-econômicas, como a sua entrada no mercado de trabalho, maior contribuição na renda familiar, entre outros aspectos. Mas todo esse avanço na área educacional, em relação aos homens, ainda não corresponde à renda das famílias brasileiras. As mulheres recebem menos que os homens em todos os níveis de escolaridade.

Os salários dos homens, com até três anos de estudo, é de aproximadamente R\$ 343,30, enquanto os salários das mulheres, é aproximadamente R\$ 211,00 com os mesmos estudos. Os homens que têm de 8 a 10 anos de estudo recebem um salário aproximado de R\$ 631,70, enquanto as mulheres recebem R\$ 350,60 no mesmo nível de estudo. Na faixa de 11 anos ou mais de estudo, as mulheres ganham 58,6% do rendimento dos homens com o mesmo nível de escolaridade.

De acordo com a FIBGE (PNAD 1995/98), observam-se diferentes situações de 1995 até 1998, com referência aos ramos de atividade econômica. Com relação à atividade econômica rural, no ano de 1995, dos 11,9 milhões de homens habitantes do meio rural, 55% desfrutavam de um rendimento mensal de dois salários mínimos. Já 11,2%, no entanto, recebiam entre 2 e 5 salários mínimos, 2,6% recebiam entre 5 e 10 salários mínimos e 1,7% tinham um rendimento mais de 10 salários.

Havia, contudo uma porcentagem de 27,9% de homens que não possuíam rendimentos. Para o ano de 1998, temos um total de 11 milhões de homens, sendo que 53,9% viviam com uma renda mensal de dois salários mínimos, 10,6% recebiam entre dois e cinco salários mínimos, 2,1% entre cinco e dez salários mínimos, enquanto que 1,5% tinham uma

renda superior a dez salários mínimos. Tinha-se, na época, 30% dos homens rurais sem rendimento.

Para o caso das mulheres rurais, tinha-se, em 1995, 6,2 milhões. Destas, 16% tinham um rendimento de até dois salários mínimos, 1,2 % dispunha de uma renda de dois e cinco salários mínimos, enquanto que 0,2% viviam com uma renda de cinco e dez salários mínimos, e somente 0,1% recebia uma renda acima de dez salários mínimos.

Para o ano de 1998, viviam 5,3% de mulheres concentradas no meio rural. Destas, 16,9% tinham uma renda de dois salários mínimos, 1,1% recebiam uma renda de dois e cinco salários mínimos, apenas 0,1 % recebiam uma renda de cinco e dez salários mínimos e 0,1% obtinha uma renda de mais de dez salários mínimos, observando-se que 81,3% destas mulheres viviam sem rendimentos, em 1998. Esta situação está relacionada, segundo Jules Falquet (2005), como a posse das propriedades já que, apenas “16% das terras tituladas no Brasil ficam por conta das mulheres⁴⁶”. A grande maioria não é dona da terra, o que significa que não possuem uma propriedade como garantia para acessar os serviços de grandes créditos dos bancos convencionais, evidenciando que só podem acessar pequenos recursos, o que impossibilita desenvolverem projetos mais competitivos, onde possam incrementar sua renda. Esta situação reafirma que as mulheres atuam principalmente em sua dimensão reprodutivo-doméstico no lar, na horta da propriedade e em pequenos projetos.

2.4.3 Descrição da unidade de produção das famílias nos dois programas

A unidade de produção familiar representa o espaço social onde as mulheres desenvolvem as atividades produtivas e reprodutivas. Para que as atividades possam se materializar, as unidades se apóiam em diferentes meios tanto produtivos, de transporte, armazenamento, quanto de outras ferramentas necessárias para a reprodução da unidade de produção familiar. Um dos elementos fundamentais é a estrutura fundiária na qual se estabelecem as relações produtivas e sociais.

⁴⁶ Entrevista realizada pela revista eletrônica Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, de 09 a 15 de maio de 2005.

a) Situação fundiária e meios de Produção

Uma das questões principais na unidade de produção familiar é a quantidade de terra que dispõem as mulheres e sua família para a reprodução social. Neste sentido, encontrou-se uma grande diferença entre as unidades de produção familiar das mulheres que participam nas caixas de poupança do PDRIA e das duas cooperativas do CRESOL, em relação ao tamanho da propriedade.

De acordo com os dados da Tabela 1, para o caso das mulheres que participam nas sete caixas de poupança do PDRIA, detectou-se que 70,4% das famílias possuem terra própria, com aproximadamente 1,25 ha, e 15,9% alugam terra de outros proprietários para fins agrícolas, com aproximadamente 1 ha.

TABELA 1 – Situação fundiária das unidades de produção familiar das participantes da Caixas de Poupança

<i>Meios</i>	<i>Número de famílias</i>	<i>(%)</i>	<i>Média por família (ha)</i>
Terra própria	31	70,4	1,25
Terra alugada	7	16,0	1,0
Sem terra	6	13,6	-
Total	44	100	-

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

A situação da posse da terra está relacionada também a de outros bens de apoio à produção. Constatou-se que 25% das famílias que tinham maior quantidade de terra, dispõem de trator, e 29,5% possuem galpão. Entretanto, verificou-se que 9% das famílias que não tinham terra, possuem caminhão. A partir destas informações, observou-se que as famílias que não tinham terra e que possuem caminhão estão mais envolvidas em atividades relacionadas ao mercado.

Das famílias das mulheres que participam nas duas cooperativas do CRESOL, foi constatado que 82% delas têm terra própria, com aproximadamente 20 ha e 12,8% alugam terra de outros proprietários para fins agrícolas com aproximadamente 12,8 ha. Além disso, 5,2% das famílias possuem terra própria e também alugam terra, como mostra a Tabela 2.

TABELA 2 – Situação fundiária das unidades de produção familiar das participantes das duas cooperativas do CRESOL

<i>Meios</i>	<i>Número de famílias</i>	<i>(%)</i>	<i>Média por família (ha)</i>
Terra própria	32	82,0	20,0
Terra alugada	5	12,8	12,8
Terra própria e alugada	2	5,2	10,0
Sem Terra	-	-	-
Total	39	100	-

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Em relação aos meios de apoio à produção, constatou-se que 89,7% das famílias com terra própria, também possuem galpão. Entre as famílias que possuem terra própria, foram encontradas 20% que também possuem trator e 10% que possuem este meio de produção, mas com terra alugada. Mais da metade das famílias que possuem terra própria, também possui caminhão, representando 66,6%. Neste caso, não foram encontradas famílias sem terra.

Sobre a questão da posse das propriedades (terra), no caso das que participam nas sete caixas de poupança no PDRIA, entre as 44 mulheres que participaram da pesquisa, 45,5% têm as propriedades no nome de seus cônjuges e 18,2% em nome da mulher, como se mostra na Tabela 3. Já das que participam nas duas cooperativas do CRESOL, 25,6% têm as propriedades no nome de seus cônjuges, 25,6% no nome de ambos e somente 5,1% afirmaram que a propriedade está no nome da mulher.

TABELA 3 – Possuidor da Propriedade no PDRIA e no CRESOL

<i>Possuidor</i>	<i>PDRIA</i>		<i>CRESOL</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Cônjuge	20	45,5	10	25,6
Da mulher	8	18,2	2	5,1
Ambos	7	15,9	10	25,6
Filhos	2	4,5
Pais do Cônjuge	4	9,1	3	7,7
Pais da mulher	2	4,5	9	23,1
Outros	5	12,8
NR	1	2,3
Total	44	100	39	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Constata-se, portanto que poucas mulheres possuem uma propriedade no nome delas. Este fato mostra ainda que o acesso à terra, depende do cônjuge e, em alguns casos dos pais,

situação que impossibilita as mulheres de ter uma garantia material disponível para acessar um tipo de financiamento para suas atividades.

b) Espécies cultivadas

No que se refere à utilização da superfície agrícola, para o caso das que participam nas sete caixas de poupança do PDRIA, encontrou-se a seguinte relação de acordo com a Tabela 4: 63,6% das famílias plantam milho, com aproximadamente 0,75 ha, principalmente para o autoconsumo. No entanto, a produção que obtêm não é suficiente para satisfazer suas necessidades. Neste sentido, a enorme maioria das famílias (90%) compra milho para complementar seu consumo, e para aquelas mulheres que elaboram *tortillas* para o mercado local. Com relação a outros cultivos, 52,7% das famílias plantam alfafa, grande parte para o autoconsumo da unidade de produção e outra parte para o mercado local, com aproximadamente 0,5 ha. Entre as famílias, 11,3% plantam feijão somente para o consumo próprio, com aproximadamente 0,5 ha e 9% das famílias cultivam hortaliças, principalmente legumes, verduras e temperos, com aproximadamente 0,5 ha. Destas hortaliças cultivadas, 70% são para o consumo da família e resto é destinado para o mercado local.

TABELA 4 – Principais cultivos encontrados na unidade de produção familiar das participantes nas Caixas de Poupança

<i>Cultivos</i>	<i>Número de famílias</i>	<i>(%)</i>	<i>Média por família (ha)</i>
Milho	28	63,6	0,75
Alfafa	23	52,2	0,5
Feijão	5	11,3	0,5
Hortaliça	4	9,0	0,5

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Nas unidades de produção familiar das mulheres que participam nas duas cooperativas do CRESOL, o principal cultivo é o milho, representando 92,3% do total, com aproximadamente 6,3 ha, destinado principalmente para a elaboração de rações para os animais, que são mantidos na propriedade (vacas e suínos). Outros cultivos de importância produzidos na unidade de produção familiar são o feijão, com aproximadamente 2 ha, a soja, com aproximadamente 8,5 ha, o fumo, com aproximadamente 4,1 ha e o arroz, com aproximadamente 3,1 ha, como se mostra na Tabela 5. De todos estes produtos (exceto o

fumo), uma parte (40%) é destinada ao consumo da família e o restante é comercializado no mercado local. O fumo é comercializado em sua totalidade nas indústrias cigarreiras locais.

TABELA 5 – Principais cultivos encontrados na unidade de produção familiar nas duas cooperativas do CRESOL

<i>Cultivos</i>	<i>Número de famílias</i>	<i>(%)</i>	<i>Média por família (ha)</i>
Milho	36	92,3	6,3
Soja	7	17,9	8,5
Feijão	20	51,2	2
Arroz	5	12,8	3,1
Fumo	9	23	4,1

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Em relação às espécies animais que possuem nas unidades de produção das mulheres que participam nas caixas de poupança do PDRIA, 47,7% das famílias possuíam aproximadamente duas vacas leiteiras. No entanto, somente se encontrou 31,8% das famílias, que tinham vacas produzindo com aproximadamente onze litros/dia/vaca. Da mesma forma, 36,3% das famílias possuíam suínos, com aproximadamente cinco animais e 43,1% delas possuíam frangos, com aproximadamente vinte unidades. Também se encontrou que 25% das famílias possuíam ovelhas, com aproximadamente sete animais e 6,8% das famílias possuíam cabras, com aproximadamente sete animais como se ilustra na Tabela 6. No caso do leite, 90% da produção é transformada em queijos para o mercado local, e o restante do leite é vendido e/ou consumido pela família.

TABELA 6 – Principais espécies animais que possuem em suas unidades de produção familiar das participantes nas Caixas de Poupança

<i>Espécies animais</i>	<i>Número de famílias</i>	<i>(%)</i>	<i>Média por família</i>
Vacas	21	47,7	2
Suínos	16	36,3	5
Frangos	19	43,1	16
Leite (lt/dia/vaca)	14	31,8	11
Ovelhas	11	25,0	7
Cabras	3	6,8	7

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

A mulher desempenha um papel fundamental na produção de animais, na unidade de produção familiar. Como foi possível constatar na pesquisa, em todas as unidades que

dispunham de vacas leiteiras, a mulher estava envolvida, tanto no processo de ordenha, quanto na sua transformação para queijo. Os homens, entretanto, se dedicavam mais a proporcionar a alimentação aos animais e a fazer a manutenção dos estábulos. Em relação às outras espécies - principalmente suínos e frangos - a mulher é responsável pelo processo produtivo, dentro da unidade de produção familiar.

Das mulheres que participam nas duas cooperativas do CRESOL, em relação aos animais criados nas unidades de produção familiar, se encontrou que 89,7% das famílias possuíam gado, com aproximadamente 13 animais, 64,1% das famílias possuíam vacas leiteiras com aproximadamente cinco vacas em produção, com um rendimento de nove litros/dia/vaca. Desta produção, 90% são vendidas a uma cooperativa regional e o restante da produção é destinado à elaboração de queijo, por parte das mulheres. Verificou-se ainda que 66,6% das famílias possuíam suínos e 84,6% possuíam frangos. Outras espécies encontradas nas unidades de produção foram: 53,8% das famílias tinham coelhos, abelhas e codornas como se mostra na Tabela 7.

No caso das que participam nas duas cooperativas do CRESOL, assim como acontece com as que participam no PDRIA, a mulher também desempenha um papel fundamental nas atividades produtivas da unidade de produção familiar, principalmente em relação à produção de leite e criação de frangos. A mulher é a responsável por ordenhar as vacas, preparar o leite e seus derivados, assim como participar da comercialização.

TABELA 7 – Principais espécies animais que possuem nas unidades de produção familiar das que participam nas duas cooperativas do CRESOL

<i>Espécies animais</i>	<i>Número de famílias</i>	<i>(%)</i>	<i>Média por família</i>
Gado	35	89,7	13
Vacas	25	64,1	5
Suíno	26	66,6	73
Frango	31	84,6	51
Leite (lt/dia/vaca)	25	64,1	9
Outros (coelhos, codornas, etc...)	21	53,8	-

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Cabe ressaltar que a mulher está mais presente e atua de forma mais participativa nas atividades voltadas à produção de alimentos para o consumo diário das famílias, ou seja, na produção de alimentos (frangos, ovos, alface, pepino, tomates, entre outros alimentos cultivados nas hortas) que, em princípio, não geram uma renda líquida, mas são responsáveis

pela reprodução da família. Já os homens permanecem mais voltados às produções de maior escala. As atividades realizadas pelos homens geram maior renda, sendo alcançada através da venda das safras em períodos determinados. Cabe, portanto, às mulheres a função de manter os alimentos e o dinheiro entre uma safra e outra.

c) Integrantes das famílias

Em relação ao número de integrantes na unidade de produção familiar, das que participam nas sete caixas de poupança do PDRIA, ela é composta aproximadamente por quatro membros, sendo basicamente a mulher, marido e filhos. No entanto, encontraram-se mulheres que moram com a família do marido, situação que eleva o número dos membros, o qual pode chegar a oito. Das mulheres entrevistadas, 17% têm o cônjuge que trabalha permanentemente fora da unidade de produção familiar, principalmente nos Estados Unidos, o que as obriga a assumir as responsabilidades da unidade de produção. Com relação ao tamanho das famílias das mulheres que participam nas duas cooperativas do CRESOL, não há muita diferença em relação ao número de membros das que participam nas Caixas de Poupança, sendo as famílias compostas aproximadamente por cinco membros, principalmente a mulher o marido e filhos. Também foram encontradas algumas famílias nas quais as mulheres moram junto com suas irmãs, irmãos, situação que eleva o tamanho da família a oito membros.

d) Bens materiais que possuem as famílias

No que diz respeito aos bens materiais e de transporte das famílias das mulheres que participam nas sete caixas de poupança do PDRIA, os dados da Tabela 8 indicam que apenas 15,9% possuem automóvel, somente 4,5% possuem moto e 29,5% têm serviço telefônico, nas suas residências. Com relação aos bens eletrodomésticos, 90,9% possuem televisão, 72,7 % geladeira, 50% têm máquina de lavar roupa, 20% possuem forno de microondas e 70,5 possuem fogão a gás.

TABELA 8 – Bens materiais encontrados nas residências das mulheres do PDRIA e do CRESOL

<i>Bens materiais</i>		<i>PDRIA</i>			<i>CRESOL</i>		
		<i>Não</i>	<i>Sim</i>	<i>Total</i>	<i>Não</i>	<i>Sim</i>	<i>Total</i>
Televisão	<i>Freq</i>	4	40	44	2	37	39
	<i>%</i>	9,1	90,9	100	5,1	94,9	100
Automóvel	<i>Freq</i>	37	7	44	12	27	39
	<i>%</i>	84,1	15,9	100	30,8	69,2	100
Moto	<i>Freq</i>	42	2	44	23	16	39
	<i>%</i>	95,5	4,5	100	59,0	41,0	100
Telefone	<i>Freq</i>	31	13	44	12	27	39
	<i>%</i>	70,5	29,5	100	30,8	69,2	100
Geladeira	<i>Freq</i>	12	32	44	3	36	39
	<i>%</i>	27,3	72,7	100	7,7	92,3	100
Máquina de lavar roupa	<i>Freq</i>	22	22	44	3	36	39
	<i>%</i>	50,0	50,0	100	7,7	92,3	100
Forno de microondas	<i>Freq</i>	35	9	44	32	7	39
	<i>%</i>	79,5	20,5	100	82,1	17,9	100
Fogão a gás	<i>Freq</i>	13	31	44	30	9	39
	<i>%</i>	29,5	70,5	100	76,9	23,1	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Das mulheres que participam nas duas cooperativas do CRESOL, 69,2% possuem automóvel, 41% possuem moto e 69,2% e têm serviço telefônico, na sua residência. Com relação a bens eletrodomésticos, 94,9% possuem televisão, 92,3% possuem geladeira, 92,3% têm máquina de lavar roupa, 17,9% têm forno de microondas e 23,1% possuem fogão a gás.

Constata-se que uma das maiores diferenças, em relação aos bens encontrados em ambas as famílias, se refere aos meios de transporte, pois as famílias das mulheres que participam nas duas cooperativas, possuem uma maior quantidade destes meios, assim como instrumentos de comunicação. Com relação aos instrumentos domésticos, a maioria das famílias das mulheres das duas cooperativas do CRESOL, possui máquinas de lavar roupa. No entanto, com relação a fogões de gás, a maioria das famílias das mulheres que participam nas caixas de poupança do PDRIA possui este instrumento.

Outra situação que se evidenciou, que pode explicar o número de meios de transporte que possuem as famílias das mulheres entrevistadas nas duas cooperativas, é a questão da localização. Com efeito, as moradias estão muito distantes do município mais próximo, o que torna difícil o deslocamento sem um meio de transporte, já que não existe um serviço de transporte coletivo. Isto não ocorre na região onde se localiza as caixas de poupança, pois,

nesta região, as moradias estão concentradas em núcleos de população mais próximos tanto uns dos outros, assim como do município, o que facilita o deslocamento, utilizando o serviço de transporte coletivo existente na região.

e) Principais mudanças ocorridas nos últimos cinco anos

Em relação às mudanças ocorridas nas famílias das mulheres que participam nas sete caixas de poupança do PDRIA, nos últimos cinco anos, os dados da Tabela 9 indicam que 90,9%, melhoraram sua qualidade de vida e de sua família, em comparação há cinco anos atrás. Em relação à renda familiar, 72,7% afirmam que houve uma melhora, e 2,3% afirmam ter piorado sua renda familiar. Quanto à vida comunitária, 72,7% das mulheres afirmaram ter melhorado e 22,7% manifestaram que não perceberam mudanças. Quanto às atividades econômicas, 52,3% consideraram que houve melhoras, enquanto que 29,5% não perceberam mudanças, nos últimos cinco anos. Já em relação ao meio ambiente local, metade das mulheres investigadas, (50%) delas, afirma ter piorado em relação há cinco anos atrás, já que manifestaram que atualmente existe muita poluição na água e no ar.

TABELA 9 – Percepção sobre mudanças socioeconômicas e ambientais nos últimos cinco anos

<i>Mudanças</i>		<i>PDRIA</i>					<i>CRESOL</i>			
		<i>Melhorou</i>	<i>Igual</i>	<i>Piorou</i>	<i>NR</i>	<i>Total</i>	<i>Melhorou</i>	<i>Igual</i>	<i>Piorou</i>	<i>Total</i>
Qualidade de vida	<i>Freq</i>	40	2	...	2	44	28	10	1	39
	<i>%</i>	90,9	4,5	...	4,5	100	71,8	25,6	2,6	100
Renda familiar	<i>Freq</i>	32	10	1	1	44	25	10	4	39
	<i>%</i>	72,7	22,7	2,3	2,3	100	64,1	25,6	10,3	100
Vida comunitária	<i>Freq</i>	32	10	...	2	44	20	17	2	39
	<i>%</i>	72,7	22,7	...	4,5	100	51,3	43,6	5,1	100
Trabalho/ Atividades	<i>Freq</i>	23	13	4	4	44	24	10	5	39
	<i>%</i>	52,3	29,5	9,1	9,1	100	61,5	25,6	12,8	39
Meio ambiente local	<i>Freq</i>	16	4	22	2	44	17	15	7	100
	<i>%</i>	36,4	9,1	50,0	4,5	100	43,6	38,5	17,9	39

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

No que diz respeito às mulheres que participam nas duas cooperativas do CRESOL, 71,8% afirmaram que melhorou, a qualidade de vida e de sua família, em relação há cinco anos, enquanto 25,6% acreditam que estão na mesma situação. Em relação à renda familiar, 64,1% das mulheres afirmam ter havido uma melhora em comparação há cinco anos. Quanto

à vida comunitária, 51,3% afirmaram ter havido uma melhora. Em relação às atividades econômicas, 61,5% das mulheres acreditam ter havido uma melhora em comparação há cinco anos atrás. Com relação ao meio ambiental local, 43,6% afirmaram que melhorou nos últimos cinco anos e 38,5% acreditam estar na mesma situação.

Como se pode constatar, nas situações sociais e econômicas das mulheres rurais, nos dois casos analisados comparativamente, se encontraram algumas diferenças, as quais se analisam a seguir. Com relação à questão de ser proprietária da terra, não há muita diferença das mulheres que participam nas sete caixas de poupança do PDRIA em relação as que participam nas duas cooperativas do CRESOL, já que, na maioria dos dois casos analisados, as propriedades da unidade de produção familiar estão no nome dos cônjuges, ou chefes da família. A respeito de oportunidades de trabalho, as mulheres participantes das sete caixas de poupança e das duas cooperativas estão nas mesmas condições, de oportunidades pelo grau de estudo ou pelo salário. Contudo, no que se refere à migração, os dois casos apresentam diferenças bastante específicas. Por um lado, no Brasil, a migração é de caráter mais interno, principalmente de jovens que buscam oportunidades de trabalho fora do âmbito rural. Por outro lado, no México, a migração é mais externa, principalmente de chefes de família, o que tem permitido as mulheres, a assumir as atividades produtivas da propriedade.

As diferenças entre as unidades de produção das mulheres que participam nas caixas de poupança e das duas cooperativas, também surgem com relação ao tamanho da propriedade. Das que participam nas duas cooperativas, a quantidade de terras agrícolas é maior, o que permite cultivar maior número de ha por cultivo, sendo maior também o número de animais em cada propriedade. Das que participam nas caixas de poupança, ao contrário, as terras são menores assim como o número de animais por propriedade. Entretanto, a produtividade de leite é maior das que participam nas caixas de poupanças do que das participantes das cooperativas, tendo em vista que, os sistemas de produção de leite que praticam as famílias das mulheres que participam nas caixas de poupança, é através de confinamento, diferente do sistema de produção das famílias que participam nas duas cooperativas, o qual utiliza o sistema de produção através do pastoreio.

A análise comparativa das características das unidades de produção familiar, e das condições sociais em que se encontra a mulher que participam nas duas cooperativas do CRESOL, demonstra a dificuldade para acessar ao mercado de crédito convencional. No entanto, no caso das que participam nas caixas de poupança do PDRIA, a situação é ainda mais precária, já que a pouca disponibilidade de terra que possui a unidade de produção

familiar nesta região do país, somado ao fato de a mulher não ser proprietária, aumenta a sua exclusão para acessar o mercado de crédito convencional. Esta situação faz com que os programas de microfinanciamento se tornem os únicos espaços que proporciona oportunidades para as mulheres lograrem acessar o crédito, ou outros instrumentos produtivos ou benefícios. Da mesma maneira, constata-se que a responsabilidade da mulher está aumentando, tendo em vista que, muitos chefes de família emigram para os Estados Unidos, em busca de melhores fontes de renda, deixando a mulher como responsável pela administração da unidade de produção familiar.

Neste sentido, analisam-se as condições sociais das mulheres rurais que participam nestes dois programas de microfinanciamento, enfatizando as diversas atividades socioeconômicas e de participação nos âmbitos da unidade de produção familiar e local.

3 AS ATIVIDADES SOCIOECONÔMICAS E PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA DINÂMICA DO MICROFINANCIAMENTO

Neste capítulo são analisadas as atividades socioeconômicas e a participação social e política das mulheres que participam nas sete grupos de caixas de poupanças pertencentes ao programa PDRIA e das duas cooperativas singulares pertencentes ao programa CRESOL. Os dados foram captados através da aplicação de um questionário às mulheres participantes nas sete caixas de poupança e das duas cooperativas apresentadas em tabelas de frequências⁴⁷. Da mesma maneira, foi realizada uma entrevista coletiva aberta à representante dos sete grupos comunitários de caixa de poupança e a dois representantes de duas cooperativas de crédito em diferentes tempos. Num primeiro momento, se aplicaram os questionários com as mulheres dos grupos de caixas de poupança do PDRIA e uma entrevista coletiva, durante os meses de abril e maio de 2004. Num segundo momento, foram aplicados os questionários às mulheres das duas cooperativas do CRESOL e a entrevista aberta aos representantes das duas cooperativas durante os meses de julho e setembro do mesmo ano. Os resultados dos dados empíricos foram colocados em três seções como se descreve a seguir.

Na primeira seção deste capítulo descrevem-se os resultados encontrados sobre o perfil sociodemográfico, nos quais se ressaltam as características da identidade cultural (idade, escolaridade, estado civil, práticas religiosas e a origem étnica) e posteriormente, descreve-se o papel que as entrevistadas desempenham na família e na localidade ressaltando o tempo de residência na localidade, as dificuldades na reprodução social, a percepção dos direitos cidadãos, o envolvimento nas instituições religiosas e educativas assim como a confiança que as mulheres têm nas instituições sociais e política. Na segunda seção deste capítulo, descrevem-se as atividades produtivas que desenvolvem as mulheres em suas unidades de produção familiar, e o acesso aos instrumentos produtivos (crédito, capacitação e

⁴⁷ Para a identificação dos dados nas tabelas sobre os casos estudados, se usou a nomenclatura “PDRIA” para o caso dos dados correspondente à sete caixas de poupança e “CRESOL” para identificar os dados correspondente às duas cooperativas singulares de crédito

assistência técnica), assim como a validação social do trabalho pelo mercado, ou seja, o acesso dos produtos aos diversos mercados e, por último, os rendimentos das famílias e a contribuição que realizam as mulheres. Na terceira seção do capítulo é discutida a participação das mulheres nos diferentes espaços públicos relacionados à participação em associações de mulheres, partidos políticos, sindicatos e representação política. E finalmente a participação das mulheres na dinâmica dos dois programas de microfinanciamento rural, nos quais se contemplam os aspectos relacionados ao tempo de dedicação, atividades que desenvolvem problemas e perspectivas.

3.1 Perfil social, familiar e a vida local das mulheres

As mulheres rurais apresentam peculiaridades específicas da identidade cultural, que sempre é conferida dentro da unidade de produção familiar. A maneira de entender e interpretar o meio social esta relacionada com as características sociodemográficas e os atributos que conferem a seu perfil, o que, por sua vez, define a identidade original, o desempenho na família e na sua localidade, ressaltando as características identitárias e o papel que desempenham na transmissão de hábitos e valores da família assim como sua participação nos âmbitos da escola e da Igreja.

3.1.1 Perfil sociodemográfico

Nesta seção, são apresentadas as características da identidade cultural (faixa etária, estado civil, escolaridade, religião, e origem étnica) das mulheres, as quais definem a sua situação na família e na localidade onde estão envolvidas.

Uma das questões analisadas diz respeito à relação da faixa etária das mulheres entrevistadas nos dois programas de microfinanciamento. Para o caso das mulheres que participam nas sete caixas de poupança do PDRIA, foram encontradas 38,6% o que corresponde à faixa de 31 a 40 anos e 22,7% na faixa de 41 a 50 anos. No entanto, encontraram-se 29,5%, maiores de 51 anos. Já no caso das duas cooperativas CRESOL, a maior concentração se encontrou na faixa de 41 a 50 com um percentual de 33,3%, e 28,2% na faixa de 31 a 40 anos de idade, como se mostra na Tabela 10.

Tabela 10 – Faixa etária das mulheres

<i>Faixa etária</i>	<i>PDRIA</i>		<i>CRESOL</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
De 21 a 30 anos	4	9,1	6	15,4
De 31 a 40 anos	17	38,6	11	28,2
De 41 a 50 anos	10	22,7	13	33,3
De 51 ou mais	13	29,5	9	23,1
Total	44	100	39	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Nos dois casos analisados, não foram encontradas participantes com menos de 20 anos de idade e a maior concentração se encontra na faixa etária de 30 a 50 anos o que significa que a grande maioria das mulheres que participa nestes programas está numa idade produtiva.

No que se refere ao estado civil, nos dois programas analisados, evidencia-se que existe uma semelhança no percentual de mulheres casadas. Nas sete caixas de poupança do PDRIA, este percentual chega a 72,7% e, nas duas cooperativas do CRESOL, chega a 74,4% como se mostra na Tabela 11. No que se refere às solteiras, viúvas e de união livre⁴⁸ encontrou-se mesma porcentagem, correspondendo a 9,1%, em cada caso, nas sete caixas de poupança do PDRIA. Já nas duas cooperativas do CRESOL, foi maior o número de solteiras (17,9%) e somente 7,7% entre viúvas e as que convivem em união livre.

Tabela 11 – Estado Civil das mulheres

<i>Estado civil</i>	<i>PDRIA</i>		<i>CRESOL</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Casada	32	72,7	29	74,4
Solteira	4	9,1	7	17,9
Viúva	4	9,1	2	5,1
União livre	4	9,1	1	2,6
Total	44	100	39	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Constata-se que a grande maioria das mulheres que participa nos dois programas de microfinanciamento são casadas, o que garante e facilita o acesso aos meios de produção da família.

⁴⁸ União livre consiste em uma forma de vida conjugal na qual não existe nenhum documento legal que ateste o matrimônio.

Em relação à escolaridade, as mulheres que participam nas sete caixas de poupança do PDRIA, se encontraram 54,5% que cursaram algumas séries ou terminaram o primeiro grau completo, seguidos por 27,3% que completaram o segundo grau e 9,1% cursaram ou se formaram em alguma disciplina universitária. Estas últimas, como se verificou, estão incursionando em questões ligadas a outras atividades que não estão diretamente relacionadas com a unidade de produção familiar (dentista, enfermeira, professora e cabeleireira) como se mostra na Tabela 12. Nas duas cooperativas do CRESOL, encontrou-se que a grande maioria delas (87,1%) cursou algumas séries ou terminou o primeiro grau.

Constata-se que as mulheres que participam nas sete caixas de poupança do PDRIA, têm escolaridade quase em todos os níveis, existindo uma pequena diferença de maior escolaridade com relação às que participam nas duas cooperativas do CRESOL.

Tabela 12 – Escolaridade das mulheres

<i>Escolaridade</i>	<i>PDRIA</i>		<i>CRESOL</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Só alfabetizado	4	9,1
Primeiro grau completo	24	54,5	34	87,1
Segundo grau completo	12	27,3	4	10,3
Curso universitário	4	9,1	1	2,6
Total	44	100	39	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Uma das questões constatada através da entrevista com relação ao nível de escolaridade é a participação na direção e administração tanto nas sete caixas de poupança no PDRIA, como na administração das contas-correntes dos associados nas duas cooperativas analisadas do CRESOL. A respeito dos depoimentos das sete representantes grupos de caixas de poupança, manifestaram que: *“todas as companheiras que têm mais estudo, nós elegemos para administrar o dinheiro das sócias, por isso, quando o grupo decide trocar as representantes do grupo procuramos eleger companheiras que tem mais estudos para presidente, tesoureira ou secretária, pois elas nos dão confiança, sabemos que nosso dinheiro está bem administrado”* (Depoimento de sete representantes de grupos de caixas de poupança no PDRIA). Esta evidência constata que a escolaridade está influenciando em tudo na administração das caixas de poupança das mulheres.

Por sua vez, o depoimento de dois representantes das cooperativas de Aratiba e de São Lourenço do Sul, no Rio Grande do Sul manifestaram que:

“As mulheres que possuem mais escolaridade estão começando a ter maior participação nas atividades de administração dos recursos, já que elas entendem melhor estas questões, assim mesmo muitos agricultores sócios da cooperativa preferem deixar a suas esposas para participar nas reuniões onde se discutem os estados financeiros da cooperativa. A maioria dos sócios são homens, no entanto, quem leva suas contas na cooperativa são as mulheres por isso, atualmente o número de mulheres na cooperativa esta em aumento” (Entrevista com os dois representantes da cooperativa de São Lourenço e Aratiba no Rio Grande do Sul)

Constata-se, que apesar de ser a maioria dos homens sócios da cooperativa, existe, contudo, uma participação importante das mulheres em atividades administrativas, nas contas de seus cônjuges na cooperativa. Esta evidência sugere manifestamente que as mulheres estão encontrando um espaço para desenvolver suas capacidades não apenas em atividades domésticas e produtivas, na unidade de produção familiar, mas também em outras atividades de caráter financeiro na cooperativa, as quais demandam conhecimentos mais especializados.

Em relação às praticas religiosas, encontrou-se uma grande diferença nos dois programas analisados. Nas sete caixas de poupança do PDRIA, a maioria das mulheres (97,7%), afirmaram que pratica a religião católica; já nas duas cooperativas do CRESOL mais da metade (51,3%) afirmaram que pratica a religião evangélica, sobretudo luterana, e 48,7% pratica a religião católica, conforme apontado na Tabela 13.

Tabela 13 – Religião que as mulheres praticam

<i>Religião</i>	<i>PDRIA</i>		<i>CRESOL</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Católica	43	97,7	19	48,7
Evangélica	1	2,3	20	51,3
Total	44	100	39	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Cabe destacar que as mulheres que afirmaram que praticam a religião evangélica, em sua maioria são de origem alemã e as que praticam a religião católica são, em sua maioria, de origem italiana e luso-brasileira. A concentração de mulheres que praticam a religião católica localizou-se na cooperativa do município de Aratiba com uma maioria de origem italiana, enquanto os que praticam a religião evangélica se localizaram na cooperativa de São Lourenço do Sul, em que predominaram as mulheres de origem alemã.

No que se refere à origem étnica, entre as mulheres entrevistadas, nas sete caixas de poupança do PDRIA, a grande maioria (81,8%) se identificou como mestiça e 18,2% como indígena de origem zapoteca, um grupo étnico que habita na zona central do estado de Oaxaca, onde se encontram os grupos que participam do programa de microfinanciamento. Já

as mulheres que participam nas duas cooperativas do CRESOL, mais da metade (53,9%) afirmaram que são de origem alemã, e 41% de origem italiana, conforme indica a Tabela 14.

Tabela 14 – Origem étnica das mulheres

<i>Origem étnica</i>	<i>PDRIA</i>		<i>CRESOL</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Luso brasileiro	2	5,1
Alemã	21	53,9
Italiana	16	41,0
Mestiços	36	81,8
Zapoteca (indígena)	8	18,2
Total	44	100	39	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

A origem étnica está determinada mais pela identidade cultural nos dois países e regiões pesquisadas. Para o caso das que participam nas sete caixas de poupança do PDRIA, pela situação onde se localiza o estado e a região na qual foi realizado o estudo, predomina uma população mestiça com uma forte presença da cultura zapoteca; esta etnia é identificada por seus valores e costumes e pela forma de organização para o trabalho. A maior peculiaridade desta etnia corresponde à organização do trabalho já que, para isso, possuem uma tradição de organização através dos vínculos sociais mantidos nas localidades, à qual corresponde a um patrimônio sociocultural, historicamente construído, o que permite trabalhar em grupo como, por exemplo, em trabalhos para a manutenção da escola e da igreja, chamados de *tequio*⁴⁹, em trabalhos produtivos através da *ayuda mutua*⁵⁰ e na cooperação, através da *guesa*⁵¹. Estas formas de cooperação para o trabalho produtivo e de serviço permitem gerar um conteúdo específico para desenvolver os grupos comunitários de caixas de poupança.

Com relação aos participantes das duas cooperativas do CRESOL, a diversidade étnica é identificada mais pela descendência e pela cultura de cada grupo em questão, no caso dos grupos que participam na cooperativa de São Lourenço do Sul, como afirma, na entrevista, o dirigente desta cooperativa:

⁴⁹ Forma de trabalho gratuito para fins coletivos, principalmente trabalhos na escola, igreja e para melhorar as obras de benefício social.

⁵⁰ Formas de cooperação de trabalho produtivo de maneira gratuita, seja na horta ou na roça.

⁵¹ Formas de cooperação em recursos materiais e econômicos para construção de casas, e para festas cívicas.

“(...) a maioria dos que participam na cooperativa são de origem alemã, o que nós identificamos sobre tudo pela língua e pelos costumes; aqui quase todas as famílias falam o dialeto alemão; nossas festas nossas comidas e bebidas tudo é igual. Outra coisa que a gente identifica é o trabalho, todas as famílias dos sócios da cooperativa trabalham na agricultura familiar, a mulher, os filhos todo mundo trabalha. No entanto, aqui na região temos um grupo de quilombolas, mas eles não estão muito a fim de trabalho, sobretudo na agricultura; eles trabalham em outras atividades e muito pouco na agricultura (...)”

Pelo depoimento na entrevista e pela observação realizada na região, constata-se que a origem étnica é um fator que influencia o ingresso na cooperativa como sócio, considerando-se que os descendentes de origem alemã têm uma racionalidade de trabalho diferente dos outros grupos étnicos que habitam na mesma região, como por exemplo, o grupo de quilombolas que se encontrou na mesma região e no qual não se verificou uma participação efetiva nessa categoria social.

Já no caso das participantes da cooperativa de Aratiba, onde se encontrou maior presença de grupos de origem italiana e, em menor proporção, de origem alemã e luso-brasileira, apresentam-se diferenças na racionalidade no desenvolvimento das atividades produtivas. No caso dos grupos de origem italiana, verificou-se que estes se ocupam mais das atividades de produção de leite, elaboração de queijos, massas, e farinhas. Já os grupos de origem alemã se dedicam mais à produção de hortaliças e chás. Com relação à forma de organização do trabalho, esta apresenta diferenças, como afirmou o representante da cooperativa deste município.

“Na cooperativa temos sócios de diferentes descendências tanto alemã como italiana e as que se mostram com maior tradição para trabalhar em grupo são os de descendência italiana da localidade de Sarandi e da localidade de Barra do Engeitado, pois foram os que tiveram mais facilidade de formar grupos para proporcionar o crédito. Já os que têm origem alemã que moram na localidade de Pio X, têm apresentado maior dificuldade para organizar-se, pois são pessoas muito individualistas. A cooperativa esta trabalhando melhor com as mulheres de Sarandi e de Barra do Engeitado, elas aplicaram o crédito de maneira grupal para ampliar sua oficina de massas. Por exemplo, se intentou formar um grupo em Pio X com as mulheres que recolhem plantas medicinais, somente algumas se interessaram por trabalhar de maneira grupal” (Entrevista com o representante da cooperativa de Aratiba, 2004)

A partir do depoimento, pode constatar-se que a origem étnica influencia na incorporação dos sócios na cooperativa por possuírem de diferentes racionalidades de trabalho e organização.

3.1.2 O papel na família e na vida local das mulheres

Os aspetos que se apresentam nesta seção, referem-se ao papel que desempenham as mulheres na família e na sua localidade, colocando aspectos relacionados ao tempo de residência na localidade e à influência que elas têm na reprodução dos valores e hábitos da sua família; à participação nos eventos religiosos, nas representações da escola de seus filhos e ao tempo que elas dedicam a todas as atividades que desenvolvem na unidade de produção familiar.

Em relação ao tempo de residência na localidade, de acordo com os dados da Tabela 15, para o caso das sete caixas de poupança do PDRIA, 36,4%, das mulheres residem no mesmo local há 40 anos ou mais, e 20,5% entre o intervalo de 11 e 20 anos. Nas duas cooperativas do CRESOL, constatou-se que 30,8% delas têm morado na mesma localidade, no intervalo de 21 a 30 anos.

Tabela 15 – Tempo de residência na localidade

<i>Tempo</i>	<i>PDRIA</i>		<i>CRESOL</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Até 10 anos	4	9,1	5	12,8
De 11 a 20 anos	9	20,5	7	17,9
De 21 a 30 anos	6	13,6	12	30,8
De 31 a 40 anos	8	18,2	4	10,3
40 anos ou mais	16	36,4	11	28,2
NR	1	2,3
Total	44	100	39	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Constatou-se também que as mulheres que participam nas sete caixas de poupança do PDRIA têm residido por mais tempo na mesma localidade, ao passo que, entre as participantes das duas cooperativas do CRESOL, não foi encontrada uma concentração significativa quanto ao tempo de permanência nas suas localidades, o que também pode ser explicado a partir da diversidade de idades das mulheres (ver tabela 10).

Em referência à educação e transmissão dos hábitos e valores (educação, religião, trabalho, amor, respeito, responsabilidades, e outros), a respeito das mulheres que participam nas sete caixas de poupança do PDRIA, a maioria delas (87,8%), afirmaram que não têm dificuldades para realizar esta tarefa, por participar em programas de microfinanciamento; no

entanto, identificou-se 12,2% que afirmaram que, às vezes fica difícil atender os filhos mais, por questões de tempo. Este percentual é referente às mulheres que vêm ocupando um cargo (presidenta, tesoureira ou secretária), dentro do grupo de caixa de poupança, o que absorve uma parte de seu tempo nas atividades do grupo, como afirmaram as representantes dos grupos de caixa de poupança do PDRIA: “*As funções que a gente desenvolve dentro dos grupos nos tiram muito tempo e às vezes não sobra tempo para atender aos nossos filhos da forma como deveríamos*”.

Por sua vez, as mulheres que participam das duas cooperativas do CRESOL, 100% afirmaram que não têm problemas para educar os filhos e transmitir os hábitos e valores da família por participarem no programa de microfinanciamento, como se coloca na Tabela 16. Note-se que todas as mulheres que se identificaram como casadas estão nesta situação.

Tabela 16 – Dificuldades para transmitir aos filhos os valores (éticos) e hábitos por participarem no programa de microfinanciamento

<i>Dificuldades</i>	<i>PDRIA</i>		<i>CRESOL</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	5	12,2
Não	36	87,8	33	100
Total	41	100	33	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tal fato reflete o papel da mulher na família, e não rompe esta tradição por participar dos programas de microfinanciamento e desenvolver atividades fora do âmbito doméstico.

Com relação aos elementos que elas pensam que deve ser transmitido para seus filhos, segundo os dados da Tabela 17, para o caso das mulheres que participam nas sete caixas de poupança do PDRIA, das 41 disseram ter filhos e que assumem o papel na reprodução dos hábitos da família, 48,8% consideram o incentivo ao estudo como um valor importante a ser transmitido, seguido pelo amor e respeito com 24,4%.

Entretanto, das mulheres que participam nas duas cooperativas do CRESOL, das 33 que disseram ter filhos, 45,5% consideram o amor e o respeito como um elemento importante a ser transmitido aos filhos, pois pensam que estes valores são os que primeiramente se devem transmitir e construir para os filhos, e, posteriormente, incentivar para o estudo (30,2%), como um elemento importante na formação, seguido pela religião (15,2%).

Tabela 17 – Elementos que as mulheres transmitem para os filhos

<i>Elementos</i>	<i>PDRIA</i>		<i>CRESOL</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Religião	5	12,2	5	15,2
Estudo	20	48,8	10	30,2
Trabalho	3	7,3	3	9,1
Amor/respeito	10	24,4	15	45,5
Outros	3	7,3
Total	41	100	33	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Um das questões que foi pesquisada é grau de percepção sobre os direitos da sociedade. Para tal situação, retomou-se a classificação dos três elementos da cidadania (civil, político e social), colocados por Marshall (1967). Para o direito civil, consideraram-se os seguintes elementos: direito à propriedade, direito à livre expressão, direito ao livre culto e direito a justiça. Para o direito político, considerou-se o direito ao voto, a ter acesso aos cargos públicos e a ocupar uma representação pública. Para o direito social, considerou-se o direito a uma seguridade econômica (participação em herança), participação nos diferentes âmbitos da localidade, direito à saúde pública, à educação e a uma formação profissional.

De acordo com o estudo, encontrou-se que os direitos que mais são percebidos nos dois programas são os direitos políticos 52,2% e 59,0% respectivamente, em especial o direito ao voto como se menciona na Tabela 18. Na questão dos direitos civis, poucas mulheres afirmaram perceber esses direitos. Para o caso das mulheres que participam nas sete caixas de poupança do PDRIA, apenas 2,3% manifestaram perceber e 10,2% para o caso das que participam nas duas cooperativas do CRESOL. Com relação aos direitos sociais, somente 16,0% das que participam no PDRIA mencionaram que percebem tais direitos, e 25,6% das que participam nas duas cooperativas do CRESOL, principalmente nas questões de educação, saúde, moradia e de participação na localidade.

Tabela 18 – A percepção das mulheres sobre tipo de direitos

<i>Tipo de direitos</i>	<i>PDRIA</i>		<i>CRESOL</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Direito civil	1	2,3	4	10,2
Direito político	23	52,2	23	59,0
Direito social	7	16,0	10	25,6
NR	13	29,5	2	5,2
Total	44	100	39	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Como se pode observar encontrou-se uma porcentagem importante, para o caso das mulheres que participam nas sete caixas de poupança PDRIA (29,5%), que não responderam esta questão, o que evidencia que na hora da pesquisa, elas não lembravam essa questão ou não têm acesso á informação suficiente para conhecer seus direitos como membro de uma localidade. Entretanto, é necessário ressaltar que os dados acima dizem respeito apenas ao fato de as mulheres perceberem ou não os seus direitos. O fato de perceber não quer dizer que elas realmente materializam tais direitos.

Com relação à participação na igreja e na escola como parte da vida social das mulheres, das que participam nas sete caixas de poupança do PDRIA, 43,2% afirmou que participam ativamente da Igreja no que concerne à organização de grupos para catequese, festas religiosos e cultos. A mesma porcentagem, 43,2%, afirmou participarem esporadicamente nestes eventos. Com relação à escola, 38% mencionaram que participam ativamente, especialmente nas associações de pais de família, na participação da manutenção da escola e em reuniões relacionadas ao funcionamento da escola, ao comportamento disciplinar e ao rendimento acadêmico dos filhos, e 36,4% manifestaram que participam esporadicamente, principalmente quando têm tempo e quando se trata de um assunto de interesse, como se coloca na Tabela 19. Não se encontrou nenhum caso em que as mulheres fossem à escola para receber educação.

Para o caso das que participam nas duas cooperativas do CRESOL, com relação à igreja 64,1%, manifestaram que participam muito de festas religiosas, cultos e grupos de reflexão onde elas se reúnem as freiras ou sacerdotes inspirados na teologia da libertação, para desenvolver a vivência da religião igualitária, e 33,3% participam de maneira esporádica nas mesmas atividades. Com relação à escola, 38,5% participam muito, principalmente nas associações de pais de família e na manutenção da escola, e 35,9% manifestaram que participam pouco, principalmente quando têm algum assunto de interesse do seu filho. Tampouco se encontraram mulheres que estivessem recebendo educação formal.

Tabela 19 – Participação nas instituições sociais

Instituições		PDRIA				CRESOL			
		Muito	Pouco	Nunca	Total	Muito	Pouco	Nunca	Total
Igreja	<i>Freq</i>	19	19	6	44	25	13	1	39
	<i>%</i>	43,2	43,2	13,6	100	64,1	33,3	2,6	100
Escola	<i>Freq</i>	17	16	11	44	15	14	10	39
	<i>%</i>	38,6	36,4	25,0	100	38,5	35,9	25,6	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Uns dos aspectos que ressalta é a participação das mulheres brasileiras nos grupos de reflexão na Igreja Católica, como analisou Van Der Schaf (2003). Desde a formação do MMTR-RS, a Igreja Católica desempenhou um papel importante na vida social das agricultoras para modificar a imagem tradicional da mulher agricultora (desrespeitada, negligenciada, invisível e sem voz) e, com esta intenção foi materializada a garantia dos direitos sociais na Constituição de 1988. Atualmente estes grupos de reflexão continuam tendo um papel importante nos diferentes âmbitos do agir das mulheres rurais no Rio Grande do Sul. Em caso contrário, para as mulheres que participam nas sete caixas de poupança do PDRIA as atividades que elas desenvolvem na igreja estaria orientado apenas para a veneração, culto e festas.

Quanto à confiabilidade das instituições sociais e governamentais, para o caso das mulheres que participam nas sete caixas de poupança do PDRIA, 68,2% afirmaram que a igreja é a instituição em que mais confiam. Já nos partidos políticos só 6,8% delas manifestaram que confiam neles, e 13,6% manifestaram ter alguma confiança, principalmente quando se obtém algum apoio na localidade. Em relação à Prefeitura, a metade das entrevistadas (50,0%), afirmou que confiam pouco. Para o caso da SAGARPA, instituição oficial do Governo Federal que fornece assistência técnica, somente 22,6% manifestou que têm alguma confiança, como se indica na Tabela 20.

Tabela 20 – Confiança das instituições sociais e governamentais

<i>Instituições</i>		<i>PDRIA</i>					<i>CRESOL</i>				
		<i>Muito</i>	<i>Pouco</i>	<i>Não confia</i>	<i>NR</i>	<i>Total</i>	<i>Muito</i>	<i>Pouco</i>	<i>Não confia</i>	<i>NR</i>	<i>Total</i>
Igrejas	<i>Freq</i>	30	11	1	2	44	32	7	39
	<i>%</i>	68,2	25,0	2,3	4,5	100	82,1	17,9	100
Sindicato	<i>Freq</i>	21	14	4	...	39
	<i>%</i>	53,8	35,9	10,3	...	100
Partidos político	<i>Freq</i>	3	6	33	2	44	6	22	11	...	39
	<i>%</i>	6,8	13,6	75,0	4,5	100	15,4	56,4	28,2	...	39
Prefeitura	<i>Freq</i>	1	22	16	5	44	1	29	9	...	100
	<i>%</i>	2,3	50,0	36,4	11,4	100	2,6	74,4	23,1	...	39
Emater/SAGARPA	<i>Freq</i>	2	10	18	14	...	17	18	2	2	39
	<i>%</i>	4,5	22,6	40,9	32,0	...	43,6	46,2	5,1	5,1	100
Outros	<i>Freq</i>	2	42	44	5	4	4	26	39
	<i>%</i>	4,5	95,5	100	12,8	10,3	10,3	66,7	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Para as mulheres que participam nas duas cooperativas do CRESOL, constatou-se que a igreja é instância em que mais confiam (82,1%), seguida pelo sindicato (53,8%) e o Emater (43,6%). Com relação aos partidos políticos, somente 15,4% afirmaram que confiam muito e 56,4% que confiam pouco. Com relação à Prefeitura, 74,4% manifestaram que confiam pouco e 23,1%, que não confiam. Evidencia-se que as instituições políticas não inspiram muita confiança nas mulheres.

Nesta informação se percebe que as mulheres que participam nas duas cooperativas do CRESOL têm ainda mais confiança de parte das instituições sociais e governamentais, com relação às que participam nas sete caixas de poupança do PDRIA, sobretudo nos partidos políticos e na instituição governamental que fornece assistência técnica.

Em relação ao acesso dos meios de informação no contexto rural, a maioria das entrevistadas tem acesso, sobretudo, aos meios eletrônicos (radio e TV). Das mulheres que participam nas sete caixas de poupança do PDRIA, 56,8% escutam sempre o rádio para se informarem e 75,0%, assistem sempre à televisão para informação, enquanto 20,5% assistem de vez em quando. A respeito da leitura de jornal, a maioria, representando 68,2% delas, afirma nunca ler jornal para se informar; somente 29,5% afirmam lê-lo de vez em quando. Em relação à leitura de revistas, 77,3% afirmaram que nunca lêem este recurso e somente 22,7% lêem de vez em quando, para se informarem. Quanto a reuniões, 43,2% das mulheres afirmam informar-se através deste espaço de maneira esporádica, como se coloca na Tabela 21.

Tabela 21 – Fontes de informação eletrônica e documental

<i>Fontes de informação</i>		<i>PDRIA</i>				<i>CRESOL</i>			
		<i>Sempre</i>	<i>Às vezes</i>	<i>Nunca</i>	<i>Total</i>	<i>Sempre</i>	<i>Às vezes</i>	<i>Nunca</i>	<i>Total</i>
Escuta rádio	<i>Freq</i>	25	10	9	44	34	4	1	39
	<i>%</i>	56,8	22,7	20,5	100	87,2	10,3	2,6	100
Assiste televisão	<i>Freq</i>	33	9	2	44	21	12	6	39
	<i>%</i>	75,0	20,5	4,5	100	53,9	30,8	15,4	100
Lê jornal	<i>Freq</i>	1	13	30	44	9	21	9	39
	<i>%</i>	2,3	29,5	68,2	100	23,1	53,8	23,1	100
Lê revista	<i>Freq</i>	...	10	34	44	4	22	13	39
	<i>%</i>	...	22,7	77,3	100	10,2	56,4	33,3	100
Reuniões	<i>Freq</i>	9	19	16	44	14	20	5	39
	<i>%</i>	20,4	43,2	36,4	100	35,9	51,3	12,8	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Em relação às mulheres que participam nas duas cooperativas do CRESOL, a maioria (87,2%), escuta sempre rádio para se informarem, e 53,9% assistem sempre à televisão para se informar. Em relação ao jornal, somente 23,1% afirmaram que lêem sempre, e mais da metade, 53,8%, afirmaram lê-lo de vez em quando para se informar. Quanto a revistas somente 10,2% afirmaram que lêem sempre alguma revista (moda e entretenimento) para se informar. Em relação às reuniões, 35,9% assistem sempre a algum tipo de reunião para se informar e 51,3% assistem de vez em quando para se informar, sobretudo reuniões convocadas pelas autoridades locais.

Constata-se que as mulheres que participam nas duas cooperativas do CRESOL estão mais habituadas a se informarem incorporando meios de informação pouco disponíveis no meio rural (jornais e revistas) das que participam nas sete caixas de poupança do PDRIA. Isso evidencia que as mulheres brasileiras, ao incorporarem meios escritos de informação podem implicar maior flexibilidade, situação que pode favorecer uma maior capacidade de discussão e participação nos problemas da sua unidade de produção familiar e na sua localidade, possibilitando maior seu desenvolvimento em cidadania.

Uma das questões pesquisada diz respeito ao que preferem fazer durante os fins de semana e feriados. Neste sentido, entre as mulheres entrevistadas nas sete caixas de poupança do PDRIA, 36,6% preferem reunir-se com a família conforme a Tabela 22. No entanto 31,8% manifestaram que nos dias domingo e feriados, têm mais trabalho doméstico (arrumar a casa, lavar roupa, passar roupa, etc.), já que, durante a semana, elas se envolvem mais em atividades produtivas e, de vez em quando, realizam trabalhos do lar. Assim, aproveitam o fim de semana e o feriado para realizar essas tarefas.

Tabela 22 – Preferência de atividades de lazer das mulheres rurais nos dias feriados e domingos

<i>Atividades</i>	<i>PDRIA</i>		<i>CRESOL</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Festas	2	4,5	10	25,6
Reunião familiar	19	43,1	15	38,5
Descansar em casa	5	11,4	10	25,6
Trabalho doméstico	14	31,8
Ir à igreja	1	2,3	3	7,7
Outros	3	6,8	1	2,6
Total	44	100	39	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Em relação às mulheres que participam nas duas cooperativas do CRESOL, 38,5% afirmaram que preferem reunir-se com a família ou visitar familiares; 25,6% preferem assistir a festas ou bailes, e a mesma porcentagem prefere descansar com a família. Nota-se que ninguém afirmou que nos domingos e feriados realizam alguma atividade relacionada com a manutenção do lar, excluída a preparação de alimentos, já que esta atividade se realiza todos os dias. De acordo com os dados da tabela, as mulheres que participam no CRESOL aproveitam mais os dias feriados e os domingos para realizar atividades recreativas e ficar com a família ou, ainda, descansar em casa.

Em relação ao tempo que as mulheres dedicam a cada atividade que desenvolvem na unidade de produção familiar e, fora dela, durante uma semana, destacam-se as atividades produtivas em ambos os casos analisados. As que participam nas sete caixas de poupança do PDRIA dedicam 42% do tempo e as que estão nas duas cooperativas do CRESOL 46% de seu tempo, conforme a Tabela 23, o que inclui todas as atividades do processo produtivo até a comercialização daqueles produtos destinados ao mercado. Outras das questões de que mais se ocupam são as atividades domésticas, no entanto, existe uma diferença nos dois casos analisados: as das sete caixas de poupança do PDRIA dedicam mais tempo a essa atividade (38,4%), enquanto as mulheres que participam nas duas cooperativas do CRESOL dedicam apenas 24,4% de seu tempo.

Tabela 23 – Tempo aproximado por semana nas diversas atividades das mulheres

<i>Atividades</i>	<i>PDRIA</i>		<i>CRESOL</i>	
	<i>Horas/semana</i>	<i>%</i>	<i>Horas/semana</i>	<i>%</i>
Domésticas	42	38,4	26	24,4
Produtivas	46	42,0	49	46,0
Públicas	2	1,8	7	6,6
Grupo/Cooperativa	8	7,3	7	6,6
Lazer	11,5	10,5	17,5	16,4
Total	109,5	100	106,5	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Uma das atividades que consome muito tempo diz respeito à elaboração dos alimentos. A mulher rural do Oaxaca, assim como em outras regiões rurais do México, é quem assume a responsabilidade total dessa atividade na família (mãe e filhas). Pelos hábitos alimentícios das famílias rurais nesta região, nas refeições, os alimentos são elaborados três vezes por dia, situação que absorve o maior tempo nesta atividade. Já no Rio Grande do Sul

existe maior participação dos homens (cônjuge e filhos) na elaboração dos alimentos da família, o que faz com que a mulher tenha mais tempo para realizar outras atividades.

Em relação às outras atividades relacionadas à participação em organizações sociais, e políticas, regularmente elas são realizadas nos fins de semana. Mesmo assim, as mulheres das duas cooperativas do CRESOL dedicam mais tempo a esta atividade que as das sete caixas de poupança do PDRIA. No que se refere ao tempo dedicado para os programas de microfinanciamento, as mulheres das duas cooperativas do CRESOL dedicam menos tempo aos assuntos da cooperativa, sendo que estes são realizados durante os dias da semana. Já as mulheres das sete caixas de poupança do PDRIA dedicam mais tempo aos grupos de caixa de poupança e, regularmente, nos fins de semana aos sábados ou, às vezes, aos domingos, para realizar atividades relacionadas com o desenvolvimento dos grupos em atividades tanto de tipo administrativo como de discussão de problemas relacionados ao programa.

Constata-se que as mulheres que participam nas duas cooperativas do CRESOL ocupam menos tempo em atividades domésticas e mais tempo em lazer o que se reafirma com as atividades mencionadas, situação que as coloca numa condição mais favorável para realizar mais atividades recreativas e fomentar os vínculos sociais. Ter um equilíbrio das suas atividades tanto produtivas como domésticas faz parte de viver bem e ter uma melhor qualidade de vida.

3.2 As mulheres nas atividades produtivas

A mulher rural tradicionalmente tem desempenhado atividades produtivas na unidade de produção familiar. No entanto, a identidade social construída durante a história tem sido como “donas de casa” relacionada ao desenvolvimento de atividades para a reprodução social da família e não para contribuição econômica. Esta condição social que se concede às mulheres impossibilita o reconhecimento social delas como agentes econômicos. Entretanto, na prática, a situação social da mulher difere desta percepção, como se analisa nesta seção.

3.2.1 A ocupação principal

Nesta seção descrevem-se as afirmações das mulheres sobre sua percepção quanto à ocupação principal que elas desempenham dentro da unidade de produção familiar. Neste sentido, das que participam nas sete caixas de poupança do PDRIA, a grande maioria, 86,4%, afirma que elas identificam como de donas de casa a sua ocupação principal, como assinala a Tabela 24. Já nas duas cooperativas do CRESOL, mais da metade das mulheres define como agrícola sua atividade principal (64,1%), situação que deriva do seu reconhecimento como mulheres trabalhadoras rurais.

Constata-se que as mulheres que participam nas sete caixas de poupança do PDRIA continuam com a percepção de que elas são as responsáveis pelo trabalho doméstico e pelas atividades da reprodução social da família, tanto que o trabalho produtivo que elas realizam ainda as considera como trabalho secundário.

Tabela 24 – Ocupação principal

<i>Ocupação</i>	<i>PDRIA</i>		<i>CRESOL</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Agricultura	2	4,5	25	64,1
Dona de casa	38	86,4	14	35,9
Profissão liberal	4	9,1	--	--
Total	44	100	39	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

No entanto, as mulheres que participam nas duas cooperativas analisadas do CRESOL possuem outra percepção. Este fato é atribuído ao seu reconhecimento como mulheres trabalhadoras rurais, a partir das diferentes ações coletivas das quais vinham participando desde 1986 como mulheres da roça, e que, posteriormente, tornou-se o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS), com o objetivo de estabelecer a igualdade social e política na vida das agricultoras. Os resultados destas ações foram materializados e estabelecidos na Constituição de 1988, que atingiu a categoria das trabalhadoras rurais e mudou radicalmente a posição social da mulher rural. O direito adquirido foi o acesso à previdência social (aposentadoria, salário-maternidade e auxílio-doença), que entrou em vigor no início da década de 90⁵². O acesso a esses benefícios impulsionou a transformação de “domésticas” em trabalhadoras rurais, afirmando novos

⁵² Ver Alie Van der Schaaff “Jeito de Mulher: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no rio grande do Sul”. 2003.

princípios de identidade social e rompendo com os valores de submissão e subordinação presentes na história das mulheres rurais.

Por sua vez, as ações coletivas que as mulheres mexicanas têm empreendido, não têm sido orientadas neste sentido (reconhecimento como trabalhadoras rurais), pois as ações coletivas registradas têm sido principalmente para acessar instrumentos produtivos (crédito e insumos agrícolas), meios de produção e apoios para melhorar a moradia. Mas a percepção de sua condição social permanece como dona de casa e não como agricultora, situação que as coloca em posição mais difícil para acessar os benefícios das políticas públicas, dirigidos ao setor rural.

Portanto existe uma diferença em relação aos benefícios que obtêm as mulheres mexicanas e as brasileiras. O reconhecimento obtido, na Constituição, pelas brasileiras, como “trabalhadoras rurais” foi o elemento fundamental para o acesso à previdência social; este benefício estendido para todas as mulheres rurais envolvidas em atividades que englobam tanto o lar quanto a roça, situações nas quais as mexicanas não possuem tais direitos, pois considera somente como donas de casa, o que não rompe com a condição social, historicamente construída das mulheres no meio rural do México. Além disso, o trabalho do lar ainda não é reconhecido como uma atividade produtiva dentro da unidade de produção familiar. No entanto, na prática elas desenvolvem diversas atividades produtivas como se analisa na seguinte seção.

3.2.2 Atividades agrícolas e não agrícolas

As mulheres que participam nas sete caixas de poupança do PDRIA e nas duas cooperativas do CRESOL estão envolvidas em diversas atividades produtivas relacionadas à agricultura, agroindústria, artesanato e oficinas de costura, em diferentes magnitudes. Nas sete caixas de poupança do PDRIA, se encontraram apenas 18,2% que realizam somente atividades agrícolas, principalmente a produção de milho, feijão, hortaliças, frangos, suínos e leite, regularmente para o consumo na família; entretanto 36,4% afirmaram que além de realizar atividades agrícolas, também industrializam o leite, fabricando *quesillo*⁵³, e

⁵³ É um queijo tradicional único em seu tipo de elaboração caseira, se distingue pela sua textura e sabor o que atinge o mercado local e regional.

industrializam o suíno na elaboração de frios (*chorizo*⁵⁴, presunto, bacon, carne apimentada e queijo de porco) para o mercado local e regional; 22,7% afirmaram que somente realizam atividades relacionadas com a elaboração de frios derivados da carne de porco, e ademais a elaboração de *tortillas*⁵⁵ para o mercado local. Cabe assinalar que essas mulheres compram suínos para industrializar e milho para elaboração de *tortillas*. Por sua vez, foram 13,6% as envolvidas numa oficina de costura, elaborando roupa típica da região as quais são vendidas, como artesanato no mercado local e regional; e, por último 9% afirmaram que se ocupam em atividades de serviços (cabeleireira, enfermeira e dentista) como se mostra na Tabela 25.

Tabela 25 – Atividades que desenvolvem as mulheres

Atividade	PDRIA		CRESOL	
	Freq	%	Freq	%
Somente Agropecuária	8	18,2	25	64,1
Agropecuária/Agroindústria	16	36,4	14	35,9
Somente agroindústria	10	22,7	--	--
Fabricação de artesanato (roupa)	6	13,6	--	--
Profissão liberal	4	9,1	--	--
Total	44	100	39	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Em relação às mulheres que participam nas duas cooperativas do CRESOL, mais da metade, 64,1%, afirmaram que realizam atividades agrícolas relacionadas à produção de hortaliças, frutas, fumo, cereais (milho, feijão) e na produção de leite, suínos e frango. A fruta, o fumo, o leite os suínos e frango são destinados ao mercado local, já na produção de feijão e hortaliças uma parte é destinada ao consumo da família. Por outra parte, 35,9% das mulheres além de realizarem atividades agrícolas, realizam atividades de transformação dos produtos agropecuários (elaboração de queijo, massas, biscoitos, farinha de milho e industrialização de plantas medicinais). Todos esses produtos são destinados ao mercado local. As mulheres que manifestaram ser donas de casa são as que estão envolvidas nas atividades de agroindústria, o que evidencia que as atividades que desenvolvem, influencia a percepção sobre a identidade profissional das mulheres.

⁵⁴ Produto derivado da carne de porco, preparado à base de pimenta e temperos.

⁵⁵ A *tortilla* é um alimento básico da cozinha tradicional mexicana e pode ser definida como um pequeno *disco de pão* preparado à base de massa de milho processado de maneira peculiar, no qual os grãos são cozidos em água fervente com uma base de [cal](#).

Como se observou durante a coleta dos dados empíricos nos dois programas de microfinanciamento, há uma divisão em razão do sexo, durante o processo produtivo destas atividades. Nas sete caixas de poupança do PDRIA, observou-se que, na produção de suínos e frangos, as mulheres se dedicam ao cuidado dos animais (alimentação, limpeza de galinheiros e chiqueiros) e os homens são responsáveis por produzir rações alimentícias, principalmente de suínos. Já para a questão da produção de leite, quem cuida das vacas são os homens e quem tira o leite e fabrica queijos são as mulheres. A produção de hortaliças (cebolas, coentro, cenoura, beterraba, pimenta, tomate e chuchu) é feita, por vezes com a ajuda dos filhos, em áreas próximas à casa e é orientada mais para o consumo familiar. Na produção de milho, feijão, alface todo o trabalho no processo produtivo é realizado pelos homens. Uma situação que foi evidenciada, é que as mulheres cada vez se envolvem menos em atividades agrícolas e regularmente as atividades produtivas que desenvolvem se fundamentam mais em transformação dos produtos agropecuários. Pela pouca produção agropecuária nas unidades de produção para a elaboração dos produtos, estes são comprados no mercado, por exemplo, o milho para a elaboração de *tortillas*, e em alguns casos o leite para a fabricação dos queijos, como se coloca no Quadro 2. As tarefas agrícolas que as mulheres desenvolvem se relacionam apenas na produção da horta destinada ao consumo da família.

Algumas atividades, como afirmaram as mulheres, foram melhoradas e passou a ser realizadas de maneira mais especializada, a partir da aquisição de crédito fornecido pelas caixas de poupança para a compra de insumos e meios de produção, principalmente a aquisição de ordenhadoras, máquinas de costura, *tortilladoras*, e moinhos para milho, o que tem permitido a redução dos custos de produção, a carga de trabalho e um aumento na produção.

Por sua vez, as mulheres que participam nas duas cooperativas do CRESOL, compartilham o trabalho com o cônjuge ou o filho na produção de leite, suíno, fumo e algumas hortaliças. As mulheres se dedicam a tirar o leite e, às vezes fazem a manutenção do galpão enquanto os homens levam a produção para a Cooperativa de Produção que faz parceria com as duas cooperativas para estes fins. O mesmo acontece com a produção de fumo, no sentido de que as mulheres ajudam na colheita, mas são os homens que negociam a comercialização. As hortaliças, principalmente alface, cenoura, tomate, pepino, pimenta, chuchu são produzidas junto com os filhos e são destinadas ao consumo familiar. Já outras hortaliças como batata doce, couve-flor, mandioca e cebola também são produzidas junto com o cônjuge e filhos, e estas são destinadas ao mercado local, junto com a produção de fumo, cereais,

suínos e frangos. Com relação à produção de ervas medicinais, esta atividade é desenvolvida só pelas mulheres.

Quadro 2 – Principais atividades produtivas que desenvolvem as mulheres que participam no PDRIA e a CRESOL em ordem de importância

PDRIA	CRESOL
Atividades agropecuárias Produção de suínos Produção de leite Produção de frango Produção de milho Produção de hortaliças	Atividades agropecuárias Produção de leite Produção de hortaliças Produção de ervas medicinais Produção de frangos Produção de frutas Produção de fumo Produção de cereais (molho, feijão, arroz)
Atividades não-agrícolas Elaboração e comercialização de <i>tortillas</i> Elaboração e comercialização de queijo Industrialização da carne de porco Fabricação e comercialização de artesanato Cabeleireiro e enfermagem Oficina de costura Padaria	Atividades não-agrícolas Elaboração de queijos Oficina de massas e biscoitos Industrialização de ervas medicinais Fabricação de farinha de milho

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Encontraram-se, principalmente no município de Aratiba, mulheres envolvidas em atividades não-agropecuárias (oficina de massas e biscoitos, industrialização de ervas medicinais e elaboração de queijos). Essas atividades foram iniciadas em 2002, com o financiamento da Cooperativa de crédito do CRESOL, conforme afirma o representante da Cooperativa no município de Aratiba.

“A Cooperativa está financiando novas atividades para as mulheres, relacionadas à elaboração de massas e biscoitos e instalação de uma secadora de chás. Na atualidade, a cooperativa está apoiando também a colocação destes produtos em parceria com a cooperativa de produção COPAAL; eles têm uma loja de produtos da agricultura familiar estabelecida no município de Aratiba. Então, as mulheres estão colocando seus produtos nessa loja”

Diferentemente do que disse o representante da cooperativa, essas atividades não representam novidade para as mulheres, visto que elas já as realizavam de maneira artesanal e, esporadicamente, obtinham uma renda por elas. A partir da aquisição de crédito na Cooperativa do CRESOL para financiar meios de produção, essas atividades se tornaram as

principais atividades. Atualmente elas estão conseguindo consolidar uma renda permanente por essas atividades produtivas.

As atividades agrícolas e não agrícolas que as mulheres desenvolvem nos dois programas analisados, são influenciadas pelo tamanho da propriedade, conforme apresentado no segundo capítulo. No caso das mulheres que participam nas sete caixas de poupança do PDRIA, elas possuem pouca superfície de terra dedicada à agricultura (na média, 1 hectare), e esta usada de maneira intensiva para produzir principalmente milho, feijão, para o consumo da família e trigo e sorgo para o consumo dos animais mantidos na unidade de produção. Portanto, elas se dedicam mais em atividades de industrialização e comercialização de alguns produtos derivados de agricultura e outras atividades fora do espaço da unidade de produção familiar, como é o caso da fabricação e comercialização de *tortillas*, industrialização da carne de porco e elaboração de roupa típicas da região na oficina de costura. Com relação às mulheres que participam nas duas cooperativas do CRESOL, a situação é diferente, já que as unidades de produção familiar possuem maior extensão de terra de uso agrícola, o que lhes permite melhores condições de desenvolver atividades agropecuárias.

Quanto à trajetória da ocupação das atividades produtivas, como mostra a Tabela 26, no caso das mulheres que participam nas sete caixas de poupança do PDRIA, 68,2% delas, tem realizado essas atividades produtivas durante toda a sua vida, principalmente a produção de hortaliças, leite queijo, suínos, frango, *tortillas* e a industrialização da carne de porco.

Tabela 26 – Anos em que se dedica profissionalmente às atividades produtivas

<i>Tempo na atividade</i>	<i>PDRIA</i>		<i>CRESOL</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Há cinco anos	9	23,0
Há 10 anos	4	9,1	1	2,6
Mais de 10 anos	9	20,5	7	17,9
Toda a sua vida	30	68,2	22	56,4
NR	1	2,3
Total	44	100	39	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

À sua vez, as mulheres que participam nas duas cooperativas do CRESOL, da mesma forma, mais da metade representadas por 56,4%, têm realizado atividades produtivas durante toda a sua vida principalmente produção de leite, hortaliças, frutas suínos e frango. Isto significa que a grande maioria das mulheres que participam nos dois programas de

microfinanciamento sempre estiveram envolvidas nas atividades de produção pelas quais foram identificadas.

Em relação às pessoas que influenciaram no início da atividade das mulheres que participam nas sete caixas de poupança do PDRIA, a família (principalmente pais e cônjuge) aparece como principal motivadora para que elas iniciassem suas atividades, representando 92,2%. Para o caso das que participam nas duas cooperativas do CRESOL, a família aparece como principal motivadora para o início das atividades das mulheres, representando 48,6% dos casos. No entanto, também o técnico tem influenciado para o início de uma atividade (24,3%), como se mostra na Tabela 27.

Tabela 27 – Pessoas que influenciam para iniciar essa atividade

<i>Pessoas</i>	<i>PDRIA</i>		<i>CRESOL</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Família	35	92,2	18	48,6
Técnico	1	2,6	9	24,3
Amigos	1	2,6	5	13,5
Outras	1	2,6	2	5,4
Iniciativa própria	3	8,1
Total	38	100	37	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Como se constata nos dados da tabela, a grande maioria que participam nas sete caixas de poupança do PDRIA, esta influenciada pelos membros da família para a realização das atividades produtivas. Isto evidencia o tipo de atividade que elas desenvolvem na unidade de produção familiar o que estão mais relacionadas com a continuidade das atividades que historicamente vêm desenvolvendo, por exemplo, fabricação de *tortillas*, oficinas de costura e elaboração de queijos. No entanto, as mulheres que participam nas duas cooperativas do CRESOL, além da família, os técnicos e amigos influenciam para o início de uma atividade, o que mostra que elas estão rompendo com o trabalho tradicional que historicamente vêm realizando, e passando a aceitar novas idéias no âmbito da produção agropecuária. Conforme a análise de Bonelli e Donatoni (1996), quando uma sujeito passa a ter idéias novas, diferentes dos saberes tradicionais começa a entrar numa atividade do universo profissional. A influência do técnico orienta as novas atividades produtivas, o que aumenta as chances de obtenção de êxito e de um processo de construção de identidade profissional.

No desenvolvimento de suas atividades produtivas, para as que participam nas sete caixas de poupança do PDRIA, segundo a percepção das mulheres, 45,5%, o crédito aparece como o primeiro elemento mais importante para poderem desenvolver suas atividades produtivas, enquanto a capacitação aparece em segundo lugar com 25% dos casos, conforme indicado na Tabela 28. Já para as que participam nas duas cooperativas do CRESOL, 33,3%, percebem a capacitação como o elemento mais importante para suas atividades produtivas, enquanto 25,6% indicaram a assistência técnica e 25,6% o crédito como elementos necessários para desenvolver atividades produtivas.

Tabela 28 – Elementos importantes para o desenvolvimento de suas atividades produtivas

<i>Elemento</i>	<i>PDRIA</i>		<i>CRESOL</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Capacitação	11	25,0	13	33,3
Assistência Técnica	3	6,8	10	25,6
Crédito	20	45,5	10	25,6
Gerenciamento	4	9,1	6	15,4
NR	6	13,6
Total	44	100	39	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Segundo os dados da tabela acima, há uma maior percepção por parte das mulheres que participam nas duas cooperativas do CRESOL quanto aos elementos importantes para desenvolver uma atividade produtiva de maneira mais planejada. Isso evidencia que elas possuem uma percepção mais ampla, no sentido de ir construindo uma identidade profissional, já que, além dos conhecimentos adquiridos na família, estão dispostas a envolver-se em conhecimentos diferentes dos normalmente aprendidos no âmbito familiar.

Em relação às perspectivas de produção para os próximos cinco anos, das mulheres que participam nas sete caixas de poupança do PDRIA, mais da metade (54,5%), manifestaram que têm como perspectiva o aumento da produção agropecuária e, em uma proporção menor, 15,9%, pretendem realizar novos investimentos. Das participantes nas duas cooperativas do CRESOL, da mesma maneira, mais da metade (51,3%) tem como perspectiva aumentar a produção agrícola também nos próximos cinco anos, mas também foram encontradas mulheres que desejam realizar novos investimentos na propriedade (28,2%);

assim mesmo, foram 12,8% que desejam mudar de produto na sua unidade de produção, como se observa na Tabela 29.

Tabela 29 – Perspectivas na sua unidade de produção

<i>Perspectivas</i>	<i>PDRIA</i>		<i>CRESOL</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Aumentar a produção agropecuária	24	54,5	20	51,3
Mudar de produto	3	6,8	5	12,8
Realizar novos investimentos	7	15,9	11	28,2
NR	10	22,7	3	7,7
Total	44	100	39	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Constata-se que existe uma preocupação das mulheres que participam nas sete caixas de poupança do PDRIA em manter e incrementar o que vêm fazendo, diferentemente das que participam nas duas cooperativas do CRESOL, as quais têm outras perspectivas além do incremento da produção, o que indica que estas têm maiores possibilidades de ampliar suas fontes de renda, e, também, possibilidades de diversificar suas atividades fora das que tradicionalmente vêm desenvolvendo.

3.2.3 A renda familiar e a contribuição das mulheres

Nesta seção, analisam-se as principais fontes de renda nas famílias das mulheres entrevistadas nos dois programas de microfinanciamento. De acordo com os dados da Tabela 30, as famílias das mulheres que participam nas sete caixas de poupança do PDRIA 34,2% provêm das atividades relacionadas à agricultura e à transformação dos produtos agropecuários (queijo, industrialização do carne de porco principalmente), e apenas 13,6% provêm totalmente da atividade agrícola, (milho, feijão, hortaliças gado, leite e suínos). À sua vez, foram encontradas 34,2% das famílias que recebem de familiares (pai e filhos) que trabalham nos Estados Unidos; já os membros que ficam na unidade de produção contribuem com alguma renda de maneira esporádica, em atividades agrícolas. Em relação às que participam nas duas cooperativas do CRESOL, 46,2% recebem renda somente da agricultura (Milho, soja, feijão, arroz, fumo, hortaliças, gado, leite, suínos, e frango), 20,2% além das atividades agrícolas, também recebem renda da transformação de produtos agropecuários

(queijo, farinha, massas, biscoito) e 28,2%, além da agricultura, também recebem renda da aposentadoria de algum membro da família.

Constata-se que a renda familiar das mulheres que participam nas duas cooperativas do CRESOL em sua grande maioria, provém da agricultura e atividades ligadas a ela. Já as que participam nas sete Caixas de Poupança do PDRIA, a renda provém de diferentes fontes. Isto se justifica pela pouca disponibilidade de meios de produção principalmente de terra agrícola não garante uma renda suficiente para manter a unidade de produção familiar. Esta situação leva os chefes de família e filhos a desenvolverem outras atividades ou a emigrarem, principalmente para Estados Unidos.

Tabela 30 – Fontes de renda familiar das mulheres

<i>Fontes</i>	<i>PDRIA</i>		<i>CRESOL</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Somente agropecuária	6	13,6	18	46,2
Agroindústria/Agropecuária	15	34,2	8	20,5
Somente agroindústria	3	6,8	--	--
Remessas/agropecuária	15	34,2	--	--
Agropecuária/Aposentadoria	1	2,2	11	28,2
Salários	4	9,0	2	5,1
Total	44	100	39	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Em relação á quantidade da renda mensal, de acordo com os dados da Tabela 31, as mulheres que participam nas sete caixas de poupança do PDRIA, 45,5% das famílias recebem uma renda na faixa entre U\$201 e U\$ 400 dólares mensais, enquanto que 34,15% recebem entre U\$401 a 600 dólares por mês. Já as famílias que participam nas duas cooperativas do CRESOL, 30,7% recebem uma renda na faixa de U\$ 400 a U\$600 dólares, e 25,6% recebem uma renda na faixa de U\$ 201 a U\$ 400 dólares.

A proporção da renda familiar nos dois casos estudados, apresenta diferença com relação à quantidade de dinheiro obtido por mês, a partir das atividades produtivas que os membros da família desenvolvem e outras fontes de renda, evidenciando-se que as famílias das mulheres que participam nas caixas de poupança do PDRIA concentram-se nas faixas de renda superiores às que participam nas duas cooperativas do CRESOL. Isto está relacionado com aquelas famílias que recebem renda através de remessas que enviam seus familiares (pai e filhos), que trabalham nos Estados Unidos. No entanto, nem todas as famílias investem tais

recursos em atividades produtivas, pois a maioria desses recursos é usada para o consumo da família.

Tabela 31 – Renda familiar mensal em dólares*

<i>Faixa de valor Dólar Americano</i>	<i>PDRIA</i>		<i>CRESOL</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
U\$ 100 - 200	4	9,0	9	23
U\$ 201 - 400	20	45,5	10	25,6
U\$ 401 - 600	15	34,1	12	30,7
U\$ 601 - 800	2	4,6	3	7,7
U\$ 801 - 1000	1	2,2	3	7,7
Mais de U\$ 1000	2	4,6	2	5,3
Total	44	100	39	100

* Valor do dólar na época da pesquisa \$ 10,50 (PDRIA) e R\$ 3,00 (CRESOL)

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Em relação à participação das mulheres na renda familiar, no caso das que participam nos sete grupos de caixas de poupança do PDRIA, pouco mais de um terço (36,4%) afirmaram que contribuem entre U\$30 a 100 por mês e 31,9% contribuem com uma renda que vai de U\$100 a 200 por mês. Assim mesmo, encontraram 18,1% que não recebem rendimentos derivados da alguma atividade produtiva o que pode ser conferido na Tabela 32.

Esta situação está relacionada ao fato de que elas somente realizam trabalho doméstico e de manutenção da horta; para o consumo familiar, regularmente são as mulheres que recebem renda dos cônjuges e filhos que trabalham fora da unidade de produção.

Para o caso das mulheres que participam nas duas cooperativas do CRESOL, 48,8 % contribuem como uma renda que vai de U\$30 a 100 por mês e 33,3%, numa faixa que vai de U\$101 a 200% por mês. Nota-se que somente duas mulheres manifestaram que não contribuem com renda na família. No entanto, essas mulheres também trabalham em atividades relacionadas à unidade de produção familiar (na horta e no cuidado com os animais da propriedade, principalmente na criação de suínos e galinhas em pequena quantidade). Entretanto, estes produtos regularmente são destinados ao consumo da família. As mulheres que contribuem com a renda familiar o fazem principalmente através da agricultura (produção de leite, hortaliças e frutas) e das atividades não-agrícolas, anteriormente descritas.

Constata-se, portanto, que, para o caso das mulheres que participam nas caixas de poupança do PDRIA, mais de 80% contribuem com renda na família e mais de 94% das que participam nas duas Cooperativas do CRESOL contribuem com renda. Esta situação

evidencia que as mulheres participam em quase todas as atividades produtivas. Elas constituem, assim, parte fundamental da força de trabalho das unidades de produção, desempenhando um papel central no processo produtivo dos alimentos.

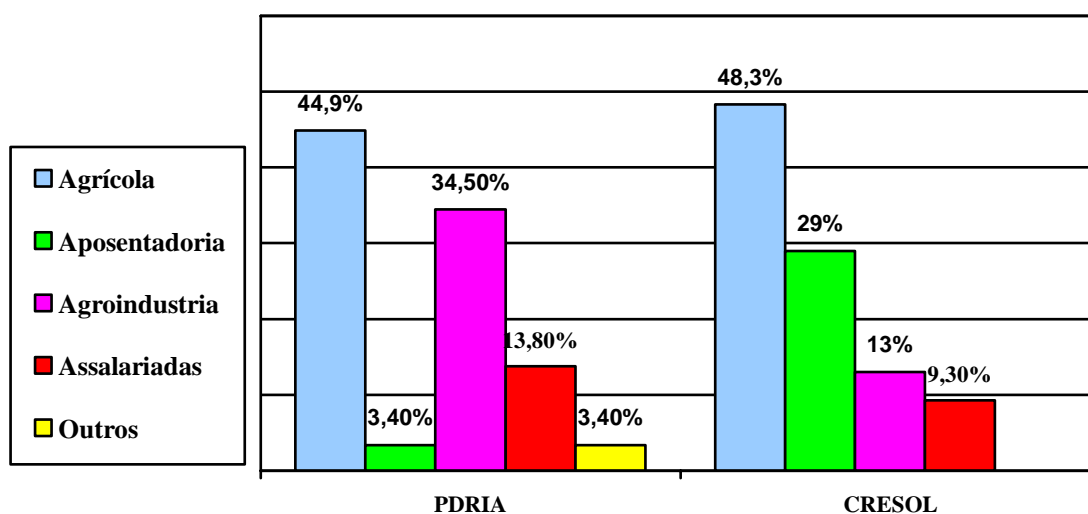
Tabela 32 – Participação da mulher na renda familiar (em dólares*)

<i>Faixa de valor Dólar Americano</i>	<i>PDRIA</i>		<i>CRESOL</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
U\$ 30 - 100	16	36,4	19	48,8
U\$ 101 - 200	14	31,9	13	33,3
U\$ 201 - 300	2	4,5	3	7,7
U\$ 301 - 400	3	6,8	--	--
Mais de U\$ 401	1	2,3	2	5,1
Não contribuem	8	18,1	2	5,1
Total	44	100	39	100

* Valor do dólar na época da pesquisa \$ 10,50 (PDRIA) e R\$ 3,00 (CRESOL)
Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Das mulheres que contribuem para a renda familiar e participam nas caixas de poupança do PDRIA, 44,9% de elas contribuem através de atividades agropecuárias principalmente a criação de suínos, frango e leite, e 34,5% através da agroindústria relacionada principalmente com a elaboração de queijo, industrialização da carne de porcos, *tortillas* e a fabricação de artesanatos (roupas); assim mesmo, encontraram-se 13,8% das mulheres que aportam renda através do salário como professora e operária, e 3,4% que aportam renda através de outras atividades (enfermeira). Para o caso das que participam nas duas cooperativas do CRESOL, 48,3% delas contribuem com a renda, através de atividades agropecuárias, principalmente a produção de hortaliças, feijão, leite, suínos e frango e só 13% contribuem a partir de atividades agroindústrias (massas e erva medicinais). No entanto se encontrou uma porcentagem importante de mulheres das duas cooperativas do CRESOL que aportam renda através da aposentadoria (29%), o que não acontece com as mulheres que participam nas caixas de poupança, já que somente se encontrou um caso de alguém que recebe renda a partir da aposentadoria como professora e não como agricultora, como se ilustra na Figura 5.

Figura 5
Fontes de renda das mulheres



Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Segundo a informação da fonte de renda das mulheres que participam nas sete caixas de poupança do PDRIA, elas dependem mais das atividades de transformação dos produtos agropecuários e não diretamente da atividade agrícola como acontece com as mulheres que participam nas duas cooperativas do CRESOL.

Quanto ao destino e distribuição da renda familiar, de acordo com os dados da Tabela 33, as mulheres que participam nas sete caixas de poupança do PDRIA, afirmaram que a maior parte dos recursos elas os destina à subsistência da família (88,6%), sendo que os investimentos na propriedade representam apenas 11,4% principalmente na compra de insumos e meios de produção.

Tabela 33 – O destino e distribuição da renda familiar

Distribuição da renda	PDRIA		CRESOL	
	Freq	%	Freq	%
Investimentos na propriedade	5	11,4	15	38,5
Subsistência da família	39	88,6	24	61,5
Total	44	100	39	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Para o caso das que participam nas duas cooperativas do CRESOL, 61,5% delas destinam os recursos econômicos para a subsistência da família, enquanto os investimentos na propriedade representam 38,5% dos casos, principalmente na compra de insumos agrícolas e ferramentas. Não se encontrou alguma família que estivera contratando mão-de-obra para

estas atividades. Como se pode constatar, as mulheres que participam no CRESOL, além de afirmarem que a subsistência da família é importante, também destinam recursos para investimentos na propriedade, o que indica que elas visualizam aspectos produtivos e não apenas os problemas domésticos como acontece com as participantes no PDRIA.

3.2.4 O crédito para as atividades produtivas

O crédito representa um dos elementos principais de apoio para o início de uma atividade produtiva, além de ser também um elemento relevante para qualquer processo produtivo, bem como para a ampliação de uma atividade já existente. Diferentes manifestações, nos setores da economia, têm focado seus objetivos na busca do acesso a este instrumento mais favorável às suas necessidades e condições de produção, procurando, assim, que o crédito seja um elemento de desenvolvimento. Como explica Johnson e Kidder, (1999), uma das questões que levou as mulheres a se organizarem, no início dos anos 80 na Índia, e posteriormente, nos anos 90, com maior intensidade na América Latina, foi precisamente a busca por este elemento produtivo.

Neste aspecto, apresentam-se as referências encontradas sobre o acesso ao crédito nas diferentes atividades produtivas das mulheres que participam nos dois programas de microfinanciamento. Em relação ao uso do crédito para a produção, das mulheres que participam nas sete caixas de poupança do PDRIA, 56,8% afirmaram que o utilizam sempre e 34,1% utilizam somente quando precisam. Das participantes das duas cooperativas do CRESOL, 46,1% afirmaram que utilizam sempre o crédito e 51,3% o utilizam às vezes, conforme pode ser observado na Tabela 34.

Tabela 34 – Uso do crédito

<i>Freqüência no uso do crédito</i>	<i>PDRIA</i>		<i>CRESOL</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Utiliza sempre	25	56,8	18	46,1
De vez em quando	15	34,1	20	51,3
Nunca	4	9,1
NR	1	2,6
Total	44	100	39	100,0

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Cabe assinalar que a maioria das mulheres envolvidas nestes programas de microfinanciamento está tendo acesso a este elemento, o que significa que realmente esses programas estão construindo oportunidades apropriados para acessar ao crédito, segundo as situações sociais das mulheres para desenvolver suas atividades produtivas e necessidades delas e da unidade de produção.

Quanto ao destino do crédito, das que participam no PDRIA, entre as 40 mulheres que manifestaram receber crédito, 47,5% o utilizam para atividades produtivas, principalmente na aquisição de ordenhadoras, *tortilladoras*, de moinhos de milho, de milho para a elaboração das tortillas, compra de suínos e medicamentos veterinários e 30%, em necessidades da família, principalmente para emergências de saúde, pagamentos de dívidas, melhoramentos da moradia, instrumentos domésticos e material escolar. Já entre as participantes nas duas cooperativas do CRESOL, entre as 38 mulheres que afirmaram ter usado o crédito, 57,9% têm utilizado para fins produtivos, principalmente na agricultura (compra de adubos, sementes, secadora de ervas medicinais, e maquinaria para oficina de massas e biscoitos) e 36,8% em outras necessidades da família, principalmente para questões de saúde, melhoramento na moradia e instrumentos domésticos (máquina de lavar roupa e fogão de gás) como pode ser observado na Tabela 35.

Tabela 35 – Destino do crédito

<i>Destino</i>	<i>PDRIA</i>		<i>CRESOL</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Atividades produtivas	19	47,5	22	57,9
Necessidades básicas	12	30,0	14	36,8
NR	9	22,5	2	5,03
Total	40	100	38	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Segundo a informação analisada, evidencia-se que as mulheres que participam nas sete caixas de poupança do PDRIA e que afirmaram usar o crédito para fins produtivos, o fizeram para questões de agroindústria, o que evidencia que elas estão pouco na atividade agrícola pelas questões anteriormente colocadas. É o caso contrario, das mulheres que participam nas duas cooperativas do CRESOL, no qual a maioria tem contratado o crédito para fins agrícolas.

Em relação a quem solicitou o crédito, de acordo com os dados da Tabela 36, das mulheres que participam nas sete caixas de poupança do PDRIA e que afirmaram que tiveram acesso ao crédito, 62,5% solicitaram individualmente, ao passo que, para 35%, o crédito foi solicitado por ambos (mulher/cônjuge). Das participantes das duas cooperativas do CRESOL,

mais da metade das 38 mulheres, representando 57,9%, afirmaram que ambos (mulher/cônjuge) solicitaram o crédito e apenas 28,9%, foi solicitado individualmente.

Tabela 36 – Solicitação do crédito

<i>Pessoa que solicita o crédito</i>	<i>PDRIA</i>		<i>CRESOL</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Mulher	25	62,5	11	28,9
Mulher/Cônjuge	14	35,0	22	57,9
Cônjuge/Pais/Outros	1	2,5	5	13,2
Total	40	100	38	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Como é possível perceber, há uma pequena diferença com relação a quem solicita o crédito. No caso das que participam nas sete caixas de poupança do PDRIA, há uma maior proporção de mulheres que solicitam individualmente o crédito. Uma das razões que explicam esta situação, como afirmaram as sete presidentas dos grupos comunitário da caixa de poupança, é a ausência em muitos casos do cônjuge na unidade de produção familiar. Esta situação é similar em todos os sete grupos de caixa de poupança que participam no PDRIA, o que obriga a realizar as gestões de maneira individual.

De acordo com os dados da Tabela 37, a maioria das mulheres, teve acesso ao crédito através dos programas de microfinanciamento.

Tabela 37 – Instituições onde foram solicitados os créditos

<i>Instituição</i>	<i>PDRIA</i>		<i>CRESOL</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Banco comercial	2	5,0	3	7,9
Programa de microfinanciamento	36	90,0	35	92,1
Agiotas	2	5,0
Total	40	100	38	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

No entanto, para o caso das participantes das duas cooperativas do CRESOL, elas sabem que os recursos financeiros que a cooperativa possui são provenientes de diversas fontes, principalmente dos Bancos e do PRONAF. A Cooperativa repassa os recursos do PRONAF em parceria com o Banco do Brasil e este, por sua vez, fornece os recursos para o CRESOL. A cooperativa, então, faz a intermediação com os sócios, segundo o depoimento dos dois representantes da cooperativa do município de Aratiba e São Lourenço do Sul.

O Banco do Brasil acessa o dinheiro do governo federal e, assim como ele repassa, nós também repassamos. Só que a gente procura repassar de uma forma. No fundo, tanto o Banco do Brasil quanto nós temos o crédito do PRONAF, que é o programa do governo federal e que não tem muita diferença. Mas tem como a gente sentar com o conselho e decidir se fulano de tal pode pegar esse investimento e se esse investimento vai melhorar a vida dele. E isso o Banco do Brasil não consegue fazer porque são muitas propostas. É muito dinheiro e eles não conhecem os agricultores, diferente do CRESOL, que conhece todo mundo, que tem um conselheiro em cada região, que vai lá à sua região e conhece todos os agricultores. Então o dinheiro é bem administrado, não é só repassado. E nós temos, também, acho que não coloquei um recurso do BNDES, que vem direto para o CRESOL. O CRESOL recebe e repassa para as comunidades. Não passa pelo banco do Brasil porque, no fundo, também é PRONAF investimentos. Assim, o CRESOL não é apenas um repassador de dinheiro do Banco do Brasil, mas também acessa lá no BNDES.” (entrevista com os representantes da cooperativa do município de São Lourenço, 2004)

Conforme podemos perceber, nos dois programas, as mulheres tiveram acesso ao crédito, principalmente através das caixas de poupança e das cooperativas, havendo pouca incidência quanto ao acesso a um banco comercial. O que afirma a importância destes esquemas de financiamento para as atividades das mulheres. Conforme se discute no capítulo 2, os bancos convencionais costumam ser burocráticos. Uma das questões que determinam o acesso ao crédito, nessas instituições, é a garantia material para acessar o crédito como, por exemplo, um documento sobre a posse da terra ou da casa, sendo que as mulheres, na maioria das vezes, não possuem essas garantias. Sendo assim, com tais obstáculos, elas ficam excluídas do serviço.

Quanto às perspectivas das participantes sobre uso futuro do crédito. Das mulheres que participam nas sete caixas de poupança do PDRIA, 54,5% manifestaram que pretendem usar sempre o crédito, e 27,3% quando for necessário conforme indica a Tabela 38.

Tabela 38 – As perspectivas de usar crédito no futuro

<i>Perspectivas</i>	<i>PDRIA</i>		<i>CRESOL</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sempre	24	54,5	16	41,0
De vez em quando	16	36,4	15	38,5
Não usará	7	17,9
NR	4	9,1	1	2,6
Total	44	100	39	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Das que participam nas duas cooperativas do CRESOL, 41% delas pretendem da mesma forma, usá-lo sempre e 23,1% quando for necessário.

Quanto ao destino do crédito, das que participam nas sete caixas de poupança do PDRIA, 47,5% pretendem usá-lo nas atividades relacionadas principalmente com a produção de suínos, *tortillas* e leite; ao passo que 50% preferem usá-los para necessidades básicas da família (alimentos, educação, doenças, melhoria da casa). Já das que participam nas duas cooperativas do CRESOL, existe maior interesse em dirigir o uso do crédito para atividades agropecuárias (48,4%), e uma menor proporção relacionada às necessidades básicas da família (38,7%), como se mostra na Tabela 39.

Tabela 39 – Destino dos investimentos no futuro

<i>Destino</i>	<i>PDRIA</i>		<i>CRESOL</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Atividades produtivas	19	47,5	15	48,4
Necessidades básicas	20	50,0	12	38,7
NR	1	2,5	4	12,9
Total	40	100	31	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Segundo os dados encontrados, a perspectiva de uso do crédito mostra que existe uma maior preocupação por parte das mulheres no sentido de que o crédito é um elemento importante nas atividades produtivas. No entanto, evidencia-se também que, no caso das mulheres que participam nas sete caixas de poupança do PDRIA, sua preocupação se dirige em usar os recursos relacionados aos problemas do lar, o que significa que elas estão mais comprometidas com problemas de consumo e de reprodução. As que participam nas duas cooperativas do CRESOL, ao contrário, mostram perspectivas de uso relacionadas a atividades produtivas, como agricultura ou investimentos que gerem mais renda para a família.

Grande parte das mulheres que acessam o crédito o conseguem em parceria com seus maridos por não possuírem bens em seu nome para fornecer como garantia. Muitas vezes, o dinheiro liberado pelo crédito não é usado especificamente para a mulher, sendo direcionado para as atividades da unidade de produção familiar. Através da pesquisa, notou-se também que uma crescente demanda de crédito está sendo solicitada para questões não-agrícolas, o que foi identificado como “necessidades básicas” (educação, saúde, pagamento de dívidas, instrumentos domésticos entre outros). Este dinheiro provém, principalmente, dos programas de microfinanciamento através das poupanças que as mulheres realizam nestes espaços.

Conforme se observou nos dados abalizados, as mulheres identificam uma diversidade de necessidades de recursos econômicos que são insatisfatórios por carecerem de condições

para terem acesso a recursos provenientes de outras fontes principalmente dos Bancos tanto estatais quanto privados. Tal fato reafirma a importância dos programas de microfinanciamento como alternativa para o serviço e o desenvolvimento de suas atividades produtivas.

3.2.5 A capacitação técnica e social

Toda atividade produtiva necessita de um conhecimento técnico fundamental para ser desenvolvida com êxito. Esse conhecimento é adquirido através de vivências e experiências, bem como de outras formas, tais como a capacitação formal apoiada em materiais de caráter mais sistemático através de livros, revistas, orientação, etc. Neste sentido, analisam-se os diferentes níveis de participação em cursos de capacitação de maneira formal a que as mulheres têm assistido durante o tempo em que vêm desenvolvendo uma atividade produtiva.

Com relação à capacitação, para as mulheres que participam nas sete caixas de poupança do PDRIA, 56,8% das mulheres mencionaram que fizeram algum curso de capacitação para atividades produtivas e de desenvolvimento. Das que participam nas duas cooperativas do CRESOL, a porcentagem de mulheres que fizeram algum curso é menor, 38,5% dos casos, como se observa na Tabela 40.

Tabela 40 – Mulheres que realizaram algum curso de capacitação das suas atividades produtivas

<i>Realização de curso</i>	<i>PDRIA</i>		<i>CRESOL</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	25	56,8	15	38,5
Não	19	43,2	23	59,0
NR	1	2,6
Total	44	100	39	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Conforme depoimento das sete representantes de grupos de Caixas de Poupança, no PDRIA, “as mulheres que têm assistido a cursos de capacitação são as que mais participam nas reuniões dos grupos assim como as que têm algum cargo de representação, principalmente a presidente e tesoureira”.

Constata-se que as mulheres que participam nas sete caixas de poupança do PDRIA têm assistido a um maior número de mulheres em atividades de capacitação. Esta situação

indica que todas as mulheres que assumem uma representação dentro do grupo, têm que capacitar-se em aspectos básicos sobre administração de recursos para representar a caixa de poupança. Das 25 mulheres que afirmaram ter recebido capacitação, 60% delas foram capacitadas para funções de representação e administração. No entanto, também 96% foram capacitadas para produção de suínos, 80% para produção de leite e cuidado das vacas, 80% para elaboração de queijo e 28% para oficinas de costura.

Entre as que participam nas duas cooperativas do CRESOL, as 15 que receberam capacitação, todas elas manifestaram que foram capacitadas para produção de leite e para produção de hortaliças; 96% para produção de massas. Além disso, todas manifestaram que foram capacitadas para outros temas, como as relações de gênero e cidadania, conforme mostra a Tabela 41.

Tabela 41 – Temas de capacitação recebida pelas mulheres

<i>Tema</i>	<i>PDRIA (%*)</i>	<i>CRESOL(%*)</i>
Oficinas de costura	28,0	-
Produção de suínos	96,0	-
Produção de leite e cuidado de vacas	80,0	100,0
Elaboração de queijo	80,0	-
Produção de hortaliças	-	100,0
Elaboração de massas	-	96,0
Outros temas (administrativos, sociais e políticos)	60,0	100,0

* O número de casos supera o total das mostras e as porcentagens superam 100%, por tratar-se de uma pergunta de múltipla opção.

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Conforme é possível observar, as mulheres que participam nas sete caixas de poupança do PDRIA estiveram participando em capacitação relacionada às atividades que elas desenvolvem na sua unidade de produção familiar (produção de suínos, leite e queijo) e temas relacionados às questões administrativas. Entretanto, a respeito das mulheres que participam nas duas cooperativas do CRESOL, os dados mostram que todas as que manifestaram haver recebido algum curso de capacitação estavam envolvidas com temas relacionados à produção de leite, cuidado das vacas, assim como com a produção de hortaliças. Assim mesmo, todas elas manifestaram haver recebido um curso de capacitação relacionado a temas de caráter político e social como, por exemplo, direitos dos cidadãos e de gênero. Isso evidencia que as mulheres brasileiras podem desenvolver outros interesses além das atividades produtivas e reprodutivas.

Os cursos de capacitação foram fornecidos por diferentes instituições tanto públicas como privadas. Das que participam nas sete caixas de poupança PDRIA, das 25 mulheres que manifestaram ter recebido capacitação, 36% foram capacitadas através de ONGs, 36% através do programa de microfinanciamento e 28% foram capacitadas através de outros organismos (universidades). Das que participam nas duas cooperativas do CRESOL, a maioria das mulheres, 60%, foi capacitada através da Emater (organismo governamental), e 26% através de outros organismos, principalmente da Igreja Católica, conforme apresentado na Tabela 42.

TABELA 42 – Instituição que forneceu a capacitação

<i>Instituições</i>	<i>PDRIA</i>		<i>CRESOL</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Instituição do Governo	9	60,0
Programa de Financiamento	9	36,0	1	6,7
ONGs	9	36,0	1	6,7
Outros	7	28,0	4	26,6
Total	25	100	15	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Cabe ressaltar que, em relação às atividades de capacitação, mesmo que o programa de microfinanciamento não tenha fornecido diretamente a capacitação, as mulheres mencionaram que o programa ajudou a viabilizar que elas recebessem capacitação de outras instituições.

Assim mesmo, também se observa que, na região onde se localiza as caixas de poupança do PDRIA, há uma ausência de instituições governamentais para atender aspectos de capacitação, o que faz supor que não existe nenhuma política pública para atender a demanda de capacitação por parte das mulheres rurais, já que, como se observou durante a pesquisa, os programas de desenvolvimento rural que existem estão projetados para os homens.

No que se refere à aplicação dos conhecimentos adquiridos na capacitação, das mulheres que mencionaram ter recebido algum curso de capacitação, entre as participantes das sete caixas de poupança do PDRIA, 52% afirmaram que sempre aplicam os conhecimentos adquiridos, enquanto apenas 36% afirmaram que os aplicam eventualmente. Já as que participam nas duas cooperativas do CRESOL, 53,4% afirmaram que sempre aplicam seus conhecimentos, e 40% os aplicam eventualmente, conforme a Tabela 43.

Tabela 43 – Aplicação dos conhecimentos adquiridos na capacitação

<i>Frequência da aplicação</i>	<i>PDRIA</i>		<i>CRESOL</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sempre	13	52,0	8	53,4
Eventualmente	9	36,0	6	40,0
Nunca	3	12,0
NR	1	6,6
Total	25	100	15	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Conforme pôde ser observado, entre as mulheres que manifestaram ter recebido capacitação, a grande maioria usa sempre, ou eventualmente, seus conhecimentos adquiridos na capacitação em suas diversas atividades, o que evidencia que a capacitação é um instrumento que contribui para a afirmação de suas atividades produtivas. Esta situação pode desenvolver e orientar com maior racionalidade seus recursos econômicos, materiais e cognitivos, nas suas atividades produtivas e reprodutivas.

3.2.6 A assistência técnica nas atividades produtivas

A assistência técnica constitui um instrumento fundamental para o desenvolvimento e processo das atividades produtivas; neste sentido, analisou-se a presença deste serviço e sua influência nas questões produtivas que as mulheres que participam nos dois programas de microfinanciamento desenvolvem. Com relação às mulheres que participam nas sete caixas de poupança do PDRIA, de acordo com a Tabela 44, apenas 38,6% afirmaram que receberam este serviço, enquanto as que participam nas duas cooperativas do CRESOL 74,4% afirmaram que receberam assistência técnica.

Tabela 44 – Mulheres que recebem assistência técnica na suas atividades produtivas

<i>Receberam assistência</i>	<i>PDRIA</i>		<i>CRESOL</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	17	38,6	29	74,4
Não	27	61,4	10	25,6
Total	44	100	39	100,0

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Os dados mostram que há uma grande diferença com relação ao acesso a esse serviço, nos dois programas analisados. As mulheres das duas cooperativas do CRESOL têm maior acesso a esse serviço. Isto se deve, em grande parte, à presença de organismos governamentais que proporcionam esse serviço (Emater). Assim mesmo, evidenciam que elas estão mais conscientes da necessidade deste serviço, como explica o representante da cooperativa de Aratiba,

“A cooperativa CRESOL possui convênios com a Emater e com técnicos da cooperativa de produção COOPAAL para fornecer assistência técnica a todos os sócios da cooperativa, inclusive temos um técnico que foi solicitado por um grupo de mulheres para trabalhar na produção de hortaliças e na produção de leite”. (Entrevista com o representante da Cooperativa de Aratiba)

O serviço de assistência técnica é um instrumento que proporciona conhecimentos técnicos especializados para um melhor desenvolvimento das atividades produtivas, como afirmam Bonelli e Donatoni (1996, p. 111), “a incidência do indivíduo em saberes diferentes dos tradicionais começa a construir uma identidade profissional”. Isso significa que as mulheres das duas cooperativas do CRESOL apresentam melhores condições para adquirir novos conhecimentos, diferentes dos seus saberes tradicionais, o que possibilita um maior processo de construção de identidade profissional enquanto agricultoras.

Em relação à orientação da assistência técnica, das mulheres nas sete caixas de poupança do PDRIA, todas as 17 mulheres que contam com este serviço manifestaram que o recebem em atividades relacionadas à elaboração de produtos derivados do leite e na elaboração de produtos derivados da carne do porco, a partir de terem iniciado sua atividade, como se resume no depoimento das sete representantes das caixas de poupança, entrevistadas: *“Nós, primeiramente, solicitamos nosso crédito para comprar suínos e, posteriormente, acudimos ao grupo para solicitar assistência técnica para o que já estamos realizando. Esta forma de pedir assistência técnica proporciona melhores resultados. Anteriormente, aqui nunca tínhamos assistência técnica para nós. Às vezes, vinha um técnico agrícola que proporcionava assistência técnica para milho e feijão, mas não para as atividades que estamos desenvolvendo”*. De acordo com o depoimento das representantes dos grupos de caixa de poupança, a assistência técnica vem sendo mais específica para suas atividades produtivas.

Das duas cooperativas do CRESOL, das 29 mulheres que recebem assistência técnica, 82,8% recebem esse serviço para atividades agrícolas, enquanto as outras 17,2% a recebem

para atividades relacionadas ao processamento de chás e ervas medicinais, conforme indicado na Tabela 45.

Os dados sobre a orientação das atividades de assistência técnica mostram que as mulheres que participam nas duas cooperativas do CRESOL, tem maior acesso a quase todas as atividades em que estão envolvidas já que, tanto nas atividades agrícolas como nas agroindustriais, contam com esse serviço. Enquanto as que participam nas sete caixas de poupança do PDRIA somente têm acesso no processo de produção de leite e na elaboração de produtos derivados da carne do porco. Esta situação é explicada por vários motivos (como vem sendo analisado neste capítulo), tais como o tipo de atividades em que elas estão envolvidas, o tamanho da propriedade e a ausência de instituições governamentais responsáveis por este serviço, fatores que, de alguma maneira, incidem o desenvolvimento dos processos produtivos das mulheres rurais desta região.

Tabela 45 – Atividades produtivas que receberam assistência técnica

<i>Atividade</i>	<i>PDRIA</i>		<i>CRESOL</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Agrícola	-	-	24	82,8
Agroindústria	17	100	5	17,2
Total	17	100	29	100,0

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

No que se referem às instituições que proporcionam este serviço, as mulheres que participam nas sete caixas de poupança do PDRIA, afirmaram que têm recebido a assistência técnica, através do técnico contratado pelas caixas de poupança em parceria com a Fundação Kellog e eventualmente com empresas privadas e ONGs, conforme indicado na Tabela 46. Cabe destacar que não se encontrou nenhuma instituição oficial que proporcionaram assistência técnica agropecuária para as atividades das mulheres.

No caso das mulheres que participam nas duas cooperativas do CRESOL, 48,3% afirmaram que recebem esse serviço através da Emater (organismo governamental), principalmente na produção de leite e, em alguns casos, na produção de hortaliças e fumo. Assim mesmo afirmaram que também têm recebido esse serviço por parte de técnicos agrícolas através da cooperativa, especificamente na produção de leite. Quanto às mulheres que recebem assistência técnica de empresas privadas, somente 27,6% a recebem por este meio nas atividades referentes à produção de fumo. Em relação à prefeitura e às ONGs,

20,7% informaram que recebem assistência através destas, principalmente nas atividades agroindustriais (fabricação massas e biscoitos).

Tabela 46 – Instituições que forneceram assistência técnica

<i>Instituições</i>		<i>PDRIA</i>				<i>CRESOL</i>			
		<i>Sempre</i>	<i>Só quando solicitada</i>	<i>Nunca</i>	<i>Total</i>	<i>Sempre</i>	<i>Só quando solicitada</i>	<i>Nunca</i>	<i>Total</i>
Governo federal	<i>Freq</i>	---	---	17	17	1	17	11	29
	<i>%</i>			100,0	100	3,4	58,7	37,9	100
Programa de Microfinanciamento	<i>Freq</i>	16	1	--	17	10	19	--	29
	<i>%</i>	94,1	5,9	--	100	34,4	65,6	--	100
Empresas privadas	<i>Freq</i>	1	11	5	17	7	1	21	29
	<i>%</i>	5,9	64,7	29,4	100	24,1	3,5	72,4	100
Prefeitura	<i>Freq</i>	---	---	17	17	---	6	23	29
	<i>%</i>	---	---	100,0	100	---	20,6	79,4	100
ONGs	<i>Freq</i>	2	2	13	17	---	2	27	29
	<i>%</i>	11,8	11,8	76,4	100	---	6,8	93,2	100
Outros	<i>Freq</i>	2	---	15	17	1	3	25	29
	<i>%</i>	11,8	---	88,2	100	3,4%	10,4	86,2	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Como se percebeu, a assistência técnica que se realiza dentro destes dois programas analisados é diferente da assistência técnica proporcionada pelas instituições do Estado. Ou seja, a assistência técnica surge a partir das atividades executadas, financiadas pelo crédito contratado na caixa de poupança ou na cooperativa, da qual surge um programa desse serviço por parte do técnico das caixas de poupança e das cooperativas ou do técnico de outra instituição que faz parceria com o programa de microfinanciamento. Portanto, a demanda da assistência técnica está em função de sua atividade e não dos interesses do técnico. Isto é um fator que vem determinando um crescente desenvolvimento de suas atividades sob este sistema de assessoramento.

Constata-se, assim, que os dois programas de microfinanciamento estão gerando oportunidades para que as mulheres demandem necessidades, as quais podem ir incorporando-se às políticas agrícolas e não vice-versa, já que, regularmente, as políticas agrícolas são elaboradas a partir dos técnicos ou dos representantes das instituições públicas. Muitas vezes, estes agentes desconhecem a problemática de produção agropecuária, o que se reflete, muitas vezes, em fracassos dessas políticas. Tanto as caixas de poupança como as cooperativas analisadas, propõe um espaço para que as mulheres decidam como a assistência

técnica devem ser instrumentalizados. Este fato permite afirmar que, no futuro, os programas de microfinanciamento possam contribuir com novas propostas para as políticas agrícolas.

3.2.7 Acesso ao mercado

A agricultura familiar tem estado estruturada em termos de diversificação de produção para assegurar a subsistência familiar e a venda dos excedentes para o mercado, ao mesmo tempo em que tem desenvolvido formas organizacionais, principalmente pelas condições impostas pela dinâmica do mercado. No entanto, atualmente, essas formas de organização para a produção ainda não conseguem produzir para mercados mais competitivos, pois a maioria da produção está orientada apenas para colocar seus excedentes em mercados locais como parte da reprodução social das famílias.

Neste processo, as mulheres têm ocupado um papel central na produção de produtos destinados ao mercado, ainda que a produção delas seja em pequena escala. Elas têm encontrado, também, diferentes estratégias para acessar diferentes mercados. De acordo com os dados da Tabela 47, as mulheres que participam nas sete caixas de poupança do PDRIA, em sua grande maioria, 70,4%, colocam seus produtos no mercado local, ou seja, nas feiras dos municípios expondo principalmente produtos agrícolas, tais como feijão e leite, e produtos não-agrícolas (queijo, *tortillas*, produtos derivados da carne de porco e artesanatos); também estão desenvolvendo outras estratégias de comercialização através da venda direta de porta em porta, locais públicos e festas patronais, o que representa uma forma alternativa de garantir a renda familiar. Somente 16% têm acesso ao mercado regional ou estadual, principalmente o queijo e o artesanato (roupa).

Tabela 47 – Destino de seus produtos

<i>Lugar</i>	<i>PDRIA</i>		<i>CRESOL</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Mercado local	31	70,4	28	71,7
Mercado regional	7	16,0	6	15,4
Mercado nacional	-	-	3	7,7
Não comercializa	6	13,6	2	5,6
Total	44	100	39	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

No caso das que participam nas duas cooperativas do CRESOL, 75,6% delas expõem seus produtos no mercado local, especialmente produtos agrícolas, com a mesma estratégia de comercialização que as mexicanas; 16,2% mencionaram que vendem seus produtos (fumo, arroz, queijo e leite) no mercado regional, através da cooperativa de produção da região (COOPAL), e apenas 8,2% afirmaram que esporadicamente vendem seus produtos nos mercados nacionais, principalmente a soja e o arroz, através de compradores que chegam à cooperativa regional para negociar estes produtos.

Uma das questões ressaltada, em ambos os casos estudados, é a comercialização local diretamente com o consumidor, o que representa uma forma alternativa de vender seus produtos. Das mulheres que participam nas sete caixas de poupança do PDRIA, os produtos que mais se destacam na geração de renda neste mercado são: queijo, *tortillas*, feijão crioulo, e produtos derivados da carne de porco (*chorizo*, presunto e *carne enchilada*); já as mulheres que participam nas duas cooperativas do CRESOL, os produtos que vendem neste mercado são: hortaliças, leite, queijo, feijão, farinha de milho e massas.

Esse mercado local representa para as famílias um espaço importante para vender seus produtos já que, regularmente, os consumidores conhecem a origem dos produtos e sabem que são de qualidade. Assim mesmo, no caso das que participam nas duas cooperativas do CRESOL, os representantes das duas cooperativas analisadas têm realizado parcerias com outras cooperativas de comercialização para vender seus produtos, como afirmaram os dois representantes das cooperativas de Aratiba e São Lourenço do Sul, do CRESOL: “a participação do CRESOL está sendo decisiva na colocação dos produtos no mercado em parceria com outras cooperativas de produção e comercialização, principalmente com a Cooperativa de Produção Agropecuária Aratiba (COPAAL) e a Cooperativa Mista dos pequenos Agricultores da Região Sul (COPAR) no município de São Lourenço do Sul, já que estas possibilitam certificar os produtos e colocá-los nas suas lojas, o que representa um importante avanço na comercialização não só dos produtos das mulheres, mas de grande parte da produção da agricultura familiar”. Esta realidade obriga as mulheres rurais a produzirem alimentos cada vez mais competitivos, configurando uma identidade profissional como agricultoras, produtoras de queijo, de massas de *tortillas*, de carnes frias, entre outros.

A análise feita nesta seção possibilitou mostrar que as mulheres estão inseridas em diversas atividades produtivas, com acesso os meios de produção e técnicas de produção, permitindo desenvolver um tipo de produção mais modernizada. O desenvolvimento das atividades, cada vez mais profissionalizado pelo acesso aos meios de produção principalmente

o crédito e a assistência técnica, tem permitido ir consolidando uma produção cada vez mais competitiva no mercado. No entanto, o processo de produção está longe de ser de tipo capitalista já que, pelas evidências empíricas analisadas, percebe-se que os resultados da produção estão orientados mais para a reprodução social da família e não para a acumulação do capital. As estratégias produtivas nas unidades de produção familiar, aqui analisadas, estão baseadas na mão-de-obra familiar e nisto a mulher desempenha um papel importante na manutenção da reprodução social da família.

É evidente que a dinâmica dos dois programas de microfinanciamento analisados, está gerando espaços e melhores condições para acessar o crédito e a assistência técnica, o que têm permitido minimizar a carga o trabalho da mulher e elevar a valorização das atividades produtivas através de uma maior competitividade de suas atividades. Porém a identidade profissional não necessariamente significa acumulação de capital. O que se observa é que existem diferentes maneiras de como aprender uma nova técnica, de entender os problemas sociais e econômicos. Como analisa Giuliani (1997), existem diversas dimensões da profissionalização, que não estão, necessariamente, ligadas ao mercado. Há diferentes caminhos para construir a identidade profissional, os quais são valores relativos à cultura, a família, a continuidade do trabalho, ao grupo que se associa. Neste sentido, a configuração de uma nova identidade socioprofissional das mulheres esta encaminhado mais pela função social que representa e não pela acumulação do capital.

3.3 Participação das mulheres nas organizações

A atuação das mulheres rurais fora do âmbito doméstico tem sido um fenômeno muito debatido nos últimos 30 anos pela literatura feminista. A única evidência no discurso é o reconhecimento dos seus direitos políticos (direito de votar e de ser votada); no entanto, na prática é uma situação que depende das condições políticas, econômicas e sociais para materializar tais direitos.

A mulher rural historicamente sempre foi vinculada a atividades reprodutivas da família (preparação dos alimentos, reprodução biológica, reprodução da força de trabalho, o que inclui o processo de formação dos filhos, assim como a transmissão de normas, valores, e costumes), atividades que não geram renda, de acordo com as estatísticas do PIB de cada país (Rawoo *apud* Ooijens, 1990, p. 4). Além disso, como explica Heredia (1984), as atividades

produtivas que as mulheres desenvolvem estão relacionadas com aquelas que se desenvolvem dentro da “casa”, espaço onde se produzem legumes, hortaliças, pequenas criações de aves, produção de ovos, artesanato, oficinas de costura entre outros, identificados como trabalho para a reprodução da família, contudo, a participação em espaços públicos e políticos a mulher sempre tem sido isolada. Nas últimas duas décadas, porém a mulher rural tem começado a realizar ações encaminhadas a superar tal preconceito. Neste sentido, analisa-se a trajetória de participação das mulheres rurais em organizações sociais e políticas como espaço no desenvolvimento da cidadania.

3.3.1 Participação em organizações sociais e políticas

Analisando a situação social das mulheres rurais, encontrou-se que desde os finais da década dos 80, em diversas regiões tanto no México como no Brasil, já vinham acontecendo algumas manifestações em espaços coletivos para demandar condições mais favoráveis na suas condições sociais e na suas atividades produtivas. Na região dos vales centrais do estado de Oaxaca, onde funcionam as caixas de poupança do PDRIA, por exemplo, surgiu a *Unión de Mujeres Campesinas* com o propósito de reivindicar melhores condições de desenvolvimento em suas atividades produtivas: acesso ao crédito, capacitação, assistência técnica, infra-estrutura, adubos, vacas leiteiras, suínos entre outros, conseguindo uma presença importante nas instituições governamentais logrando com isso as suas principais demandas. Esta experiência motivou outras mulheres a constituir-se em outras organizações, desencadeando varias organizações de mulheres, demandando principalmente crédito e infra-estrutura produtiva. Cabe assinalar que a origem dessas organizações foi por razões de tipo produtivo e não pela conquista de um espaço de participação política. No entanto, o seu processo de funcionamento, algumas participantes destas organizações aproveitaram as oportunidades para orientar suas atividades de tipo político. Já no Rio Grande do Sul, por exemplo, surgiu o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais com ações no sentido de mudar as condições sociais⁵⁶, procurando modificar a imagem tradicional da mulher agricultora desrespeitada, negligenciada, invisível e sem voz, em combinação com sua escassa participação na política partidária. As ações deste movimento foram dirigidas à conquista dos direitos sociais, e atingiram toda a categoria das trabalhadoras rurais mudando radicalmente a

⁵⁶ Para maior discussão sobre este tema, ver trabalho de Lynn Stephen “Relações de Gênero: um estudo comparativo sobre organizações de mulheres rurais no México e no Brasil” (1996).

posição da mulher rural. Pela primeira vez foi concedido o direito à previdência às mulheres rurais, consistindo na aposentadoria, no salário maternal e no auxílio-doença.

Além dessas organizações, também se têm registrado outros espaços a nível local como associações, grupos de mulheres, clubes de mães e cooperativas de produção, espaços constituídos socialmente através dos vínculos sociais que têm servido como espaço de expressão para manifestar os problemas e interesses nas atividades produtivas e reprodutivas desenvolvidas em suas unidades de produção familiar. No entanto, não são todas as mulheres que participam nos dois programas de microfinanciamento possuem uma trajetória de participação em outras organizações sociais e políticas já que muitas delas apenas têm como experiência a participação nos grupos de caixas de poupança e nas cooperativas, como se analisa a seguir.

Segundo os dados da Tabela 48, pode-se perceber que as mulheres que participam nas sete caixas de poupança do PDRIA, não têm participado em algum tipo de sindicatos, já que as mulheres rurais no México não têm acesso a este tipo de organizações. Com relação à participação nos partidos políticos, a maioria delas, 79,6% manifestou que nunca participaram em nenhum partido político, por diferentes razões: a) o fato de os partidos políticos só beneficiarem seus afiliados, b) o fato de que o que é apresentado no discurso e nas propostas de governo dificilmente são cumpridas; c) o fato de desconhecem o funcionamento dos partidos políticos. Somente 20,5% afirmaram que, em algumas ocasiões, tem participado em reuniões da *Confederación Nacional Campesina (CNC)*, afiliada ao *Partido Revolucionário Institucional (PRI)*, na seleção dos representantes, apoio em comícios dos candidatos e nas discussões de liberação de orçamentos para projetos produtivos nas unidades de produção familiar. Elas consideraram que a participação é necessária, apesar de reconhecerem que existe corrupção. Todavia, como afirmaram as sete representantes dos grupos de caixa de poupança, *“neste espaço, é possível conseguir alguns apoios para nossas comunidades, como por exemplo, material industrializado para melhorar a infra-estrutura da escola e da igreja e, em algumas ocasiões, outorgam alguns apoios para a produção, por exemplo, sementes, adubos, criação de animais. Além disso, em ocasiões, nos apóiam com material industrializado para melhorarmos nossas casas”*. Entretanto, a próprias dirigentes reconheceram que esses apoios se dão apenas nas épocas de eleição, o que evidencia que as poucas mulheres que manifestaram ter uma participação nestes espaços não são para ocupar um posto político ou tomar decisões, mas sim pelos apoios que podem conseguir para suas famílias.

No que diz respeito à participação em grupos e associações de mulheres 20,5% manifestaram que participam ativamente, principalmente nas Unidades Agrícolas Industriais para a mulher (UAIM) e nas Sociedades de Solidariedade Social (SSS)⁵⁷, mas 63,6% manifestaram nunca terem participado em alguma outra associação. Observou-se, que as mulheres que afirmaram estar participando em alguma de essas associações, têm sido para desenvolver projetos produtivos, como moinhos para milho, criação de suínos, oficinas de costura, execução de *tortilladoras*, entre outras. Através dessas associações, acessam meios produtivos de programas assistenciais do Governo Federal ou Estadual. Essas formas de associação construídas nas localidades e apoiadas pelo Estado, funcionam pelas normas ditadas dos diversos programas e projetos do Estado, o qual não permite desenvolver uma participação mais dinâmica e autônoma por parte dos beneficiados. Constatou-se que as mulheres que afirmaram estar participando em alguma organização social e política são orientadas apenas para fins produtivos ou para conseguir apoios de tipo econômico e, não para desenvolver uma participação no sentido de orientar suas reivindicações sociais e conquistar espaços na vida política onde se tomam decisões.

Para o caso das mulheres que participam nas duas cooperativas do CRESOL, no que se refere à participação nos sindicatos, 17,9% manifestaram que participam muito, principalmente nas reuniões e representações, já 56,4% manifestaram que participam pouco, em questões relacionadas a solucionar algum problema principalmente de aposentadoria. No que se refere à participação nos partidos políticos, 59,0% manifestaram que não têm participado em um partido político por considerarem um espaço onde se gera desconfiança e pouca credibilidade, já que os discursos dos políticos de qualquer partido não se materializam em fatos e demandas da população. No entanto, encontrou-se 38,5% que participam de maneira esporádica e 2,6% como membro ativo de um partido político.

Diferentemente do que afirmaram as mulheres que participam nas sete caixas de poupança do PDRIA, as mulheres das duas cooperativas do CRESOL, ainda que sejam poucos casos, dizem que a participação em organizações sociais e políticas está mais orientada em questões políticas, o que reflete que elas estão acessando outras oportunidades, podendo assim materializar-se no acesso de uma cidadania política. Como foi relatado no depoimento do representante da cooperativa de São Lourenço do Sul:

⁵⁷ Figuras associativas orientadas a desenvolver projetos produtivos agropecuários, ao marco da Lei Agrária do artigo 27 constitucional. As mudanças e adaptações no funcionamento, ficam a critério das autoridades agrárias locais.

“Nos últimos cinco anos as mulheres começaram a interessar-se na vida política, pois identificaram que as políticas dos governos não atingiam suas demandas. Este fato as motivou a entrar em um partido de oposição ao governo. Assim, começaram a integrar-se e a participar do Partido dos Trabalhadores (PT) para colocar demandas mais a favor da agricultura familiar, hoje a gente está apoiando o candidato do PT à prefeitura municipal, pois ele cumpre com nossos objetivos, já que ele é membro da cooperativa e todos os sócios, assim como as mulheres, estão tendo uma participação importante em debates de idéias e propostas”.

Como se percebe, as mulheres que participam nas duas cooperativas do CRESOL que afirmaram que participam nestes espaços estão mais conscientes dos problemas sociais que enfrentam na sua unidade de produção familiar e na sua localidade; sua participação nos partidos políticos está orientada a mudar as políticas públicas de acordo com seus interesses; esta situação pode trazer resultados diferentes daquelas mulheres do PDRIA, que têm uma visão mais materialista da participação nos espaços da política.

Tabela 48 – Participação nas instituições sociais e políticas

<i>Instituições</i>		<i>PDRIA</i>				<i>CRESOL</i>			
		<i>Muito</i>	<i>Pouco</i>	<i>Nunca</i>	<i>Total</i>	<i>Muito</i>	<i>Pouco</i>	<i>Nunca</i>	<i>Total</i>
Sindicatos	<i>Freq</i>	7	22	10	39
	<i>%</i>	17,9	56,4	25,7	100
Partidos políticos	<i>Freq</i>	...	9	35	44	1	15	23	39
	<i>%</i>	...	20,5	79,6	100	2,6	38,5	59,0	39
Associações de mulheres	<i>Freq</i>	9	7	28	44	15	9	15	100
	<i>%</i>	20,5	15,9	63,6	100	38,5	23,1	38,5	39

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

No que diz respeito à participação nas associações de mulheres, 38,5% manifestaram ter alguma atividade permanente em diferentes grupos e associações (clubes de mães, associação de produção e cooperativas de comercialização), sobretudo em reuniões onde se discutem principalmente os problemas de comercialização de seus produtos. Somente 23,5% manifestaram que participam pouco em outra organização, principalmente na cooperativa de comercialização.

Os dados expressam uma diferença importante sobre a participação, em outros espaços, das mulheres rurais das sete caixas de poupança do PDRIA e das duas cooperativas do CRESOL. Esta situação obedece ao fato de que as mulheres das duas cooperativas do CRESOL estão participando em outros espaços como os sindicatos de trabalhadores rurais e nos partidos políticos. Neste sentido, a participação que as mulheres estão construindo nesses

espaços, orienta-se a questões de análise e reflexão dos problemas da localidade, desenvolvendo uma visão diferenciada de enfrentar os problemas cotidianos da família e da localidade.

A partir dos dados expostos, é possível identificar que a diversificação da participação da mulher em organizações sociais e políticas começam a ser percebida de diferentes maneiras, as quais revelam que as mulheres, atualmente, estão preocupadas em buscar espaços apropriados para demandar seus interesses tanto práticos como estratégicos. Na medida em que as mulheres conquistem outros espaços e construam novas relações sociais, progressivamente estarem modificando sua posição social na família.

3.3.2. Participação nos dois programas de microfinanciamento

Como se constatou, no capítulo 2, a participação das mulheres nas diversas instituições microfinanceiras vem tomando importância, na medida em que elas estão encontrando espaços para demandar seus interesses. Neste sentido, buscou-se analisar a participação das mulheres nas diversas atividades que desenvolvem nas Caixas de Poupança do PDRIA e das Cooperativas do CRESOL, tais como: reuniões, atividades administrativas, e os benefícios obtidos na participação destes programas.

3.3.3 As mulheres e a dinâmica do PDRIA e do CRESOL

A inserção das mulheres nos programas de microfinanciamento foi motivada pela grande necessidade de acessar o crédito para financiar principalmente atividades produtivas. No caso das participantes das sete caixas de poupança do PDRIA, a grande maioria (95,5%) delas manifestou que o principal motivo de terem entrado em um programa desta natureza está relacionado com a necessidade de conseguir um crédito para fins produtivos. Da mesma forma aconteceu nas duas cooperativas do CRESOL sendo que 92,3% manifestaram que o motivo de ter entrado foi conseguir um crédito, já que, tradicionalmente, elas estiveram excluídas do acesso a este serviço, evidenciando que a necessidade de financiamento foi o motivo original da inserção das mulheres nesses programas.

Durante o processo de participação principalmente das mulheres das duas cooperativas do CRESOL, foram reivindicando outras necessidades produtivas, principalmente as de assessoria técnica, como afirmaram os dois representantes das cooperativas analisada, “*depois de um ano de termos formado nossa cooperativa de crédito, percebemos também que era necessário acompanhar os créditos com assistência técnica e capacitação para assegurar o retorno do crédito*”. Atualmente como se observou nas duas cooperativas analisadas do CRESOL, tinham dois técnicos agrícolas contratados para atender atividades principalmente na produção de leite, além da assistência técnica que oferecido os técnicos da EMATER em parceria com a Cooperativa. A questão do crédito junto com a capacitação técnica, assistência técnica pode facilitar o acesso à tecnologia, com um propósito de melhorar as suas atividades agrícolas e de agroindústria. Porém, como se evidenciou nos dados das tabelas 34 e 37, o acesso à capacitação e à assistência técnica ainda não atinge a maioria das mulheres.

Com relação à participação nas reuniões que se organizam nas caixas de poupança e nas cooperativas para debater os aspectos relacionados ao funcionamento, as mulheres que estão envolvidas nas sete caixas de poupança do PDRIA, em sua grande maioria (93,2%), afirmaram que participam nestes espaços para debater propostas e avaliar o trabalho administrativo da diretoria. A maioria dos grupos realiza dois tipos de reuniões: uma reunião mensal na qual discutem questões de crédito, a solicitação de novos sócios, de problemas administrativos da diretoria e uma reunião anual para a realização de uma avaliação administrativa e repartição de utilidades.

Já as mulheres envolvidas nas duas cooperativas do CRESOL 59% afirmaram que participam das reuniões na cooperativa, como ilustra a Tabela 49, principalmente quando convocam a diretoria para anunciar mudanças administrativas, novos programas de crédito e outros programas relacionados às atividades dos sócios. Neste caso, somente se realiza uma reunião anual para estes fins.

Tabela 49 – Participação nas reuniões nos programas de microfinanciamento

<i>Participação</i>	<i>PDRIA</i>		<i>CRESOL</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	41	93,2	23	59,0
Não	3	6,8	16	41,0
Total	44	100	39	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Constata-se que há uma maior participação das mulheres envolvidas nas sete caixas de poupança do PDRIA. No entanto, não todas participam num sentido mais dinâmico em colaborar, em discutir os problemas dos grupos, na tomada de decisões, já que, como manifestaram as representantes dos grupos entrevistados *“a grande maioria das sócias assistem às reuniões somente para não perder os benefícios que proporciona o grupo, já que nosso regulamento assinala que as sócias com mais de três faltas perdem os direitos de solicitar crédito e das utilidades no fim do ano, pois são não todas participam em uma discussão, realizando propostas”*. Esta evidência mostra que umas partes das mulheres que assistem às reuniões, não aportam elementos para contribuir com o desenvolvimento dos grupos. Contudo, as mulheres manifestaram que com o fato de pertencer ao grupo e assistir nas reuniões, estão vivenciando novas experiências e adquirindo novos conhecimentos que se reflete na organização de suas atividades produtivas. Já nas duas cooperativas do CRESOL, não existe um regulamento que obrigue a uma participação mais permanente. De tal maneira, as mulheres que assistem às reuniões são mais participativas, fazendo propostas, como assinalou o representante da cooperativa de Aratiba: *“as mulheres estão tendo uma participação importante quando convocamos uma reunião, pois elas discutem e opinam, principalmente sobre os problemas do crédito”*. Como se pode evidenciar, ainda que não seja a grande o número de mulheres que assiste às reuniões na cooperativa, as que comparecem participam ativamente, contribuindo para o desenvolvimento da mesma. Esta situação pode favorecer para abrir espaços e potencializar suas capacidades de gestão, o que, num futuro próximo, por um lado, pode melhorar a sua organização na produção e, por outro, contribuir progressivamente para atividades administrativas e políticas da cooperativa. Cabe ressaltar, contudo, que a maior participação que se registrou, foi na cooperativa do município de Aratiba.

Além da participação nas reuniões, as mulheres também realizam outras atividades no programa. No caso das que participam nas sete caixas de poupança do PDRIA, a grande maioria (81,8%), afirmou que elas realizam os trâmites para a obtenção de crédito e depositam suas poupanças, como se mostra na Tabela 50. Encontraram-se 15,9% que tinham sido membros da diretoria de seus grupos como presidentas, tesoureiras ou secretárias.

Das participantes das duas cooperativas do CRESOL, 87,2% manifestaram que elas realizam os trâmites para solicitar um crédito, usam a Cooperativa para depositar dinheiro através de uma conta corrente. Assim mesmo, encontraram-se três mulheres que se

desempenhavam como agentes comunitários na cooperativa de Aratiba, ou seja, desempenhavam o papel de representantes de grupos na sua localidade.

Constata-se que as mulheres que foram entrevistadas em sua maioria, estão participando em diferentes atividades de tipo administrativo, representação e organização tanto nos grupos de caixa de poupança como nas cooperativas. Esta evidência reflete que elas estão tendo mais acesso ao crédito e gerando um hábito de poupança, o que pode contribuir de maneira favorável para o desenvolvimento de suas atividades produtivas e da contribuição econômica para a sua família. Da mesma forma, encontraram-se mulheres que desempenham funções fundamentais tanto nos grupos de caixa de poupança como nas cooperativas. Apesar de que, nas duas cooperativas do CRESOL, a maioria dos agentes comunitários têm sido homens, mas atualmente as mulheres já estão começando a ocupar essas funções, o que significa que elas não estão somente interessadas em conseguir um crédito, mas também em desenvolver outras capacidades.

Tabela 50 – Outras Atividades que realizam as mulheres nos programas de microfinanciamento

<i>Atividades</i>	<i>PDRIA</i>		<i>CRESOL</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Solicita crédito, deposita poupança.	36	81,8	34	87,2
Agentes comunitários e representantes na diretoria	7	15,9	3	7,7
NR	1	2,3	2	5,1
Total	44	100	39	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Em relação aos benefícios obtidos nos dois programas de microfinanciamento para o caso das mulheres que participam nas sete caixas de poupança do PDRIA, o maior benefício que percebem é o espaço para fazer poupança e o acesso ao crédito; já em menor proporção elas manifestaram que se beneficiam com capacitação e acesso à assistência técnica, como se mostra na Tabela 51. Outros benefícios que afirmaram receber são referentes a apoio para a comercialização de seus produtos, principalmente queijos, suínos e correlatos e *tortillas*.

No caso das mulheres que participam nas duas cooperativas do CRESOL, os benefícios mais significativos que mencionaram foram a poupança e o crédito, os quais representam 51,3% e 92,3%, respectivamente. No entanto, há uma porcentagem importante (33,3%) que manifestaram que se beneficiaram com capacitação e 61,5% se beneficiaram com o acesso à assistência técnica. Neste caso, ninguém mencionou o benefício da comercialização.

Tabela 51 – Benefícios obtidos por participar no programa

<i>Benefícios</i>		<i>PDRIA</i>			<i>CRESOL</i>		
		<i>Não</i>	<i>Sim</i>	<i>Total</i>	<i>Não</i>	<i>Sim</i>	<i>Total</i>
Poupança/Conta corrente	<i>Freq</i>	6	38	44	20	19	39
	<i>%</i>	13,6	86,4	100	51,3	48,7	100
Crédito	<i>Freq</i>	13	31	44	3	36	39
	<i>%</i>	29,5	70,5	100	7,7	92,3	100
Capacitação	<i>Freq</i>	35	9	44	26	13	39
	<i>%</i>	79,5	20,5	100	66,7	33,3	100
Assistência técnica	<i>Freq</i>	37	7	44	15	24	39
	<i>%</i>	84,1	15,9	100	38,5	61,5	100
Outros benefícios	<i>Freq</i>	40	4	44	37	2	39
	<i>%</i>	90,9	9,1	100	94,9	5,1	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Com relação á percepção de mudanças socioeconômicas após participarem no programa de microfinanciamento: no caso das mulheres que participam nas sete caixas de poupança do PDRIA, 45,5% delas afirmam que a mudança ocorrida diz respeito ao desenvolvimento pessoal (mudanças na percepção do trabalho, desenvolvimento de novas formas de interagir, de relacionamento, maior independência na tomada de decisões para solicitar um crédito e aplicar em suas atividades, entre outras) aspectos que foram considerados mais importantes que um aumento na renda familiar. Ao passo que 22,7% mencionaram que melhorou a renda familiar, já que atualmente há maiores possibilidade de investimento o que garante um aumento na renda. Assim mesmo, afirmaram que agora têm entrado num processo de hábito de realizar poupança o que garante um recurso para prevenir emergências futuras. Nas duas cooperativas do CRESOL, mais da metade das mulheres entrevistadas, representando 51,3%, afirmaram que melhoraram a renda familiar e 43,6% afirmaram que os benefícios mais importantes por participar na cooperativa tem sido o desenvolvimento pessoal (construção de novos vínculos sociais com técnicos e agricultores de outras regiões, aquisição de novos conhecimentos com relação ao uso do crédito, novos conhecimentos técnicos para a produção e novas formas de interagir), como se indica na Tabela 52.

Além dos benefícios obtidos, as mulheres encontram outros benefícios por participarem nas caixas de poupança e na cooperativa. No caso de uma caixa de poupança do

PDRIA, por exemplo, uma mulher foi eleita presidente do *Comité de Bienes Comunales*⁵⁸, em sua localidade, por ser conhecida como responsável, na função que vem desempenhando no seu grupo. Estes fatos evidenciam que a participação nas caixas do PDRIA lhe tem possibilitado estes avanços tanto para desenvolver-se como sujeito social para contribuir com seu trabalho na sua localidade.

TABELA 52 – Mudanças socioeconômicas após a participação no programa de microfinanciamento

<i>Mudanças</i>	<i>PDRIA</i>		<i>CRESOL</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Melhorou a renda (Econômica)	10	22,7	20	51,3
Desenvolvimento pessoal (Social)	20	45,5	17	43,6
Não teve mudança	4	9,1	1	2,6
NR	1	2,6
Total	44	100	39	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Constata-se que um dos maiores benefícios alcançados pelas participantes dos dois programas analisados está no nível econômico: pelo acesso ao crédito para investimentos produtivos e para emergências na família e geração de hábitos de poupança. Entretanto, como se pôde evidenciar está também surgindo benefícios de tipo social e político, o que evidencia a ampliação da cidadania não apenas pelo acesso ao crédito senão o acesso a outros conteúdos de tipo simbólicos.

⁵⁸ Comitês integrados por membros ativos na localidade, que, dentro de suas funções, destacam-se na administração dos *ejidos colectivos* e das terras exploradas de maneira coletiva dentro da localidade.

4 A CONTRUÇÃO DA IDENTIDADE SOCIOPROFISSIONAL E DA CIDADANIA

Os dados apresentados neste capítulo referem-se aos resultados obtidos sobre as relações entre as variáveis que sustentam a construção da identidade socioprofissional e a relação das variáveis que determinam o desenvolvimento da cidadania das mulheres que participam em sete grupos de caixas de poupança do PDRIA, e duas cooperativas do CRESOL. Os resultados aqui expostos se referem, por um lado, às variáveis que traduzem empiricamente os conceitos das hipóteses para responder às dimensões sobre a construção da identidade socioprofissional e o desenvolvimento da cidadania e por outro, os variáveis que tiveram resposta por parte das entrevistadas, os quais variam em cada caso estudado. A apresentação dos resultados deste capítulo se descreve de maneira separada nos dois programas de microfinanciamento estudados, por ter apresentado uma diferenciação de respostas em cada caso.

Das mulheres que participam nas caixas de poupança do PDRIA, se identificaram três variáveis sobre a dimensão na construção da identidade socioprofissional: a) Investimento produtivo, b) destino do crédito, e c) mudanças econômicas na família, e duas variáveis sobre o desenvolvimento da cidadania: a) trajetória de participação em organizações sociais e políticas e b) percepção dos direitos civis sociais e políticos, as quais foram relacionadas, por um lado, com variáveis socioeconômicas e culturais (escolaridade, rendimentos da agricultura, e renda total da família) e por outro lado, foram relacionados alguns elementos na dinâmica dos programas de microfinanciamento dos quais se destacam a capacitação, assistência técnica, uso do crédito, e o tempo de participação nos grupos de caixa de poupança. Estas variáveis identificadas são as que tiveram respostas diferenciadas das entrevistadas, pelas quais se relacionou para conhecer a influência sobre a construção da identidade socioprofissional e o desenvolvimento da cidadania.

Nas duas cooperativas do CRESOL se identificaram quatro variáveis relacionadas com a dimensão da identidade socioprofissional: a) investimento produtivo, b) destino do crédito, c) percepção de mudanças econômicas na família e d) ocupação, além de duas variáveis sobre o desenvolvimento da cidadania a) trajetória de participação em organizações sociais e políticas e b) percepção dos direitos civis sociais e políticos, as quais foram relacionadas da mesma maneira com características socioeconômicas e culturais das mulheres: escolaridade, ocupação, rendimento na agricultura, renda total da família, e com elementos da dinâmica do microfinanciamento relacionados com capacitação, assistência técnica, influência do técnico agrícola e outros para o início de sua atividade, uso do crédito, participação em reuniões na cooperativa, e tempo de participação na cooperativa.

Neste sentido, os resultados e as evidências quantitativas encontrados neste capítulo, orientam a comprovação das hipóteses construídas, o qual se descreve em cada seção. As informações estatísticas, através das tabelas de cruzamento constituem o Apêndice – D.

4.1 As atividades produtivas no processo de construção da identidade socioprofissional das mulheres do PDRIA

Nesta seção, se analisam as variáveis socioeconômicas que sustentam as atividades produtivas que determinam a influência sobre os aspectos do processo de construção da identidade socioprofissional em agricultoras e microempresárias (*tortilleras*, produtoras de queijo de carne de suíno, artesãs e costureiras). Neste sentido, analisam-se os elementos que influenciam sobre as decisões para realizar investimentos produtivos, orientação do crédito e mudanças econômicas na família.

Em primeiro lugar, se analisa os fatores que influenciam sobre a decisão de realizar investimento produtivo. Com relação à escolaridade, constatou-se que as mulheres que têm apenas o primeiro grau completo (44,4%) são as que tendem a fazer mais investimentos produtivos na sua unidade de produção. Já entre as mulheres que têm mais do que o segundo grau de estudo, apenas 17,6% fazem investimento na sua propriedade. A maior escolaridade das mulheres não determina a decisão de fazer investimentos produtivos, o certo é que as que têm menos grau de educação formal realizam mais investimentos. Esta situação está relacionada ao fato de que, as mulheres que possuem pouca educação estão mais envolvidas em atividades da unidade de produção, enquanto que, as que possuem mais estudo estão inseridas em outras atividades, fora da unidade de produção como assalariadas.

Com relação à renda da agricultura⁵⁹, do total das mulheres que obtêm renda derivadas da agricultura, 58,3% fazem investimentos produtivos. Enquanto apenas 25% das que não obtêm renda na agricultura realizam investimentos. Consta-se, portanto que os rendimentos da agricultura favorecem novos investimentos produtivos tanto na própria agricultura como em outras atividades produtivas, situação que evidencia que as atividades agrícolas continuam sendo importantes para as famílias rurais.

A respeito da renda total da família, em relação aos investimentos produtivos, percebe-se que 50% das mulheres que pertencem a famílias de renda alta, (mais de U\$400,00 mensais) realizam investimentos produtivos. Das famílias que têm uma renda menor que U\$400,00 mensais, 20,8%, realizaram investimentos produtivos. Neste caso, se considerou com renda baixa aquelas famílias que obtêm uma renda menor de U\$400,00 mensais, e uma renda alta a partir de U\$400,00. Isto demonstra que as mulheres que possuem uma renda mais alta em sua família têm maiores possibilidades de realizar investimentos produtivos, ao contrário das que têm renda baixa, pois estas estariam orientadas para atender necessidades básicas.

Com relação às atividades de capacitação e sua influência nas decisões de realizar investimentos produtivos, se encontrou que 47,6% das mulheres, que manifestaram terem feito curso de capacitação em atividades produtivas, realizam investimentos. Já entre as mulheres que não fizeram curso de capacitação, 21,7% afirmarão que realizam investimentos produtivos. Consta-se que a capacitação influi nas decisões das mulheres para realizar investimentos na propriedade. O que confirma que as mulheres estão adquirindo conhecimento que lhe proporciona confiança para decidir na hora de realizar investimentos.

No que diz respeito ao serviço de assistência técnica, das mulheres que mencionaram ter recebido este serviço, 58,8% realizaram investimentos e 41,2% não realizaram investimentos produtivos. Do total das que não receberam assistência técnica, apenas 18,5%, realizaram investimentos produtivos, e 81,5% das que não receberam assistência técnica não realizaram investimentos produtivos. Isto evidencia que quando acessam o serviço de assistência técnica, elas investem mais. Já que este serviço proporciona conhecimentos para as mulheres, através da com a assessoria prestada pelo técnico, uma vez que ele está presente no acompanhamento de suas atividades durante o ciclo de seus investimentos, garantindo o êxito de suas atividades produtivas.

⁵⁹ Considerou-se renda da agricultura aquelas provenientes de atividades relacionadas à produção de leite, carne de suíno, produção de queijos, milho para fabricação de tortillas.

Com relação à utilização do crédito, do total de mulheres que utilizam sempre o crédito, 40% realizam investimentos e 60% não realizam investimentos. Enquanto que 26,3% das mulheres que usam poucas vezes ou nunca realizam investimentos. Constatou-se que quando mais elas usam o crédito, tendem a realizar mais investimentos produtivos. O que reforça o fato de que quando elas procuram um crédito na caixa de poupança, tendem a direcionar para aspectos produtivos. No entanto, ainda existem 60% que usam o crédito para fins não-produtivos.

Sobre o tempo de participação no programa, como se constatou este elemento não tem muita influência na realização de seus investimentos: das mulheres que têm mais de cinco anos nos grupos, 40% realizam investimentos e 60% não realizam. Já das que têm menos de cinco anos na cooperativa, apenas 29% realizam investimentos. Uma grande maioria (70,8%) que têm menos de cinco anos não realiza investimento.

O tempo de participação nos grupos de caixa de poupança não influencia a decisão de fazer investimentos. Portanto, pode-se constatar que, daquelas que têm menos de cinco anos na cooperativa, a grande maioria não realiza investimentos produtivos.

Em segundo lugar, analisam-se os fatores que influem na decisão da orientação do crédito. Neste aspecto mostra-se que das 31 mulheres que solicitaram o crédito para algum dos dois casos assinalados (atividades produtivas e necessidades básicas), as que têm até primeiro grau completo (73,7%) investiram o crédito para fins produtivos (agricultura, agroindústria, artesanato, entre outros) e 26,3% investiram em necessidades básicas. Das mulheres que possuem segundo grau completo a superior, apenas 41,7%, destinam seus créditos em atividades produtivas e 58,3%, investiram em outros aspectos relacionados com gastos de consumo (saúde, moradia, vestimenta, entre outros). Constatou-se que as mulheres que têm menos escolaridade destinam o seu crédito para atividades produtivas. Isto reafirma que as mulheres com mais estudo, tendem a incursionar em outras atividades fora da unidade de produção familiar, sendo que apenas destinam os créditos que solicitam na Caixa de Poupança para fins não produtivos.

Com relação às mulheres que têm renda derivada da agricultura, a maioria delas (80%) utiliza o crédito em atividades produtivas, enquanto que 20% das mulheres utilizam somente para as necessidades básicas. Das que não possuem rendimentos derivados da agricultura, 52% utilizam o crédito em atividades produtivas, enquanto que 47,6% o utilizam com necessidades básicas. Isto pode estar significando um resultado positivo do desenvolvimento

das atividades produtivas, já que a maioria das mulheres que detêm uma renda da agricultura utiliza o crédito para o melhoramento dessa atividade.

A respeito da renda total da família com relação ao destino do crédito, das mulheres que têm uma renda familiar menor de U\$400,00 mensais, 60% delas utilizam o crédito em atividades produtivas, e 40 % o utilizam para suprir as necessidades básicas. Das mulheres que possuem uma renda familiar mais de U\$400,00 mensais, 62,5 % utilizam a totalidade do crédito com as atividades produtivas da família, enquanto que 37,5 % o utilizam para o suprimento das necessidades básicas. Aproximadamente 60% das mulheres, independentemente de sua renda familiar, utilizam o crédito nas atividades produtivas das unidades de produção familiar.

Das mulheres que fizeram cursos de capacitação técnica, 61,5% utilizam o crédito em atividades produtivas e 38,5 % para suprir as suas necessidades básicas. Das mulheres que não fizeram curso de capacitação técnica, 61,1 % utilizam o crédito em atividades produtivas, enquanto que 38,9 % o utilizam com o suprimento de suas necessidades básicas. Aproximadamente 60% das mulheres, independentemente de haver assistido a alguma capacitação técnica, utilizam o crédito da caixa de poupança como investimentos para atividades produtivas, na sua unidade de produção familiar. O que evidencia que a capacitação não influencia neste sentido.

Com relação à assistência técnica, das mulheres que a receberam este serviço, 73,3% destinou o crédito para fins produtivos, enquanto 26,7% o utilizam para suprir as suas necessidades básicas da sua família. Das que não receberam assistência técnica, 50% investem na atividade produtiva e 50% utiliza para o suprimento de suas necessidades básicas. Existe uma relação importante entre as mulheres que recebem assistência técnica e as decisões para investir o crédito em questões produtivas, o que ressalta a importância deste serviço e da presença do técnico agrícola nas atividades produtivas.

A respeito da frequência do uso do crédito, pode-se afirmar que 61,1% das mulheres que utilizam muitas vezes o crédito, o destinam para fins produtivos, e 61,5% das mulheres que usam poucas vezes também o destinam para fins produtivos. Evidencia-se que independentemente das vezes, que usam este recurso, mais da metade delas o destinam para questões produtivas.

Com relação ao tempo de participação nos grupos nas caixa de poupança e o destino de crédito, das mulheres que têm menos de cinco anos participando nos grupos, 52,6%

investem nas atividades produtivas e 47,4% utilizam o crédito para suprir as necessidades básicas. Entretanto 75% das mulheres que têm mais de cinco anos investem o crédito em questões produtivas e 25% o utilizam para suprir as necessidades básicas. O destino do crédito para atividades produtivas, cresce entre as mulheres que estão há mais de cinco anos participando nos grupos de caixas de poupança.

Em terceiro lugar, analisam-se os fatores que influem na percepção de mudanças econômicas por participar nos grupos caixas de poupança. Das mulheres que possuem até o primeiro grau completo, 44,4% percebem que ocorreu uma mudança na situação econômica familiar por participar nos grupos de caixa de poupança, e 55,6% não percebem que ocorreu qualquer mudança nessa questão. Já aquelas que possuem escolaridade do segundo grau até o nível superior, 47% percebem que ocorreu mudança na situação econômica familiar, e 52,9% não percebem estas mudanças ocorridas. Nota-se que mais da metade das mulheres entrevistadas, independentemente de sua escolaridade, não percebem a mudança ocorrida na sua situação econômica e de sua família por participar nos grupos de caixa de poupança do PDRIA.

A respeito do rendimento na agricultura, das mulheres que têm renda obtida através da agricultura, 66,7%, percebem mudanças econômicas na família, e 33,3% não a percebem. Das que não possuem rendimentos desta atividade, 37,5% percebem mudanças na situação econômica familiar, e 62,5% não a percebem. Pode-se afirmar que as mulheres que têm rendimentos derivados da atividade agrícola têm uma maior percepção de mudanças econômicas na família. Constata-se, portanto que os rendimentos que se derivam da atividade agropecuárias são os que mais influenciam nas mudanças econômicas da família das mulheres.

Em relação à renda total da família, das mulheres que obtém uma renda menor do que U\$ 400,00 por mês, 33,3% percebem mudanças na situação econômica familiar e 66,7% não percebem. Já as que têm mais de U\$400,00 por mês, 60% percebem mudanças na sua situação econômica familiar, e 40 % não percebem. Observa-se que há uma maior afirmação de mudanças ocorridas na situação econômica familiar pelas mulheres que têm uma renda alta na sua família.

Com relação às mulheres que tiveram capacitação técnica, menos da metade (47,6%) percebem mudanças econômicas, e 52,4% não percebem. Enquanto que 43,5% que não receberam capacitação técnica percebem as mudanças econômicas e 56,5 % não percebem. Independentemente da capacitação, mais da metade das mulheres ainda não perceberam

mudanças econômicas. Portanto, a capacitação não influencia na percepção de mudanças econômicas, pois, como se analisou no capítulo anterior, as mulheres que realizaram algum curso de capacitação nas áreas produtivas, ou de serviço, nem sempre usam os conhecimentos adquiridos para o desenvolvimento das suas atividades.

A respeito da assistência técnica, das mulheres que receberam este serviço, 52,9 % afirmaram que percebem mudanças econômicas, e 47,1 % não percebem. Enquanto que, 40,7% que não receberam assistência técnica percebem mudanças econômicas na unidade de produção familiar, e 59,3 % não percebem. Observa-se uma diferença, ainda que mínima, a favor no que diz respeito à percepção de mudanças econômicas das mulheres que receberam assistência nas suas atividades produtivas.

Com relação à frequência da utilização do crédito, das mulheres que utilizaram muitas vezes o crédito, 52,0% perceberam mudanças econômicas, e 48,0 % não perceberam. Já as mulheres que utilizaram poucas vezes o crédito da caixa de poupança, 36,8% perceberam mudanças econômicas. Mais da metade das mulheres que utilizaram muitas vezes o crédito percebeu mudanças econômicas e, das mulheres que utilizaram poucas vezes o crédito, apenas 36,8 % perceberam estas mudanças.

Das mulheres que possuem até cinco anos de participação nos grupos de caixa de poupança, 45,8% perceberam mudanças econômicas, e 54,2% não perceberam. Enquanto que 45% das que têm mais de cinco anos, perceberam mudanças econômicas. Independentemente do tempo de participação nos grupos, mais da metade ainda não perceberam as mudanças econômicas ocorridas na sua estrutura familiar.

Como se pode perceber, na análise das variáveis sobre investimento produtivo, destino do crédito e mudanças econômicas se confirma que os programas de microfinanciamento estão contribuindo no desenvolvimento das atividades produtivas, ou seja, está proporcionando oportunidades principalmente do acesso ao crédito e a assistência técnica, o que têm facilitado o desenvolvimento dos processos produtivos das mulheres. Cabe ressaltar que, a partir dos resultados desta análise, constatou-se que a escolaridade não tem uma influência importante nas decisões das mulheres, tanto para os investimentos produtivos quanto para outras decisões como gerenciar e destinar o crédito, atividade que as mulheres desenvolvem nas suas unidades de produção familiar. Portanto, as mulheres estão criando outras estratégias para lograr maior competitividade nas suas atividades produtivas. Neste sentido, a metodologia de funcionamento das caixas de poupança está criando oportunidades para adquirir conteúdos materiais e simbólicos para desenvolver e reafirmar a identidade

socioprofissional das mulheres. Cabe destacar que algumas mulheres, com maior escolaridade, estavam envolvidas em outras atividades fora da unidade de produção familiar, no entanto, ainda eram poucas as que foram registradas nestas condições.

4.2 A participação social na reivindicação da cidadania das mulheres do PDRIA

Nesta seção, analisam-se os elementos que influenciam na trajetória de participação em organizações sociais (associações de mulheres e nos grupos de caixa de poupança) em reuniões e cargos de representação. Da mesma maneira se analisa a percepção de direitos civis, políticos e sociais com relação ao nível de escolaridade, rendimentos na agricultura, renda total da família, capacitação, assistência técnica, utilização do crédito, tempo de participação nos grupos de caixas de poupança. Estas variáveis são as que foram analisadas para identificar a participação e a percepção dos direitos civis sociais e políticos como elemento no desenvolvimento da cidadania das mulheres.

Em primeiro lugar analisam-se as práticas de participação das mulheres dos grupos de caixas de poupança e em associações de mulheres. Das mulheres que têm uma escolaridade até o primeiro grau completo, 70% desenvolvem uma maior participação nas associações e grupos de caixas de poupança. Enquanto que 58,8% das que mulheres têm uma escolaridade acima de segundo grau ao nível superior, desenvolvem uma maior participação. Constatase que as mulheres que têm menor grau de escolaridade, são as que estão desenvolvendo uma maior participação. Neste caso, os espaços onde se registrou foram as associações de mulheres orientadas para realizarem projetos produtivos.

Com relação aos rendimentos da agricultura, mais da metade delas (58,3%), que obtém renda exclusivamente de atividades agrícolas da família, afirmaram que desenvolvem uma participação nas associações de mulheres e nos grupos de caixas de poupança. Das mulheres que não têm rendimentos exclusivamente da agricultura, 68,7% mencionaram que desenvolvem uma participação importante nestes grupos. Constatase que as mulheres que não possuem rendimentos exclusivamente da agricultura exibem uma maior participação ainda que a diferença não seja significativa, regularmente as mulheres que participam dessas associações e nos grupos de caixas de poupança, estão orientadas para desenvolver projetos produtivos relacionados atividades não agrícolas.

A respeito da renda total da família, com relação à trajetória de participação, das mulheres que têm uma renda menor do que U\$400,00 por mês, 75% têm maior participação. Já entre as famílias das mulheres que têm uma renda maior do que U\$400,00 por mês, 55% também desenvolvem uma participação nas associações e nos grupos de caixa de poupança. Como se pode constatar, as famílias das mulheres que têm uma renda menor do que U\$400,00 por mês desenvolvem maior participação nas associações nos grupos. Essa situação ocorre pelo simples fato de que por ter pouca renda, elas têm a necessidade de participar para conseguir recursos para seus investimentos, já que, como se vem evidenciando, as mulheres estão mais preocupadas em acessar recursos financeiros para seus processos produtivos.

Com relação à capacitação técnica e social, das mulheres que têm recebido este benefício, 57,1% têm desenvolvido uma maior participação nas associações e nos grupos. Já entre as mulheres que não têm recebido capacitação técnica e social, 73,9 % também manifestaram que vêm participam. Com base nos dados apresentados, pode-se afirmar que a capacitação não gera um maior desenvolvimento na participação. O que evidencia que a capacitação que as mulheres têm recebido por parte das caixas de poupança, ou outras instituições, estão mais direcionadas para fins produtivos, ficando em segundo plano as questões políticas.

A respeito da assistência técnica, com relação à trajetória de participação, das mulheres que receberam este serviço, 58,8% mencionaram que participam nas associações e nos grupos. Já das mulheres que não receberam assistência técnica, 70,4% também manifestaram que participam. Constata-se que as mulheres que não receberam assistência técnica exibem uma maior participação, mas as diferenças não resultam significativas.

A respeito da utilização do crédito, com relação à trajetória de participação, das mulheres que solicitaram muitas vezes o crédito, 68,0% desenvolveram uma maior participação. Já das mulheres que solicitaram poucas vezes ou nunca o crédito, 63,2% também têm desenvolvido uma participação nas associações e nos grupos. Nota-se, que independentemente da utilização do crédito, mais da metade das mulheres desenvolveram maior participação, o que evidencia que a utilização do crédito não tem relação com a trajetória de participação das mulheres.

A respeito do tempo de participação nos grupos de caixas de poupança, com relação à trajetória de participação, pode-se afirmar que, entre as mulheres que estão participando há menos de cinco anos, 75% têm desenvolvido uma maior participação. Já entre as mulheres que estão, há mais de cinco anos nos grupos, 55,0 % manifestaram que vêm desenvolvendo

uma participação importante. Constatou-se que as mulheres que estão há menos de cinco anos nos grupos de caixas de poupança, são as que têm desenvolvido uma maior participação tanto nas associações de mulheres como nos próprios grupos.

Em segundo lugar, analisa-se a percepção das mulheres sobre os direitos civis, sociais e políticos. Em relação ao grau de escolaridade, entre as mulheres que têm uma escolaridade até o primeiro grau completo, 51,9% percebem seus direitos civis, políticos e sociais. Já entre as mulheres com escolaridade além do segundo grau e ensino superior, 47,1% percebem os mesmos direitos. Podem-se constatar que não existe uma relação entre a escolaridade e a percepção sobre seus direitos civis, políticos e sociais, já que, entre as mulheres que têm até primeiro grau mais da metade reconhece seis direitos, e as que têm mais do que o segundo grau de escolaridade, quase metade também reconhece seus direitos.

No que se refere aos rendimentos exclusivamente da agricultura das famílias, com relação à percepção dos direitos civis sociais e políticos, entre as famílias das mulheres com rendimentos só da agricultura, 66,7% percebem seus direitos civis, políticos e sociais. Já entre as mulheres que complementam seu rendimento com outras atividades, 43,8% afirmaram perceber os mesmos direitos. Quando as mulheres obtêm rendimentos da agricultura, tendem a ter maior percepção em relação a seus direitos civis, políticos e sociais.

Sobre a renda total das famílias, com relação à percepção dos direitos civis sociais e políticos, entre as mulheres com renda familiar menor do que de U\$400,00 por mês, 41,7% mencionaram que percebem seus direitos civis, políticos e sociais e entre as mulheres com uma renda familiar mais de U\$400,00 por mês, mais da metade (60%), afirmaram perceber esses direitos. Pode-se, portanto, constatar que as mulheres com renda familiar mais alta tendem a perceber mais seus direitos civis, políticos e sociais.

Com relação às mulheres que fizeram algum curso de capacitação técnica e social, somente 47,6% afirmaram perceber seus direitos civis, políticos e sociais. Já entre as mulheres que não fizeram capacitação, 52,2% afirmaram perceber os mesmos direitos. Pode-se constatar, portanto, que a capacitação não interfere em uma maior percepção de seus direitos civis, políticos e sociais.

Com relação ao acesso de assistência técnica em suas atividades produtivas, pode-se observar que, entre as mulheres que receberam este serviço, 52,9% afirmaram perceber seus direitos civis, políticos e sociais, enquanto que, entre as mulheres que não receberam a assistência técnica, menos da metade, representando 48,1%, perceberam os mesmos direitos.

Portanto, com base na análise dos dados, não há uma relação significativa entre as mulheres que receberam a assistência técnica e as que não receberam este serviço, em relação à percepção dos direitos civis, políticos e sociais.

Sobre a utilização do crédito, pode-se afirmar que, entre as mulheres que utilizaram o crédito muitas vezes, mais da metade, representando 56%, afirmou que percebe seus direitos civis, políticos e sociais. Já entre as mulheres que afirmaram utilizar o crédito poucas vezes ou nunca, 42,1% também afirmaram perceber esses direitos. Consta-se que existe uma pequena tendência das mulheres que utilizaram o crédito muitas vezes, perceberem seus direitos civis, políticos e sociais. Ou seja, o crédito exerce uma pequena influência em relação à percepção de seus direitos.

Entre as mulheres que participam nos grupos de caixas de poupança há menos de 5 anos, apenas 45,8% afirmaram perceberem seus direitos civis, políticos e sociais, enquanto que, as que têm mais de 5 anos, mais da metade, representando 55% dos casos, afirmou perceber os mesmos direitos. Consta-se que entre as mulheres que têm mais tempo de participação nos grupos de caixas de poupança há uma pequena tendência de perceberem seus direitos civis, políticos e sociais.

Os dados analisados nesta seção revelam que as ações que as mulheres realizam nas diferentes associações de mulheres não estão determinadas pelas variáveis mencionadas (escolaridade, rendimento da agricultura, renda familiar, capacitação, assistência técnica, frequência do uso do crédito, tempo de participação e participação nas reuniões nos grupos de caixas de poupança). Entretanto, duas exceções foram identificadas: no que se refere à renda familiar, constata-se que as famílias das mulheres com renda baixa, desenvolvem maior participação nas associações de mulheres. Por outro lado, se encontrou que as mulheres que participam há menos de cinco anos nos grupos de caixa de poupança, são as que estão desenvolvendo uma participação importante nas associações de mulheres e nos grupos de caixa de poupança.

A respeito da percepção de direitos civis, políticos e sociais, as variáveis discutidas revelam que a escolaridade, a capacitação, a assistência técnica e o tempo de participação nos grupos de caixas de poupança não influenciam na percepção de direitos civis e políticos. Entretanto, encontrou-se que o rendimento na agricultura das famílias influencia a percepção dos direitos civis e políticos, pois as famílias das mulheres que têm mais rendimento nesta atividade percebem esses direitos. Da mesma forma, as mulheres que frequentemente usam o crédito reconhecem seus direitos.

Portanto, os elementos relativos às caixas de poupança analisados neste trabalho não influenciam a trajetória de participação das mulheres nas associações de mulheres, pois a influência sobre a participação nessas associações é determinada por outros elementos, já que a formação dos programas analisados é muito recente (têm oito anos de funcionamento). A participação das mulheres nas associações já vinha acontecendo há muito tempo, antes mesmo de se associarem às caixas de poupança. No entanto, se identificaram três elementos relacionados às caixas de poupança que estão influenciando na percepção de direitos sociais e políticos. Isto permite afirmar que, no futuro, os programas de microfinanciamento podem, paulatinamente, proporcionar elementos e espaços para o desenvolvimento da cidadania.

4.3 As atividades produtivas no processo de construção da identidade socioprofissional das mulheres do CRESOL

Nesta seção, analisam-se os elementos que influenciam sobre as decisões para realizar investimentos produtivos, orientação do crédito, mudanças econômicas e ocupação, das mulheres que participam nas duas cooperativas do CRESOL. Os elementos considerados para a análise foram: nível de escolaridade, influência do técnico agrícola ou familiar, renda da agricultura, renda total da família, capacitação, assistência técnica agropecuária, utilização do crédito, tempo de participação na cooperativa e participação em reuniões da cooperativa.

Em primeiro lugar, se analisa as variáveis que determinam as decisões para realizar investimentos produtivos. De acordo com a análise realizada encontraram-se os seguintes resultados: com relação ao nível de escolaridade para realizar investimentos produtivos, constatou-se que das mulheres que cursaram mais do que o segundo grau, 75% realizam investimentos produtivos. Já entre as que cursaram até primeiro grau, a metade também realiza investimentos. Constatou-se que as mulheres com maior nível de escolaridade são as que mais realizam investimentos nas atividades produtivas.

A respeito das pessoas que influenciaram na decisão sobre a execução de seus investimentos produtivos 83,3% das mulheres afirmaram que o cônjuge e os pais são as pessoas com as quais conversa para tomar uma melhor decisão sobre seus investimentos. Isto evidencia que as mulheres ainda encontram-se em situação de dependência da família, pois ainda são influenciadas pelas idéias dos pais e dos cônjuges para realizarem suas atividades

produtivas. No entanto, cabe ressaltar que também o técnico agrícola influencia a decisão das mulheres no que diz respeito à realização de investimentos na unidade de produção.

Com relação aos rendimentos na agricultura, verifica-se que, do total das mulheres que mencionaram ter rendimento na agricultura, 80% afirmaram que realizam investimentos nas atividades produtivas. Entretanto, as que mencionaram que não têm rendimento derivado da agricultura, apenas 47,4% realizam investimento nas atividades produtivas. De acordo com as variáveis analisadas, pode-se afirmar que as mulheres que recebem rendimento na agricultura desenvolvem um maior processo de construção de identidade socioprofissional, ou seja, mantêm-se na atividade produtiva, fazendo reinvestimentos na propriedade.

A respeito da renda total da família das mulheres com relação à decisão de realizar investimentos produtivos, nota-se que 75% das mulheres que têm mais de U\$400,00 mensais de renda familiar tendem a fazer investimentos produtivos, enquanto que 52,6% das mulheres com renda familiar menor do que U\$400,00 mensais, também tendem a realizar investimentos na propriedade. Isto evidencia que as famílias com maior renda tendem a fazer mais investimentos em uma porcentagem maior do que as mulheres com renda familiar considerada baixa.

No que se refere à capacitação, do total das mulheres que receberam este serviço, 65,0% realizaram investimentos produtivos. No entanto, do total das mulheres que não receberam capacitação, 61,1% também realizam investimentos produtivos. A partir da análise dos dados, percebe-se que a capacitação não influencia na decisão para a realização de investimentos nas atividades produtivas. Isto pode ser explicado pelo fato de que nem todas as mulheres aplicam na unidade produtiva os conhecimentos adquiridos nos cursos de capacitação, já que estes não garantem sua continuidade ou aplicação, pois como afirmou o representante da cooperativa do município de Aratiba. “Os cursos de capacitação que são fornecidos às mulheres estão determinados pela Cooperativa de Produção e Comercialização (COPAL) e pela cooperativa de crédito do CRESOL”, Este depoimento, ressalta o fato de que os cursos de capacitação feitos pelas mulheres não são uma demanda real sobre as necessidades de produção.

Com relação à assistência técnica, contatou-se que mais da metade das mulheres (69%) que recebem assistência técnica tendem a investir na produção. Ao contrário da capacitação, a assistência técnica é um elemento que influi nas decisões para os investimentos das mulheres na produção, já que esta é uma atividade que acompanha o processo produtivo.

Ou seja, contribui com conhecimento especializado sobre as questões produtivas, o que favorece o desenvolvimento das atividades produtivas.

A respeito da utilização do crédito, entre as mulheres que o utilizam, muitas vezes, a maioria (88,9%) tende a fazer investimentos na unidade de produção. Por sua vez, entre as que utilizam o crédito poucas vezes ou nunca, apenas 45% fazem investimentos produtivos. Pode-se dizer portanto que as mulheres que afirmaram utilizar muitas vezes o crédito, realizam mais investimentos produtivos, o que significa que o crédito favorece a produção da atividade agrícola.

No que se refere ao tempo de participação na cooperativa, com relação à decisão de realizar investimentos produtivos, de acordo com a análise não se encontrou uma relação direta, já que das mulheres que participam há menos de dois anos, mais da metade faz investimento produtivo. Da mesma forma, das que estão há mais de três anos participando da cooperativa, também mais da metade delas realizam investimentos produtivos. Portanto, constata-se que não há uma diferença entre as mulheres que têm pouco tempo de participação e aquelas que têm mais de três anos de participação.

Sobre a participação em reuniões na cooperativa, do total das mulheres que mencionaram que participam nas reuniões, 69,6% realizam investimentos produtivos, enquanto que mais da metade (56,3%) das mulheres que não participam nas reuniões, também realizam investimentos produtivos. A análise dos dados indica que a participação nas reuniões na cooperativa representa uma pequena influência para fazer investimentos na unidade de produção.

Em segundo lugar, analisam-se os elementos que influem para o destino do crédito, classificados em créditos produtivos e créditos para necessidades básicas. A esse respeito, encontraram-se os seguintes resultados: com relação ao nível de escolaridade, as mulheres que cursaram até o primeiro grau de estudo, 58,8% destinam seu crédito para questões produtivas, entretanto das que afirmaram que tinham cursado segundo grau ou nível superior, 63,2% também destinaram seu crédito para atividades produtivas. Constata-se que, independente do nível de escolaridade das mulheres nas duas classificações, mais da metade delas usam o crédito para atividades produtivas. Isto evidencia que o nível de escolaridade das mulheres não interfere nas decisões para destinar o crédito nas suas atividades.

Entretanto, o técnico agrícola exerce considerável influência na orientação de seus créditos. Das mulheres que afirmaram que usam seus créditos para fins produtivos, 70,6%

foram orientadas pelo técnico agrícola, para realizar uma melhor orientação de uso deste recurso. Da mesma forma, a metade das mulheres que foram motivadas por algum membro da família (pai e cônjuge), também destinou seus créditos para questões produtivas. Pode-se ressaltar que a influência do técnico agrícola está contribuindo na decisão das mulheres que participam nas duas cooperativas estudadas para usar o crédito em atividades produtivas (agricultura e agroindústrias principalmente). Com a assessoria do técnico, elas garantem a produção, adquirem novos conhecimentos e obtêm maior profissionalização das suas atividades produtivas.

Sobre os rendimentos na agricultura, das mulheres que não têm renda derivada desta atividade, 81,3% destinam o crédito às atividades produtivas, enquanto que 45% das mulheres que têm rendimentos derivados da agricultura destinam seus créditos para tais atividades. Isto pode estar significando uma equação mais razoável entre as mulheres que recebem rendimentos da agricultura, destinando aproximadamente metade do crédito para atividades produtivas, e a outra metade para suprir as necessidades básicas da unidade familiar. Já entre as mulheres que não recebem rendimentos derivados da atividade agrícola, se nota uma orientação do crédito para atividades produtivas, e poucas são as que orientam para necessidades básicas, o que pode estar indicando um incipiente processo de profissionalização.

No que se refere à renda total, as famílias das mulheres que participam na cooperativa que têm um rendimento menor de U\$400,00 por mês, 76,5% destinam o crédito para questões produtivas. Enquanto que apenas 47,4% das que têm um rendimento maior de U\$400,00 por mês, usam o crédito para atividades produtivas. Isto evidencia que as mulheres que possuem pouca renda tendem a fazer uso do crédito nas suas atividades produtivas, o que ressalta o papel do mesmo como instrumento auxiliar no desenvolvimento de suas atividades para incrementar os rendimentos.

Com relação à capacitação, verifica-se que das mulheres que não assistiram algum curso de capacitação técnica e social, 81,3% destinam o crédito para fins produtivos. Já apenas 47,4% das que mencionaram que receberam capacitação destinam seus créditos para questões produtivas e 52,5% para necessidades básicas. Como se pode perceber a capacitação não influi de maneira considerável nas decisões para o destino do crédito em aspectos produtivos. E mais, são as mulheres que não recebem capacitação as que mais investem o crédito em atividades produtivas. Esta situação pode ser explicada pelo fato de serem cursos eventuais sobre temas que geralmente não são aplicáveis tais como: culinária, produção de

massas, artesanato e gênero e cidadania. Além disso, não há uma continuidade na oferta da capacitação. Já que as mulheres que assistem a um evento de capacitação para adquirir conhecimentos, apenas se qualificam, mas não garantem o exercício dos conhecimentos adquiridos nas suas atividades produtivas. Isto está relacionado ao processo de profissionalização de suas atividades, é efetivado mediante a prática dos conhecimentos adquiridos, na qual se articulam o saber prático e o saber teórico.

No que se refere à assistência técnica, indica que 66,7% das mulheres que recebem este serviço destinam o crédito para a agricultura, e 33,3% para necessidades básicas. Já as 55,6% que não receberam assistência técnica, não destinam o crédito para este fim. Pode-se constatar que a assistência técnica, vem tendo uma influência importante nas decisões do destino do crédito. Diferente da capacitação, a assistência técnica é um instrumento que está presente nas diferentes fases do processo produtivo, nas suas atividades produtivas, o que garante uma maior possibilidade de êxito, pois, na assistência técnica, o técnico agrícola está presente nas diferentes fases de produção, desde a orientação teórica até às atividades práticas. Isto leva as mulheres a se envolverem mais em suas atividades, já que, além de ver como o técnico agrícola aplica os conhecimentos, elas também aprendem deste processo, o qual influencia de maneira mais importante a sua profissionalização, fazendo uma aplicação produtiva do crédito.

A respeito da utilização e orientação do crédito, das mulheres que mencionaram que utilizam poucas vezes o crédito, 73,7% destinam para questões produtivas, e 47,1% das que utilizam muitas vezes o crédito destinam o mesmo para fins produtivos, e 52,9% para necessidades básicas. Pode-se observar que existe uma tendência de que as mulheres que usam poucas vezes o crédito o destinam para questões produtivas. Isto evidencia que a necessidade do crédito para fins produtivos, ocorre em épocas específicas ou em cada ciclo de produção, o que determina que elas manifestem que o usam poucas vezes durante o ano. Por outro lado, a utilização freqüente do crédito está relacionada com as necessidades de consumo, as quais se apresentam em qualquer época do ano.

No que concerne ao tempo de participação na cooperativa, das mulheres que têm menos de dois anos de participação, 66,7% tendem a contratar o crédito para fins produtivos, e apenas 33,3% para outros fins. Enquanto que as mulheres que têm mais de três anos de participação na cooperativa, a metade o destina para fins produtivos e a outra metade para necessidades básicas. Constata-se que as mulheres que têm menos tempo na cooperativa, solicitam o crédito para fins produtivos. Já as mulheres com mais tempo na cooperativa

percebem que podem acessar crédito para outras finalidades, o que inclui necessidades básicas. No depoimento de um representante da cooperativa pode-se constatar também a alteração das mulheres com o tempo de permanência na cooperativa de destino do crédito⁶⁰.

Sobre a participação em reuniões na cooperativa, 85% das mulheres que participam, solicitam crédito para atividades produtivas. Entretanto, apenas 31,3% das mulheres que não participam nas reuniões afirmaram que usam o crédito para fins produtivos, e 68,8% delas o destinam para outros fins, principalmente para suprir necessidades de consumo. Consta-se que quanto mais se envolvem nas reuniões na cooperativa, mais tendem a destinar o crédito para fins produtivos, o que pode significar que a instância de participação lhes permite adquirir conhecimentos, intercambiar experiências e configurar, assim, uma identidade profissional. A participação parece estar abrindo possibilidades para uma melhor tomada de decisões para realizar empreendimentos produtivos.

Disto se conclui que as mulheres que participam das reuniões na cooperativa e as que participam em outras organizações, possuem uma visibilidade com relação ao destino do crédito para aspectos que possam gerar renda. Ou seja, estão mais instrumentalizadas em questões produtivas, o que evidencia que a participação em outros âmbitos fora do lar faz com que elas adquiram conhecimentos que revelam a necessidade de contratar créditos para fins produtivos.

Em terceiro lugar, analisa-se a percepção que as mulheres têm sobre as mudanças econômicas na unidade de produção familiar (hábitos de poupança, renda e consumo). Com relação à escolaridade, as mulheres que cursaram estudos até o primeiro grau, 52,9% percebem mudanças econômicas na sua família. Já das mulheres que tem escolaridade além do segundo grau ou nível superior, 52,6% também percebem mudanças econômicas na sua família. Portanto, segundo dos dados, não existe uma relação da percepção sobre mudanças econômicas na família com relação às escolaridades das mulheres que participam na cooperativa.

A respeito de quem motivou o início das atividades produtivas, das mulheres que afirmaram que foram motivadas por um técnico agrícola para iniciar suas atividades, 57,9% afirmaram que percebem mudanças econômicas na sua família. Enquanto que das mulheres

⁶⁰ “Todos os agricultores que entram na cooperativa, regularmente chegam aqui para pedir um crédito agrícola (...). Quando já são sócios, eles tendem a solicitar crédito para outras necessidades tanto na propriedade como para necessidades da família, para doenças, para festas, para melhorar a moradia, e até para pagar dívidas. E, se o sócio é responsável, a cooperativa dá o dinheiro para ele.” (entrevista com o representante do CRESOL do município Aratiba – 2004)

que foram motivadas por algum membro da família (pais ou cônjuge), apenas 43,8% percebem mudanças econômicas na unidade de produção familiar. Esta situação evidencia que a presença de um técnico agrícola, nas decisões para o desenvolvimento das atividades produtivas das mulheres, gera resultados positivos que se refletem numa melhora na situação econômica das famílias.

A respeito de rendimentos na agricultura, das famílias das mulheres que têm renda exclusivamente da atividade agrícola, 61,1% percebem que estão tendo uma mudança econômica na familiar. Já entre as mulheres que têm renda derivada de várias fontes, 44,4% afirmaram também percebem mudanças econômicas na sua família. Como se vem analisando, a principal atividade produtiva das mulheres que está gerando renda permanente é a agricultura.

A respeito da renda total da familiar, das mulheres que mencionaram que têm uma renda maior do que U\$400,00 por mês, 61,1% afirmaram que percebem mudanças econômicas. Já as famílias das mulheres que têm renda menor de U\$400,00 por mês, 44,4%, afirmaram que percebem uma mudança econômica na sua família. Constatou-se que entre as famílias que possuem uma renda alta, existe uma tendência de perceber mais mudanças econômicas na família, o que significa que a maior renda ocasiona mudanças positivas na sua família.

Com relação às mulheres que receberam cursos de capacitação e sua relação com a percepção de mudanças econômicas na sua família, se encontraram as seguintes evidências: das mulheres que fizeram algum curso capacitação, 57,9% afirmaram que percebem uma mudança econômica na sua família. Entretanto, das que não fizeram os cursos, 42,8% afirmaram que percebem mudanças econômicas na sua família. Constatou-se, portanto que as mulheres que receberam capacitação têm uma maior percepção sobre as mudanças econômicas na família.

No que se refere à assistência técnica, com relação à percepção de mudanças econômicas na família, se encontrou as seguintes evidências: das mulheres que receberam assistência técnica, 55,6% percebem uma mudança econômica na família. Por sua vez, existe uma diferença em relação às mulheres que não receberam assistência técnica, das quais 44,4% percebem mudanças econômicas. Cabe mencionar que foram os casos que manifestaram não ter recebido assistência técnica, por isso os dados apresentados aqui resultam mais provisórios. A relação entre a assistência técnica mostra a importância deste instrumento no desenvolvimento das atividades produtivas e os rendimentos econômicos das mulheres.

Com relação ao uso do crédito e a influência da percepção das mulheres sobre mudanças econômicas na família, se encontrou a seguinte informação: das mulheres que usaram muitas vezes o crédito, 56,3% afirmaram que percebem mudanças econômicas na sua família, e 52,6% delas, que usaram poucas vezes o crédito, também percebem mudanças econômicas. Este resultado mostra que a percepção sobre as mudanças econômicas das famílias das mulheres, independe das vezes que elas usam o crédito.

A respeito do tempo de participação na cooperativa, com relação à percepção de mudanças econômicas na família, foram encontradas as seguintes evidências: das mulheres que estão participando há mais de três anos, 70% afirmaram que percebem uma mudança econômica na unidade de produção familiar. Já entre as mulheres que têm menos de dois anos na cooperativa, 46,2% percebem uma mudança econômica na sua família. Como se pode notar, as mulheres que têm mais de três anos participando na cooperativa, tem maior percepção de mudanças econômicas, se comparadas àquelas que têm pouco tempo na cooperativa. Esta situação evidencia que as mulheres que estão mais tempo na cooperativa estão adquirindo elementos materiais e simbólicos, o que reflete em mudanças na economia familiar.

Com relação à participação em reuniões da cooperativa, e a percepção de mudanças econômicas das famílias das mulheres, se encontrou as seguintes evidências: as mulheres que mencionaram que participam ativamente de reuniões na cooperativa, 47,6% delas percebem mudanças econômicas na sua unidade de produção, e 52,4% não percebem. Entretanto, 60% das que não participam em reuniões na cooperativa percebem mudanças econômicas na sua família. Isto evidencia que a participação nas reuniões na cooperativa não tem uma influência de maneira importante sobre as mudanças econômicas na unidade de produção de cada mulher.

Em quarto lugar, se analisa as variáveis que influenciam sobre a auto-identificação das mulheres como agricultoras ou como donas-de-casa. Com relação ao nível de escolaridade, foram encontradas as seguintes evidências: das mulheres que cursaram mais do que o segundo, ou realizaram algum curso superior, 80% afirmaram que se reconhecem como agricultoras, e 20% se identificaram como donas-de-casa. Por sua vez, das mulheres que mencionaram haverem cursado apenas o primeiro grau, 52,6% afirmaram que se reconhecem como donas-de-casa. Esta situação reflete que quanto maior grau de escolaridade das mulheres, maior a percepção de sua profissão como agricultora. A educação formal mostrou

ser uma variável relevante na definição de sua profissão, fazendo com que as mulheres se reconheçam como agricultoras.

Em relação às pessoas que motivaram as mulheres para o início de uma atividade produtiva, no que se refere à ocupação das mesmas. De acordo com a informação analisada, se encontraram as seguintes evidências: das mulheres que foram motivadas por algum membro da família (pai e cônjuge), 66,7% se identificam como agricultoras, e 33,3% como donas-de-casa. Já entre as mulheres que foram motivadas por um técnico agrícola, 65%, também se identificam como agricultoras e 35% como donas-de-casa. Consta-se que não existe uma relação significativa das pessoas que influenciaram o início das atividades produtivas como sua profissão.

Em relação à renda total da família, de acordo com análise da informação, se encontrou que 73,7% das mulheres que possuem uma renda familiar menor de U\$400,00 por mês, se identificam como agricultoras, e 26,3% como donas-de-casa. Já entre as mulheres que têm uma renda familiar maior de U\$400,00 por mês, 55%, se identificam como agricultoras e 45% como donas-de-casa. De acordo com os dados, constata-se que as mulheres que têm uma renda baixa são se identificaram como agricultoras, pois as famílias que têm uma renda alta têm outras fontes de renda, como membros da família assalariados, fontes de renda na agroindústria e em aposentadorias. Tais fatores não estão diretamente relacionados com as atividades agrícolas, já que entre as mulheres que têm renda baixa, os rendimentos provêm essencialmente da agricultura.

No que diz respeito às mulheres que receberam capacitação e a relação com a ocupação encontraram-se as seguintes evidências: das mulheres que receberam capacitação, 50% se identificam como agricultoras. Já das que não receberam capacitação, 77,8% se identificaram como agricultoras. Consta-se que o fato de receber capacitação, não contribuiu para uma maior identificação das mulheres como agricultoras, já que os cursos não estão diretamente relacionados com as atividades produtivas que elas desenvolvem, e não são frequentes o acesso a este serviço.

No que se refere à assistência técnica com relação à ocupação, encontraram-se as seguintes evidências: das mulheres que receberam este serviço, 69% se identificaram como agricultoras e 31% como donas-de-casa. Já as que não receberam este serviço, metade se identificou como agricultoras e a outra metade como donas-de-casa. O que se constata é que a assistência técnica é um elemento que influencia na sua ocupação. Como se vem analisando, nos diferentes itens, a assistência técnica vem sendo um elemento importante no

desenvolvimento produtivo das mulheres. Constata-se que as atividades produtivas com assessoramento de técnicos da cooperativa contribuem para a auto-identificação profissional das mulheres como agricultoras.

A respeito da utilização do crédito, com relação a ocupação das mulheres, os dados analisados mostram as seguintes evidências: das mulheres que têm usado muitas vezes o crédito, 72,2% se identificam como agricultoras. Por sua vez, 60% das mulheres que têm usado poucas vezes o crédito, se definem como agricultoras. Esta constatação se relaciona com o fato de que a maioria das mulheres que contrata crédito na cooperativa, o utilizam na agricultura. Apesar das diferenças não serem muito significativas, as mulheres que utilizam mais o crédito da cooperativa, se identificam mais como agricultoras. Portanto, o crédito é um elemento que influencia de maneira importante a identidade profissional como agricultoras.

A respeito do tempo de participação na cooperativa, com relação à ocupação das mulheres se encontrou que, das que têm mais de três anos de participação na cooperativa, 75% se identificaram como agricultoras. Já entre as mulheres que têm menos de três anos participando na cooperativa, 59,3 se identificaram como agricultoras, e 40,7% como donas de casa. Constatou-se que as mulheres que têm mais tempo na cooperativa se definem como agricultoras. Esta constatação pode estar relacionada com as mulheres que estão entrando recentemente, pois muitas delas não estão diretamente ligadas à agricultura, são mulheres mais novas que ainda estão apenas incursionando por estas atividades.

No que refere à participação em reuniões da cooperativa com relação à ocupação das mulheres, de acordo com a análise dos dados temos as seguintes evidências: das mulheres que afirmaram que estão participando ativamente da cooperativa, 69,6% se identificaram como agricultoras e 30,4% como donas-de-casa. Enquanto que as mulheres que não participam em reuniões na cooperativa, 56,3% se definiram como agricultoras. Constata-se que mulheres que se identificam como agricultoras participam mais das reuniões da cooperativa. Isso significa que estes espaços estão gerando uma maior socialização para a definição de sua profissão como agricultoras, embora as diferenças em relação às que não participam não sejam altamente significativas.

Nesta seção, se constata que as quatro variáveis consideradas que envolvem a dimensão da identidade profissional (investimentos produtivos, destino do crédito, mudanças econômicas e ocupação) estão determinadas primeiramente pelo grau de escolaridade das mulheres, já que se evidenciou que o grau de escolaridade influi de maneira importante na definição de sua identidade profissional. Por outro lado, os elementos proporcionados pelas

cooperativas (intervenção do técnico agrícola nos resultados da assistência técnica, frequência do uso do crédito, e as que têm mais de três anos participando na cooperativa) influenciam de maneira significativa na definição da identidade profissional como agricultoras. Já a capacitação e a participação nas reuniões da cooperativa, estas não interferem de maneira importante no processo de construção da identidade profissional.

Portanto, se constata que as cooperativas de crédito estão criando condições para o acesso a instrumentos produtivos, para o desenvolvimento das suas atividades produtivas, principalmente com o acesso ao crédito, à assistência técnica e à intervenção do técnico agrícola, nas decisões das mulheres para o planejamento de suas atividades produtivas. Isso reflete um maior investimento produtivo e uma maior renda das famílias das mulheres que participam nas duas cooperativas analisadas, podendo-se afirmar que as mesmas têm contribuído para o desenvolvimento da identidade socioprofissional das mulheres como agricultoras.

4.4 A participação social na reivindicação da cidadania das mulheres do CRESOL

Nesta seção, se analisam as variáveis que explicam o desenvolvimento da trajetória de participação e a percepção sobre os direitos civis, sociais e políticos, como dimensões na reivindicação da cidadania das mulheres rurais.

Em primeiro lugar, analisam-se as variáveis que explicam a percepção sobre os direitos sociais civis e políticos das mulheres rurais. De acordo com a análise da informação se encontraram as seguintes evidências: com relação à escolaridade e à percepção dos direitos, das mulheres que cursaram somente o primeiro grau, 63% afirmaram que percebem seus direitos civis, sociais e políticos. Já entre as que cursaram mais estudos a metade delas também percebe seus direitos. Apesar das diferenças não serem muito significativas, as mulheres que têm menos estudos percebem mais a existência desses direitos.

A respeito das pessoas que motivaram o início da atividade as mulheres com relação à percepção dos direitos se encontraram as seguintes evidências: As mulheres que foram motivadas pelos familiares (pai ou cônjuge) 55,6% percebem seus direitos. Já entre as mulheres que afirmaram que foi o técnico agrícola que motivou para o início de sua atividade, 60% delas afirmaram que também percebem seus direitos. De acordo com a análise se

constata que, independentemente de quem motivou para o início das suas atividades produtivas, mais da metade delas percebem seus direitos.

A respeito dos rendimentos na agricultura, com relação à percepção dos direitos, se encontrou os seguintes resultados: das mulheres que têm uma renda somente da agricultura, 50% delas percebem os direitos civis, sociais e políticos. Entretanto, das mulheres que têm rendimentos de outras fontes, além da agricultura, 63% delas percebem seus direitos. Constata-se que as mulheres que complementam a renda com outras fontes são as que mais percebem seus direitos.

No que se refere à renda total da familiar com relação à percepção dos direitos, de acordo com a análise foram encontrados os seguintes resultados: das famílias das mulheres que têm uma renda acima de U\$400,00, mensais, 57,9% delas afirmaram que percebem seus direitos, e 55,0% das mulheres que possuem uma renda menor de U\$400,00 por mês, também percebem seus direitos. Pode-se afirmar que, independentemente do nível de renda das famílias, mais da metade das mulheres afirmaram que percebem seus direitos, o que significa que esta variável não influencia na percepção de tais direitos.

A respeito da capacitação com relação à percepção de seus direitos, os resultados que se encontraram foram as seguintes: das mulheres que manifestaram haverem recebido capacitação técnica, 45% delas perceberam seus direitos civis, políticos e sociais. Já entre as mulheres que não receberam capacitação, 72,2% delas mencionaram perceberem seus direitos civis, políticos e sociais. Constata-se que a capacitação não exerce um papel positivo na percepção dos direitos civis, políticos e sociais das mulheres, talvez porque esteja pouco direcionada para questões de cidadania.

No que concerne à assistência técnica com relação à percepção dos direitos das mulheres, os resultados foram: das mulheres que receberam assistência técnica, 62,1% percebem seus direitos civis, políticos e sociais, enquanto que apenas 40% do total das mulheres que não receberam assistência técnica perceberam tais direitos. A análise dos dados mostra que a assistência técnica é um elemento importante na percepção das mulheres sobre seus direitos civis, políticos e sociais. Como se vem analisando em outros itens, a assistência técnica vem desempenhando um papel importante, pois a assessoria técnica nas atividades tanto agrícolas como pecuárias, assim como assessoramento relacionado a questões de administração de seus recursos na unidade de produção familiar, esta gerando um desenvolvimento das mulheres em outros aspectos, o que está influenciando no desenvolvimento da cidadania.

Com relação ao uso do crédito e a percepção dos direitos das mulheres, de acordo com a informação analisada, encontrou-se que 60% das mulheres que afirmaram usar poucas vezes o crédito percebem seus direitos civis, políticos e sociais. Já entre as mulheres que afirmaram que sempre usam o crédito, 50% delas percebem tais direitos. Constatou-se que independentemente do uso de crédito para suas atividades produtivas, mais da metade delas percebem seus direitos civis, políticos e sociais.

A respeito do tempo de participação na cooperativa com relação à percepção dos direitos civis sociais e políticos, a partir dos dados analisados encontraram-se os seguintes resultados: das mulheres que têm menos de dois anos de participação na cooperativa, (66,7%) perceberam os direitos civis, políticos e sociais, enquanto que somente 33,3% das mulheres que têm mais de três anos de participação na cooperativa percebem esses direitos. Constatou-se, portanto que as mulheres que têm menos tempo na cooperativa são as que mencionaram que percebem seus direitos, o que significa que o tempo de participação não influencia na percepção de tais direitos.

A respeito da participação nas reuniões da cooperativa, com relação à percepção dos direitos, encontraram-se os seguintes resultados: das mulheres que afirmaram que têm participado em reuniões, 69,6% delas perceberam seus direitos civis, políticos e sociais. Enquanto que apenas 37,5% das que não têm participado nas reuniões da cooperativa percebem tais direitos. Constatou-se que as mulheres que afirmaram que participam mais nas reuniões da cooperativa percebem de maneira importante os direitos civis, políticos e sociais. Isto significa que a Cooperativa constitui um fator importante no reconhecimento de tais direitos, o que pode gerar um desenvolvimento mais efetivo da cidadania.

Em segundo lugar, analisam-se as variáveis que explicam a trajetória de participação em organizações sociais e políticas, especificamente na participação de sindicatos de trabalhadores rurais, associação de mulheres e nas duas cooperativas de crédito. De acordo com a informação analisada, encontraram-se os seguintes resultados. Das mulheres que cursaram somente o primeiro grau de escolaridade, 57,9 têm uma trajetória de participação, já as que cursaram além do segundo grau, 60% têm uma trajetória de participação de maneira importante. Constatou-se que independentemente da escolaridade das mulheres, mais da metade delas estão tendo uma trajetória de participação nas associações de mulheres, sindicatos, nas duas cooperativas.

Com relação à influência de outra pessoa para tomar a decisão de realizar investimentos produtivos, das mulheres que foram motivadas por algum membro da família

(pai ou cônjuge), 60% delas participam. Já entre as que se motivaram por um técnico agrícola, 55% delas também participam de maneira importante. Esta evidência mostra que independentemente da influência de algum familiar, o técnico agrícola do programa de microfinanciamento não interfere em sua trajetória de participação. Isto pode ser explicado pelo fato de as mulheres que afirmaram que vêm participando de outras organizações, já tinham esta trajetória antes de serem sócias na cooperativa.

Sobre os rendimentos da agricultura, com relação à trajetória de participação, de acordo com os dados analisados encontrou-se, que independentemente do rendimento derivado das atividades agrícolas, mais da metade delas têm uma trajetória de participação em outras organizações sociais e políticas. Portanto, os rendimentos da agricultura não influenciam sobre a trajetória de participação em outras organizações sociais e políticas.

A respeito da renda familiar com relação à trajetória de participação das mulheres, os dados analisados evidenciam que, independentemente do nível de renda das mulheres na sua família, esta variável não influi na trajetória de participação, já que mais da metade delas, nas duas categorias, mencionaram que têm uma influência na trajetória de participação.

No que se refere às mulheres que receberam curso de capacitação com relação à trajetória de participação, de acordo com os dados analisados evidencia-se os seguintes resultados: das mulheres que vêm recebendo capacitação, 75% têm uma maior trajetória de participação. Já entre as que não têm assistido a algum curso de capacitação, apenas 44,4% têm uma trajetória de participação. Portanto, se constata que as mulheres com capacitação influenciam a trajetória de participação.

A respeito das mulheres que receberam assistência técnica com relação à trajetória de participação, de acordo com os dados analisados, se afirma que 62,1% das mulheres que receberam assistência técnica têm tido influência sobre as trajetórias de participação, e 50% das que mencionaram que não têm recebido assistência técnica também afirmaram que têm uma trajetória de participação em outras organizações sociais e políticas. Portanto, constata-se que a assistência técnica mantém alguma influência mínima sobre a trajetória de participação.

A respeito da utilização do crédito com relação à trajetória de participação, os dados analisados evidenciam que mais da metade delas, independentemente das vezes que usou o crédito, estão participando nas associações, nos Sindicatos de Trabalhadores rurais e nas duas cooperativas de crédito. Pode-se afirmar que esta variável não influencia sobre a trajetória de participação das mulheres nestas organizações.

Com relação ao tempo de permanência na cooperativa e a trajetória de participação das mulheres, de acordo com os resultados encontrados, pode-se afirmar que das mulheres que têm mais de três anos na cooperativa, 75% delas afirmaram que têm maior trajetória participação. Já entre as mulheres que têm menos de dois anos, 51,9% também têm uma trajetória de participação. Portanto, aquelas mulheres que têm mais antiguidade na Cooperativa são as que também tem uma trajetória de participação.

De acordo com os dados analisados desta seção, se pode constatar que as variáveis como educação, pessoas que motivaram o início da atividade, a renda proveniente da agricultura e a renda total da família, não influencia na trajetória de participação das mulheres. No entanto, a capacitação e a assistência técnica de alguma maneira estão influenciando na sua trajetória de participação. Da mesma forma, as mulheres que estão há mais tempo na cooperativa são as que de alguma maneira estão participam nas associações de mulheres, no Sindicato de Trabalhadores Rurais e nas duas cooperativas crédito do CRESOL.

Com relação à percepção de direitos civis, políticos e sociais, da mesma forma, as mulheres com pouca escolaridade, com e renda derivada da agricultura e da renda familiar são variáveis que não influenciam na percepção. Assim como a capacitação e o uso do crédito tampouco influenciam na percepção dos direitos civis e políticos. No entanto, as mulheres que afirmaram receber assistência técnica têm maior percepção de seus direitos. Nesta situação se constata que a presença do técnico agrícola na sua propriedade influencia no desenvolvimento de outros conteúdos diferentes dos produtivos. Do mesmo modo, as mulheres que participam de maneira permanente na cooperativa ou nos grupos de caixa de poupança, são as que tendem a perceber com maior frequência os seus direitos civis, políticos e sociais.

Neste sentido, os elementos que proporcionam os dois programas analisados principalmente o crédito e a assistência técnica, esta influenciando tanto o desenvolvimento atividades produtivas, assim como aspectos relacionados á trajetória de participação nos grupos de caixas de poupança do PDRIA e as cooperativas de crédito do CRESOL.

5 REDEFINIÇÃO DA IDENTIDADE SOCIOPROFISSIONAL E CIDADANIA DAS MULHERES RURAIS

Neste capítulo, abordam-se os significados das atividades sócio-econômicas que desenvolvem as mulheres rurais na sua unidade de produção e a participação social das mulheres que participam nos grupos de caixas de poupança e nas duas cooperativas de crédito. Tais programas, descritos nos capítulos dois e três, representam fontes de desenvolvimento das atividades produtivas que buscam a redefinição da identidade social na sua dimensão profissional como oportunidade para o desenvolvimento da cidadania, aspectos fundamentados no primeiro e no segundo capítulos.

As reflexões efetuadas buscam responder as questões colocadas ao início deste estudo: por um lado, a de conhecer em que medida a dinâmica do microfinanciamento influencia na redefinição da identidade socioprofissional e o desenvolvimento da cidadania das mulheres rurais e, por outro, a identificação dos elementos que sustentam e constituem o significado material e simbólico de permanência e de reprodução social das famílias das mulheres que participam nestes dois programas de microfinanciamento.

A cidadania passa a constituir uma dimensão fundamental da existência do sujeito na vida individual e coletiva, constituindo uma apropriação de elementos objetivos e subjetivos da vida social, econômica e política, e garantindo a inserção social do indivíduo, a família e a sociedade. A (re)definição da identidade socioprofissional do sujeito constitui uma dimensão fundamental no desenvolvimento da cidadania pela função social que desempenha, particularmente, na sociedade rural.

O processo de redefinição da identidade socioprofissional como oportunidade na ampliação da cidadania, depende de uma diversidade de elementos inter-relacionados que proporcionam o sustento dos novos valores sociais, os quais são incorporados em diferentes magnitudes de tempo e espaço. Como explica Dubar (1997), a identidade é um processo que

se inicia a partir do nascimento do indivíduo e é reconstruída nas sucessivas socializações, nas diferentes fases de sua vida, mediante múltiplas e complexas relações. Neste sentido, existe uma relação dinâmica entre os saberes adquiridos na socialização primária e no processo de socialização secundária através da relação de instituições formadoras de conhecimentos específicos e especializados na divisão social do trabalho.

Ao tempo que, as mulheres rurais, objeto de análise desta tese, podem ser visualizadas como um caso particular deste processo, pela complexidade da unidade de produção familiar, base da divisão social do trabalho historicamente construída nas sociedades tradicionais. Como foi analisado por Kergoat (2003), nas unidades de produção familiar existe uma divisão social do trabalho que se organiza por *separação e hierarquização*. Isto implica duas situações: por um lado, a identidade social das mulheres rurais está relacionada com as atividades reprodutivas e inserida no âmbito doméstico; por outro, as atividades produtivas nas quais se envolvem as mulheres possuem menor valorização social que as dos homens. Em relação ao último aspecto, as mulheres são consideradas agentes secundários nestas atividades, o que repercute no acesso aos significados materiais e simbólicos associados ao desenvolvimento da cidadania.

A situação social as coloca em passividade nos processos da vida social e política nos diferentes âmbitos que afetam suas vidas, o que reflete tanto na organização quanto na participação social local. A mulheres dentro do contexto doméstico, as coloca como sujeitos com poucas possibilidade de acesso aos elementos produtivos para desenvolver atividades mais qualificadas. O principal efeito da divisão sexual do trabalho é a reprodução nas atividades produtivas das quais as mulheres participam das tarefas que realizam tradicionalmente nas unidades produtivas como projetos unicamente relacionados com atividades mais tradicionais (costura, padarias, elaboração de produtos de conservação etc.).

Geralmente, os grupos de trabalho onde participam as mulheres carecem de apoios financeiros e técnicos para que produzam rupturas e se consolidem como atividades que geram renda e contribuam na economia familiar. Pois suas atividades só cumprem funções reprodutivas e tratam de satisfazer as necessidades materiais⁶¹; ou seja, não encontram condições para romper com o papel tradicional na unidade de produção.

O dilema de poder fazer atividades não tradicionais é um componente fundamental para a ampliação da cidadania das mulheres rurais. As idéias e valores presentes na família

⁶¹ Alimentação, moradia, vestuário, saúde (Max Neef, 1996).

sobre o trabalho da mulher determinam as tarefas que as mulheres realizam dentro e fora da propriedade, em função do tempo disponível, de sua mobilidade e de suas relações sociais. As suas atividades produtivas sempre são vistas como um complemento ao trabalho do homem e não como algo independente e valioso.

Esta situação limita desenvolver outras dimensões na vida produtiva, o que reflete a ausência de lideranças femininas para empreender ações reivindicativas que melhorem o posicionamento nos diferentes espaços estratégicos e aumentem a participação nos processos decisórios. As poucas oportunidades que têm para a participação ocorrem de maneira localizada o não permite desenvolver lideranças nos âmbitos das políticas públicas para colocar suas demandas e interesses práticas e estratégicas.

As políticas públicas realizadas em favor das mulheres são feitas, geralmente, sem considerar os problemas e suas necessidades. Além disso, elas não possuem representação nos espaços em que são tomadas as decisões para formular as políticas públicas que lhes dizem respeito. Cria-se, assim, um maior isolamento no sentido de poder construir uma posição relevante no seu meio social para diminuir as desigualdades econômicas, sociais, e políticas em que estão submetidas.

Tradicionalmente, os grupos de trabalho de mulheres formadas nas localidades tanto na região onde funcionam os grupos de caixas de poupança do PDRIA e das Cooperativas do Cresol, são motivados por iniciativas de programas e projetos assistenciais do Estado e não por suas próprias necessidades e inquietações, o que significa que as normas de tais projetos são ditadas por este último e não por elas mesmas. Tal fato determina o não-desenvolvimento de sua cidadania cumprindo somente com as determinações dos técnicos dos programas e projetos. Por exemplo, as mulheres que participam nos grupos da *Sociedade de Solidariedade Social* na região dos Vales Centrais de Oaxaca no México, as decisões que se executam para realizar um projeto de engorda de suínos são provenientes do técnico do projeto. É mais provável que o projeto fracasse porque é elaborado a partir das percepções e idéias do técnico e não das necessidades das mulheres, o que indica a presença de uma concepção que não considera que as mulheres possam assumir espaços na tomada de decisões e começar a construir um processo de liderança.

Analisando a situação social e o papel que desempenham as mulheres que participam nos grupos de caixas de poupança e nas duas cooperativas de crédito, encontrou-se que elas estão envolvidas em diversas atividades produtivas. Além das atividades domésticas tradicionais, elas estão presentes em atividades produtivas que geram renda para a família em

diferentes proporções. Entre as mulheres que participam nos sete grupos de caixa de poupança do PDRIA, mais de 81% contribui com renda familiar, através de atividades especializadas (produção de leite, queijos, derivados da carne de porco, *tortillas* e artesanato), com uma jornada de trabalho de 43% de todas as atividades que desenvolvem durante um dia. Entre as mulheres que participam das duas cooperativas de crédito do CRESOL, mais de 94% contribui com a renda familiar, principalmente em atividades relacionadas à produção de leite, queijo e hortaliças e à elaboração de massas e biscoitos, com um período de trabalho de mais de 46% de todas as atividades que desenvolvem durante o dia. Este fato mostra que elas estão presentes na vida econômica na família e na comunidade local, tanto na agricultura, agroindustriais e artesanais através de microempresas. Da mesma maneira, se constatou que estão também participando em atividades de administração, organização e representação em diversos espaços coletivos como grupos, associações, e sindicatos.

Os dados empíricos coletados evidenciam que a experiência das mulheres pode modificar progressivamente sua identidade social (dona de casa) ao incorporar elementos produtivos nas suas atividades (crédito, assistência técnica, capacitação, entre outros) o que lhe permite elevar sua qualificação e especialização de suas atividades para ser mais competitivo nos mercados. Neste sentido, a redefinição da identidade socioprofissional das mulheres rurais depende da apropriação nos processos de produção para obter uma maior valorização social de suas atividades no mercado e na família, como afirmam Bonelli e Donatoni (1996), a construção da identidade socioprofissional está determinada: por um lado, pelas capacidades cognitivas (habilidades e técnicas para desenvolver as atividades) e a disponibilidade de elementos de desenvolvimento (crédito, capacitação, assessoria técnica); e, por outro, pelo processo de validação social do trabalho. As sucessivas interações entre as capacidades cognitivas e os elementos de desenvolvimento proporcionam a qualificação das atividades produtivas, ou seja, a organização de conteúdos materiais e simbólicos para sua qualificação (auto-identidade do sujeito). Já, o processo de validação social do trabalho é estabelecido através das relações permanentes no mercado e no o grupo social da qual pertence (identidade dos outros).

Neste processo, a identidade socioprofissional se reafirma através das experiências e sabedorias adquiridas na socialização primária e no domínio dos saberes adquiridos ao longo da socialização secundária o qual está implícita a trajetória nas atividades produtivas e sua apropriação dos elementos produtivos fornecidos pelos dois programas de microfinanciamento.

A construção da identidade socioprofissional, conseguiu-se além da apropriação de elementos para a qualificação e da validação das atividades produtivas, também das relações sociais mantidas na organização social, o que orienta a um significado social da profissão, ou seja, a profissão é validada não apenas pelos ganhos econômicos, que é o que o mercado valida, mas também pela *função social* que representa.

Neste sentido, os programas de microfinanciamento vêm ganhando importância como oportunidades para as mulheres rurais acessarem os instrumentos produtivos de maneira flexível e oportuno em suas atividades, e alcançar maior valorização social através de novas relações de mercado e auferindo novas alternativas de desenvolvimento. As oportunidades geradas por os grupos de caixas de poupança do PDRIA e nas cooperativas de crédito do CRESOL, permitem desenvolver e reafirmar o trabalho individual e coletivo, através da participação como representantes destes grupos de caixas de poupança, como agentes comunitários nas cooperativas e nas reuniões em que se debatem propostas e tomam decisões. Este processo indica, por um lado, uma maior capacidade das mulheres para tomar decisões no sentido de acesso ao crédito e empregá-lo nas atividades individuais que consideram serem mais produtivas, incorporando-se progressivamente nos processos produtivos através do acesso ao serviço de assistência técnica e do uso de novas tecnologias. Por outro, indica uma maior incorporação dessas mulheres na gestão e administração dos grupos de caixas de poupança e das cooperativas de crédito, resultando, entre outros aspectos, na sua participação nas negociações que se efetuam em diferentes instâncias institucionais no que diz respeito a suas demandas de recursos econômicos, técnicos e de mercado. Estas conquistas mostram que estão encontrando oportunidades para acessar a serviços produtivos que fomentem suas atividades e o desenvolvimento da cidadania. Isto se contrapõe ao discurso teórico e político mais conservador, que assinala que o papel da mulher rural está confinado ao âmbito do lar, sendo apenas um agente secundário das atividades produtivas sem contribuição para o desenvolvimento local.

As possibilidades da redefinição da identidade socioprofissional e o desenvolvimento da cidadania das mulheres serão analisados a partir do confronto entre as atividades socioeconômicas das mulheres e os princípios e normas operacionais dos dois programas de microfinanciamento estudados. Estes últimos estabelecem as condições específicas para acessar os instrumentos produtivos e as fontes de recursos que oportunizem mudanças na posição social das mulheres rurais.

Nesta perspectiva, é possível interpretar os diferentes significados na redefinição da identidade socioprofissional, na medida em que as mulheres adotem e incorporem conhecimentos especializados de suas atividades produtivas, considerando a valorização dos atributos e práticas culturais tradicionais. Com efeito, estes últimos constituem o substrato das identidades sociais historicamente construídas pelas mulheres. Portanto, as mudanças dessas identidades são redefinidas quando se estabelecem relações entre as práticas tradicionais e as novas práticas sociais das mulheres, incorporando técnicas e conhecimentos especializados de produção e gerando-se a validação social de suas atividades através das relações com o mercado e com a organização social e na incorporação nos processos decisórios no funcionamento das Caixas de Poupança e nas cooperativas de crédito.

5.1 O novo perfil sócio-econômico define a identidade socioprofissional

Os elementos que influenciam de maneira mais relevante as mulheres rurais objeto deste estudo são, principalmente, os valores sociais adquiridos na família, na escola, e a dinâmica de microfinanciamento na aquisição de conhecimentos especializados, os quais definem a sua identidade socioprofissional. As características sobre o perfil sócio-demográfico, especificamente a identidade étnica, os níveis de escolaridade e o acesso aos serviços produtivos proporcionados pela dinâmica do microfinanciamento têm sido alguns fatores que comprovam a definição da identidade socioprofissional das mulheres rurais, os quais são analisados a seguir.

5.1.1 A escolaridade e a posição na organização do PDRIA e do CRESOL

O processo de desenvolvimento das atividades produtivas e a participação nos processos decisórios nos grupos comunitários de caixas de poupança e nas cooperativas de crédito estão relacionados com alguns fatores sócio-demográficos analisados neste trabalho. A escolaridade é particularmente uma variável que tem uma incidência relevante sobre as decisões nas atividades administrativas e organizativas dos grupos de caixa de poupança e das cooperativas. Da mesma forma ocorre com as agentes comunitárias nas cooperativas de

crédito, pois no momento da eleição, as que mais participam nestas atividades são as que têm mais nível de estudo.

Para o caso dos grupos de caixas de poupança do PDRIA, as mulheres que possuem maior grau de escolaridade são as que participam na direção dos grupos, realizando trabalhos administrativos e de gestão correspondentes à contabilidade, distribuição e recuperação dos recursos financeiros; e na discussão de problemas e soluções para o desenvolvimento dos grupos. Além disso, realizam também a solicitação de novos recursos financeiros em programas tanto governamentais como de instituições filantrópicas. O sucesso deste trabalho depende da disponibilidade e dos conhecimentos sobre estes aspectos, pois, como se constatou os grupos que têm representantes com maior grau de escolaridade, apresenta uma melhor administração de seus recursos econômicos e uma organização mais estruturada. Encontrou-se, inclusive, que os representantes e as sócias dos grupos de caixas de poupança mantinham uma dinâmica de discussão orientada ao melhoramento das relações sociais dentro e fora dos grupos de caixa de poupança. Entretanto, não se evidencia uma influência significativa do grau de escolaridade com relação às decisões individuais para suas atividades produtivas como, por exemplo, o uso do crédito com o objetivo de aumentar os investimentos produtivos, já que, a maioria das mulheres envolvidas nas atividades produtivas independentemente do grau de escolaridade, elas estão presentes nos processos produtivos, tradicionalmente desenvolvidos nas unidades de produção.

Contudo, o nível de educação representa um fator que pode mudar a sua identidade profissional tradicionalmente construído nas unidades de produção, pois como se constatou as mulheres que tinham estudos universitários (9,1%) participando nos grupos de caixa de poupança do PDRIA, estão envolvidas em outras atividades fora da unidade de produção, realizando atividades mais relacionadas à sua profissão, desvinculando-se das questões agropecuárias. Neste sentido se evidencia que na medida em que se integrem mulheres com maior nível de educação nos grupos de caixas de poupança estarão conseguindo maior consolidação nos grupos e diversificando suas atividades produtivas.

Com relação às mulheres que participam nas duas cooperativas de crédito do CRESOL, se constatou que aquelas que possuem maior grau de escolaridade desempenham-se principalmente como agentes comunitárias, desenvolvendo tarefas na organização dos grupos no interior das localidades; e organizando reuniões e levando propostas à cooperativa do município para a solicitação de crédito de acordo com as necessidades das sócias. Assim mesmo, se constatou que as mulheres com maior grau de escolaridade desenvolviam questões

administrativas sobre as contas correntes de seus cônjuges e em relação à solicitação do crédito. Cabe ressaltar que ainda não se encontrou uma participação das mulheres na direção das cooperativas, o qual pode estar influenciado pelo fato dos sócios das cooperativas analisadas serem homens. Entretanto, como se pôde evidenciar, a maior escolaridade das mulheres possibilita desenvolver atividades relacionadas ao funcionamento da cooperativa. Na medida em que, em um futuro próximo, se incorporem mulheres com maior grau de escolaridade, poderiam ocorrer mudanças significativas na organização das cooperativas, ou seja, poderiam ser incorporadas propostas que levem em consideração os interesses das mulheres no relativo ao acesso ao crédito e a outros serviços produtivos.

Evidenciou-se também que as mulheres com maior nível de escolaridade, são as que estão mais envolvidas nos processos produtivos de suas unidades de produção. Nas duas cooperativas de crédito do CRESOL foi encontrado que as mulheres que mais participam nos processos decisórios para solicitar o crédito para investimentos produtivos, assim como as que mais identificam sua ocupação principal como agricultoras, eram as que tinham maior grau de escolaridade; já as que possuíam menos escolaridade se identificavam apenas como donas de casa. Neste contexto, pode-se afirmar que as mulheres com maior grau de escolaridade que se envolvem em atividades produtivas permitem apropriar-se dos conteúdos materiais e simbólicos adquiridos nas cooperativas, elevando sua qualificação e especialização de suas atividades reafirmando sua identidade socioprofissional como agricultoras e microempresárias.

No processo de desenvolvimento dos grupos de caixas de poupança e das cooperativas de crédito, a mulher rural que possui maior grau de escolaridade pode criar oportunidades alternativas para incursionar em outros âmbitos com uma maior valorização de seu trabalho. Isto reafirma a importância da educação como parte dos processos de socialização primária e secundária colocada por Berger e Luckman (1995) na reafirmação da identidade socioprofissional e inclusive na construção de uma nova identidade socioprofissional como o caso das mulheres que estão inseridas em outras atividades fora da unidade de produção.

5.1.2 A identidade cultural na definição da participação nas organizações do PDRIA e do CRESOL

A origem étnica⁶² das mulheres foi uns dos fatores que se constatou uma influencia na participação nos grupos comunitários de caixa de poupança e nas cooperativas de crédito, pois, de acordo com as particularidades de cada etnia, há um desenvolvimento diferente dos grupos de caixa de poupança do PDRIA no México e das duas cooperativas de crédito do CRESOL no sul do Brasil.

Nas mulheres que participam dos grupos comunitários de caixas de poupança no PDRIA, constata-se a predominância da cultura zapoteca, a qual apresenta modo de organização sócio-econômica e política diferente das outras etnias do país. Com efeito, esta etnia tem por característica relevante o trabalho coletivo tanto para questões produtivas e de comercialização como na reprodução social das famílias. Tal organização possui vínculos sociais peculiares baseados na ajuda mútua e na cooperação (*tequio* e *guesa*), dispõe de uma história de atividades de cooperação econômica e social de longa data, adquirida das gerações antecedentes, e faz parte de um conjunto de complexas tradições culturais que permite a permanência de modos de produção que privilegiam fatores não-econômicos. Esta tradição cultural tem gerado confiança e responsabilidade para o cumprimento das atividades dos grupos comunitários de caixas de poupança. Cumpre ressaltar que estes grupos não possuem uma organização formal nem um estatuto jurídico reconhecido pelo Banco Central que permita estabelecer as normas para a operação do crédito e de outros serviços financeiros e produtivos. Porém, os vínculos sociais construídas nas localidades facilitam o estabelecimento de gestão financeira, de seleção dos tomadores do crédito, de recuperação dos recursos e de práticas de poupança. Estas características reafirmam a viabilização financeira destes grupos de caixa de poupança.

Estes elementos, peculiares, também influenciam o trabalho produtivo que realizam individualmente as mulheres. A cooperação e a ajuda mútua existente entre as mulheres, nas localidades, permitem gerar uma maior estabilidade e confiança para desenvolver suas atividades produtivas, principalmente no que refere à produção de leite, de carne de suíno e de *tortillas*. Assim nos casos em que alguma das mulheres percebe que carece da matéria-prima para a elaboração de seus produtos, ocorre o empréstimo mútuo de matéria-prima. Por

⁶² Etnia consiste em um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, tem um ancestral comum, uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão, uma mesma cultura ideológica e moram geograficamente num mesmo território. CAVALLI, Luca; SFORZA, Francesco. (2002).

exemplo, quando falta o milho para fazer *tortillas*. Desse modo, a produção não é interrompida. É possível afirmar que a existência de vínculos sociais, construídos no decorrer da história deste grupo social, permite o desenvolvimento de suas atividades produtivas e de reprodução social de uma maneira peculiar priorizando os aspectos socioculturais.

Nas duas cooperativas de crédito do CRESOL se constatou uma diferença importante em relação à origem étnica dos participantes. Encontraram-se sócios de origem italiana, principalmente, na cooperativa de crédito de Aratiba e de origem alemã na cooperativa de crédito de São Lourenço do Sul. Nesta última, se constatou que as mulheres tinham uma racionalidade de trabalho mais orientada às atividades domésticas e, em menor proporção, a atividades produtivas. Esta situação tem dificultado a formação de grupos de trabalho de maneira organizado para uma maior inclusão na cooperativa, pois as poucas mulheres que são sócias participam de maneira isolada. O representante da cooperativa reconheceu que é difícil trabalhar com as mulheres dessa localidade, pois não existe entre elas uma cultura de trabalho coletivo, sendo que as sócias da cooperativa têm mostrado dificuldades para a distribuição e recuperação dos créditos e na discussão dos projetos. Esta situação coloca as mulheres desta cooperativa à margem dos projetos produtivos que desenvolve, assim como de outras instituições sociais e governamentais que operam na região (CAPA, EMATER e COPAR)

Na medida em que as mulheres se organizem e adotem a metodologia de funcionamento da cooperativa de crédito deste município de São Lourenço do Sul, estarão construindo oportunidades para acessar os serviços produtivos. Além disso, outros benefícios que a cooperativa fornece os seus associados poderão modificar progressivamente sua racionalidade de trabalho, estabelecendo mudanças na sua identidade cultural. Pelo contrário, se as mulheres não conseguem adotar as normas operacionais da cooperativa, corre o risco de serem excluídas dos serviços produtivos que a cooperativa oferece. A falta de acesso os elementos produtivos nas suas atividades produtivas estarão condicionadas a ter maior competitividade nos mercados. Desta forma, a cooperativa representa uma oportunidade importante na reafirmação da identidade socioprofissional.

No caso das participantes da cooperativa do município de Aratiba possuem uma racionalidade orientada a fortalecer o trabalho coletivo e de competitividade, fundamentado na convivência e nos vínculos sociais que este grupo social sustenta principalmente pela afinidade de trabalho. A dinâmica do trabalho coletivo ocorre através das oficinas de fabricação de massas, com o objetivo, principalmente, de otimização dos recursos humanos e materiais para reduzir os custos de produção e aumentar a competitividade no mercado. Esta

forma de trabalho facilita a dinâmica dos processos produtivos e de comercialização, a gestão de serviços produtivos e a relação estreita com a cooperativa de crédito do CRESOL, garantindo um melhor desenvolvimento de suas atividades produtivas e proporcionando uma contribuição de renda mais estável para a família.

De acordo com a diversidade étnica que existe no Rio Grande do Sul, especificamente nas localidades onde funcionam as duas cooperativas de crédito analisadas, constata-se diferentes níveis de participação e de desenvolvimento das atividades produtivas. As mulheres que possuem uma racionalidade de trabalho coletivo são as que estão construindo uma trajetória de participação na cooperativa, acessando a recursos financeiros e a elementos produtivos, o que lhes permite manter uma maior interação e gerar redes e normas sociais de produção e consumo.

5.1.3 O microfinanciamento como definidor da identidade socioprofissional

O financiamento rural e especificamente o uso do crédito vem produzindo várias transformações nas últimas duas décadas. O seu volume, ocorrido em meados dos anos 80 com créditos subsidiados tanto no México como no Brasil, gerou entre outras, uma maior concentração da riqueza e aumentou a pobreza entre os pequenos agricultores familiares.

O fim do crédito subsidiado, no início da década de 90, implicou uma maior presença de instituições financeiras privadas para atender as demandas de crédito, sobretudo da agricultura patronal, excluindo os agricultores familiares, principalmente por seleção dos sujeitos de crédito e de recuperação dos créditos. Apesar do aumento de recursos financeiros por parte do governo federal tanto no México como no Brasil para atender os pequenos agricultores familiares, as políticas agrícolas estabelecidas, não conseguiram solucionar a falta de financiamento e de outros serviços produtivos. De acordo com Abramovay (2003), apenas 17% dos agricultores familiares brasileiros têm acessado ao crédito através do PRONAF. Por seu turno, conforme o INEGI, 19% dos agricultores familiares mexicanos têm acessado ao crédito (2002). Isto evidencia que as políticas agrícolas estabelecidas, não conseguem solucionar o problema da falta de financiamento da maioria dos agricultores familiares, sobretudo para as atividades produtivas das mulheres rurais.

Contudo, têm surgido alternativas de financiamento, denominados pela AMUCSS como “setor de intermediação financeira” e “setor autônomo”, que estão tendo uma

participação importante na atenção da demanda de crédito dos agricultores familiares e das atividades das mulheres. Esse novo setor é apoiado principalmente por organizações sociais e civis (ONG's, a igreja católica e grupos de acadêmicos), na demanda de políticas agrícolas mais inclusivas e na proposta de implementação de seus próprios sistemas de financiamento e de outros instrumentos de desenvolvimento através de cooperativas de crédito, de caixas de poupanças, de bancos comunais e de uniões de créditos, entre outros. Neste processo é que surgem os programas de microfinanciamento como fonte alternativa de acesso aos instrumentos produtivos e a outros elementos de desenvolvimento, abordando os problemas não atendidos pelo mercado de crédito tradicional. A organização destes programas baseia-se nos vínculos sociais construídos nas localidades rurais, o que tem permitido a formação de grupos solidários que procuram resolver o problema da seleção dos tomadores de crédito e de recuperação de recursos. O crédito fornecido através dos programas de microfinanciamento funciona de maneira diferenciada ao dos bancos convencionais. Os recursos econômicos são administrados pelos sócios, nas localidades e municípios, o que permite estabelecer normas operacionais adequadas às necessidades de produção e consumo, tais como condições de pagamento, de prazos, de juros, de disponibilidade dos recursos e de garantias e proporciona a vantagem da proximidade do recurso. Isto significa que os programas proporcionam maior flexibilidade na orientação do crédito e maior oportunidade de obtenção do mesmo no tempo necessário, favorecendo as condições para estabelecer suas prioridades e tomar decisões de maneira autônoma.

Na medida em que os sócios têm se apropriado deste processo, começam a agir com uma maior autonomia em relação a seus investimentos. Isso tem resultado numa maior responsabilidade para cumprir com os compromissos estabelecidos, chegando-se, inclusive, a obter a pontualidade no pagamento das dívidas, reduzindo a inadimplência dos créditos. O grau de cumprimento dos compromissos com dívidas nos dois programas de microfinanciamento analisados chega a 98%. Assim, a dinâmica dos programas de microfinanciamento se reafirma com o compromisso social e não com o de tipo econômico e material, evidenciando a importância dos laços sociais criados por estes programas. Isto contradiz o discurso do mercado de crédito que estabelece que os pequenos agricultores, em especial os pertencentes à agricultura familiar, não têm capacidade de pagamento devido à vulnerabilidade de suas atividades produtivas.

Os programas de microfinanciamento estão criando uma nova orientação do crédito. Tradicionalmente, o mercado de crédito rural convencional orientou os créditos para questões

agropecuárias, usando critérios indiferenciados para todas as categorias sociais existentes no meio rural. Os agricultores familiares apenas contaram com algumas linhas de crédito, basicamente para grãos básicos, devido à vulnerabilidade e riscos de financiamento das atividades agrícolas do setor, principalmente pela falta de infra-estrutura produtiva (WEINMANN, 1999).

Como se constatou, os grupos de Caixa de Poupança do PDRIA e as cooperativas do CRESOL estão orientando, progressivamente, os créditos para atividades não agrícolas, principalmente as que são levadas adiante por mulheres do meio rural. No caso das mulheres que participam nos grupos de caixas de poupança do PDRIA na região dos vales centrais de Oaxaca, se constatou que mais de 47% dos créditos executados foram direcionados para investimentos em microempresas de processamento de alimentos, compra de milho para a fabricação de *tortillas*, aquisição de ordenhadoras, compra de alimento para os suínos, compra de moinhos para milho e financiamento de máquinas de costura. Isto evidencia que o crédito para as mulheres rurais não está orientado somente para as atividades agrícolas; pelo contrário, este programa de microfinanciamento está financiando atividades de interesse para as mulheres, pois o financiamento das atividades não-agrícolas representa melhores perspectivas para a recuperação dos créditos e para a geração de uma renda permanente na família. Da mesma forma, se constatou que mais de 30% dos créditos foram destinados para fins de consumo e para necessidades emergentes como saúde, melhoramento da moradia, pagamento de dívidas e aquisição de instrumentos domésticos.

Neste sentido, os grupos de caixas de poupança do PDRIA rompem com a orientação tradicional do crédito rural, pois na medida em que as mulheres acessam o crédito para outras necessidades, constroem também condições mais favoráveis para desenvolver suas atividades produtivas, já que para o melhor desenvolvimento das atividades produtivas depende das condições que desenvolvem as atividades do lar, pois as atividades das mulheres não são separadas.

As duas cooperativas de crédito do CRESOL constatam-se a um equilíbrio na orientação do crédito. Das 22 mulheres que afirmaram usar os créditos para fins produtivos, 51% o orientou para atividades não-agrícolas, principalmente para a produção de massas e para a aquisição de ordenhadoras e de outros instrumentos de produção, gerando-se uma renda permanente para elas e suas famílias. Além disso, 36% destinaram seus créditos para fins de consumo, principalmente para a melhoria da moradia e para a aquisição de novos instrumentos domésticos. Esse processo mostra que progressivamente as duas cooperativas

estão abrindo outras linhas de crédito, privilegiando as atividades que as mulheres têm desempenhado, tradicionalmente, nas unidades de produção.

As próprias mulheres sabem que as atividades que geralmente desenvolveram são as que lhes permitem obter uma renda familiar. Esta evidência mostra que a orientação do crédito contempla diferentes objetivos e não apenas a financeiro verificando-se o desempenho social deste programa.

Cabe ressaltar, contudo, que este processo ainda é muito incipiente, já que, a origem dos recursos para financiar as emergências e atividades não produtivas provém, regularmente, das poupanças e das contas correntes dos sócios e de alguns recursos específicos provenientes de instituições filantrópicas, o que representa uma limitante para a expansão das atividades das mulheres rurais. Por exemplo, a maior fonte de recursos que administra o CRESOL provém do PRONAF, do Banco do Brasil e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), são orientados exclusivamente para fins agrícolas, sem possibilidades de serem direcionados para outras atividades. No entanto, alguns agricultores que acessavam o crédito através de estas fontes de recursos o orientavam para outros fins diferentes aos originalmente solicitados, inclusive uma parcela deles empregava uma parte do crédito solicitado em atividades efetuadas pelas mulheres. A partir disto pode-se afirmar que as necessidades de financiamento das atividades que se desenvolvem nas unidades de produção não se limitam a questões agrícolas. Os dirigentes do CRESOL-BASER têm proposto aos fornecedores dos recursos econômicos, principalmente, aos bancos, mudar as normas operacionais destes agentes financeiros, para que a aplicação dos recursos econômicos seja mais flexível às condições dos agricultores familiares. Coloca-se a necessidade de implementar mecanismos apropriados para que os recursos, que não são particulares da cooperativa, sejam também destinados às atividades que desenvolvem as mulheres nas unidades de produção.

Uma situação diferente pode ser encontrada nas caixas de poupança do PDRIA, pois a maioria dos recursos financeiros, que elas administram, provém de poupanças das sócias e, em menor proporção, dos programas governamentais e filantrópicas. Estes últimos, não interferem nas normas operacionais do programa, pois os recursos são administrados de maneira autônoma pelas caixas de poupança, o que permite desenvolver uma maior flexibilidade na orientação dos créditos, e na disponibilidade e bom uso das oportunidades de aplicação dos recursos.

O papel do crédito nas atividades que desenvolvem as mulheres na propriedade torna-se cada vez mais importante para a reprodução social das famílias, já que o processo de desenvolvimento local requer do fortalecimento das condições de saúde, educação e moradia. As inovações adotadas nos dois programas analisados permitem financiar mais eficientemente a reprodução social e o trabalho doméstico, o qual poderia significar o desvio dos paradigmas econômicos dominantes e o mercado de crédito que excluem o financiamento destas atividades.

Na divisão sexual do trabalho nas unidades de produção, as mulheres assumem a maioria do trabalho e das responsabilidades com relação à criação dos filhos, além das tarefas domésticas necessárias para assegurar a manutenção e reprodução da força de trabalho. Isto inclui a força de trabalho atual (cônjuge e filhos trabalhadores) e futura (crianças e filhos em idade escolar). Mesmo quando obtêm uma renda, as mulheres tendem a dirigi-lo para a reprodução social da família. Na medida em que as mulheres acessem a recursos financeiros e outros elementos produtivos para desenvolver suas atividades tanto produtivas como domésticas, facilitara o trabalho na reprodução social. Mesmo que a intervenção do crédito financiasse somente o trabalho produtivo, é ignorasse o potencial presente no financiamento do trabalho reprodutivo. As melhoras em moradia, saúde e preparação de alimentos representam poupança de trabalho e recursos para as mulheres. Têm, portanto um impacto produtivo. Em outras palavras, se as tarefas domésticas são ineficientes, trabalhosas ou perigosas, a contribuição das mulheres no desenvolvimento local será mínima.

Nos dois programas de microfinanciamento analisados existe um crescente consenso que os créditos, ao menos uma parte deles, sejam utilizados em atividades não-produtivas. Isto ressalta novamente a necessidade de uma compreensão mais ampla dos modos de vida das mulheres rurais e a necessidade de contar com uma gama diversa de serviços financeiros. Não é surpreendente que, se os programas de microfinanciamento enfocarem o crédito somente em um produto, as mulheres o utilizem, ainda que seu uso não coincida com o destino assinalado no momento do empréstimo. Romper com o enfoque tradicional do crédito rural e sobre tudo para as atividades das mulheres implica desenvolver mecanismos inovadores, incluindo a poupança e outros recursos para financiar, por exemplo, investimentos em saúde, educação e melhorias na moradia e aquisição de instrumentos domésticos, como esta acontecendo tanto nos grupos de caixa de poupança como nas duas cooperativas de crédito.

A necessidade de serviços de poupança e de produtos creditícios, como o crédito para emergências e para o consumo, está baseada em uma compreensão da divisão social e sexual do trabalho. É possível visualizar que as políticas agrícolas existentes para a agricultura familiar são extremamente limitadas. Isto tem como resultado uma abordagem inadequada das necessidades reais das mulheres que trabalham nas unidades de produção. Os créditos tradicionais para o estabelecimento de empresas e para a agricultura não tiveram sucesso devido a várias razões, entre as quais, as dificuldades na descrição dos produtos e os arranjos institucionais nos quais operavam. Por sua vez, o produto atual relacionado com sistemas grupais modificou o perfil de concessão do crédito assim como sua recuperação, incorporando outros serviços como a capacitação e a assistência técnica.

A capacitação é um elemento que fortalece a orientação das ações de uma atividade. O processo de capacitação que se vem realizando nos dois programas de microfinanciamento analisados tem tido diferentes respostas. No caso das mulheres que participam das caixas poupança do PDRIA, tem havido capacitação em questões específicas, não existindo uma continuidade no ensinamento dos conhecimentos que possa garantir a aplicabilidade e a obtenção de benefícios nas atividades produtivas. No entanto, da capacitação foi constatada nas mulheres que desenvolvem atividades administrativas nas caixas de poupança. O desenvolvimento da capacitação tem se registrado, principalmente, nas questões administrativas e organizativas dos grupos. Já as mulheres que participam nas duas cooperativas de crédito, apesar da capacitação ser dirigida a uma menor porcentagem de mulheres em relação ao caso anterior, a mesma atingiu em maior proporção as atividades produtivas, principalmente na produção de leite e na elaboração de massas e de hortaliças. Os conhecimentos adquiridos na capacitação incidem, neste caso, no desenvolvimento dessas atividades. As mulheres que participam nas duas cooperativas estão mais capacitadas em questões produtivas, o que permite afirmar que elas estão adquirindo novos conhecimentos técnicos o que permite elevar sua qualificação em suas atividades reafirmando a sua identidade socioprofissional. Apesar de que são poucas as mulheres que tiveram acesso à capacitação nos dois programas analisados, tem influenciado as decisões sobre os investimentos produtivos contribuindo para uma melhor orientação de suas atividades. Como foi ressaltada no capítulo três, a capacitação tem estado relacionada às atividades para as quais as mulheres contrataram um crédito constituindo um fator favorável na reafirmação da sua identidade profissional.

Da mesma forma, o papel da assistência técnica tem sido um fator importante de desenvolvimento do processo produtivo das atividades das mulheres. A oferta deste serviço processa-se, nos dois programas de microfinanciamento, através das atividades produtivas em que se requer de conhecimentos específicos (agrônomo, administrativo e clínico) disponibilizados por técnicos contratados pelas caixas de poupança e pela cooperativa e mediante convênios com instituições governamentais e organizações não governamentais. A orientação destes serviços ocorre de maneira diferenciada de acordo com as necessidades de cada atividade desenvolvida pelas mulheres. No caso das mulheres que participam das caixas de poupança, apesar de serem poucas as que receberam esse serviço, o mesmo se desenvolve segundo as necessidades específicas de suas atividades. O assessoramento é iniciado a partir da execução de crédito numa atividade produtiva, garantindo-se, desse modo, a rentabilidade da atividade. Desta maneira, a decisão de usar o serviço de assistência técnica no processo produtivo é das mulheres e não dos técnicos, como é o caso de outros programas. Da forma em que se desenvolve a assistência técnica nestes programas, surgem duas situações: por um lado, as mulheres podem tomar as suas próprias decisões, pois começam a identificar os problemas que ocorrem no processo produtivo. Por outro, a constatação destes problemas as leva a demandar assessoria técnica. Nesse processo o técnico não influencia a decisão sobre como conduzir a atividade produtiva, pois ele age de acordo com a demanda das mulheres.

A demanda deste serviço por parte dos associados dos programas analisados é cada vez maior. A falta de técnicos é uma situação que limita o desenvolvimento de tais atividades, o que tem obrigado a buscar outras estratégias como é o caso das parcerias com instituições públicas e organizações não governamentais.

A assistência técnica tem sido escassa devido à existência de poucos técnicos. Assim, ela é solicitada de maneira específica, ou seja, o técnico é requisitado somente quando é necessário. A assistência técnica tem sido limitada devido a que os convênios estabelecidos não atendem, na maioria das vezes, todas as demandas dos participantes. As caixas de poupança e as duas cooperativas de crédito estudadas, não têm capacidade de contratar mais técnicos. Como afirmou os dois representantes das cooperativas de crédito. “Estamos solicitando na Secretaria de Agricultura do governo do estado de Rio grande do Sul, um técnico agrícola e um pecuário para atender as demandas de assistência técnica dos sócios”. Este depoimento evidencia que a cooperativa de crédito tem-se transformado em intermediário ante outras instituições e ante o governo federal, a fim de atender a demanda de assistência técnica dos sócios da cooperativa.

A implementação de serviços de assistência técnica ainda está em debate, no sentido de como tornar mais eficiente os poucos recursos humanos que as caixas de poupança e as duas cooperativas possuem, bem como descobrir os mecanismos que precisam ser utilizados para fazer acordos com as instituições responsáveis por esse serviço.

As mulheres que recebem o serviço de assistência técnica são influenciadas de maneira significativa na realização dos investimentos produtivos. Além disso, o sucesso de suas atividades produtivas está associado à existência desse serviço e a relação com o técnico. Deste modo, percebem que através da assistência técnica podem ter uma mudança econômica e incrementar sua renda. Este processo produz dois resultados: a consolidação da relação com o técnico e a aceitação de novos conhecimentos para desenvolver suas atividades produtivas. Desta forma, junto com os saberes tradicionais, e os novos conhecimentos técnicos mais especializados permitem adquirir uma maior qualificação. Na medida em que as mulheres adquiram mais qualificação nas suas atividades produtivas, serão mais competentes nos novos cenários do mercado.

O acesso ao financiamento das atividades produtivas, doméstica e de emergências, e do acesso à capacitação e assistência técnica que fornecem as caixas de poupança e as cooperativas de crédito repercute sobre diferentes âmbitos da vida das mulheres. Entre outras questões, podem ser mencionadas: a percepção sobre o modo de emprego de seus créditos, os novos conhecimentos adquiridos nas atividades produtivas, as novas práticas sociais que estão vivenciando, e a mudança de percepção sobre a maneira de enfrentar os problemas, não só aqueles de ordem econômica, mas também os relacionados com a organização social onde estão inseridas.

Uma vez que as mulheres ingressam no processo produtivo de maneira autônoma e levam adiante seus propósitos (especialização em suas atividades produtivas, administração de seus recursos), muda o nível de relações sociais entre as mulheres e o meio social a que pertencem, passando agora a serem valorizadas socialmente. Como afirmaram as sete presidentas dos grupos de caixas de poupança do PDRIA. “A partir do acesso ao crédito para financiar as atividades produtivas acompanhado com assistência técnica, temos melhorado nossos sistemas de produção, agora estamos produzindo em maiores quantidade para o mercado, estamos contribuindo com renda na família. Também na participação nos grupos de caixa de poupança, na comunidade nos permite relacionar com outras mulheres, compartilhar experiências e aprendemos novas atividades que nos ajuda a melhorar nossa forma de viver na

família e na localidade, aqui na localidade nos vêm de maneira diferente porque temos nossa caixa de poupança emprestamos dinheiro, ajudamos aos vizinhos”.

A percepção que as mulheres manifestam ter com relação à participação nos programas de microfinanciamento vai além do acesso ao crédito ou à assistência técnica para melhorar seu processo produtivo, implica uma ampliação de seus horizontes sociais.

A apropriação dos elementos produtivos, proporcionados pelas caixas de poupança e das cooperativas de crédito, conduz à reafirmação da identidade socioprofissional de suas cadeias produtivas a partir do reconhecimento social de seu trabalho. A demanda de tais serviços, por parte das mulheres dos programas analisados, desencadeia mudanças na unidade de produção familiar que implicam maiores investimentos na propriedade, geram maiores recursos para a satisfação das necessidades materiais da família, e melhoram, por tanto, as condições de vida. O acesso a elementos financeiros e técnicos traz como consequência uma maior participação das mulheres na vida da localidade, através de práticas de caráter social, econômico e cultural. Isto implica a aquisição de um novo *status* na localidade além das tarefas que desempenham no âmbito doméstico possibilitando a ampliação da cidadania.

Estes resultados coincidem com a proposta da FAO, no sentido do fornecimento do microcrédito, por parte dos programas de microfinanciamento, criar condições de desenvolvimento de atividades econômicas mais qualificadas e com maior competitividade dos produtos. Pode-se constatar que os fatores mais importantes que incidem no desenvolvimento de uma maior qualificação, das atividades produtivas das mulheres rurais, são o crédito e a assistência técnica. O uso do crédito e a assistência técnica estão contribuindo para um maior desenvolvimento das atividades produtivas, e favorecendo, portanto, a maior competitividade dos produtos no mercado. Além disso, através dos grupos de caixa de poupança e a metodologia de funcionamento das cooperativas de crédito é possível acessar a outros benefícios (trabalho em grupo e práticas de poupança), o que possibilita o financiamento de atividades produtivas e domésticas e facilita, o desenvolvimento do trabalho das mulheres na unidade de produção familiar.

Cabe ressaltar, contudo, que os elementos fornecidos pelos programas de microfinanciamento fomentam e reafirmam as atividades que as mulheres desenvolvem na unidade de produção, mas não rompem com o trabalho tradicional, ao modo proposto pela FAO. Conforme este organismo internacional, o acesso ao microcrédito e a outros serviços produtivos, permite a redução da pobreza e o desenvolvimento do empoderamento das mulheres rurais (FAO, 2000). Pelo contrário, conforme o estudo apresentado, o acesso ao

crédito e à assistência técnica apenas reafirma o desenvolvimento das atividades produtivas que tradicionalmente as mulheres realizam nas unidades de produção, ou seja, as qualifica para uma maior competitividade nos novos cenários do mercado. No entanto, não rompe com o trabalho tradicional construído na divisão sexual do trabalho, ou seja, não gera um novo mercado de trabalho, tampouco não rompe com o trabalho doméstico. O que evidencia, é que a partir do acesso ao crédito e elementos produtivos, as mulheres adquirem mais qualificação em suas atividades produtivas tradicionais e ao adquirir novos instrumentos domésticos facilita o desenvolvimento de suas atividades domésticas. Esta situação possibilita ampliar suas normas e redes de consumo, o que através deste processo as mulheres conseguem ampliar sua cidadania.

Outra preocupação que foi colocada pela FAO (2000), diz respeito à redução da pobreza⁶³ em termos estritamente na melhoria da renda dos participantes nos programas de microfinanciamento. Cabe ressaltar que, de acordo com a proposta do organismo internacional, o acesso ao microcrédito fornecido pelos programas de microfinanciamento estaria atendendo as atividades econômicas das famílias mais pobres e, portanto, reduzindo a pobreza. De acordo com as condições econômicas e sociais das famílias das mulheres que participam tanto nos grupos de caixas de poupança e das cooperativas, não foram identificadas como os mais pobres. A metodologia de funcionamento dos dois programas analisados exige a realização de poupança e conta corrente como garantia para acessar ao microcrédito e, portanto, como condição para poder ser membro ou sócio dos grupos de trabalho. Esta situação acaba por excluir os mais pobres, pois estes não conseguem desenvolver uma prática de poupança, já que toda a renda que obtêm é geralmente direcionada imediatamente para a subsistência.

Se, de um lado, os mais pobres não atendem aos requisitos para beneficiar-se com os serviços proporcionados pelos programas de microfinanciamento, de outro, apenas as famílias que possuem uma renda mais estável, são as que, efetivamente, têm acesso a tais serviços.

⁶³ De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a linha da pobreza calculada a partir de rendimentos econômicos é um indicador utilizado habitualmente nas comparações internacionais de pobreza. Considera-se que as pessoas que têm um rendimento de 1 ou 2 dólares por dia encontram-se na linha da pobreza. Porém, existem outros indicadores para medir a pobreza. De acordo com Amartya Sen (2000), existem indicadores de progresso e de carência que se centram na pobreza, sob uma perspectiva de desenvolvimento humano. Encara-se a pobreza como a negação de escolhas e de oportunidades para ter uma vida tolerável. O índice da pobreza humana (IPH), elaborado para cada país, fornece uma mensuração da carência em termos de longevidade, de educação e de fatores econômicos. Para uma maior discussão do tema, ver os sites de internet www.undp.org e www.unicef.org e ANNAN, Kofi. Relatório do Milênio sobre pobreza. (2000).

Estas famílias são as que têm melhores condições de desenvolver atividades produtivas, já que, inclusive, possuem bens de capital que possibilitam a realização de investimentos nas suas atividades produtivas. De fato, como se verificou na análise da renda das famílias que participam dos programas foi encontrado um percentual baixo de famílias que recebem menos de US\$ 200 dólares por mês (9% nas caixas de poupanças e 23% nas duas cooperativas). Além disso, não se encontrou nenhum caso de famílias participantes destes programas que recebessem uma renda mensal menor que US\$ 100 dólares. A maior concentração de renda líquida das famílias se localiza na faixa de mais de US\$ 200 a US\$ 600 dólares nos dois programas analisados (mais de 79% nas caixas de poupança e mais de 56% nas duas cooperativas). As famílias das mulheres que participam dos dois programas analisados vivem em condições econômicas relativamente superiores a outros subgrupos da população. Os dois programas analisados não possuem uma estrutura inovadora para incorporar as categorias mais pobres da população rural. Um dos dilemas que se apresentam diz respeito à concessão de um crédito acima da capacidade de pagamento desta categoria aumentar seus problemas econômicos, devido à falta de condições materiais para desenvolver os investimentos do crédito. Neste sentido, as possibilidades de ampliação da cidadania social e econômica deste subgrupo social, através do acesso ao microcrédito são mínimas.

Outras limitações dos programas de microfinanciamento estão relacionadas à sua atuação por área geográfica, pois, pela forma como surgiram⁶⁴, só permitem atender a uma população específica. Apesar de estes programas estarem conseguindo incluir as famílias rurais que, historicamente, estiveram excluídas de crédito e de serviços produtivos (assistência técnica e capacitação), as experiências são ainda muito localizadas. Como dito acima, os programas, por um lado, excluem os mais pobres e, por outro, pela metodologia de funcionamento (trabalhos em grupo), só permitem a inclusão daqueles que têm uma racionalidade de trabalho adequada aos interesses dos participantes e, portanto, aos interesses dos programas. A dinâmica de funcionamento dos programas de microfinanciamento os torna limitados em termos de alternativas reais de financiamento que atinjam a todos os agricultores familiares.

A proposta da metodologia de funcionamento dos programas de microfinanciamento abranger à grande maioria da população rural e dos agricultores familiares visa à sua incorporação pelas políticas agrícolas. Assim sendo, o programa deixaria de ser uma atividade

⁶⁴ A grande maioria dos programas de microfinanciamento – inclusive os dois programas analisados – foi criada pela própria sociedade civil, através de ONG's, desenvolvendo, por tanto, certas áreas específicas de acordo com os objetivos dos agentes.

focalizada a uma população específica, pois na medida em que as políticas agrícolas materializem estas experiências, estarão progressivamente atendendo aos agricultores familiares, setor da população rural excluído historicamente dos elementos produtivos, principalmente do crédito e da assistência técnica.

5.2 A validação social das atividades produtivas

O reconhecimento social das atividades produtivas das mulheres rurais é sancionado através da validação social do trabalho no mercado. No entanto, o acesso ao mercado, apresenta uma série de limitações técnicas e ideológicas que dificultam o acesso dos produtos das mulheres devido ao fato de em geral, sua produção não ser permanente nem em larga escala. No entanto, a busca permanente de um mercado que permita colocar seus produtos e gere rendas que possam contribuir com a reprodução social das famílias tem sido a preocupação dos sócios tanto dos grupos de caixas de poupança como das cooperativas de crédito. A continuação analisa-se as estratégias de comercialização empregadas pelas mulheres para encontrar oportunidades alternativas de validação de seus produtos.

5.2.1 O mercado como oportunidade na afirmação da identidade socioprofissional

Os sistemas de produção que desenvolvem os agricultores familiares, e especificamente as mulheres rurais, estão orientados, regularmente, para a reprodução social da família. Nesse sentido, como se vem evidenciando, existe uma parte da produção que é destinada ao mercado com o objetivo de contribuir com a reprodução social da família e não da obtenção de lucro. As diversas estratégias construídas para lograr a validação social de suas atividades envolvem um conjunto de fatores que determinam o sucesso da inserção no mercado. Estes fatores consistem basicamente em conhecimento sobre os interesses dos consumidores, (qualidade, quantidade, gostos e preferências), infra-estrutura, transporte, depósitos adequados, seleção e certificação dos produtos.

Os produtos fabricados pelas mulheres enfrentam diversas limitações para serem oferecidos no mercado mais seletivo; devido a que a mercadoria comercializada não apresentar,

muitas vezes, as condições adequadas para concorrer em mercados regionais e nacionais. Ao carecer da certificação dos produtos, o que é feito geralmente por organismos internacionais especializados em determinar a qualidade dos produtos, existem dificuldades para atingir a valorização e o reconhecimento de sua produção, por parte do mercado. A falta de competitividade, pelas razões antes assinaladas, é um dos problemas que as mulheres enfrentam para colocar seus produtos em mercados mais seletos, sendo que os espaços conquistados se situam principalmente nos mercados e nas feiras locais. Nesses espaços produtor e consumidor são agentes que se conhecem por residirem próximos uns dos outros, sendo secundária a maior exigência na apresentação, seleção e qualidade dos produtos. Isto traz como consequência a colocação de seus produtos a preços menos favoráveis.

A outra limitação que se encontrou diz respeito à carência de infra-estrutura adequada para acessar a um mercado regional ou nacional, principalmente a falta de meios de transporte e depósitos para fins de armazenamento. Além destas limitações, encontram-se também uma série de fatores próprios do mercado, relacionados à concorrência com a grande indústria, que desfavorece a comercialização dos produtos num mercado regional e nacional. Isto foi observado, da seguinte forma, pelas representantes dos grupos de poupança no PDRIA: *“Temos tentado colocar no mercado regional e nacional os produtos que elaboramos (principalmente queijo, tortillas, produtos de carne de porco) através da organização dos grupos; no entanto, existe um produto similar no mercado, elaborado industrialmente com preços muito mais baixos, situação na qual não podemos competir e, muitas vezes, terminamos vendendo nossos produtos para eles, já que nossos produtos não possuem uma certificação de origem que possa diferenciá-los dos produtos fabricados industrialmente. Então, para nós, fica difícil colocar nossos produtos com um preço razoável de onde possamos obter um maior rendimento”*.

Nota-se, aqui, a importância da certificação de origem para poder concorrer com produtos industrializados, nos mercados regionais e nacionais, já que o consumidor procura produtos de menor custo e que ofereçam certificação de origem. A precária inserção no mercado regional e nacional tem obrigado a buscar alternativas de produção e comercialização como, por exemplo, reduzir os custos de produção de maneira que seus produtos possam entrar no mercado com preços mais competitivos e buscar estratégias de comercialização mais localizadas.

A dificuldade de ingresso nos espaços de comercialização dos produtos das mulheres não é alheia ao que acontece com a economia rural e com a agricultura familiar em seu

conjunto. As atividades produtivas das mulheres se situam dentro das mencionadas formas sociais de produção, baseadas em uma tecnologia tradicional e sustentada no patrimônio familiar. Além disso, a forma social de produção e comercialização que sustentam as mulheres e suas famílias caracteriza-se pela dificuldade de acesso aos apoios e às políticas públicas, que permitiram obter uma aproximação aos espaços adequados de reconhecimento de suas atividades.

No entanto, a incorporação de elementos produtivos, principalmente o crédito para financiar ferramentas produtivas (ordenhadoras de leite, máquinas para fazer *tortillas* e elaborar subprodutos da carne de suíno assim como para fazer massas e biscoitos), acompanhadas de assistência técnica, progressivamente, tem permitido diminuir os custos de produção. Nos grupos de caixas de poupança e nas cooperativas de crédito, com parceria de outras cooperativas de comercialização e produção, estão sendo adotadas múltiplas estratégias para encontrar um reconhecimento de suas atividades produtivas. Como se vem colocando neste estudo, os grupos de caixas de poupança têm retomado os vínculos sociais das mulheres, para impulsionar a comercialização de seus produtos e para resolver suas limitações, pois a conquista de oportunidades nas feiras locais tem permitido estabelecer um tipo de comercialização adequado aos consumidores. A disponibilidade de financiamento e a assessoria nos processos produtivos têm permitido diminuir os custos de produção, alcançando uma maior competitividade de seus produtos nestes espaços.

No caso das duas cooperativas de crédito do CRESOL, o avanço mais significativo têm sido as parcerias com as cooperativas de produção e comercialização das regiões onde elas estão localizadas, o que tem permitido a colocação de seus produtos (batata, queijo, massas, artesanato, embutidos, farinha, entre outros). Neste sentido, a cooperativa de produção e comercialização apresenta-se como um facilitador para a concentração da produção e para a certificação dos produtos, permitindo a obtenção de uma maior valorização no mercado. Esta estratégia de comercialização gera expectativas dos agricultores familiares, já que nestes locais existe uma demanda importante dos produtos, particularmente os produzidos pelas mulheres. A cooperativa de crédito tem procurado também outros mercados, principalmente no que diz respeito à produção de leite. Na época da pesquisa, uma grande parte da produção de leite dos sócios da cooperativa de crédito de Aratiba estava sendo comercializada com uma empresa leiteira da região, obtendo-se preços favoráveis para os agricultores. No caso do fumo, sua comercialização é efetuada diretamente com os industriais,

existindo menores limitações para sua comercialização. No entanto, a sua produção não apresenta uma proporção significativa de mulheres.

Neste contexto, como se pode observar, a valorização social das atividades produtivas das mulheres se encontra no âmbito local. Mesmo que apresentem limitações para comercializar seus produtos, a organização dos grupos de caixa de poupança e as cooperativas estão desempenhando um papel fundamental nos processos produtivos e na comercialização. Na medida em que essas organizações consigam certificar os produtos elaborados pelas mulheres, pode-se prever que, em um futuro próximo, estas obterão um melhor reconhecimento social de suas atividades produtivas fora das fronteiras locais.

5.2.2 A identidade socioprofissional potencializa atividades tradicionais das mulheres

As atividades produtivas das mulheres desenvolvem-se, principalmente, na agroindústria, contando, durante o processo de produção, com acompanhamento técnico. No caso do processo de produção de leite, realizado pelas mulheres que participam das caixas de poupança do PDRIA, há uma incorporação de novas técnicas das ciências agrônomicas e, especialmente, de maquinaria agrícola para a produção de forrageiras e de ordenhadoras mecânicas. Este processo de produção tem sido interpretado como um avanço na mecanização da atividade agropecuária. O uso de novas tecnologias no processo de produção de forrageiras para a alimentação dos animais é realizado pelos homens. A tarefa das mulheres no processo de produção de leite começa na ordenha, na qual já está incorporado o uso de ordenhadoras mecânicas, o que reduz o tempo e os custos de produção.

Tanto o processo de produção de leite quanto o de carne suína, tem incorporado novos conhecimentos agrônomicos e tecnologia nos meios de produção. A influência da assistência técnica é um fator determinante, pois permite aumentar a (de leite e de carne suína) para a elaboração dos produtos, já que o tamanho da unidade de produção não permite uma maior exploração quantitativa. O contrário ocorre com as mulheres que participam das duas cooperativas de crédito do CRESOL, nesses casos as famílias geralmente possuem, geralmente, maior quantidade de terra, o que possibilita o desenvolvimento de outro sistema de produção, como por exemplo, o sistema de pastoreio para a produção de leite.

No entanto, no processo de transformação da matéria-prima, em produtos destinados ao mercado e ao consumo familiar, é possível constatar a influência dos conhecimentos tradicionais das mulheres que participam dos dois programas de microfinanciamento, principalmente na elaboração de queijo, *chorizo*, *tortillas* e massas. Estes conhecimentos são transmitidos de geração em geração. A elaboração de *quesillo*, *chorizo* e *tortillas*, desenvolvida pelas mulheres que participam dos grupos de caixas de poupança, é feita a partir de um trabalho artesanal, o qual apresenta características peculiares que o distinguem dos produtos elaborados industrialmente. Essas características peculiares são as que fazem que o produto atinja o reconhecimento do mercado local e regional. Atualmente, os processos de elaboração de *quesillo* e de *chorizo* têm incorporado novas tecnologias, sobretudo, para reduzir os custos de produção. Contudo, a identidade dos produtos não desaparece, continuando ligada aos conhecimentos tradicionais. Apesar da centralidade do trabalho artesanal, é preciso reconhecer os méritos das novas tecnologias de produção e do financiamento flexível para estas atividades, os que têm conduzido a um crescimento importante da produtividade. Neste sentido, com a combinação de ferramentas e técnicas modernas de produção e saberes tradicionais, as mulheres estão criando novos significados materiais e simbólicos para suas práticas. Pode-se afirmar que surge, assim, um sujeito em transição, que se constitui em um processo de (re)afirmação da identidade socioprofissional, o que permite visualizar a permanência e a reprodução da unidade de produção familiar.

Por outro lado, as mulheres que estão participando na cooperativa de crédito no município de Aratiba, na região serrana do Rio Grande do Sul, desenvolvem, também artesanalmente, a produção de massas. Anteriormente, esta produção era desenvolvida para o autoconsumo. Contudo, com o acesso ao crédito fornecido pela cooperativa do CRESOL para a aquisição de pequenas máquinas e de outros equipamentos para a instalação de uma oficina de massas, os produtos passaram a ser elaborados a partir de conhecimentos tradicionais e com a incorporação de certas tecnologias, o que tem permitido aumentar a produção. Esta produção, contudo, é feita em menor escala, atingindo mercados locais, contrariamente à produção de *quesillo* e de *chorizo* das mulheres que participam nas caixas de poupança.

Cumprе ressaltar que tanto no caso das mulheres que participam das caixas de poupança quanto das que o fazem nas cooperativas do crédito, a produção artesanal se distingue, no mercado, em relação à produção industrializada, obtendo maiores demandas, principalmente o *quesillo*, o *chorizo* e as massas. O caráter artesanal destes produtos é o que constitui a sua identidade e permite a sua competitividade no mercado. Ainda que a produção

de massas na região serrana do Rio Grande do Sul e a produção de *quesillo* e *chorizo*, em Oaxaca, tenham que concorrer com produtos fabricados industrialmente, a preferência do consumidor é dada, geralmente, à produção artesanal, pois esta se diferencia no mercado, entre outros fatores, pela qualidade.

Um fato que foi registrado tanto nas caixas de poupança como na cooperativa de crédito de Aratiba, é a incorporação de mulheres jovens no trabalho artesanal (por exemplo, a elaboração *quesillo*, produtos de carne de suíno, massas e farinhas), junto com a incorporação de novas técnicas para potencializar a produção e obter uma maior competitividade. Neste caso, pode-se afirmar que a participação das mulheres mais jovens nas atividades produtivas que se desenvolvem nas unidades produção permite a continuidade e a reafirmação socioprofissional destas atividades.

O desenvolvimento de tais atividades pode ser atribuído aos saberes adquiridos na família e em diversos universos institucionais (Berger & Luckmann, 1986). No meio rural, as atividades realizadas pelos pais são, geralmente, continuadas pelos filhos. As mulheres desenvolvem atualmente um conjunto de saberes relacionado às atividades produtivas e sociais que aprendem no âmbito familiar. O sucesso das atividades produtivas das mulheres também pode ser atribuído aos novos conhecimentos gerados pelos programas de microfinanciamento. Tais conhecimentos são adquiridos através de novas práticas sociais e produtivas e dos saberes adquiridos, principalmente, no acompanhamento da assistência técnica. Estes fatores podem ser interpretados como componentes do que Berger & Luckmann chamam de “socialização secundária”. Desta forma, pode-se afirmar que os programas de microfinanciamento constituem oportunidades de construção de saberes especializado, isto é, como instituições de socialização secundária.

Os saberes que são adquiridos na família e na escola são fatores que influem na construção da identidade socioprofissional das mulheres rurais. Por sua vez, a nova identidade socioprofissional é construída através dos elementos produtivos que fornecem os programas de microfinanciamento, particularmente, com os novos conhecimentos adquiridos na relação produtor/técnico.

5.2.3 Desierarquização da divisão social do trabalho na unidade de produção

A divisão social do trabalho nas unidades de produção familiar orienta-se pelo *princípio de separação e de hierarquização*⁶⁵. Os dados da pesquisa evidenciaram o papel das mulheres na divisão sexual do trabalho dentro da unidade de produção. O processo de apropriação dos elementos produtivos oferecidos pelos dois programas de microfinanciamento analisados, vem constatando-se mudanças com relação ao princípio de hierarquização das atividades produtivas que desenvolvem as mulheres.

O acesso principalmente ao crédito e à assistência técnica nas atividades produtivas, tem permitido consolidar seus processos produtivos. No caso das mulheres que participam nas caixas de poupança, tem melhorado a produção principalmente do *quesillo, tortillas*, produtos derivados da carne de suíno, e das mulheres que participam nas cooperativas tem melhorado a produção de massas, hortaliças farinha de milho entre outros, diminuindo os custos de produção e aumentando os rendimentos. Da mesma forma, os programas de microfinanciamento têm possibilitado a comercialização de seus produtos a través dos diversos mercados locais. No caso das mulheres que participam nos grupos de caixas de poupança, o acesso a mercados locais para comercializar o *quesillo, tortillas*, produtos derivados da carne de suíno, tem possibilitado alcançar maior valorização destes produtos, permitindo uma contribuição na renda de maneira permanente para suas famílias. No caso das mulheres que participam das cooperativas, tem construídos espaços para comercializar seus produtos de maneira oportuna e com maior valorização nas lojas das cooperativas de produção e comercialização nos dois municípios onde funcionam as cooperativas de crédito.

Este processo tem permitido alcançar uma maior valorização social de suas atividades produtivas nas quais estão envolvidas. Isso tem uma incidência no princípio da hierarquização da divisão social do trabalho. A maior contribuição de recursos financeiros para a unidade familiar, devido à aceitação de seus produtos no mercado a custos mais competitivos contribui para a valorização de tais atividades. Este processo vem provocando mudanças na percepção

⁶⁵ Os princípios de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) parte do princípio de que os homens são responsáveis pelo trabalho produtivo (agricultura, pecuária e todo o que se associa ao mercado) e as mulheres, pelo trabalho reprodutivo (o trabalho doméstico, o cuidado da horta e dos pequenos animais, tudo o que é feito para uso e consumo próprio). O princípio da hierarquização (o trabalho do homem vale mais do que o trabalho da mulher) está relacionado com a valorização social das atividades que se desenvolvem na propriedade o que determina os conceitos *de trabalho e ajuda*. Todo o que é produzido para o mercado é considerado como trabalho e o que é produzido para o autoconsumo é considerado como ajuda, o que determina a hierarquização das atividades nas unidades de produção. Para uma maior discussão e debate sobre a questão da separação e hierarquização consultar Kergoat (2003) e Heredia e at. (1984)

sobre o conceito de *trabalho e ajuda*, pois na medida em que as atividades produtivas das mulheres aportem recursos para a reprodução social da família, estará validando suas atividades como trabalho e não apenas como ajuda.

Já a questão da separação das atividades não se evidencia mudanças significativas, pois o acesso ao crédito está reafirmando a separação entre as atividades que desenvolvem as mulheres e as atividades que desenvolvem os homens, a orientação dos créditos se dirige ao financiamento de bens de capital em que as mulheres estão envolvidas (máquinas para fazer massas, para fazer *tortillas* e ordenhadoras, entre outros), ou seja, as atividades que, historicamente, as mulheres já vinham desenvolvendo. Analogamente, os créditos de consumo têm sido destinados a necessidades e instrumentos domésticos (fogão, máquina de lavar roupa, forno de microondas, etc.), reafirma-se o papel da mulher nas atividades que se desenvolvem nas unidades de produção.

Assim sendo, não se visualiza que as atividades produtivas e domésticas em que as mulheres participam, venham a modificar, num futuro próximo. Tais atividades, como a produção de leite, fabricação de queijos, tortillas, massas, produtos derivados de carne de suíno, produção de pequenos animais na casa etc. validam o trabalho da mulher na família enquanto atividades produtivas e reprodutivas domésticas, afirmando-se assim, as atividades próprias das mulheres na propriedade. Já que os homens se envolvem em atividades na produção de milho, soja, gado, arroz, etc., consideradas como trabalho próprios dos homens nas unidades de produção.

Na medida em que as mulheres se envolvam nos processos produtivos, incorporando crédito, assistência técnica e novas tecnologias em suas atividades, a hierarquização existente nas unidades de produção tenderá a diminuir progressivamente, considerando a crescente especialização e a validação social no mercado. Neste sentido, a (re)afirmação da identidade socioprofissional das mulheres, implica uma ruptura da hierarquização social das atividades que existe nas unidades de produção familiar.

Essa valorização das atividades produtivas também se relaciona com o que ocorre nas atividades domésticas, pois na medida em que são incorporados novos instrumentos ao trabalho doméstico, facilitará o desenvolvimento destas atividades. Como acrescenta Buttiglione (1999), o conceito de profissão não somente é medido pelos ganhos econômicos, mas pela vocação social do trabalho, ou seja, pela função social que representa cada atividade. Neste sentido, a permanência e a reprodução social das famílias dependem também do trabalho doméstico que desenvolvem, em geral, as mulheres. De tal maneira, as condições em que

estes trabalhos se desenvolvem dependem, por um lado, dos conhecimentos e das técnicas e, por outro, dependem da disponibilidade de recursos financeiros e materiais.

Neste sentido, as mulheres adotam estratégias para desenvolver as atividades domésticas com maior facilidade e poder desenvolver as atividades produtivas com maior qualificação. Como se constatou nos casos analisados, estas atividades ocorrem de maneira diferenciada. No caso das participantes das cooperativas de crédito do CRESOL, evidenciou-se uma organização melhor estruturada para o seu desenvolvimento de tais atividades. As características que foram observadas no trabalho doméstico indicam uma importante complexidade, não apenas pelo número de tarefas, mas também por sua diversidade. Tais tarefas podem ser agrupadas em duas categorias principais: a) processos técnicos relacionados basicamente com as tarefas de cozinhar, lavar roupa, limpeza e gestão econômica. Estas tarefas se encontraram melhor organizadas em termos de tempo em relação às atividades que desenvolvem as mulheres que participam nas caixas de poupança, b) trabalhos educativos e assistenciais de reprodução da identidade cultural relacionados com aspectos pedagógicos e aspectos sanitários. Trata-se de atividades, de educação dos filhos que envolvem questões lingüísticas, afetivas, técnicas, éticas e artísticas. Não se encontraram muitas diferenças na maneira de desenvolver tais atividades entre as mulheres que participam dos grupos de caixas de poupança e as que o fazem as mulheres que participam nas duas cooperativas de crédito, trata-se em ambos os casos do papel que desempenham as mulheres para a reprodução da identidade cultural.

O desenvolvimento destas atividades retoma uma dimensão profissional devido à destreza e habilidade com que transmitem esses valores, pois a combinação de funções técnico-produtivas e ético-assistenciais permite a execução de um trabalho que contribui para a reprodução da unidade familiar. Isto significa que cada tarefa admite vários níveis de interpretação ou leituras profissionais. Por exemplo, a preparação da comida pode ser simultaneamente: a) a satisfação de uma necessidade básica, b) o ensino de uma destreza técnica para os filhos, c) o adiestramento de um valor moral d) a formação de um valor estético e, e) a expressão festiva de um evento ou tradição. Todos estes aspectos representam a configuração de trabalho reprodutivo.

O fato das mulheres adquirirem novos instrumentos domésticos através do crédito implica a incorporação de técnicas para a realização de tais atividades domésticas, mesmo que não repercuta diretamente nos princípios da separação e hierarquização da divisão social do trabalho, se percebe uma maior facilidade de desenvolver o trabalho doméstico o que

repercutir num melhor desenvolvimento das atividades produtivas que gera renda na família. Na medida em que o trabalho reprodutivo doméstico seja desenvolvido nas condições adequadas para o processo de reprodução social das famílias o trabalho produtivo será desenvolvida em melhores condições conseguindo uma maior valorização social atingindo o significado de trabalho e não apenas como ajuda.

Este contexto que se vem apresentando a respeito do papel da mulher na família desencadeia duas situações. Por um lado, a mulher está tendo maior valorização de suas atividades produtivas e, por outro, esta facilitando o trabalho das atividades domésticas.

5.3 O exercício da cidadania: perspectivas e desafios

A cidadania remete ao acesso a um novo status social através da participação em diferentes âmbitos da sociedade (social, econômico e político). Por um lado constitui um fenômeno que remete a uma participação pública no sentido político e a uma participação na localidade. Por outro lado, constitui ao acesso ao trabalho remunerado como fonte de reprodução social. A cidadania, obtida através da participação, remete à noção de direitos diante da comunidade e do Estado.

O significado destas práticas do indivíduo nos leva a considerar uma relação frente ao Estado e na sua localidade, o que faz com que o indivíduo adquira um *status* que lhe proporciona prestígios, privilégios na sociedade. Este *status* se adquire através de um processo de profissionalização, o qual confere ao indivíduo uma posição privilegiada na sociedade. Neste processo de profissionalização, o indivíduo adquire estes novos atributos que para ele se tornam uma questão determinante para o exercício da cidadania social, econômico e político.

No meio rural, o Estado que é o responsável pela implementação das políticas públicas, beneficia, geralmente, a determinados setores da população rural principalmente, os que estão orientados por uma racionalidade centrada na competitividade no mercado (empresários agrícolas e granjeiros). Os agricultores familiares e as atividades das mulheres rurais, regularmente não conseguem beneficiar-se destas políticas devido à carência de infraestrutura produtiva e de outras condições materiais. Desta maneira, os sistemas de produção que desenvolvem os pequenos agricultores familiares e as atividades das mulheres se

localizam nos valores culturais presentes nas localidades (organização, cooperação, reciprocidade e ajuda mútua). As formas de racionalidade de que são portadores apresentam dificuldades de se adequar aos planos das políticas públicas que incluem, por exemplo, crédito, capacitação, assistência técnica, tecnologia, e informação. No meio rural são estes últimos, aliás, elementos fundamentais de exercício da cidadania.

O Estado, através das políticas públicas, ao invés de fortalecer as atividades produtivas para os setores menos favorecidos, pela condição social de produção que apresentam, tem deixado excluídos dos elementos produtivos, o que, tem gerado uma baixa competitividade de seus produtos nos mercados. A falta de oportunidades é percebida pelas mulheres, pois a falta de políticas públicas específicas para suas atividades tem gerado dificuldades para que elas alcancem seus direitos cidadãos. Os empreendimentos que têm surgido para gerar oportunidades econômicas para as mulheres no meio rural, têm sua origem nas práticas de organizações não governamentais, das quais surgiram os dois programas de microfinanciamento que são objeto empírico desta tese.

A metodologia de funcionamento dos programas de microfinanciamento estudados tem retomado a racionalidade de produção dos pequenos agricultores e das mulheres rurais. A apropriação dessa racionalidade, através das políticas internas dos programas, fomenta o acesso a elementos produtivos e a participação social nos grupos de caixa de poupança e nas cooperativas de crédito. Os grupos solidários implementados destes programas de microfinanciamento, têm permitido uma participação mais efetiva nos processos decisórios em assuntos relacionados ao financiamento das atividades produtivas das mulheres e na forma em que estas pretendem acessar os serviços de capacitação, informação, assistência técnica e prática de poupança, entre outros. Através desta forma de participação, as mulheres começam a desenvolver uma maior confiança e autonomia para reafirmar sua cidadania social. No entanto, como coloca Marshall (1967), a cidadania é um processo em constante construção. Nesse sentido, a cidadania das mulheres se constitui à medida em que elas conquistem determinados elementos relacionados à satisfação de suas necessidades materiais e simbólicas.

A ampliação da cidadania política (Marshall, 1967), das mulheres é muito incipiente no meio rural. Os serviços que fornecem os programas de microfinanciamento apenas afirmam a cidadania social e econômica. A maioria das mulheres entrevistadas para este estudo não tem acesso a espaços onde possam exercer a cidadania política além da prática da votação. A participação social e política só se alcança com medidas concretas, com políticas

públicas que envolvam diversos atores do Estado e da sociedade civil. O grau de desenvolvimento dessa participação será analisado a seguir.

5.3.1 “Novas formas” de organização e de participação

Sentir-se parte da sociedade, pertencer a um coletivo e criar oportunidades apropriadas para empreender ações de mudança ou manutenção do sistema social comporta uma dimensão política importante. As mulheres rurais percebem a dimensão política em termos de espaço de obtenção de mudanças econômicas e de acesso a recursos materiais. No entanto, existem dificuldades para a inserção nesse espaço. Muitas das mulheres manifestam que a participação política situa-se no contexto dos partidos e que os políticos profissionais buscam benefícios individuais antes que coletivos. Essa percepção tende a visualizar a política institucional afastada da sociedade civil, com elaboração de propostas centradas nos processos eleitorais, e como um espaço limitado para a conquista de seus direitos como indivíduos. Além disso, não se visualiza que essa situação possa ser modificada através de participação. No entanto, mais de 38% das mulheres que participam nas cooperativas de crédito do CRESOL estavam começando, à época da pesquisa, a ter uma participação política, principalmente através do Partido dos Trabalhadores, e em relação aos problemas que afetam sua vida familiar e local. Este antecedente pode implicar num futuro próximo, um desenvolvimento da cidadania política. A participação das mulheres nos grupos de caixas de poupança e nas duas cooperativas de crédito se localiza, por um lado, nos processos decisórios na dinâmica interna destes grupos e por outro, apontam uma participação em outros âmbitos da vida pública principalmente nas novas relações interinstitucionais vinculados as suas atividades produtivas e a busca de novos recursos financeiros para os grupos de caixas de poupança e as cooperativas de crédito. Estas novas relações sociais construídas permitem ampliar seus horizontes sociais a través da conquista da cidadania social.

As mulheres rurais que se organizam e empreendem ações para a obtenção de direitos regularmente ter por objetivo o desenvolvimento da cidadania social e política a través da inclusão nas políticas públicas. No entanto, o discurso e dos documentos relativos aos planos e programas de ação das políticas públicas, enfatizando a participação dos beneficiários, esta não é promovida pelos funcionários e técnicos que conduzem tais políticas. A maioria destas não inclui a participação dos agricultores na tomada de decisões e na execução e avaliação das

atividades. As instituições oficiais carecem de infra-estrutura para materializar a participação e promover o desenvolvimento humano e a autogestão e autonomia das pessoas individuais, dos grupos e das associações.

Na organização dos programas de microfinanciamento, as mulheres dos grupos de caixa de poupança e das cooperativas de crédito têm uma participação diferenciada em termos de colaboração, contribuição, compartilhamento e comunicação, constatando-se uma relação mais horizontal com os agentes externos. As mulheres se apropriam de informação, de linguagem e dos mecanismos mais idôneos para fazer trabalhos coletivos, o que lhes permite um usufruto racional dos recursos financeiros nas atividades produtivas.

A participação das mulheres nos grupos de caixas de poupança e nas cooperativas de crédito tem oportunizado a participação mais igualitária, especialmente através da discussão sobre o estabelecimento de melhores condições de acesso aos serviços produtivos. Entretanto, a participação em instituições políticas ainda ocorre de maneira incipiente. As mulheres com trajetórias de participação em outras organizações estão empregando suas experiências apenas nos grupos de caixas de poupança e nas cooperativas de crédito. Assim, as mulheres estão conseguindo ampliar sua cidadania através do acesso aos serviços por estes grupos e cooperativas.

Contudo, a participação das mulheres no âmbito público proporciona uma maior visualização dos fenômenos econômicos, sociais e políticos que afetam a sua vida familiar e a sua localidade. Na pesquisa foi constatado que as mulheres que afirmam ter tido alguma participação em organizações sociais e políticas são as mais envolvidas com a dinâmica dos programas de microfinanciamento. Por exemplo, nos grupos de caixas de poupança, são essas mulheres as que mais participam nas atividades de representação e nas reuniões dos grupos de trabalho, em que se discutem e analisam as atividades administrativas e organizacionais. Da mesma forma, aquelas que possuem experiência sindical e nas associações de mulheres, são as que apresentam uma participação importante nas cooperativas de crédito do CRESOL, como agentes comunitárias e nas reuniões. Nesse sentido, a participação das mulheres em organizações sociais e políticas têm favorecido na administração e organização dos grupos de caixas de poupança e as cooperativas de crédito.

Pode-se prever, em um futuro próximo, uma abertura progressiva de oportunidades para as mulheres de participação em outras organizações sociais. A incursão em organizações sociais e políticas podem implicar, entre outros aspectos, uma progressiva modificação da divisão social do trabalho, principalmente na hierarquização do trabalho doméstico e na

incursão nos processos decisórios nos espaços políticos. Ou seja, pode acarretar mudanças nos papéis que as mulheres desempenham na unidade de produção familiar e no âmbito local.

5.3.2 A identidade socioprofissional como oportunidade na ampliação da cidadania

O processo de participação das mulheres nos grupos de caixas de poupança e das duas cooperativas de crédito tem possibilitado o acesso ao crédito, os serviços de assistência, e a aquisição de novos conhecimentos específicos e especializados para desenvolver suas atividades produtivas, validadas a través das relações construídas no mercado. Esta evidencia reafirma a identidade socioprofissional das mulheres como agricultoras e microempresárias. A reafirmação desta identidade socioprofissional permite, portanto, desenvolver duas questões: por um lado, a aquisição de uma racionalidade no uso de seus recursos financeiros e materiais em benefício de suas atividades produtivas e domésticas e por outro, a participação nos processos decisórios para o desenvolvimento nos grupos e nas cooperativas e a construção de novas relações institucionais para o acesso a outras fontes de recursos materiais e simbólicos.

É necessário notar que alguns elementos dos programas de microfinanciamento favorecem a construção da identidade socioprofissional permitem resolver necessidades objetivas e subjetivas das mulheres. Nesse sentido, pode-se mencionar uma maior autonomia em relação a questões econômicas; direitos de disposição ao trabalho produtivo e da propriedade de conhecimentos técnicos e sociais; e disposição e autodeterminação na participação para o desenvolvimento dos grupos de caixa de poupança e das cooperativas de crédito.

Na medida em que as mulheres reafirmem a identidade socioprofissional terão maiores possibilidades de incluir seus interesses nas decisões sobre o destino dos recursos. Isso favorecerá uma maior intervenção na localidade, no que diz respeito a uma melhor distribuição e aplicação dos recursos nas atividades produtivas e nas necessidades da família.

A construção da identidade socioprofissional leva as mulheres a estabelecer um processo de negociação em sua localidade, com o objetivo de modificar as regras e costumes que restringem suas oportunidades de participação nos âmbitos econômicos sociais e políticos. Neste processo, trata-se de modificar as restrições a que as mulheres estão

submetidas e ganhar posições e espaços que gerem benefícios para elas e suas famílias. Pode-se afirmar que a obtenção de direitos sociais e econômicos permitirá uma revalorização das mulheres, fortalecendo seus objetivos individuais e coletivos.

Um aspecto que favorece a construção da identidade socioprofissional das mulheres é a percepção da contribuição de seu trabalho na família, já que a profissionalização permite que as mulheres percebam contribuições consideradas anteriormente insignificantes. Por exemplo, se o tempo maior de trabalho se desenvolve no doméstico, tenderá predominar uma percepção de contribuição mínima, devido à desvalorização social do trabalho doméstico, frente ao trabalho remunerado. Porém, na medida em que surge a identidade socioprofissional, aumenta a percepção da existência de uma divisão genérica do trabalho e de um sistema de valores patriarcais que não contabilizam o aporte que realizam as mulheres no âmbito doméstico. Isto levará a reivindicar o trabalho doméstico como um trabalho que contribui para a reprodução dos membros da unidade de produção familiar.

Os programas de microfinanciamento têm uma influência direta na reafirmação no desenvolvimento de suas atividades mais profissionalizado por meio dos elementos produtivos que fornecem e das formas organizacionais e operativas de envolvimento das mulheres que implementam. Estes elementos proporcionam sentidos e significados à atividade das mulheres, mesmo que o crédito exerça um papel contraditório, visto que é considerado por muitas delas como uma “dívida” que pode comprometer a situação financeira familiar. A identidade socioprofissional pode contribuir para um melhor domínio dos recursos financeiros e dos investimentos, devido ao maior conhecimento técnico e prático das suas atividades proporcionando maiores possibilidades de sucesso econômico. Finalmente, o desenvolvimento de sua autonomia pode abrir possibilidades de participação nas esferas públicas e de acesso a posições superiores, proporcionando um maior poder de decisão e negociação em relação a questões econômicas, sociais e políticas.

Apesar dos dois programas de microfinanciamento analisados nesta tese não proporcionarem elementos para uma participação política, sim fornecem conhecimentos e informação para uma participação mais dinâmica nos grupos de caixa de poupança e nas cooperativas de crédito. No contexto destes programas, têm surgido algumas líderes que ocupam postos de representação dentro de sua localidade. Contudo, todos os espaços coletivos em que as mulheres têm se envolvido pertencem aos próprios programas (capacitação, crédito e assistência técnica), sem acesso a outros níveis de tomada de decisão como, por exemplo, a representação política.

Essa valorização pode ter implicações nas ações pelo reconhecimento de uma identidade socioprofissional. A partir do momento que as mulheres consideraram sua atividade na lavoura como um trabalho produtivo e de valor, podem passar a reivindicar o reconhecimento profissional das atividades. Esse processo pode mudar não só sua percepção de seu trabalho como uma “ajuda”, como também questionar como se processa a tomada de decisões no mercado e na unidade de produção. Neste sentido, a reafirmação de identidade socioprofissional oportuniza a ampliação da cidadania das mulheres como agricultoras e microempresárias com um processo de crescimento nas relações com o mercado.

CONCLUSÃO

O estudo efetuado nesta tese sobre a participação das mulheres rurais nos dois programas de microfinanciamento, um no Brasil e outro no México, evidencia que os elementos proporcionados por eles contribuem para a construção e reafirmação da identidade socioprofissional. Entre os principais elementos cabe mencionar o crédito, a assistência técnica, as relações com o mercado e a criação de oportunidades para a participação em reuniões e para as atividades de administração, organização e direção dos grupos de caixas de poupança e das cooperativas de crédito. Com a apropriação de novos conhecimentos técnicos e o acesso a recursos financeiros, consolida suas atividades produtivas, o qual se reflete uma maior contribuição de recursos econômicos na família (aumento do nível de renda). Esta situação favorece uma maior inclusão social e econômica e das redes e normas sociais de consumo.

A identidade socioprofissional que desenvolvem as mulheres que participam dos programas de microfinanciamento apresenta duas características centrais. Por um lado, o relacionado com as atividades produtivas, isto é, sua consolidação através do acesso a meios de produção, e contribuição com renda permanente para a família, e por outro, o relacionado com as atividades domésticas, pois através do trabalho produtivo, adquirem instrumentos domésticos que permitem facilitar o trabalho no âmbito doméstico. O processo assinalado traz inovações no trabalho da mulher, fazendo com que ele seja mais organizado e mais fácil de ser executado. Se as mulheres estão conseguindo desenvolver com maior facilidade o trabalho doméstico, isso pode favorecer uma melhor racionalidade de seus recursos econômicos, materiais e financeiros para executar suas atividades produtivas e reprodutivas.

A identidade tradicional das mulheres rurais (vinculada ao lar) pode ser superada na medida em que se apropriem dos conteúdos materiais e simbólicos que vão adquirindo no acesso ao elementos produtivos e nos processos de participação nos diferentes âmbitos da vida social das mulheres. Esta fundar-se-ia a partir da concorrência estabelecida nas relações

com o mercado, no sentido de uma validação social do trabalho, em que são centrais o desenvolvimento de atividades especializadas, a adoção de conhecimentos técnicos e a participação em novas formas de organização social.

Os resultados encontrados mostram uma comprovação parcial das hipóteses estabelecidas no início deste estudo. Como foi dito acima os serviços proporcionados pelos programas de microfinanciamento contribuem para o desenvolvimento dos processos produtivos, conduzindo para a configuração de uma nova identidade socioprofissional das mulheres rurais. Por sua vez, a identidade cultural, principalmente o nível de escolaridade e a etnia das mulheres, está relacionada com a integração e a participação nos grupos de caixas de poupança e nas cooperativas de crédito.

A reafirmação da identidade socioprofissional tem permitido uma maior competitividade dos produtos das mulheres, o que reflete um aumento na comercialização nos mercados locais. Isto é o que se tem denominado, em vários momentos deste estudo, como validação social do trabalho no mercado.

A partir do acesso aos serviços proporcionado pelo microfinanciamento, as mulheres têm criado outras oportunidades de financiamento, principalmente de consumo, de atenção a emergências e de aquisição de instrumentos domésticos. Isso tem permitido facilitar o trabalho doméstico, melhorando, com isso, as condições de vida para elas e suas famílias. No entanto, o envolvimento das mulheres nos programas de microfinanciamento não rompe com o trabalho tradicional das mulheres na unidade de produção familiar porque não ajuda a ampliar novos mercados de trabalho. Pelo contrário, os créditos são destinados para atividades que elas têm desenvolvido, tradicionalmente, tanto no lar como nas questões produtivas. O acesso ao crédito e a outros serviços reafirma, deste modo, sua condição social dentro da unidade de produção familiar.

Por sua vez, os dados empíricos, desenvolvidos e analisados no capítulo 3 e 4, mostraram que os programas de microfinanciamento estão gerando oportunidades de participação nos processos decisórios nos grupos e nas cooperativas desenvolvendo atividades de representação, administração e organização. Neste processo, ocorrem novas relações sociais com outros atores sociais, o que permite ampliar seus vínculos sociais apropriando-se de novos significados materiais e simbólicos, contribuindo com a ampliação de cidadania social. No entanto, a construção da cidadania política, ainda permanece muito incipiente, já que como se evidencio, a participação no âmbito da política ocorre de maneira esporádica e para atividades específicas. Porém, na medida em que a participação se oriente para

consolidar os grupos e as cooperativas, isto pode ser um instrumento político para intervir em âmbitos onde se tomam as decisões sobre a vida social e políticas das mulheres rurais nestas regiões. Neste sentido, o processo de apropriação e reafirmação da identidade socioprofissional das mulheres rurais, permitira enfrentar com maior êxito os mudanças social e econômica na família e na localidade.

Portanto, o desenvolvimento da cidadania das mulheres rurais esta se materializando através do processo de reafirmação da identidade socioprofissional como agricultoras e como microempresárias com apoio das políticas dos programas de microfinanciamento. Por suas vez, esta experiência estimula a participação em aspectos administrativos e organizativos nos grupos de caixas de poupança e como agentes comunitários nas cooperativas de crédito apropriando-se de conhecimentos e de acesso a bens culturais, o que facilitam a vinculação em outras organizações da sociedade o que garante o processo de ampliação da sua cidadania social das mulheres rurais que participam nestes dois programas de microfinanciamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo; CAMARANO, Ana. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: Panorama dos últimos 50 Anos**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. Texto para discussão n° 621.

ABRAMOVAY, Ricardo; DA VEIGA, J. E. **Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do PRONAF**. Brasília: IPEA, 1998. Texto para Discussão n.641.

ACEVEDO, Rommel; DELGADO, Xavier. **El Papel de los bancos de desarrollo agrícola en el acceso al crédito rural**. 47ª Asamblea Anual de Gobernadores del Banco Interamericano de Desarrollo 2002 – BID. Fortaleza/CE, 2002.

ACEVES LOZANO, Jorge. Ciudadanía ampliada: la emergencia de la ciudadanía cultural y ecológica. **Razón y palabra**. Ciesas-México, ano 1, n. 5, diciembre-1996/enero-1997.

AMUCSS A. C. **Propuesta de un sistema financiero al servicio del desarrollo rural. Por una banca rural en manos de los campesinos**. México: Asociación Mexicana de Uniones de Crédito del Sector Social, 2000.

ANDER-EGG, Ezequiel. **Técnicas de investigación social**. Buenos Aires: 1995

ARTEAGA, Catalina. **Modernización agraria y construcción de Identidades**. Mexico: Plaza y Valdés/ FLASCO/ CEDEM, 2000.

BAIARDI, Amílcar. **Participação da agricultura familiar no desenvolvimento sustentável**. Salvador: UFBA, 1998.

BANCO do BRASIL. **Alternativas de financiamento para o desenvolvimento da Agricultura Familiar**. Brasília: (mimeo).

BANCO DO BRASIL. Evolução histórica do crédito rural. **Revista de Política Agrícola**, Ano XIII, n° 4, 2004, p. 10-17.

BANCO MUNDIAL. **A worldwide inventory of microfinance institutions. Sustainable Banking with the Poor Project**. Washington: D.C., 1996.

BARDHAN, Pranab; UDRY, Christopher. **Development Microeconomics**. New York/USA: Oxford University Press, 1999. p. 76-110.

BARONE, Francisco. *et al.* **Introdução ao microcrédito**. Conselho da Comunidade Solidária. Brasília/DF, 2002.

BARROS, Ricardo; CAMARGO, José; MENDONÇA, Rosane. **Determinantes da pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1996. Série Seminários n. 19.

BENGOA, José. Economía campesina y acumulación capitalista. In: **Economía Campesina**. Lima: Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo (DESCO), 1979. p. 245-287.

BERGER, Peter.; LUCKMAN, Thomas. **La construcción social de la realidad**. Argentina: Editorial Amarrortu, 1995.

BERGER, Peter; BERGER, Brigitte; KELLNER, Hansfried. **Un mundo sin hogar: modernización y conciencia**. Santander/España: Editorial Sal Terrae, 1979.

BERTRA, Roger. Teoría del valor y la economía campesina: invitación a la lectura de Chayanov. In: **Economía Campesina**. Lima: Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo (DESCO), 1979. p. 291-308.

BESLEY, Timothy. How do Market Failures Justify Interventions in Rural Credit Markets? In: **The World Bank Research Observer**. Washington/DC: World Bank, 1994, v. 9, n° 1, pp 27-47.

BNDES. **Microfinanças 2002**. Rio de Janeiro/RJ: BNDES, 2002.

BNDES. **Microfinanças 2000**. Rio de Janeiro/RJ: BNDES, 2000.

BOESVELD, Mary. **Towards autonomy for women: Research and action to support a development process**. RAWOO: Den Haag, 1986.

BONELLI, Maria da Glória; DONATONI, Silvana. Os estudos sobre profissões nas ciências sociais brasileiras. **Boletim informativo e bibliográfico de ciências sociais**. Rio de Janeiro: ANPOCS, n.41, 1996/1. p. 109-142.

BONFIL, Paloma. Ofícios, conhecimentos y padecimientos: la salud como práctica política en el mundo indígena femenino. **Cuadernos Agrarios**. Mexico: Escuela Nacional de Antropología y Historia, 1996.

BOSERUP, Ester. **Woman's Role in Economic Development**. New York: St. Martin's Press, 1970.

BOURDIEU, Pierre. **El sentido práctico**. España: Editorial Taurus. 1991.

BRASIL – MAA. **PRONAF: Construindo as instituições do desenvolvimento rural**. Brasília: MAA, 1998.

BRAVERMAN, Avishay; GUASCH, J. Luis. **Rural credit in developing countries. working papers – Agricultural Policies**. Washington/DC: The World Bank, 1989.

BRUMER, Anita. Transformações e estratégias produtivas na formação familiar na agricultura gaúcha. **Cadernos de Sociologia**. Porto Alegre: UFRGS, v. 6, 1994, p. 89-111.

BRUSKY, Bonnie; FORTUNA, João Paulo **Entendendo a demanda para as microfinanças no Brasil: um estudo qualitativo de duas cidades**. Seminário Internacional. (2002).

BUCHENAU, Juan; HIDALGO, Andrés. **Servicios financieros privados en el área rural de América Latina: Situación y Perspectivas**. 47ª Asamblea Anual de Gobernadores del Banco Interamericano de Desarrollo 2002 – BID. Fortaleza/CE: BID, 2002.

BÚRIGO, Fábio Luiz. **Finanças e solidariedade: Uma Análise do cooperativismo de Crédito Rural Solidário no Brasil**. Florianópolis: UFSC, 2006. Tese de Doutorado.

BUTTIGLIONE, Rocco. Familia y trabajo. In : **La Persona y la Familia**. Madrid: 1999. p. 165-191.

CARDONA Wilfrido. **Cajas populares de ahorro y crédito: Situación problemática y perspectivas**. México: Montecillo, 1995. Tesis de Maestría. Colégio de Postgraduados, ISEI, Programa de Economía.

CARNERO, Maria José. Esposa de agricultor na França. **Revista Estudos Feministas**. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, vol. 4, n. 2, 1996.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAVALLI, Luca; SFORZA, Francesco. **Quem Somos? História da diversidade humana**. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.

CHAMOUX, Noelle *et al.* **Prestar y pedir prestado: Relaciones sociales y crédito en México del Siglo XVI al XX**. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social/CASA CHATA, 1993.

CHAYANOV, Alexander. **La Organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

COHEN, Louis; MANION, Lawrence, MORRISON, Keith; FALMER, Routledge. **Research Methods in Education**. Books, 3ª ed. 1989.

CHOZA, Jacinto. La realización del hombre en el trabajo. El arte. **Manual de Antropología Filosófica**. Madrid: Rialp, 1998. p. 477-507.

COELLO, Manuel. La pequeña producción campesina. In: **Economía Campesina**. Lima: Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo (DESCO), 1979. p. 217-241.

COFFEY, Elizabeth. **La financiación Agrícola: Cómo formular la política acertada**. Rome: FAO – GTZ, nº 2, 1998. Serie Replanteamiento de las Finanzas Agrícolas (AFR).

COLEMAN, James. **Foundatios of social theory**. Cambridge, Massachussets y Londres: The Belknap Press of Harvard University Press, 1990.

CONDE, Carola. **¿Pueden Ahorrar los Pobres?: ONG y Proyectos gubernamentales en México**. El Colegio Mexiquense, AC, Unión de esfuerzos para el campo AC, y Colmena milenaria. Zinacantepec, Estado de México. 2000.

CONDE, Carola. **¿Depósitos o puerquitos?: Las decisiones de ahorro en México.** El Colegio Mexiquense, AC, Unión de esfuerzos para el campo AC, y Colmena milenaria. Zinacantepec, Estado de México: 2001.

CONFEDERACIÓN NACIONAL CAMPESINA (CNC). **Para las campesinas es un día más de Trabajo.** México: D.F., 2000.

CORAZÓN, Rafael. Fundamentos para una filosofía del trabajo. **Cuadernos de Anuário.** Filosófico, Pamplona, n. 72, 1999.

CRESOL. **Cooperativismo de crédito rural.** Francisco Beltrão: CRESOL, 2003. Informativo n° 15.

CRESOL. **Grupos e agentes comunitários de desenvolvimento e crédito. O trabalho de 13 cooperativas.** Francisco Beltrão: CRESOL, 2003.

DALEY-HARRIS, Sam. **Estado de la campaña de la cumbre de microcrédito. Informe Anual 2004.** Washington, DC: Campaña de la Cumbre de Microcrédito, 2004.

DEPARTAMENTO SINDICAL DE ESTUDOS RURAIS - DESER. **Manual do PRONAF.** Curitiba: DESER/CUT, 1997.

DESER E CEMTR/PR. **Gênero e agricultura familiar. Cotidiano de vida e trabalho na produção de leite.** Paraná: 1996.

DIAZ, Héctor. **Teoría marxista de la economía campesina.** México: Juan Pablo Editor, 1977.

DRUSCHEL, Kate; QUIGLEY, Jennifer; SÁNCHEZ, Cristina. **Estado de la campaña de microcrédito. Informe Anual del 2001.** Washington: Campaña de la Cumbre de Microcrédito, 2001.

DUBAR, Claude. **A Socialização: Construção das identidades sociais e profissionais.** Porto: Porto Editora. 1997.

DUBET, Francois. **De la sociología de la identidad a la sociología del sujeto, en Estudios sociológicos.** México, el Colegio de México, vol. VII, núm. 21, 1989.

ELIAS, Norbert. **La sociedad de los individuos.** España: Editorial Península, 1990.

ESPINOSA, Gisela. **Mujeres campesinas en el umbral del nuevo siglo.** México: (Mimeo), 1999.

FAO **¿Se justifica el replanteamiento de las finanzas agrícolas?** Roma: FAO – GTZ, n° 1, 1998. Serie Replanteamiento de las Finanzas Agrícolas (AFR).

FAO. **El Estado mundial de la agricultura y la alimentación.** Roma: Organización de de las naciones unidas para la agricultura y la alimentación, 2000.

FAO/INCRA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil**. Brasília: FAO, 1996. Versão resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036.

FARRINGTON, Todd. Efficiency in Microfinance Institutions. **Microbanking Bulletin** – Focus of Efficiency. Washington/DC, 2000, Issue nº 4, p. 18-23. Calmeadow Publications.

FGV (Fundação Getúlio Vargas). **Dicionário de ciências sociais**. Rio de Janeiro: Instituto de Documentação/FGV, 1986.

FIBGE. **Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Local: edit., 1998.

FRASER N.; GORDON, L. Civil citizenship against social citizenship? In: STENBERGEN, B. Van (ed.). **The condition of citizenship**. London: SAGE, 1994.

GEHLEN,IVALDO. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. In: **São Paulo em Perspectiva**. 18 (2). 2004. P. 95-103

GIDDENS, Anthony. **La constitución de la sociedad. Bases para la teoría de la estructuración**. Argentina: Editorial Amorrortu, 1995.

GIDDENS, Anthony. **La teoría social hoy**. Espanha: Ed Madrid, 1990.

GIDDENS, Anthony. **Modernidad e identidad del yo. El yo y la sociedad en la época contemporánea**. 2. ed. España: Ediciones península, 1998.

GIEHLER, Thorsten. **Fuentes de Recursos para Crédito Agrícola**. Serie Replanteamiento de las Finanzas Agrícolas. (AFR). Nº 4. FAO – GTZ. Rome, 2001.

GIMÉNEZ, Gilberto. “**La identidad social o el retorno del sujeto en sociología**”, en Revista núm.2, abril de 1992, pp. 183-205.

GIULIANI, Gian Mario. (1997) A profissionalização dos produtores rurais e a questão ambiental. In: **Revista Estudos sociedade e agricultura**. Rio de Janeiro: CPDA. n 9, outubro. P.102-126.

GLEIZER, Marcela. **Identidad, subjetividad y sentido en las sociedades complejas**, México, FLACSO, Juan Pablos editor, 1997.

GOFFMAN, Erving. **La presentación de la persona en la vida cotidiana**. Argentina,

GOHIER, Christine. et. al. “**L’Enseignant, un professionnel**”. Presses de L’Université du Québec; Canadá, 2002.

GOLDIN, Ian e REZENDE, Gervásio. **A Agricultura Brasileira na Década de 80: crescimento numa economia em crise**. IPEA – Série IPEA nº 138. Rio de Janeiro/RJ, 1993.

GUERRERO, Javier A. **As Microfinanças e o Crédito Rural** – Seminário Internacional, 2000.

GUERRERO, Javier A. et al. **Prácticas prometedoras en las finanzas rurales: Perú, Chile y Bolivia**. CEPES. Lima/Peru, 1999.

HABERMAS Jürgen. “Observaciones sobre el concepto de acción comunicativa (1982)”. In: **Teoría de la acción comunicativa: complemento y estudios previos**. Ediciones Cátedra: Madrid, 1994.

HABERMAS Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa**, tomo II, crítica de la razón funcionalista, Argentina, Taurus, 1990.

HEREDIA, Beatriz M. A; GARCIA, Maria France e GARCIA Jr., A. R. “O lugar da mulher em unidades domesticas camponesas”. In:-. **Mulheres na força de trabalho na America Latina**. Petropolis: Vozes, 1984.

HUPPI, Monika and FEDER, Gershon. **The Role of groups and credit Cooperatives in rural lending**. Working Papers – Agricultural Policies. The World Bank. Washington/DC, 1989.

INEGI. Instituto Nacional de Estadística Geográfica e Informática. **Oaxaca hoy y Gobierno del Estado**. México. 2001.

MARIO, J. y TORRES Adrián. **Familia, Trabajo y Reproducción Social en Honduras**. PISPAL. El Colegio de México. México, D. F. 1985.

JEAN, Bruno. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. In: **Caderno de Sociologia**. Porto Alegre: UFRGS, v. 6, p. 51-75, 1994.

JOHNSON, Susan y KIDDER, Thalia. **Globalización y Género: Dilemas para las organizaciones de microfinanciamiento**. Traducción: Bertha Sarmina. México: La Colmena Milenaria. Materiales de discusión 2. 1999.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual de trabalho e relações sociais de sexo. In: **Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres: Desafios para as Políticas Públicas**. São Paulo. Coordenadoria Especial da Mulher. 2003. p. 55-63.

LAMARCHE, Hugues (Coord.). **A agricultura familiar. Comparação internacional**. Vol. 1. Uma identidade multiforme. Campinas. Ed. Unicamp, 1993

LARRAIN, Jorge, Modernidad. **Razón e identidad en America Latina**, Santiago de Chile, Editorial Andrés Bello, 1996.

LLAMBI, Luis. **La moderna finca familiar. Evolución de la pequeña producción capitalista en la agricultura venezolana entre /945 y /983**, Caracas, CENDES, Universidad Central de Venezuela, Tesis doctoral en Ciencias Sociales. 1986.

MAKOWSKI, Sara y CONSTANTINO, Mário. “Imágenes de sobredosis: complejidad social e identidad en el fin del milenio”. In: **Perfiles Latinoamericanos**, FLACSO, Sede Académica de México, año 4. n. 7. 1995.

MARSHALL, Thomas H. *Cidadania, classe e status*. Trd. de Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARTÍNEZ, Esteban. **Resumen de las actividades desarrolladas en el Proyecto de Desarrollo Rural Integral Autosostenido para los Valles Centrales de Oaxaca**. Plan Valles Centrales de Oaxaca, Campus Puebla, Colegio de Postgraduados, México. 2000.

MARTÍNEZ-ALIER, Verena. **As mulheres do caminho de turma, debate e crítica**. San Paulo, n. 5, 1995.

MAX NEEF, Manfred. **Desarrollo a escala humana: Una Opción para el futuro**. Colombia: CEPUR/Fundación Dag Hammarskjöld. 1996.

MELUCCI, Alberto. **“A invenção do presente”, Movimentos sociais nas sociedades complexas**, Rio de Janeiro. Editora Vozes, 2001.

MELUCCI, Alberto. **“Identidad y acciones colectivas”**, mimeo.

MELUCCI, Alberto. **“La identidad como construcción, vida cotidiana y acción colectiva”**, conferencia dictada en octubre de 1997, FLACSO. México

MOLYNEUX, Maxine “Mobilization Without emancipation?: women’s interests, state and revolution”. In: **Transition and development: Problems of third world socialism**, editado por Richard R. Fajen, Carmen Diana Deere y José Luis Coraggio. New York: Monthly Review Press, 1986.

MORDUCH, Jonathan. The Microfinance Promise. In. **Journal of economy literature**. The American Economic Association. USA.. Vol. XXXVII, nº 4. 1999. pp. 1569-1614..

MYHRE, David. Créditos agrícolas adecuados: pieza faltante de la teorema agraria mexicana. In: **Cuadernos Agrarios: Financiamiento rural**. Mexico D.F. Editorial Mexicana. V. 15. P. 9-25. 1997.

NATALE, Paolo. **“Formas y finalidades de la acción solidaria”**, en René Millán.

NICHTER, Simeon; GOLDMARK, Lara e FIORI, Anita. **Entendendo as microfinanças no contexto brasileiro**. Seminário Internacional BNDES. Microfinanças 2002. BNDES. Rio de Janeiro/RJ, 2002.

NOBRE, Miriam; Siliprandi, Emma; Quintela, Sandra e Menasche Renata. **Género e agricultura familiar**. Sempreviva Organización Feminista. São Paulo Brasil. 1998.

OOIJENS, Jan. **Alfabetización y mujeres**. Tegucigalpa Honduras, C. A. 1990.

PALACIO, F. J. M. El Financiamiento en el Sector Agropecuario, Silvícola y Pesquero. In: **Claridades Agropecuarias**. México: SAGARPA/ASERCA: Núm. 112. 2002.

PARSONS, Talcott. **El sistema social**. España, Revista de Occidente, 1996.

PÉREZ, Teodoro. **Estrategias productivas culturales y tecnología agrícola en las unidades domésticas campesinas de los Valles Centrales de Oaxaca**. Caso Municipio de SAN JUÁN Gudavia Tlacolula, Oaxaca. *Tesis de Maestría*. Centro de Estudios del Desarrollo Rural, Colegio de Postgraduados, México. 1992.

PESAVENTO, Sandra. *RS: Agropecuária colonial e industrialização*. Série Documenta 17. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

PDRIA (P0015051). **Informe técnico y financiero septiembre 2000 – marzo 2002**. Colegio de Postgraduados Campus Puebla 2003.

QUISPE, Anibal. Avances del proyecto “**Desarrollo rural integral autosostenido para los Valles Centrales de los Estados de Puebla y Oaxaca**”. Colegio de Postgraduados, México 2000.

QUISUMBING, Agnes and MALUCCIO, John. Intrahousehold allocation and Gender relations: New Empirical Evidence. In **Gender and development**, Working Paper Series N°2. World Bank, Policy Research report., 1999

RAVERA, C. B. **Pronaf, Agricultura familiar em mudança: “Desafio de um novo paradigma”**. Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. UFRRJ - Instituto de Ciências Humanas e Sociais 1998.

RICHARDSON, David C. Unorthodox Microfinance: the Seven Doctrines of Success. In. **Microfinance Bulletin – Focus on Efficiency**. Issue n° 4. pp. 3-7. Calmeadow Publications. Washington/DC, 2000.

RODRÍGUEZ, Verônica y QUINTANA, Roberto D. Paradojas Coceptuales del Género en Procesos del cambio de Mujeres Indígenas y Campesinas en el México Rural. In: **Cinta de Moebio**. Universidade de Chile. Faculdade de Ciências Sociais. 2002. N° 13.

ROGALY Ben. **Microfinanciamiento y reducción de la pobreza: Alternativas de ahorro y crédito para los sectores populares**. Traducción: Bertha Samina. México: La Colmena Milenaria. Materiales de discusión 3. 1999.

ROSALES, Ramón. **Marco jurídico para as instituições de microcrédito**. Seminário Internacional BNDES Microfinanças 2000. BNDES. Rio de janeiro/RJ, 2000.

ROWLANDS, Jo. “Empoderamiento y mujeres rurales em Honduras: Um modelo para el desarrollo”. En: LEÓN, Magdalena (comp.). **Poder y empoderamiento de las mujeres**. Colombia: TM editores, 1997.

SÁNCHEZ, Miguel. **Informe técnico y financiero 1999**. Proyecto de Desarrollo Rural Integral Autosostenido de los estados de Puebla y Oaxaca. Colegio de Postgraduados, Puebla México 2000.

SANTIAGO, José. **La definición del sistema de producción agrícola o hacia una economía política de la agricultura**, Maracay, Universidad Central de Venezuela, Trabajo de Ascenso, 1987.

SAULNIER, R. F. Crédito Oficial. En: Sills, L. D. **Enciclopedia internacional de las ciencias sociales**. Vol. 3. Editorial Aguilar S. A de C. V., España. 1971.

SCHNEIDER, Sérgio; SCHMITT, Cláudia Job. O Uso do Método Comparativo nas Ciências Sociais. In: **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre: PPGS/UFRGS, v. 9, 1998. p. 49-86.

SCHUETZ, Guilherme. **Algunas consideraciones sobre instancias no formales de financiamiento**. FAO/RLC. Santiago/Chile, 1998.

SCHUTZ, Alfred. **La construcción significativa del mundo social. Introducción a la sociología comprensiva**. España, Editorial Paidós, 1993.

SCIOLLA, Loredama. **“La identidad como problema”** (mimeo).

SCOTT, James, Weapons of the weak. **Everyday forms of peasant resistance**, New Haven y Londres, Yale University Press, 1985.

SELLTIZ, Claire et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Pedagógica e universitária Ltda. 1974.

SEN, Amaritha. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000

SICD – Servicio de Información sobre la Cooperación al Desarrollo – Ministério de Asuntos Exteriores. **Los Servicios Financieros**. Documento de Política Sectorial de Cooperación al Desarrollo. Nº 7. Ámsterdan/HO, 1995.

SILVA, José Graziano da. **Tecnologia & Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS. 1999.

STEPHEN, Lynn. Relações de Gênero: um estudo comparativo sobre organizações de mulheres rurais no México e no Brasil. In: NAVARRO, Zander (org). **Política, protesto e cidadania no campo**. UFRGS, Porto Alegre.1996, p. 29-61.

STUART, Hall y HELD, David . "Citizens and citizenship". In: Hall y M.Jacques (ed.) **Times: the changing face of politics in the 1990s**. New York, Verso, 1990.

TEYSSIER, Sophie. Sistemas financieros: um enfoque de gênero. In: **Financiamiento rural. Cuadernos Agrários**. Nueva Época México D.F. 1997. p. 179-194.

THORNER, Daniel, "La economía campesina. Concepto para la historia económica". **Lima, en Economía Campesina**, Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo (DESCO), 1979, pp. 139-153.

TONETO, Rudinei e GREMAUD, Amaury. Experiências Internacionais de Financiamento Rural – Microcrédito. In. DIAS, Guilherme L. e ABRAMOVAY, Ricardo (coord.). **Descentralização, autonomia e geração de renda rural: Proposta para o Sistema Brasileiro de Crédito Rural**. Relatório Parcial II. 2000. Pág. 02 a 33 (não publicado). FIPE – MDA. São Paulo/SP.

TURNER, Bryan "**Contemporary problems in the theory of citizenship (ed)**", **Citizenship and Social Theory**, Londres, SAGE Publication 1993.

UNAM. **Solidaridad y producción informal de recursos**, UNAM, México, D.F.1995.

VALKS, Marti. **Las Mujeres campesinas en una comunidad oaxaqueña zapoteca. "Desarrollo rural desde una perspectiva de genero"**. Colegio de Postgraduados Puebla México y Universidad Estatal de Utrecht, Utrecht, Holanda. 1992.

VAN DER SCHAF, Alie. "Jeito de Mulher: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no rio grande do Sul". In: **Sociologias: Democracia, sustentabilidade e mundo rural na América Latina**. Porto Alegre. UFRGS/IFCH/PPGS. N° 10. Ano 5. 2003. p. 413-442.

WEINMANN, Wolfgang. **Agricultura sustentable y sistemas rurales de microcrédito, complementarios o contradictorios?**. Edit. La colmena milenario. México. 1999.

WENNER, Mark, e PROENZA, Francisco. **Rural finance in Latin América and the Caribbean: Challenges and Oportunities**. Working Paper. BID. Washington/DC. 2000.

WENNER, Mark. **Estrategia de financiamiento Rural**. Banco Interamericano de Desarrollo – Unidade de Desarrollo Rural. – BID. Washington/DC. 2002.

WENNER, Mark. Making Rural Finance Work. In. **Microenterprise development review**. Vol. 3. n° 2. pp. 1-4. BID. Washington/DC. 2001.

YARON, and BENJAMIN, Mc Donald. **Developing rural financial market. Fiance & Development**. The World Bank. Washington/DC, 1997.

YARON. **Financiamiento rural: El papel del estado y la gestión de riesgo en precio y rendimiento**. Conferencia ALIDE – Banco Mundial. Lima/Peru, 2002.

YOUNG, Kate. **Planning development with women. Making a World of difference**. London: Macmillan Education LTD, 1995.

YÚNES-NAUDE, Antonio y TAYLOR, Edward.. **Los impactos de TLCAN en la emigración rural**. Programa de Estudios del Cambio Económico y la Sustentabilidad del Agro Mexicano. Folletin Informativo N° 2. Colegio de Mexico/ Universidad de California, Davis. 2003.

YUNUS, Muhammad. **Hacia un mundo sin pobreza**. Editorial Andres Bello. Santiago de Chile. 1999.

ZOETELIEF, Jochem. **Perspectives on informal rural finance**. Rome: SD Dimensions. FAO. 1999.

APÊNDICE

Apêndice A – Questionário

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

AREA: SOCIEDADE E AGRICULTURA

Pesquisa: A construção da cidadania através da identidade socioprofissional das mulheres rurais que participam em programas de microfinanciamento.

Explicar que foi selecionado para esta pesquisa e que sua colaboração sincera é importante e sigilosa. As questões devem ser lidas ou formuladas no sentido exato. Fazer um **X** nos lugares correspondentes, a não ser que haja outra indicação.
NR para *Não Respondeu*.
NA para quando a questão *Não se Aplica*.

Município: _____

Questionário N°: -----

Localidade: _____

Data: ____/____/2004

I. IDENTIFICAÇÃO

1) NOME _____

2) IDADE : _____ Anos

3) ESTADO CIVIL 1. () Casada; 2. () Solteira; 3. () Viúva(a); 4. () União livre []

4) ESCOLARIDADE []

- | | |
|----------------------------------|------------------------------------|
| 1. () Analfabeto | 6. () Segundo grau incompleto |
| 2. () Só Alfabetizado | 7. () Segundo grau completo |
| 3. () Até 4ª série do 1º grau | 8. () Superior incompleto |
| 4. () Da 5ª à 7ª série, 1º grau | 9. () Superior compl. Qual? _____ |
| 5. () Primeiro grau completo | 10. () Pós-graduado. Qual? _____ |

5) TEM RELIGIÃO? : 1. () Sim : Qual _____ 2. () Não []

6) QUAL É A SUA ORIGEM ÉTNICA []

- | | |
|-----------------------|---|
| 1 () Luso brasileira | 5 () Índia |
| 2 () Alemã | 6 () Mista de imigrantes (Alemã, italiana, polonesa) |
| 3 () Italiana | 7 () Mista (luso brasileira com imigrante) |
| 4 () Polonesa | 8 () Outra: _____ |

7). TEM ALGUM TRATAMENTO DIFERENCIADO POR SER DESSA ETNIA NA COMUNIDADE? []

1. () Não
2. () Sim, como é esse tratamento? _____

8) RESIDE NESTE LOCAL HÁ:: ____ anos (ou ____ meses).

10) OUTROS MEMBROS RESIDENTES NA CASA (começar pelas pessoas mais velhas):

Nome	Sexo	Idade	Escol.*	Ocupação Principal
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				

* 1 a 10 Conforme escala da Questão

II. ATIVIDADES ECONOMICAS

1) QUAL É SUA OCUPAÇÃO PRINCIPAL? []

- | | |
|-----------------------------|-----------------------------|
| 1. () Dona de casa | 6. () Operária/Assalariada |
| 2. () Profissional Liberal | 7. () Empresária Autônoma |
| 3. () Funcionário Público | 8. () Comerciante |
| 4. () Aposentado. | 9. () Agricultora |
| 5. () Outra. Qual? _____ | |

2) QUANTAS HORAS POR DIA DEDICA À SUA OCUPAÇÃO []

3) EM QUANTO TEMPO REALIZA ESSA OCUPAÇÃO? []

- | | |
|---------------------|-------------------------|
| 1. () A um ano | 4. () A dez anos |
| 2. () A dois anos | 5. () Mais de dez Anos |
| 3. () A cinco anos | 6. () toda sua vida |

4) COM QUEM APRENDEU ESSA OCUPAÇÃO? []

- | | |
|------------------|---------------------------|
| 1. () A família | 4. () Amigos |
| 2. () Cônjuge | 5. () Escola |
| 3. () Técnico | 6. () Outros, qual _____ |

5) ALEM DE OCUPAÇÃO PRINCIPAL, QUE OUTRA ATIVIDADE EXERCE? []

- | | |
|-------------------|---------------------------|
| 1. () Agrícola | 4. () Agroindústria |
| 2. () Pecuária | 5. () Comercio |
| 3. () Artesanato | 6. () Outros, qual _____ |

6) QUEM MOTIVOU PARA INICIAR ESSA ATIVIDADE? []

- | | |
|----------------|---------------------|
| 1. () Cônjuge | 4. () Amigos |
| 2. () Família | 5. () Vizinhos |
| 3. () Técnico | 6. () Outros _____ |

7) DE TODOS ESTES ELEMENTO INDIQUE QUAL É MAIS IMPORTANTE PARA SUAS ATIVIDADES PRODUTIVAS? []

- | | |
|----------------------------|----------------------------------|
| 1. () Capacitação | 4. () Gerenciamento |
| 2. () Assistência técnica | 5. () 6. () Outros. Qual _____ |
| 3. () Crédito | |

8) NOS PRÓXIMOS 5 ANOS PRETENDE: []

1. () Aumentar a produção agropecuária.
2. () Mudar de produto /
3. () Realizar outros Investimentos: Quais ? _____
4. () Introduzir novos produtos, o quê ? _____

9). QUAL A PRINCIPAL ORIGEM DA RENDA FAMILIAR (em Reais / mensais)

	1) Agricultura (R\$)	2) Salário (R\$)	3) Aposentadoria (R\$)	4) Outras (R\$)
a) Cônjuge				
b) Você				
b) Filhos				
c) Outros				

10) OS RECURSOS QUE CONSEGUI PRIORITARIAMENTE OS GASTAM EM? []

1. () Investimentos na propriedade
2. () Subsistência da família
3. () Conforto da casa
4. () Educação dos filhos
5. () Outros, quais _____

III CAPACITAÇÃO

1) FEZ CURSO DE CAPACITAÇÃO DAS SUAS ATIVIDADES PRODUTIVAS? []

1. () Não
2. () Sim

2) QUANTO TEMPO FOI CAPACITADA? []

1. () 1 hora - 8 horas
2. () 9 horas - 18 horas
3. () 19 horas - 27 horas
4. () Mais de 27 Horas

3) QUEM FORNECE A CAPACITAÇÃO? []

1. () EMATER
2. () CRESOL
3. () Prefeitura
4. () ONGs
5. () Outros

4) APLICA SEUS CONHECIMENTOS ADQUIRIDOS NA CAPACITAÇÃO? []

1. () Sempre
2. () Maioria das vezes
3. () De vez em quando
4. () Nunca
5. () Só quando se precisa

5) EM QUE ATIVIDADE APLICA SEUS CONHECIMENTOS DE CAPACITAÇÃO? []

1. () Agrícola
2. () Pecuária
3. () Artesanato
4. () Agroindústria
5. () Outro, Qual _____

IV ASSISTENCIA TECNICA

1) RECEBE ASSISTÊNCIA TÉCNICA? []

1. () Não

2. () Sim, quem fornece o serviço de assistência técnica? []

	1) sempre	2) frequentemente	3)Só quando solicita	4)Nunca
a) EMATER				
b) CRESOL				
c) Empresa Privada				
d) Prefeitura				
e) ONGs				
f) Outros				

2) COMO CONSIDERA O SERVIÇO DE ASSISTENCIA TECNICA? []

1. () Bom 2. () Regular 3. () Ruim

3). EM QUE ATIVIDADES RECEBE ASSITENCIA TECNICA? []

1. () Agrícola 4. () Agroindústria
2. () Pecuária 5. () Outras, quais _____

3. () Artesanato

V CRÉDITO

1). EM RELAÇÃO AO CRÉDITO PARA A PRODUÇÃO: []

1 () Utiliza sempre

2 () Maioria das vezes

3 () de vez em quando

4 () Nunca

1.1. PARA QUE UTILIZA _____

2) QUEM SOLICITA O CREDITO? []

1. () Esposo 2. () Você 3. () Ambos 4. () Outros

3) COM QUEM CONTRATA OU CRÉDITO? []

1. () Banco Comercial, Qual _____

2. () Prefeitura

3. () Cooperativa

4. () Prestamistas locais

5. () Outros

4) NOS PRÓXIMOS ANOS VOCÊ PREDENDE USAR O CREDITO?: []

1 () Sempre

2 () Com freqüência

2 () De vez em quando

3 () Não usar

3.1 PARA QUE? _____

VI. SITUAÇÃO NA CAIXA DE POUPANÇA E COOPERATIVA

1). DESDE QUE DATA ESTA PARTICIPANDO? []

Meses _____ Anos _____

2) QUEM INDICOU A VOCE PARA SER SOCIO? []
1. () Vizinho
2. () Amigo
3. () Algum membro da Cooperativa
4. () Propaganda
5. () Outro, Qual _____

3) QUE BENEFÍCIOS TÊM OBTIDO? (Escolha múltipla) []
1. () Conta de poupança
2. () Crédito
3. () Capacitação
4. () Assistência técnica
5. () outros benefícios, quais _____

4) VOCÊ PARTICIPA NAS REUNIOES ? []
1. () Não
2. () Sim, quais _____

5) QUE MAIS GOSTA DE FAZER? []
1. () Ir a solicitar crédito
2. () Ir a depositar dinheiro
3. () assistir a reuniões
4. () Outras, quais _____

6) IDENTIFICA A DIFERENÇA DE UM BANCO E A COOPERATIVA/ CAIXA? []
1. () Não
2. () Sim,
Sendo sim? (escolha Múltipla) []
1. () Crédito barato
2. () Crédito para qualquer atividade
3. () Crédito em qualquer época do ano
4. () Maior atenção
5. () Menos requisito para obter o crédito
6. () Outros, quais _____

7) VOCÊ CONHECE OS SÓCIOS? []
1. () Maioria
2. () A metade
3. () Menos da metade
4. () Só alguns

8) JÁ PARTICIPOU NUMA REUNIÃO OU ENCONTRO EM QUE ESTAVA ALGUM DIRETOR DA COOPERATIVA/CAIXA? []
1. () Não
2. () Sim, para você foi importante? _____

9) EM QUEM VOCÊ MAIS CONFIA NA COOPERATIVA/CAIXA? []
1. () Algum sócio
2. () Diretor
3. () Técnico da Cooperativa
4. () ninguém
5. () Outros, quem _____

10) QUE DIFICULTADES ENCONTROU QUANDO COMEÇOU A PARTICIPAR?

11) INDIQUE UMA MUDANÇA EM SUA VIDA APÓS PARTICIPAR NA COOPERATIVA/CAIXA?

12) ANTES DE PARTICIPAR NA COOPERATIVA/CAIXA, VOCÊ JÁ FOI SOCIA DE OUTRA ORGANIZAÇÃO? []
1. () Não
2. () Sim, qual?
1. () Sindicato : () STR; () Patronal; () Outro _____
2. () Associações da comunidade
3. () Associações de agricultores
4. () Outras organizações, qual _____
5 () Nenhuma

VII PATRIMONIO SOCIOECONOMICO

1) CONDIÇÃO PATRIMONIAL (*Exceto residência*): []

1. () Terra Própria, _____ ha
2. () Terra Arrendada para outro, _____ ha
3. () Terra Posse, _____ ha
4. () Galpão (paiol); _____ m².
5. () Trator ou correlato.
6. () Carro/Caminhão ou correlato.
7. () Imóveis de aluguel: ()
8. () terra arrendada de terceiros, _____ ha

2) AS PROPIEDADES ESTÃO EM NOME DE QUEM?

1. (). Esposo
2. (). Esposa
3. (). Cônjuges
4. () Filhos
- 5 () Outros

3). DESCREVER O USO DA PROPRIEDADE RURAL. []

- a) Agricultura : milho _____ ha ; soja _____ ha feijão _____ ha; arroz _____ ha; outros _____ ha
O que _____
- b) Pecuária : Gado _____ Cabeças/ano; Suínos _____ Cabeças/ano; Frango _____ Cabeças/ano;
Leite _____ l/dia; Outros (o quê?) _____
- c) Diversos Mel _____ kg / ano; Piscicultura _____ kg / ano, outros, o que _____

4) A CASA ONDE RESIDE: []

1. Tamanho : _____ m².
2. Qualidade : 1. () Boa, quase nova; 2. () Razoável; 3 () Ruim

5). COM QUEM CONVERSA ANTES DE TOMAR UMA DECISÃO A RESPEITO DE MUDANÇAS NA UNIDADE PRODUTIVA (PROPRIEDADE):

	1) Sempre	2) Às Vezes	3) Raramente	4) Nunca
a) Cônjuge				
b) Filhos				
c) Técnicos				
d) Ninguém				
e) outros				

6) EM COMPARAÇÃO COM 5 ANOS, HOJE, PARA O(A) SR.(A) E SUA FAMÍLIA ?

	Qualidade de vida	Renda Familiar	Vida comunitária	Trabalho/Atividade	Meio ambiente Local
1. Melhorou					
2. Mesma coisa					
3. Piorou					
4. Não sabe					

VIII. QUESTOES SOCIAIS

1) PELO FATO DE ENVOLVER EM ATIVIDADES PRODUTIVAS, TÊM DIFICULTADES PARA TRANSMITIR OS VALORES E HABITOS DA FAMILIA PARA OS FILHOS? []

1 () Não

2. () Sim, Quais _____

2) QUAIS SÃO OS ELEMENTOS MAIS IMPORTANTES QUE VOCÊ CONSIDERA QUE DEVE SER TRASMITIDO PARA OS FILHOS? (importância decrescente 1, 2, 3,..)

1. () Religião

4. () Amor

2. () Estudo

5. () Realidade

3. () Trabalho

6. () Outros _____

3) QUEM TRANSMITE ESTOS VALORES PARA SEUS FILHOS? []

1. () Você

4. () Avôs

2. () Esposo

5. () Outros _____

3. () Ambos

4) DA LISTA DE INSTITUIÇÕES A SEGUIR, DIGA O QUANTO CONFIA EM CADA UMA DELAS:

1. Família	1. Muito	2. Pouco	3. Ñ confia	[]
2.. Igrejas	1. Muito	2. Pouco	3. N. confia	[]
3. Sindicatos	1. Muito	2. Pouco	3. N. confia	[]
4. Partidos Políticos	1. Muito	2. Pouco	3. N. confia	[]
5. Prefeitura	1. Muito	2. Pouco	3. N. confia	[]
6. EMATER	1. Muito	2. Pouco	3. N. confia	[]
7. Outros	1. Muito	2. Pouco	3. N. confia	

5) PARA VOCÊ, QUE É O MAIS IMPORTANTE QUE INFLUI NA SUA VIDA? []

1. () Família

4. () Prefeitura

2. () Igreja

5. () Outro, qual _____

3. () Escola

6) VOCÊ PARTICIPA EM

1..Igrejas	1. Muito	2. Pouco	3. Nunca	[]
2. Escola	1. Muito	2. Pouco	3. Nunca	[]
3. Sindicatos	1. Muito	2. Pouco	3. Nunca	[]
4. Partidos Políticos	1. Muito	2. Pouco	3. Nunca	[]
5. Grupo de mulheres	1. Muito	2. Pouco	3. Nunca	[]
6. Outros	1. Muito	2. Pouco	3. Nunca	[]

7). COMO VOCÊ SE IDENTIFICA? []

1. () Empresário

5. () Dona de casa

2. () Agricultor

6. () Comerciante

3. () Trabalhador

7. () Outro qual _____

4. () Político

8) VOCÊ CONHECE SEUS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DENTRO DE SUA LOCALIDADE? []

1. () Não

2. () Sim, quais direitos e obrigações _____

9) NOS DIAS DOMINGOS E FERIADOS, QUAL SUA ATIVIDADE PREFERIDA?

1. ir à bailes, matinês ou festas		7. escutar música, ler	
2. caçar		8. Fazer visitas (vizinhos / parentes)	
3. Pescar		9. Assistir televisão	
4. Praticar esportes		10. Ficar em casa descansando	
5. Jogar baralho, bocha / bolão		11. Outro, Qual _____	
6. reunião familiar			

10) NA SUA RESIDENCIA QUE POSSUI: []

1. () TV

6. () Máquina de lavar roupa

2. () Automóvel

7. () Forno de microondas

3. () Moto

8. () Animais domésticos

4. () Telefone

9. () Tem antena parabólica

5. () Freezer

10. () Outros. Quais? _____

Obs. 11. () Não tem Eletricidade

11) PARA SE INFORMAR A SRA PREFERENCIALMENTE?

	Sempre	habitualmente	De vez em quando	Nunca
1. Escuta Radio				
2. Assiste TV				
3. Lê Jornal				
4. Lê Revista				
5. Reuniões				
6. Outros				

IMPRESSÕES DO APLICADOR: (o entrevistado manifestou temores, dúvidas, críticas, sugestões...)

A

PLICADOR: _____ Duração: ____ min.

Apêndice B – Roteiro de entrevista com diretivos do CRESOL-BASER

Local _____

Data ____/____/____

Nome: _____

I ORIGEM DA COOPERATIVA

- a) Agentes que contribuíram na formação da cooperativa
- b) Recursos econômicos e materiais
- c) Metodologia de trabalho na formação da cooperativa

II PROCESSO DE EXPANSÃO

- a) Vínculos com agentes financeiros
 - Bancos privados
 - Bancos oficiais
 - Programas governamentais
 - Cooperativas de crédito
- b) Vínculos com organizações sociais e políticos
 - Cooperativas de comercialização
 - Associações de agricultores
 - Sindicatos de trabalhadores rurais
 - Partidos políticos
 - ONGs
 - Clubes
 - Outros
- c) Estrutura de funcionamento
 - organização da CRESOL-BASER
 - organização das bases regionais
 - organização das cooperativas singulares
 - administração dos recursos e formação dos quadros técnicos
 - papel dos agentes comunitários
 - administração e organização dos grupos nas localidades
- d) Metodologia de funcionamento
 - seleção dos tomadores de créditos
 - normas para o fornecimento de créditos
 - prazos
 - juros
 - tipos de atividades financiadas
 - recuperações
 - níveis de participação dos agricultores
 - níveis de participação das mulheres agricultoras
 - abertura de novos mercados para os produtos dos agricultores

III PROBLEMAS E PERSPECTIVAS

- a) Problemas de recuperação dos créditos
- b) Gestão dos recursos financeiros e de recursos humanos (técnicos agrícolas e administrativos)
- c) Incorporação das mulheres nos níveis diretivos
- d) Ampliação dos mercados de produtos agropecuários

Apêndice C – Roteiro de entrevista com representantes de grupos de Caixas de Poupança e Cooperativas de Crédito

Local _____

Data ____/____/____

Nome: _____

I ORIGEM DOS GRUPOS/COOPERATIVAS

- a) Agentes que contribuíram na formação dos grupos e as cooperativas
- b) Recursos econômicos e materiais

II FORMAÇÃO E EXPANSÃO DOS GRUPOS E AS COOPERATIVAS

- a) Vínculos com agentes financeiros
 - Bancos privados
 - Bancos oficiais
 - Programas governamentais
 - Cooperativas de crédito-Baser
- b) Vínculos com organizações sociais e políticos
 - Cooperativas de comercialização
 - Associações de agricultores
 - Sindicatos de trabalhadores rurais
 - Partidos políticos
 - ONGs
 - Clubes
 - Outros
- c) Estrutura de funcionamento
 - esquema de organização e administração dos grupos e as cooperativas
 - administração dos recursos e formação dos quadros técnicos
 - seleção dos agentes comunitários e dirigentes dos grupos
- d) Metodologia de funcionamento
 - seleção dos tomadores de créditos e dinâmicas dos grupos
 - normas para o fornecimento de créditos
 - prazos
 - juros
 - tipos de atividades financiadas
 - recuperação dos créditos
 - níveis de participação dos agricultores
 - níveis de participação das mulheres
 - abertura de novos mercados para os produtos dos agricultores
 - outros serviços financeiros e técnicos que proporcionam os grupos e as cooperativas

III PROBLEMAS E PERSPECTIVAS

- a) Problemas de recuperação dos créditos
- b) Gestão dos recursos financeiros e de recursos humanos (técnicos agrícolas e administrativos)
- c) Incorporação das mulheres nos níveis diretivos
- d) Ampliação dos mercados de produtos agropecuários

Apêndice - D. Relação de Tabelas sobre os cruzamentos das variáveis que influenciam a identidade socioprofissional e cidadania.

a) Variáveis correspondentes ao caso das mulheres que participam nas Caixas de Poupança do PDRIA.

Tabela 1– Escolaridade com relação ao investimento produtivo

<i>Investimentos produtivos</i>	Escolaridade			
	<i>Primeiro grau completo</i>		<i>Do segundo grau completo a superior</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	12	44,4	3	17,6
Não	15	55,6	14	82,4
TOTAL	27	100	17	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 2 – Rendimentos da agricultura com relação aos investimentos produtivos

<i>Investimentos produtivos</i>	Rendimentos da agricultura			
	<i>Sim</i>		<i>Não</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	7	58,3	8	25,0
Não	7	41,7	24	75,0
TOTAL	12	100	32	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 3 – Renda familiar com relação aos investimentos produtivos

<i>Investimentos produtivos</i>	Renda familiar			
	<i>Baixa</i>		<i>Alta</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	5	20,8	10	50,0
Não	19	79,2	10	50,0
TOTAL	24	100	20	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 4 – Curso de capacitação com relação aos investimentos produtivos

<i>Investimentos produtivos</i>	Capacitação			
	<i>Sim</i>		<i>Não</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	10	47,6	5	21,7
Não	11	52,4	18	78,3
TOTAL	21	100	23	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 5 – Assistência técnica com relação aos investimentos produtivos

<i>Investimentos produtivos</i>	Assistência técnica			
	<i>Sim</i>		<i>Não</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	10	58,8	5	18,5
Não	7	41,2	22	81,5
TOTAL	17	100	27	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 6 – Uso do crédito com relação aos investimentos produtivos

<i>Investimentos produtivos</i>	Utilização do crédito			
	<i>Sempre</i>		<i>Poucas vezes</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	10	40,0	5	26,3
Não	15	60,0	14	73,7
TOTAL	25	100	19	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 7 – Tempo de participação no PDRIA com relação aos investimentos produtivos

<i>Investimentos produtivos</i>	Tempo de participação no PDRIA			
	<i>0 a 5 anos</i>		<i>5 ou mais anos</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	7	29,2	8	40,0
Não	17	70,8	12	60,0
TOTAL	24	100	20	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 8 – Escolaridade com relação ao destino do crédito

<i>Destino do crédito</i>	Escolaridade			
	<i>Primeiro grau completo</i>		<i>Do segundo grau completo a superior</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Atividades produtivas	14	73,7	5	41,7
Necessidades básicas	5	26,3	7	58,3
TOTAL	19	100	12	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 9 – Rendimentos da agricultura com relação ao destino do crédito

<i>Destino do crédito</i>	Rendimentos na agricultura			
	<i>Sim</i>		<i>Não</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Atividades produtivas	8	80,0	11	52,4
Necessidades básicas	2	20,0	10	47,6
TOTAL	10	100	21	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 10 – Renda total familiar com relação ao destino do crédito

<i>Destino do crédito</i>	Renda total da família			
	<i>Baixa</i>		<i>Alta</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Atividades produtivas	9	60,0	10	62,5
Necessidades básicas	6	40,0	6	37,5
TOTAL	15	100	16	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 11 – Curso de capacitação com relação ao destino do crédito

<i>Destino do crédito</i>	Capacitação			
	<i>Sim</i>		<i>Não</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Atividades produtivas	8	61,5	11	61,1
Necessidades básicas	5	38,5	7	38,9
TOTAL	13	100	18	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 12 – Assistência técnica com relação ao destino do crédito

<i>Destino do crédito</i>	Assistência técnica			
	<i>Sim</i>		<i>Não</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Atividades produtivas	11	73,3	8	50,0
Necessidades básicas	4	26,7	8	50,0
TOTAL	15	100	16	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 13 – Utilização do crédito com relação ao destino do crédito

<i>Destino do crédito</i>	Frequência do uso do crédito			
	<i>Muitas vezes</i>		<i>Poucas vezes</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Atividades produtivas	11	61,1	8	61,5
Necessidades básicas	7	38,9	5	38,5
TOTAL	18	100	13	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 14 – Tempo de participação na cooperativa com relação ao destino do crédito

<i>Destino do crédito</i>	Tempo de participação no PDRIA			
	<i>0 a 5 anos</i>		<i>5 ou mais anos</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Atividades produtivas	10	52,6	9	75,0
Necessidades básicas	9	47,4	3	25,0
TOTAL	19	100	12	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 15 – A escolaridade com relação às mudanças econômicas

<i>Mudanças econômicas</i>	Escolaridade			
	<i>Primeiro grau completo</i>		<i>Do segundo grau completo a superior</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	12	44,4	8	47,1
Não	15	55,6	9	52,9
TOTAL	27	100	17	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 16 – Rendimentos da agricultura com relação às de mudanças econômicas.

<i>Mudanças econômicas</i>	Rendimentos na agricultura			
	<i>Sim</i>		<i>Não</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	8	66,7	12	37,5
Não	4	33,3	20	62,5
TOTAL	12	100	32	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 17 – A renda total da família com relação às mudanças econômicas

<i>Mudanças econômicas</i>	Renda total da família			
	<i>Baixa</i>		<i>Alta</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	8	33,3	12	60,0
Não	16	66,7	8	40,0
TOTAL	24	100	20	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 18 – A capacitação com relação às mudanças econômicas

<i>Mudanças econômicas</i>	Capacitação			
	<i>Sim</i>		<i>Não</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	10	47,6	10	43,5
Não	11	52,4	13	56,5
TOTAL	21	100,0	23	100,0

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 19 – A assistência técnica com relação às mudanças econômicas

<i>Mudanças econômicas</i>	Assistência técnica			
	<i>Sim</i>		<i>Não</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	9	52,9	11	40,7
Não	8	47,1	16	59,3
TOTAL	17	100	27	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 20 – Utilização do crédito com relação às mudanças econômicas

<i>Mudanças econômicas</i>	Utilização do crédito			
	<i>Muitas vezes</i>		<i>Poucas vezes ou nunca</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	13	52,0	7	36,8
Não	12	48,0	12	63,2
TOTAL	25	100	19	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 21 – Tempo de participação na cooperativa com relação às mudanças econômicas

<i>Mudanças econômicas</i>	Tempo de participação no PDRIA			
	<i>0 a 5 anos</i>		<i>5 ou mais anos</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	11	45,8	9	45,0
Não	13	54,2	11	55,0
TOTAL	24	100	20	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 22 – Escolaridade com relação às práticas de participação

<i>Trajetória de Participação social e política</i>	Escolaridade			
	<i>Primeiro grau completo</i>		<i>Do segundo grau completo a superior</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Maior	19	70,0	10	58,8
Nula ou menor	8	29,6	7	41,2
TOTAL	27	100	17	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 23 – Rendimentos da agricultura com relação às práticas de participação

<i>Trajetória de Participação social e política</i>	Rendimentos da agricultura			
	<i>Sim</i>		<i>Não</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Maior	7	58,3	22	68,7
Nula ou menor	5	41,7	10	31,3
TOTAL	12	100	32	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 24 – Renda total das famílias com relação às práticas de participação

<i>Trajetória de Participação social e política</i>	Renda total das famílias			
	<i>Baixa</i>		<i>Alta</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Maior	18	75,0	11	55,0
Nula ou menor	6	25,0	9	45,0
TOTAL	24	100	20	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 25 – A capacitação técnica e social com relação às práticas de participação

<i>Trajatória de Participação social e política</i>	Capacitação			
	<i>Sim</i>		<i>Não</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Maior	12	57,1	17	73,9
Nula ou menor	9	42,9	6	23,1
TOTAL	21	100	23	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 26 – A assistência técnica com relação às práticas de participação

<i>Trajatória de Participação social e política</i>	Assistência técnica			
	<i>Sim</i>		<i>Não</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Maior	10	58,8	19	70,4
Nula ou menor	7	41,2	8	29,6
TOTAL	17	100	27	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 27 – Utilização do crédito com relação às práticas de participação

<i>Trajatória de Participação social e política</i>	Utilização do crédito			
	<i>Muitas vezes</i>		<i>Poucas vezes ou nunca</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Maior	17	68,0	12	63,2
Nula ou menor	8	32,0	7	32,8
TOTAL	25	100	19	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 28 – Tempo de participação no PDRIA segundo trajetória de participação em outras organizações sociais e políticas

<i>Trajatória de Participação social e política</i>	Tempo de participação no PDRIA			
	<i>0 a 5 anos</i>		<i>5 ou mais anos</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Maior	18	75,0	11	55,0
Nula ou menor	6	25,0	9	45,0
TOTAL	24	100	20	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 29 – Escolaridade com relação à Percepção dos direitos civis, políticos e sociais

<i>Percepção dos direitos civis, políticos e sociais.</i>	Escolaridade			
	<i>Primeiro grau completo</i>		<i>Do Segundo grau a superior</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	14	51,9	8	47,1
Não	13	48,1	9	52,9
TOTAL	27	100	17	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 30 – Rendimentos da agricultura com relação à percepção dos direitos civis, políticos e sociais

<i>Percepção dos direitos civis, políticos e sociais.</i>	Rendimentos da agricultura			
	<i>Sim</i>		<i>Não</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	8	66,7	14	43,8
Não	4	33,3	18	56,3
TOTAL	12	100	32	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 31 – Renda total da família com relação à percepção dos direitos civis, políticos e sociais

<i>Percepção dos direitos civis, políticos e sociais.</i>	Renda total da família			
	<i>Baixa</i>		<i>Alta</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	10	41,7	12	60,0
Não	14	58,3	8	40,0
TOTAL	24	100	20	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 32 – A capacitação com relação à percepção dos direitos civis, políticos e sociais

<i>Percepção dos direitos civis, políticos e sociais.</i>	Capacitação			
	<i>Sim</i>		<i>Não</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	10	47,6	12	52,2
Não	11	52,4	11	47,8
TOTAL	21	100	23	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 33 – A assistência técnica com relação à percepção dos direitos civis, políticos e sociais

<i>Percepção dos direitos civis, políticos e sociais.</i>	Assistência técnica			
	<i>Sim</i>		<i>Não</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	9	52,9	13	48,1
Não	8	47,1	14	51,9
TOTAL	17	100	27	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 34 – Utilização do crédito com relação à percepção dos direitos civis, políticos e sociais

<i>Percepção dos direitos civis, políticos e sociais.</i>	Utilização do crédito			
	<i>Muitas vezes</i>		<i>Poucas vezes ou nunca</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	14	56,0	8	42,1
Não	11	44,0	11	57,9
TOTAL	25	100	19	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 35 – Tempo de participação no PDRIA com relação à percepção dos direitos civis, políticos e sociais

<i>Percepção dos direitos civis, políticos e sociais.</i>	Tempo de participação no PDRIA			
	<i>0 a 5 anos</i>		<i>5 ou mais anos</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	11	45,8	11	55,0
Não	13	54,2	9	45,0
TOTAL	24	100	20	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

b) Variáveis correspondentes ao caso das mulheres que participam nas Cooperativas de Crédito do CRESOL

Tabela 36 – A escolaridade com relação ao investimento produtivo

<i>Investimentos Produtivos</i>	Escolaridade			
	<i>Primeiro grau completo</i>		<i>Do Segundo grau a superior</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	10	52,6	15	75,0
Não	9	47,4	5	25,0
TOTAL	19	100	20	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 37 – Pessoas que influenciaram para iniciar uma atividade com relação ao investimento produtivo

<i>Investimentos Produtivos</i>	Motivador do início das atividades produtivas			
	<i>familiares</i>		<i>Técnico e outros</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	15	83,3	10	50,0
Não	3	16,7	10	50,0
TOTAL	16	100	20	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 38 – Rendimentos na agricultura e expectativa de investimento produtivo

<i>Investimentos Produtivos</i>	Rendimento na agricultura			
	<i>Sim</i>		<i>Não</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	16	80,0	9	47,4
Não	4	20,0	10	52,6
TOTAL	20	100,0	19	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 39 – A renda total da família segundo dos Investimentos produtivos

<i>Investimentos Produtivos</i>	Renda total da família			
	<i>Baixa</i>		<i>Alta</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	10	52,6	15	75,0
Não	9	47,4	5	25,0
TOTAL	19	100	20	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 40 – A capacitação segundo os investimentos produtivos das mulheres

<i>Investimentos Produtivos</i>	Capacitação			
	<i>Sim</i>		<i>Não</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	13	65,0	11	61,1
Não	7	35,0	7	38,9
TOTAL	20	100	18	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 41 – A assistência técnica segundo os investimentos produtivos

<i>Investimentos Produtivos</i>	Assistência técnica			
	<i>Sim</i>		<i>Não</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	20	69,0	5	50,0
Não	9	31,0	5	50,0
TOTAL	29	100	10	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 42 – A utilização do crédito com relação aos investimentos produtivos

<i>Investimentos Produtivos</i>	Utilização do crédito			
	<i>Muitas vezes</i>		<i>Poucas vezes ou nunca</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	16	88,9	9	45,0
Não	2	11,1	11	55,0
TOTAL	18	100	20	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 43 – Tempo na cooperativa segundo investimentos produtivos

<i>Investimentos Produtivos</i>	Tempo na cooperativa			
	<i>0 a 2 anos</i>		<i>3 ou mais anos</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	17	63,0	8	66,7
Não	10	37,0	4	33,3
TOTAL	27	100	12	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 44 – A participação em reuniões na cooperativa com relação aos investimentos produtivos

<i>Investimentos Produtivos</i>	Participação em reuniões na cooperativa			
	<i>Sim</i>		<i>Não</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	16	69,6	9	56,3
Não	7	30,4	7	43,8
TOTAL	23	100	16	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 45 – A escolaridade com relação ao destino do crédito

<i>Destino do crédito</i>	Escolaridade			
	<i>Primeiro grau completo</i>		<i>Do Segundo grau a superior</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Atividades produtivas	10	58,8	12	63,2
Necessidades básicas	7	41,2	7	36,8
TOTAL	17	100	19	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 46 – Pessoas que motivaram o início de uma atividade produtiva com relação destino do crédito

<i>Destino do crédito</i>	Motivador do início das atividades produtivas			
	<i>familiares</i>		<i>Técnico e outros</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Atividades produtivas	9	50,0	12	70,6
Necessidades básicas	9	50,0	5	29,4
TOTAL	18	100	17	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 47 – Rendimentos na agricultura com relação ao destino do crédito

<i>Destino do crédito</i>	Rendimentos da agricultura			
	<i>Sim</i>		<i>Não</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Atividades produtivas	9	45,0	13	81,3
Necessidades básicas	11	55,0	3	18,8
TOTAL	20	100	16	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 48 – A renda familiar das mulheres que participam na cooperativa com relação ao destino do crédito

<i>Destino do crédito</i>	Renda total das famílias			
	<i>Baixa</i>		<i>Alta</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Atividades produtivas	13	76,5	9	47,4
Necessidades básicas	4	23,5	10	52,6
TOTAL	17	100	19	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 49 – Capacitação com relação ao destino do crédito

<i>Destino do crédito</i>	Capacitação			
	<i>Sim</i>		<i>Não</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Atividades produtivas	9	47,4	13	81,3
Necessidades básicas	10	52,6	3	18,8
TOTAL	19	100	16	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 50 – Assistência técnica em relação ao destino do crédito

<i>Destino do crédito</i>	Assistência técnica			
	<i>Sim</i>		<i>Não</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Atividades produtivas	18	66,7	4	44,4
Necessidades básicas	9	33,3	5	55,6
TOTAL	27	100	9	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 51 – Utilização do crédito em relação ao destino

<i>Destino do crédito</i>	Utilização do crédito			
	<i>Muitas vezes</i>		<i>Poucas vezes</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Atividades produtivas	8	47,1	14	73,7
Necessidades básicas	9	52,9	5	26,3
TOTAL	17	100	19	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 52 – Tempo de participação na cooperativa com relação ao destino do crédito

<i>Destino do crédito</i>	Tempo de participação na cooperativa			
	<i>0 a 2 anos</i>		<i>3 ou mais anos</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Atividades produtivas	16	66,7	6	50,0
Necessidades básicas	8	33,3	6	50,0
TOTAL	24	100	12	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 53 – Participação em reuniões na cooperativa com relação ao destino do crédito

<i>Destino do crédito</i>	Participação em reuniões da cooperativa			
	<i>Sim</i>		<i>Não</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Atividades produtivas	17	85,0	5	31,3
Necessidades básicas	3	15,0	11	68,8
TOTAL	22	100	14	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 54 – A Escolaridade com relação à percepção das mudanças econômicas

<i>Destino do crédito</i>	Escolaridade			
	<i>Primeiro grau completo</i>		<i>Do Segundo grau a superior</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Atividades produtivas	9	52,9	10	52,6
Necessidades básicas	8	47,1	9	47,4
TOTAL	17	100	19	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 55 – Pessoas que motivaram o início da atividade com relação às mudanças econômicas

<i>Mudanças econômicas na família</i>	Pessoas que motivaram o início das atividades produtivas			
	<i>Familiares</i>		<i>Técnico agrícola e outros</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	7	43,8	11	57,9
Não	9	56,2	8	42,1
TOTAL	16	100	19	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 56 – Rendimentos da agricultura com relação às mudanças econômicas

<i>Mudanças econômicas na família</i>	Rendimentos da agricultura			
	<i>Sim</i>		<i>Não</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	11	61,1	8	44,4
Não	7	38,9	10	55,6
TOTAL	18	100	18	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 57 – Rendimento familiar com relação às mudanças econômicas

<i>Mudanças econômicas na família</i>	Rendimento familiar			
	<i>Alta</i>		<i>Baixa</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	11	61,1	8	44,4
Não	7	38,9	10	55,6
TOTAL	18	100	18	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 58 – A capacitação com relação às mudanças econômicas

<i>Mudanças econômicas na família</i>	Capacitação			
	<i>Sim</i>		<i>Não</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	11	57,9	7	43,8
Não	8	42,1	9	56,3
TOTAL	19	100	16	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 59 – Assistência técnica com relação às mudanças econômicas

<i>Mudanças econômicas na família</i>	Assistência técnica			
	<i>Sim</i>		<i>Não</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	15	55,6	4	44,4
Não	12	44,4	5	55,6
TOTAL	27	100	9	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 60 – O uso do crédito e as perspectivas de mudanças econômicas

<i>Mudanças econômicas na família</i>	Frequência do uso do crédito			
	<i>Muitas vezes</i>		<i>Poucas vezes</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	9	56,3	10	52,6
Não	7	43,7	9	47,4
TOTAL	16	100	19	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 61 – Tempo de participação na cooperativa com relação às mudanças econômicas

<i>Mudanças econômicas na família</i>	Tempo de participação na cooperativa			
	<i>0 a 2 anos</i>		<i>3 ou mais anos</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	12	46,2	7	70
Não	14	53,8	3	30
TOTAL	26	100	10	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 62 – Participação em reuniões na cooperativa com relação à percepção de mudanças econômicas na família

<i>Mudanças econômicas na família</i>	Participação em reuniões na cooperativa			
	<i>Sim</i>		<i>Não</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	10	47,6	9	60
Não	11	52,4	6	40
TOTAL	21	100	15	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 63 – Escolaridade com relação à ocupação

<i>Ocupação (identidade profissional)</i>	Escolaridade			
	<i>Primeiro grau completo</i>		<i>Do Segundo grau a superior</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Agricultoras	9	47,4	16	80,0
Donas de casa e outros	10	52,6	4	20,0
TOTAL	19	100	20	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 64 – Motivador do início das atividades com relação à ocupação

<i>Ocupação (identidade profissional)</i>	Motivador do início das atividades			
	<i>Familiares</i>		<i>Técnicos e outros</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Agricultoras	12	66,7	13	65,0
Donas de casa e outros	6	33,3	7	35,0
TOTAL	18	100	20	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 65 – Renda total da família com relação à ocupação

<i>Ocupação (identidade profissional)</i>	Renda total da família			
	<i>Baixa</i>		<i>Alta</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Agricultoras	14	73,7	11	55,0
Donas de casa e outros	5	26,3	9	45,0
TOTAL	19	100	20	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 66 – A capacitação com relação à ocupação

<i>Ocupação (identidade profissional)</i>	Capacitação			
	<i>Sim</i>		<i>Não</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Agricultoras	10	50,0	14	77,8
Donas de casa e outros	10	50,0	4	22,2
TOTAL	20	100	18	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 67 – Assistência técnica com relação à ocupação

<i>Ocupação (identidade profissional)</i>	Assistência técnica			
	<i>Sim</i>		<i>Não</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Agricultoras	20	69,0	5	50,0
Donas de casa e outros	9	31,0	5	50,0
TOTAL	29	100	10	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 68 – A utilização do crédito com relação à ocupação

<i>Ocupação (identidade profissional)</i>	Utilização do crédito			
	<i>Muitas vezes</i>		<i>Poucas vezes ou nunca</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Agricultoras	13	72,2	12	60,0
Donas de casa e outros	5	27,8	8	40,0
TOTAL	18	100	20	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 69 – Tempo de participação da cooperativa com relação à ocupação

<i>Ocupação (identidade profissional)</i>	Tempo de participação na cooperativa			
	<i>0 a 2 anos</i>		<i>3 ou mais anos</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Agricultoras	16	59,3	9	75,0
Donas de casa e outros	11	40,7	3	25,0
TOTAL	27	100	12	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 70 – Participação em reuniões da cooperativa com relação à ocupação

<i>Ocupação (identidade profissional)</i>	Participação nas reuniões da cooperativa			
	<i>Sim</i>		<i>Não</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Agricultoras	16	69,6	9	56,3
Donas de casa e outros	7	30,4	7	43,8
TOTAL	23	100	16	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 71 – Escolaridade segundo a percepção dos direitos

<i>Percepção de direitos civis, políticos e sociais.</i>	Escolaridade			
	<i>Primeiro grau completo</i>		<i>Do Segundo grau a superior</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	12	63,2	10	50,0
Não	7	36,8	10	50,0
TOTAL	19	100	20	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 72 – Pessoas que motivaram o início da atividade, com relação à percepção dos direitos

<i>Percepção de direitos civis, políticos e sociais.</i>	Pessoas que motivaram			
	<i>Familiares</i>		<i>Técnico agrícola</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	10	55,6	12	60,0
Não	8	44,4	8	40,0
TOTAL	18	100	20	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 73 – Rendimento na agricultura com relação à percepção dos direitos

<i>Percepção de direitos civis, políticos e sociais.</i>	Rendimento na agricultura			
	<i>Sim</i>		<i>Não</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	10	50,0	12	63,2
Não	10	50,0	7	36,8
TOTAL	20	100	19	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 74 – Renda familiar com relação à percepção dos direitos

<i>Percepção de direitos civis, políticos e sociais.</i>	Renda familiar			
	<i>Alta</i>		<i>Baixa</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	11	57,9	11	55,0
Não	8	42,1	9	45,0
TOTAL	19	100	20	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 75 – Capacitação com relação à percepção dos direitos

<i>Percepção de direitos civis, políticos e sociais.</i>	Capacitação			
	<i>Sim</i>		<i>Não</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	9	45,0	13	72,2
Não	11	55,0	5	27,8
TOTAL	20	100	18	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 76 – Assistência técnica com relação à percepção dos direitos

<i>Percepção de direitos civis, políticos e sociais.</i>	Assistência técnica			
	<i>Sim</i>		<i>Não</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	18	62,1	4	40,0
Não	11	37,9	6	60,0
TOTAL	29	100	10	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 77 – Uso do crédito com relação à percepção dos direitos

<i>Percepção de direitos civis, políticos e sociais.</i>	Utilização do crédito			
	<i>Sempre</i>		<i>Poucas vezes</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	9	50,0	12	60,0
Não	9	50,0	8	40,0
TOTAL	18	100	20	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 78 – Tempo de participação na cooperativa com relação à percepção dos direitos

<i>Percepção de direitos civis, políticos e sociais.</i>	Tempo de participação na cooperativa			
	<i>0 a 2 anos</i>		<i>3 ou mais anos</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	18	66,7	4	33,3
Não	9	33,3	8	66,7
TOTAL	27	100	12	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 79 – Participação nas reuniões da cooperativa com relação à percepção dos direitos

<i>Percepção de direitos civis, políticos e sociais.</i>	Participação em reuniões da cooperativa			
	<i>Sim</i>		<i>Não</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	16	69,6	6	37,5
Não	7	30,4	10	62,5
TOTAL	23	100	16	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 80 – Escolaridade das mulheres com relação às práticas de participação

<i>Trajetória de participação social e política</i>	Escolaridade			
	<i>Primeiro grau completo</i>		<i>Segundo grau a superior</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Maior	11	57,9	12	60,0
Menor	8	42,1	8	40,0
TOTAL	19	100	20	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 81 – Motivo de início de atividade com relação às práticas de participação

<i>Trajetória de participação social e política</i>	Motivo de início de atividade			
	<i>Familiares</i>		<i>Técnico e outros</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Maior	11	60,1	11	55,0
Menor	7	39,9	9	45,0
TOTAL	18	100	20	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 82 – Rendimentos da agricultura com relação à participação em outras organizações

<i>Trajetória de participação social e política</i>	Rendimentos da agricultura			
	<i>Sim</i>		<i>Não</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Maior	12	60,0	11	57,9
Menor	8	40,0	8	42,1
TOTAL	20	100	19	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 83 – Renda total da família com relação à participação em outras organizações

<i>Trajetória de participação social e política</i>	Renda total das famílias			
	<i>Alta</i>		<i>Baixa</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Maior	11	57,9	12	60,0
Menor	8	42,1	8	40,0
TOTAL	19	100	20	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 84 – A capacitação com relação às práticas de participação

<i>Trajatória de participação social e política</i>	Capacitação			
	<i>Sim</i>		<i>Não</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Maior	15	75,0	10	44,4
Menor	5	25,0	8	55,6
TOTAL	20	100	18	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 85 – A assistência técnica com relação às práticas de Participação

<i>Trajatória de participação social e política</i>	Assistência Técnica			
	<i>Sim</i>		<i>Não</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Maior	18	62,1	5	50,0
Menor	11	37,9	5	50,0
TOTAL	29	100	10	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 86 – Utilização do crédito com relação às práticas de capacitação

<i>Trajatória de participação social e política</i>	Utilização do crédito			
	<i>Muitas vezes</i>		<i>Poucas ou nunca</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Maior	11	61,1	12	60,0
Menor	7	38,9	8	40,0
TOTAL	18	100	20	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 87 – Tempo na cooperativa com relação às práticas de participação

<i>Trajatória de participação social e política</i>	Tempo na cooperativa			
	<i>0 a 2 anos</i>		<i>3 ou mais anos</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Maior	14	51,9	9	75,0
Menor	13	48,1	3	25,0
TOTAL	27	100	12	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

Tabela 88 – Participação em reuniões na cooperativa com relação às práticas de participação

<i>Trajatória de participação social e política</i>	Participação em reuniões na cooperativa			
	<i>Sim</i>		<i>Não</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Maior	13	56,6	10	62,5
Menor	10	43,4	6	37,5
TOTAL	23	100	16	100

Fonte: Identidade profissional e cidadania (2004)

